

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H05)

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. Medidas de execução (artigo 88.º do Regimento): Ver Acta

4. Indemnização dos passageiros em caso de falência de companhia aérea (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

5. Marcação de origem (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

6. Preparação do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro de 2009 (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação do Conselho Europeu de 10 e 11 de Dezembro de 2009.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, Senhor Presidente José Manuel Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, é óptimo dispor desta oportunidade de participar num debate convosco no contexto da preparação da próxima sessão do Conselho Europeu. Trata-se, claro, da segunda sessão ordinária que tem lugar no mandato da Presidência sueca e é também a última cujos trabalhos são dirigidos por uma Presidência rotativa.

Como é do vosso conhecimento, o Tratado de Lisboa entra em vigor no dia 1 de Dezembro, mas, em conformidade com a declaração adoptada pelo Conselho Europeu de Dezembro de 2008, a Presidência rotativa do Conselho Europeu manter-se-á em funções até ao fim do ano. Todos os Estados-Membros ratificaram o Tratado e depositaram em Roma os respectivos instrumentos de ratificação. Assim, tenho o enorme prazer de poder confirmar que o Tratado de Lisboa entrará, efectivamente, em vigor em 1 de Dezembro.

O trabalho necessário para se chegar a este ponto foi longo e árduo, como o Parlamento bem sabe. O novo Tratado vai mudar o modo de funcionamento da UE em vários aspectos. Graças a ele, estaremos em melhores condições para enfrentar as questões relevantes com que a UE está confrontada e poderemos fazê-lo de forma mais democrática, transparente e eficiente. Ele traz consigo muitas reformas importantes com repercussões no trabalho dos senhores deputados aqui no Parlamento.

No Conselho Europeu extraordinário da semana passada, os Chefes de Estado e de Governo acordaram em nomear Herman van Rompuy para Presidente do Conselho Europeu. Caber-lhe-á a responsabilidade de dirigir o trabalho do Conselho Europeu e levá-lo por diante a partir de 1 de Janeiro.

Chegou-se também a acordo, na sequência da aprovação do Presidente da Comissão, para a designação de Catherine Ashton para o novo cargo de Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. De acordo com o disposto no Tratado, Catherine Ashton é investida em todas as suas novas funções, incluindo as de Vice-Presidente da Comissão, em 1 de Dezembro. Como é norma com todos os membros do Colégio dos Comissários, os senhores deputados, naturalmente, realizarão uma audição com Catherine Ashton. Segundo sei, esta comparecerá em breve perante a Comissão dos Assuntos Externos para responder a perguntas dos senhores deputados.

O Conselho Europeu chegou ainda a consenso para a designação de Pierre de Boissieu como Secretário-Geral do Conselho.

O trabalho de preparação com vista à entrada em vigor do Tratado de Lisboa prosseguiu conforme o especificado no relatório apresentado ao Conselho Europeu de Outubro pela Presidência. No dia 1 de Dezembro, será adoptada uma série de decisões tendente a assegurar a plena aplicação do Tratado de Lisboa, atinentes, por exemplo, à revisão dos regulamentos internos do Conselho e do Conselho Europeu. No Conselho Europeu de Dezembro, apresentaremos um novo relatório de síntese da situação das questões ligadas à implementação e aplicação prática do Tratado de Lisboa que tratámos. O Serviço Europeu de Acção Externa será umas questões abordadas. O relatório conterá também um roteiro que indicará o rumo a imprimir ao trabalho nesta área.

O Conselho Europeu de Dezembro debruçar-se-á, antes de mais, sobre questões económicas e financeiras. Os efeitos da crise far-se-ão sentir por muito tempo ainda – particularmente no mercado de trabalho. Contudo, é importante adoptarmos também uma perspectiva de longo prazo e vencermos desafios importantes a médio e longo prazos.

A UE, os Estados-Membros e os bancos centrais da Europa tomaram numerosas medidas, por exemplo, programas de garantia a favor dos bancos e o plano de relançamento da economia europeia. Essas medidas deram um importante contributo para o processo de estabilização da situação financeira e para a mitigação dos efeitos da crise nos planos do crescimento e do emprego.

As perspectivas económicas estão mais risonhas, mas continua a haver riscos de vulto. Assim, não é ainda chegada a altura de retirar as medidas de apoio que foram tomadas. No entanto, iniciámos no seio do Conselho uma discussão sobre o modo como se deverá proceder à retirada gradual das medidas especiais de crise, e o momento em que ela deve ter início. O Conselho Europeu analisará o trabalho do Conselho relativo à questão das estratégias de saída. Debruçar-nos-emos também sobre a execução do plano de relançamento da economia da UE.

No que toca aos mercados financeiros, é gratificante verificar que a situação melhorou consideravelmente. A necessidade de medidas de apoio por parte do sector financeiro diminuiu. Consequentemente, precisamos de formular estratégias para uma retirada gradual coordenada das medidas. Todavia, importa salientar que ainda é muito cedo para se encetar o processo de retirada progressiva das medidas de apoio na área financeira.

A Presidência sueca está a tentar promover um consenso sobre um conjunto de princípios orientadores relativos ao momento, coordenação e escalonamento da retirada gradual das medidas de apoio.

Passo agora ao tema da supervisão financeira. Há acordo quanto à necessidade de um aumento e aperfeiçoamento da cooperação no domínio da supervisão financeira na UE, particularmente à luz da experiência que vivemos com a crise financeira.

A proposta relativa à estrutura e às atribuições do Comité Europeu do Risco Sistémico foi adoptada pelos ministros das finanças da UE na reunião do Ecofin de 20 de Outubro. A Presidência foi então mandatada para iniciar negociações com o Parlamento Europeu, o que já fez.

No que se refere às três “micro-autoridades” o objectivo da Presidência é definir uma abordagem geral para essas autoridades e, consequentemente, para a globalidade do “pacote” de supervisão na próxima reunião do Ecofin, em 2 de Dezembro, para podermos prestar contas ao Conselho em Dezembro.

Dispormos de uma estrutura a funcionar é importante para a indústria dos serviços financeiros, para o mundo extra-europeu e para os cidadãos da Europa. O “pacote” incluirá uma disposição que prevê a sua revisão dentro de três anos. Nessa altura, poderemos rectificar quaisquer elementos que dêem mostras de funcionar menos bem ou de serem menos eficazes.

A actual estratégia de criação de emprego e de crescimento da UE, a Estratégia de Lisboa, expira no ano que vem. É por isso imperioso que a UE acorde numa nova estratégia que se mostre capaz de promover uma óptica de crescimento e prosperidade a longo prazo. Essa será uma das questões de maior relevância nos próximos meses e um dos temas prioritários da Presidência espanhola que está para entrar em funções.

A crise económica e financeira gerou uma pressão no sentido da adopção imediata de medidas tendentes a mitigar o respectivo impacto no crescimento e no mercado de emprego. Por outro lado, pôs a nu debilidades estruturais e conferiu mais visibilidade aos desafios de longo prazo com que as nossas economias estão confrontadas.

Manter e fortalecer a competitividade da Europa no mercado global, combater as alterações climáticas e enfrentar os desafios resultantes do envelhecimento da população são tarefas exigentes para a União Europeia

e seus Estados-Membros a médio e longo prazos. Requerem soluções comuns e coordenadas, uma visão comum e um programa europeu de reforma reforçado para os próximos dez anos.

A visão tem que ver com converter os desafios em oportunidades. Tem que ver com dar uma concretização cabal ao potencial do mercado interno e explorar as vantagens do comércio internacional e da abertura. Tem que ver com reconhecer as oportunidades que o processo de transformação da Europa numa economia eco-eficiente, ou inteligente no plano climático, e de criação de um mercado de trabalho com elevados níveis de emprego, finanças públicas sustentáveis e coesão social encerra.

Durante a Presidência sueca, está a ser levada a cabo a segunda avaliação da execução da estratégia de sustentabilidade da UE. Fizeram-se progressos em muitas áreas. Por outro lado, há diversas áreas em que foram identificadas tendências insustentáveis. Entre estas últimas, incluem-se o crescimento acelerado da procura de recursos naturais, a perda de biodiversidade, o aumento do consumo de energia do sector dos transportes e a perpetuação da pobreza a nível global.

Suscitámos a questão de como podemos monitorar e seguir a estratégia de forma mais capaz e eficiente, incluindo a de saber como tirar partido dos benefícios da coordenação derivada da interacção com outras estratégias da UE, como, por exemplo, a Estratégia de Lisboa.

O Conselho Europeu discutirá ainda a política marítima integrada. A Comissão apresentou recentemente um relatório de progresso. O Conselho Europeu examinará o relatório e pronunciar-se-á sobre a direcção a imprimir futuramente a esse importante trabalho trans-sectorial. Nesta matéria, gostaria de salientar que estamos animados de uma visão de crescimento económico sustentável e acção e inovação eco-eficientes.

Passarei agora a outro importante ponto da agenda do Conselho Europeu, a saber, a adopção de um novo programa de trabalho quinquenal no domínio da liberdade, segurança e justiça. O Programa de Estocolmo pretende ir mais longe do que o Programa de Haia, que está actualmente em vigor e que foi adoptado em 2004.

O programa tem subjacente uma visão de uma Europa mais segura e mais aberta, onde os direitos dos indivíduos são protegidos. O programa é produto de intensos contactos e discussões desenvolvidos no seio do Conselho e com o Parlamento Europeu. Houve também valiosas contribuições dos parlamentos nacionais, da sociedade civil, de organismos da UE e de diversas agências e autoridades.

Os meus colegas suecos Beatrice Ask, Ministra da Justiça, e Tobias Billström, Ministro da Migração, estiveram aqui ontem a apresentar o Programa de Estocolmo num debate muito longo. Como tal, não vou repetir o que eles disseram, mas queria aproveitar o ensejo para frisar que se trata de um programa centrado em medidas específicas portadoras de valor acrescentado para a vida quotidiana dos cidadãos. Comporta actividades de cooperação fora da UE. A consecução do objectivo de criar uma Europa mais segura e mais aberta exige uma parceria genuína com os países nossos parceiros.

O trabalho futuro neste campo deve basear-se também num equilíbrio entre medidas destinadas a criar uma Europa segura e medidas destinadas a proteger os direitos dos indivíduos.

O ambicioso trabalho que tem sido desenvolvido e o nosso novo método de trabalho, com o reforço da participação do Parlamento na co-decisão, deverão facilitar o processo de adopção de um plano de acção mais apto a dar resposta a estes desafios de tomo.

Quanto às alterações climáticas, durante os trabalhos do Conselho Europeu, as negociações relativas ao clima estarão, naturalmente, a decorrer em paralelo em Copenhaga. Estas questões são importantes para a Europa e para o futuro do nosso planeta no seu todo. Há duas semanas, em Bruxelas, o Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt deu conta ao Parlamento dos resultados do Conselho Europeu de Outubro, incluindo as grandes linhas da posição da UE para a conferência de Copenhaga. Agora é imperioso continuarmos a deixar clara aos nossos parceiros do mundo inteiro a relevância que atribuímos a esta matéria, e imprimirmos às negociações o impulso necessário para que elas possam avançar. A Presidência sueca empenhará nessa missão todas as suas energias.

No mês que vem, o Conselho Europeu fará uma avaliação do estado das negociações em curso, com vista a tomar as decisões necessárias para que a cimeira de Copenhaga se salde por um sucesso.

Como é usual, na sessão do Conselho Europeu, poderá ser abordada uma série de questões de política externa, mas ainda é um pouco cedo para se poder prever quais serão as contempladas.

As principais prioridades da Presidência sueca têm sido responder aos desafios ligados às alterações climáticas e assegurar que a UE mantenha a liderança das negociações em Copenhaga, enquanto, por outro lado, continuamos a enfrentar a crise económica e financeira. Estas questões serão as principais prioridades na cimeira final.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, muitas são as vezes em que temos discutido as grandes oportunidades que o Tratado de Lisboa oferece à União Europeia e portanto gostaria, uma vez mais, de exprimir a minha satisfação pelo facto de que, da próxima vez que nos reunirmos, o faremos com o Tratado de Lisboa já em vigor. E, com o Tratado em vigor, é tempo de avançarmos de uma forma ainda mais decidida para lá dos debates institucionais, em direcção a políticas e resultados para os cidadãos.

As nomeações efectuadas a semana passada, pelas quais Herman Van Rompuy foi designado Presidente do Conselho e Catherine Ashton Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão, são os primeiros passos na via da plena implementação do Tratado de Lisboa. Sei que tanto o Presidente Van Rompuy como a Alta Representante e Vice-Presidente Baronesa Ashton estão ansiosos por levar o Tratado de Lisboa à prática.

A designação de Herman Van Rompuy foi uma decisão consensual dos Chefes de Estado e de Governo. É uma decisão que saúdo e que, pessoalmente, muito apoio. Herman Van Rompuy granjeou enorme respeito enquanto primeiro-ministro da Bélgica. Traz consigo uma combinação do europeísmo instintivo da Bélgica – Estado-Membro fundador da União Europeia e um país que sempre esteve na linha da frente deste projecto europeu – e as suas próprias aptidões como mobilizador de consensos: exactamente as duas qualidades mais preciosas a ter como Presidente do Conselho Europeu.

Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar a par dele, e de me juntar a ele aqui, nos debates plenários sobre o Conselho Europeu. É essencial que, embora todas as instituições tenham de trabalhar no respeito das suas competências próprias e das competências das outras instituições, todos trabalhem em conjunto para o bem europeu comum.

Estou extremamente orgulhoso e feliz por Catherine Ashton ter sido designada como primeira Vice-Presidente e Alta Representante. É uma nomeação que eu apoiei e aprovei no Conselho Europeu, tal como é exigido à luz dos tratados. Todos a conhecemos como alguém que possui tanto o talento político como o sentido de orientação necessários para assumir a exigente tarefa de primeira Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão. Posso assegurar-vos, pela minha própria experiência de trabalho com a Senhora Catherine Ashton como Membro da Comissão, da sua profunda dedicação ao projecto Europeu.

Como ontem referi, encontram-se concluídas todas as nomeações para a Comissão. Estou particularmente satisfeito pelo facto de, no prazo de uma semana, ter sido possível triplicar o número de senhoras nomeadas, que passaram de três para nove. Assim, a próxima Comissão terá nove Membros femininos, mais um do que a actual Comissão, e mais uma vez quero agradecer a todos os que me deram o seu apoio nesta difícil tarefa de atingir pelo menos um número razoável – não ideal mas razoável – de senhoras nesta Comissão.

Passo agora à questão da distribuição das pastas. É meu privilégio assegurar a esta Assembleia que o farei no estrito respeito das prioridades definidas nas orientações políticas que vos apresentei e que, através da vossa votação, foram aprovadas pelo Parlamento, e também respeitarei todos os compromissos que assumi perante o Parlamento nessa mesma ocasião. O Parlamento poderá assim realizar audições substantivas e votar sobre o próximo colégio em Janeiro.

No próximo mês, o Conselho Europeu dar-nos-á a primeira oportunidade significativa de mostrar que, agora, estamos concentrados no conteúdo das políticas, de mostrar que isso fará a diferença. Gostaria de me debruçar sucintamente sobre três dossiers-chave que estarão particularmente em foco.

Primeiro, as alterações climáticas. A realização de um Conselho Europeu uma semana antes da conclusão da Cimeira de Copenhaga é certamente oportuna. A União Europeia mostrou ser pioneira nas acções relativas às alterações climáticas. Fomos os primeiros a mostrar que um sistema global de fixação de limites e comércio de direitos de emissão máximos ("cap and trade") pode funcionar. Fomos os primeiros a colocar sobre a mesa um objectivo vinculativo, e exigente, de redução das emissões. Assumimos a dianteira na definição de como o mundo em desenvolvimento pode dar um contributo real para financiar os custos inerentes ao combate às alterações climáticas nos países em desenvolvimento.

Mas, à medida que a preparação da conferência de Copenhaga se aproxima do seu fim, a pressão cresce. Temos que nos manter unidos e continuarmos focados no nosso objectivo de reduzir as emissões a nível mundial e conseguir que seja colocado sobre a mesa o financiamento necessário. É essa a nossa missão. Temos de dizer de uma forma clara que não pode ser apenas a Europa a levar a cabo essa tarefa: necessitamos

que outros, designadamente as grandes economias, contribuam também para os ambiciosos objectivos a traçar.

Quais deverão ser as mensagens-chave do Conselho Europeu? Antes de mais, que queremos que de Copenhaga emane um acordo ambicioso e significativo que consagre, pelo menos, o objectivo dos 2º C. Isto é essencial. Por vezes vemos políticos e diplomatas a negociar. Eles podem negociar – nós podemos negociar – uns com os outros, mas não podemos negociar com a ciência. Não podemos negociar com a ciência da natureza. Não podemos negociar contra os conselhos dos cientistas, e isto é o mínimo que temos de conseguir: chegar a um acordo compatível com o objectivo dos 2º C. Assim, temos de estabelecer metas reais e efectivas de redução das emissões para os países desenvolvidos, bem como acções substantivas por parte dos países em desenvolvimento, especialmente as economias emergentes caracterizadas por uma elevada taxa de crescimento. O acordo deverá igualmente ser abrangente, cobrindo todo o leque de questões consignadas no roteiro de Bali.

Em segundo lugar, mesmo se em Copenhaga não for possível concluir um novo tratado, o que seria deveras lamentável, deverá ficar estabelecido um acordo operacional baseado em compromissos reais assumidos por todos, para o qual todos os principais intervenientes contribuam e que seja aprovado ao mais elevado nível político. Necessitamos de um texto político claro e simples que mostre que, no combate às alterações climáticas, estamos a passar das palavras à acção. E deve ficar explícito que este acordo será transformado num tratado plenamente amadurecido logo que possível.

O acordo deve ser preciso. Por outras palavras, deve estabelecer valores individuais específicos em matéria de redução das emissões e definir um pacote de financiamento pormenorizado, para ajudar os países em desenvolvimento não só a desenvolver programas de mitigação mas também a adaptarem-se às alterações climáticas. Em particular, será muito importante dispor de financiamento de arranque rápido.

Por último, considero fundamental o envolvimento dos altos dirigentes, pois estas são decisões complexas que têm de ser tomadas aos mais elevados níveis de governação. Folgo em saber que, na sequência do convite do Primeiro-Ministro Rasmussen, já há pelo menos 65 Chefes de Estado ou de Governo, ou por aí, que tencionam participar na Cimeira de Copenhaga. Eu próprio estarei presente.

Outro tema-chave é o Programa de Estocolmo no domínio da justiça, liberdade e segurança. As pessoas desejam viver numa União Europeia que seja próspera e pacífica, onde os seus direitos sejam respeitados e a sua segurança protegida. Desejam poder viajar livremente e mudar temporariamente ou permanentemente para outro país europeu, a fim de aí estudar, trabalhar, constituir família, montar um negócio ou viver a reforma.

Percorremos um longo caminho nos últimos dez anos. A supressão dos controlos nas fronteiras internas do espaço Schengen permite a mais de 400 milhões de cidadãos de 25 países viajar sem controlos fronteiriços da Península Ibérica aos Estados Bálticos, da Grécia à Finlândia.

O Tratado de Lisboa dá-nos agora a oportunidade de prosseguir em frente. Todos sabemos que é nos domínios da liberdade, da segurança e da justiça que se verificarão algumas das mais significativas mudanças introduzidas pelo novo Tratado. O Tratado de Lisboa insere totalmente esta área de intervenção no âmbito dos nossos procedimentos normais. Clarifica quais as medidas que podem ser empreendidas e, em particular, alarga o enquadramento democrático destas políticas através do pleno envolvimento do vosso Parlamento.

O Programa de Estocolmo, que assenta em larga medida em contributos e propostas da Comissão, será uma alavanca fundamental para permitir que isso aconteça. Deverá definir o contexto para um programa de acção abrangente e eficaz, capaz de trazer uma verdadeira mudança e benefícios reais aos nossos cidadãos.

O programa que emanar do Conselho Europeu deverá definir as prioridades orientadoras no domínio da justiça e assuntos internos para os próximos anos e mostrar como as mesmas serão postas em prática. Um respeito efectivo pelos direitos fundamentais, um melhor acesso aos tribunais, medidas mais determinadas contra a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e o terrorismo, e gestão eficaz da migração – eis alguns dos domínios em que o Programa de Estocolmo deverá definir um conjunto de passos em frente concretos. São domínios que exigem igualmente uma forte aproximação aos países terceiros nossos parceiros, e estou determinado, no nosso trabalho em conjunto, a esforçar-me pela optimização dos nossos interesses globais.

Por último, devemos continuar a centrar a nossa atenção na resolução da crise económica. Através da sua actuação, a União Europeia deu um grande contributo no ano passado. Devemos agora manter a força dos nossos propósitos e o sentido das prioridades. Devemos acompanhar de perto as nossas medidas de

recuperação, especialmente tendo em atenção que o desemprego continua a subir. A nossa prioridade máxima deve ser conservar os postos de trabalho das pessoas e ajudar aqueles que perderam o emprego a voltar ao mercado de trabalho.

Devemos igualmente começar a dar forma a uma agenda pós-crise para explorar novas fontes de crescimento e encontrar novas oportunidades de emprego. Refiro-me concretamente à agenda que delineámos na estratégia "UE 2020", ao documento de consulta que a Comissão ontem distribuiu. Estou desejoso de escutar as reflexões do Parlamento e de incluir as vossas opiniões no documento final.

O Conselho Europeu terá também de passar um teste de ambição no que respeita aos progressos em torno do pacote de supervisão financeira. Sei que este objectivo é partilhado pelo Parlamento e exorto-vos a trabalhar juntamente com o Conselho, a fim de permitir a adopção final do pacote até meados de 2010, de modo a que as novas autoridades possam efectivamente assumir funções até ao final de 2010.

A terminar, as alterações climáticas, a liberdade, segurança e justiça, e a resposta à crise económica e financeira são os três domínios com impacto na vida quotidiana dos cidadãos, e três domínios onde o Conselho Europeu pode mostrar que o Tratado de Lisboa abriu de facto um novo capítulo na história do projecto europeu.

Para obtermos resultados significativos, teremos de trabalhar em parceria – em parceria entre a Comissão e o Parlamento, ao qual estou grato pelo constante apoio às ambições políticas avançadas pela Comissão nestes domínios; em parceria com a Presidência sueca do Conselho, que felicito verdadeiramente pelo trabalho árduo realizado; e em parceria com os nossos amigos dinamarqueses, na preparação da conferência de Copenhaga.

Tiremos o máximo partido do que temos pela frente. Trabalhemos em conjunto pelo bem comum europeu. A Comissão e eu próprio estamos dispostos a assumir o desafio. Estou certo de que este Parlamento, com os poderes reforçados que o Tratado de Lisboa lhe confere, demonstrará também o seu sentido de responsabilidade e o seu compromisso com a Europa dos cidadãos.

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, eis-nos chegados aqui finalmente.

Os Chefes de Estado ou de Governo escolheram Herman Van Rompuy para primeiro Presidente do Conselho Europeu e Catherine Ashton para Alta Representante. Quero agradecer a Fredrik Reinfeldt, último Primeiro-Ministro a assegurar a Presidência rotativa do Conselho Europeu. Obrigado por ter criado condições para que emergisse um consenso sobre as duas personalidades que terão a pesada tarefa de assegurar estas novas funções criadas pelo Tratado de Lisboa.

Hoje, nesta Assembleia, quero saudar as primeiras declarações do Presidente Van Rompuy, para quem, e cito, "a imagem do Conselho será construída com base nos resultados alcançados", e que defende uma abordagem passo a passo. É nesse método que o Grupo PPE se reconhece, um método a que eu chamaria "método Jean Monnet", uma forma de agir sem grandes efeitos especiais mas eficaz. Foi ele que nos conduziu dos conflitos de ontem para as mudanças de hoje. Foi ele que nos conduziu das longas esperas nas fronteiras para o espaço Schengen, das taxas de câmbio flutuantes para um euro estável. E, graças a esta construção da Europa degrau a degrau, foram realizados progressos consideráveis, ninguém pode negar.

Gostaria de os advertir, Senhoras e Senhores Deputados, contra as críticas fáceis que ouvimos nestes últimos dias. Estou a pensar, nomeadamente, naqueles que, pelo simples prazer de dizer umas coisas bonitas, se desqualificaram em declarações irresponsáveis.

Os membros do Grupo PPE também alimentam sonhos, como todos nós, mas a diferença é que trabalhamos para que esses sonhos se tornem realidade. Fizemo-lo com a construção da Europa, fizemo-lo com a reunificação e fizemo-lo também com o Tratado de Lisboa, que, apesar das imperfeições, nos fará avançar um pouco mais na direcção mais correcta. É isso que os Europeus esperam, caros colegas, e não apenas declarações sensacionais mas sem futuro.

Estamos convencidos de que o Presidente Herman Van Rompuy vai dedicar-se ao cargo com a mesma determinação e a mesma vontade com que se dedicou no seu próprio país, qualidades coroadas de êxito e reconhecidas por todos. O Presidente Van Rompuy tem total confiança do Grupo PPE, e dirijo-lhe os nossos encorajamentos para uma tarefa que será seguramente muito difícil.

Com efeito, espero que o Conselho evolua. Espero que ele evolua para mais transparência, que ele trabalhe mais confiadamente com o Parlamento e a Comissão. Espero que os Ministros deixem de gritar vitória nacional contra os seus parceiros mal regressam de Bruxelas, e que deixem de acusar a Europa de todos os

males. Por fim, espero que o Conselho não continue a mudar de posição conforme a personalidade que a ele preside. Espero, juntamente com o meu Grupo, tudo isto da primeira Presidência estável do Conselho. Senhora Comissária Malmström, a senhora não está em causa uma vez que já foi nomeada Comissária pelo seu país. Assim, já não tem opção, tem de falar de Europa.

Em nome do Grupo PPE, felicito também Catherine Ashton, nova Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão Europeia "Barroso I". Saudamos a sua nomeação e ouviremos atentamente as suas respostas às nossas perguntas na audição dos Comissários, no próximo mês de Janeiro. Será no seguimento desse processo que ela será investida integralmente nas suas funções de Vice-Presidente da Comissão "Barroso II".

Senhor Presidente, caros colegas, congratulo-me com o facto de já terem terminado as questões relativas às personalidades e de podermos finalmente, com toda a serenidade, abordar as questões de fundo. Sabemos que o Conselho Europeu de Dezembro será dominado por dois temas fundamentais. O primeiro é o da retoma do crescimento, que não funcionará sem uma retoma do emprego. Esperamos do Conselho Europeu compromissos concretos neste sentido.

O segundo tema é o do clima. Todos sabemos que o Conselho terá lugar exactamente na altura da conferência de Copenhaga, que não deve conduzir apenas a compromissos políticos, mas também a compromissos quantificados. Eis o essencial. Este primeiro Conselho Europeu pós Tratado de Lisboa deve permitir à Europa desempenhar plenamente o seu papel. Espero portanto que ela possa usar a sua influência e fazer valer as suas posições com uma determinação mais forte do que no passado.

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tanto presentes como ausentes, nos últimos dias que se seguiram à reunião do Conselho Europeu, debatemos bastante a questão das pessoas e dos cargos. Hoje, gostaria uma vez mais de lhe dirigir as minhas observações, Senhor Presidente da Comissão. Esse debate é importante para nós. No que diz respeito aos cargos, o nosso grupo tinha uma prioridade muito clara: na qualidade de segundo maior grupo deste Parlamento, manifestámos a nossa vontade de que o segundo lugar da Comissão, ou seja, o de Alto Representante, cujo titular desempenha também as funções de Vice-Presidente da Comissão, fosse oriundo da nossa família política. Isto, porque acreditamos que a Comissão, que não é uma organização neutra mas sim uma associação política, deve reflectir a realidade deste Parlamento. Alcançámos o objectivo pelo qual lutámos. Sei que também se empenhou nessa luta, razão pela qual gostaria de lhe exprimir os meus sinceros agradecimentos, apesar das críticas que geralmente lhe teço nesta Assembleia.

Aquilo que acabei de dizer transmite um sinal positivo, pois mostra que V. Exa. leva a sério as reivindicações que nós, social-democratas, fazemos neste Parlamento, visto termos ainda algum caminho a percorrer antes da votação final da Comissão. Esperamos também que a estrutura das pastas que vier a atribuir aos vários Comissários reflecta o conteúdo e os desafios que estes enfrentam. Trata-se, a meu ver, de um assunto muito mais relevante do que o debate sobre pessoas e cargos.

Congratulamos, evidentemente, pelo facto de Cathy Ashton ocupar agora o cargo de Alto Representante. Sobre Herman Van Rompuy já se disse o suficiente e estou de acordo com os oradores anteriores. A questão mais importante, porém, é a de saber que tarefas irão ambos desempenhar. Não acredito que os cidadãos europeus tenham verdadeiro interesse em saber como é que Herman Van Rompuy e a Baronesa Ashton foram eleitos. Já a forma de reduzir o desemprego – que neste momento está a aumentar na Europa, e não o contrário – esse sim, é um assunto pertinente. As pessoas têm interesse em saber se, de facto, ainda é possível evitar as alterações climáticas e se a Cimeira de Copenhaga vai ser um êxito ou um fracasso. Mas isso não chega. Em minha opinião, não se fala o suficiente sobre o tema das alterações climáticas. Por exemplo, não se discute suficientemente o facto de existir um enorme potencial de criação de emprego no domínio da luta contra às alterações climáticas, ou no domínio do investimento em tecnologias respeitadoras do ambiente no sector da indústria; ou o facto de a tecnologia "verde" ser um projecto para o futuro; ou ainda o facto de a política industrial e a protecção do ambiente não serem domínios que se excluem mutuamente, antes podendo combinar-se entre si.

As ideias que V. Exa. aqui apresentou relativamente à composição da Comissão apontam na direcção certa. Eis uma questão que necessita de ser decidida em Copenhaga, exactamente como a da política global de saúde: deverá a Europa demonstrar solidariedade para com um continente moribundo como a África, colaborando no combate à SIDA e disponibilizando recursos para o futuro? Será possível encontrar uma solução pacífica para os problemas de segurança energética da Europa, ou estaremos sob a ameaça de uma intensificação de conflitos nas fronteiras europeias, como consequência da aquisição de gás, petróleo e outras matérias-primas? Trata-se de uma tarefa para a Alta Representante da União Europeia. O controlo dos mercados financeiros é um objectivo prioritário da política europeia, pois é absolutamente escandaloso que,

numa fase em que os contribuintes europeus continuam a suportar os custos decorrentes da crise, o casino esteja novamente aberto e os jogadores tenham recomeçado a viajar à volta do mundo. Neste caso, não necessitamos de um debate sobre a atribuição de cargos, mas sim de regras muito claras para os mercados financeiros da União Europeia. Essa sim, é uma questão muito mais premente.

(Aplausos)

É por isso que digo: sim, Herman Van Rompuy e Cathy Ashton foram eleitos, mas agora é necessário que iniciem funções e que a Comissão seja constituída. Assim sendo, gostaria de repetir, por fim, as minhas advertências ao Senhor Presidente José Manuel Barroso: nós, social-democratas, debatemos as nossas ideias consigo. Um dos pedidos que formulámos foi satisfeito a nosso contento, nomeadamente no que diz respeito à atribuição do cargo de Alto Representante. Presumimos que a composição política da sua nova equipa, nas vertentes ambiental, social e financeira, irá corresponder aos desejos expressos pelo nosso grupo político, de preferência sob a liderança de Comissários social-democratas – e então tudo estará bem.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, não vou retomar o tema das nomeações da semana passada. Vou apenas dizer que houve boas e más notícias. As más notícias são que não foi um Liberal a ocupar o lugar de Presidente, e as boas notícias são o facto de se tratar de um belga. Como aqui afirmou o Presidente da Comissão, a Bélgica é efectivamente um país onde existe um consenso global, nomeadamente, sem qualquer dúvida, em relação às questões europeias e ao futuro da Europa.

Assim, Senhor José Manuel Barroso, o que esperamos agora é ter uma nova Comissão o mais rapidamente possível. Espero que haja um grande número de Comissários liberais entre os seus membros – alguns dizem que há demais mas, para mim, 50% já seria bom! Penso que quase um terço de Comissários liberais é um bom número. Seja como for, estou muito satisfeito pelo facto de, entre os oito Comissários liberais apresentados como candidatos à Comissão, quatro serem mulheres, o que significa que há um equilíbrio de género na presença liberal na Comissão.

No que respeita a prioridades, penso que existem três prioridades principais para os próximos dias e semanas. Em primeiro lugar, Copenhaga. Temos de fazer desta cimeira um êxito. Em minha opinião, ainda há duas questões por resolver: primeiro, como dar resposta às preocupações do mundo em desenvolvimento, segundo, como conseguir um acordo juridicamente vinculativo, pois aí é que está o principal problema. A questão de saber qual deverá ser o conteúdo do acordo é importante mas, mais importante ainda, em minha opinião, é o carácter juridicamente vinculativo que tudo isto deverá ter.

A segunda prioridade é o Programa de Estocolmo. Para o nosso grupo, o ponto principal, aqui, é o equilíbrio entre segurança e liberdade. É óbvio que temos de proteger os nossos cidadãos contra o terrorismo e a criminalidade organizada mas, possivelmente, na sequência do 11 de Setembro, centrámo-nos demasiado na segurança e na protecção. Creio que o Programa de Estocolmo – e também a filosofia da vossa Presidência – deverá reequilibrar essa abordagem no sentido de um maior respeito pelos direitos fundamentais e também de uma maior abertura na sociedade. Creio que esta deve ser a nossa grande ambição, e o que o Programa de Estocolmo deve fazer. A opinião do nosso grupo, o Grupo ALDE, é que este programa é mais ambicioso que o Programa de Tampere e o Programa da Haia, mas que, em simultâneo, dá mais importância aos direitos fundamentais dos cidadãos. É positivo proteger e organizar a segurança, mas importa fazê-lo de uma forma equilibrada e no respeito dos direitos fundamentais.

A terceira grande tarefa para os próximos dias, como aqui referiu o Presidente da Comissão, é a supervisão financeira. Senhor José Manuel Barroso, creio que está porventura a tornar-se cada vez mais claro que, em última análise, é de um supervisor financeiro único europeu que necessitamos. Precisamos de um bom órgão de supervisão para as instituições financeiras transfronteiras, que faça a articulação entre a micro e a macro-supervisão e, nesse contexto, estabeleça uma ligação tão estreita quanto possível com o Banco Central Europeu, por que não? Naturalmente, também com o que se passa na Comissão.

O que importa agora é que o Conselho não reduza as propostas que se encontram sobre a mesa. Neste momento, é esse o meu receio. No Parlamento, estamos a exercer pressão no sentido de propostas mais ambiciosas, mas temo que a tentação no Conselho, de momento, seja no sentido oposto. Por conseguinte, é absolutamente necessário que haja um bom entendimento a este respeito entre a Comissão e o Parlamento, o que passa por dizer ao Conselho: este é um procedimento de co-decisão, por isso, se apresentamos as nossas propostas e o Conselho apresenta propostas redutoras que vão ao encontro das da Comissão, isso não vai resultar a nível do Parlamento, pois nós encaminhamo-nos na direcção oposta.

Ceio que existe aqui, no Parlamento, uma maioria a favor de avançarmos no sentido de um supervisor único. Vamos necessitar dele no futuro, e creio que esta é uma mensagem importante a transmitir a V. Exa., para que a transmita à Presidência, pois vai haver certamente uma enorme discussão sobre este tema em 10 e 11 de Abril, quando do próximo Conselho Europeu.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, decerto compreenderá que eu, como líder de um dos grupos desta Assembleia, me congratule pelo facto de nós, mulheres, termos conseguido dar maior visibilidade às nossas congéneres que ocupam cargos de topo na União Europeia. Cremos, porém, que é importante que as mulheres não sejam consideradas apenas em termos numéricos. V. Exa. poderá contar com a nossa ajuda para garantir que elas venham a ocupar cargos influentes no seio da Comissão. Não queremos gestos meramente simbólicos.

Tem havido imensa publicidade em torno dos nomes designados para os cargos de topo, respectivamente Herman Van Rompuy e a Baronesa Ashton. Os deputados deste Parlamento estão mais familiarizados com Lady Ashton do que com o ex-Primeiro-Ministro belga Van Rompuy. Teremos oportunidade de os conhecer ainda melhor no decurso das audições. Peço-lhe que sugira a Herman Van Rompuy que venha encontrar-se com os grupos deste Parlamento, para que possamos saber um pouco mais sobre ele. Todos dizem que os Belgas têm imenso orgulho na sua pessoa. Por que é que ele não participa voluntariamente num debate com os grupos políticos aqui representados, para que possamos ficar a conhecer-nos melhor, desde o início do seu mandato?

Acabei de lançar um olhar retrospectivo à semana que passou. A próxima cimeira está prestes a arrancar. Senhor Deputado Schulz, não me parece que se fale assim tão pouco de Copenhaga. O que tiramos é muito poucas conclusões lógicas dos nossos debates. Esta semana, o Parlamento irá votar uma resolução que, a acreditar nas Nações Unidas e nos cientistas, inclui tudo o que seria apropriado para Copenhaga. Com o tempo, os cidadãos europeus têm vindo a afastar-se progressivamente dessas recomendações. A meu ver, as causas que explicam este fenómeno são, por um lado, o facto de a protecção do clima ser encarada como um fardo, e, por outro, o não reconhecimento das oportunidades proporcionadas por uma política climática coerente.

Outro ponto na agenda da próxima cimeira é a Estratégia de Lisboa. Uma das tarefas a longo prazo no âmbito desta Estratégia consistiu na promoção do desenvolvimento sustentável, algo que, no entanto, não fomos capazes de alcançar. Sempre se atribuíram diferentes níveis de importância aos diferentes pilares da Agenda de Lisboa. Domínios como o ambiente, a justiça social e a sustentabilidade foram sempre marginalizados, a favor de prioridades mais antigas e – em minha opinião – ultrapassadas, relativas às políticas industrial, económica e até de investigação. Se a intenção é decidir, na próxima cimeira, que devemos adoptar na Primavera a Estratégia de Lisboa renovada, não teremos tempo para analisar os pontos fracos da Estratégia de Lisboa – a qual, em meu entender, falhou. Por que motivo mergulhámos numa crise económica tão desastrosa? Por que razão temos tantos problemas a nível social e do mercado de trabalho na União Europeia? Não nos parece que seja boa ideia preparar e rever a Agenda de Lisboa sem efectuar uma reflexão cuidadosa, sem proceder a uma auto-crítica, sem lançar um verdadeiro processo de consulta, como o que foi exigido pelos sindicatos e pela Plataforma Social; porque a Estratégia de Lisboa tem uma importância fundamental para todos nós e para o futuro da União Europeia.

Por último, gostaria de me deter sobre o Programa de Estocolmo. Tal como muitos outros grandes programas, também este parece ser bastante positivo; é essa a voz corrente e parece ser essa também a opinião geral. No entanto, o meu grupo tem a impressão de que existe um desequilíbrio entre liberdade e segurança. Não concordamos com este desenvolvimento e procuraremos ilustrá-lo, recorrendo ao exemplo do acordo SWIFT. A não inclusão do SWIFT na agenda foi um erro grave. Senhor Presidente Barroso, V. Exa. está a tentar passar por cima do Parlamento com este acordo provisório, ao mesmo tempo que ignora as preocupações relativamente à protecção de dados. Trata-se de um indício claro de que não existe actualmente um equilíbrio entre liberdade e segurança.

Timothy Kirkhope, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejo a Herman Van Rompuy e a Catherine Ashton as maiores felicidades nas suas novas funções, e faço votos de que possam estabelecer modelos duradouros para os seus respectivos cargos.

Se o Conselho Europeu vai ter um Presidente semi-permanente, este deve ser alguém que assuma uma abordagem discreta mas prática em relação à obtenção de consensos entre os Estados-Membros, sempre que eles sejam possíveis e desejáveis. Se vamos ter um Alto Representante para os Assuntos Externos com poderes

reforçados, a sua principal missão deve ser trabalhar em estreita cooperação com os Estados-Membros na coordenação de políticas comuns, sempre que os Estados-Membros tenham objectivos comuns.

Estas nomeações devem constituir uma oportunidade para pôr cobro, de uma vez por todas, à visão assustadora de uma política externa e de segurança da UE cada vez mais centralizada e burocrática, privilegiando uma política assente na cooperação e boa vontade dos Estados-Membros.

De modo especial, a nomeação da Baronesa Ashton, na sua qualidade de Comissária em funções, deve ter sido motivo de particular regozijo para o Presidente Barroso. Este facto não deve, porém, constituir uma oportunidade para a Comissão ter ainda mais poderes, em lugar de estes irem para as instituições democráticas da Europa.

De qualquer forma, ao cabo de uma década a viver obcecada com as suas próprias instituições, é tempo de a União Europeia voltar à acção. Afirmar-se amiúde que os cidadãos dos nossos Estados-Membros não compreendem a UE e que, se a compreendessem, ela seria muito mais popular. Esta afirmação, porém, falha num ponto essencial. Os nossos cidadãos compreendem bem demais a auto-absorção da União Europeia. O que não compreendem é por que razão são despendidos tanto tempo, esforços e recursos nos processos institucionais, e tão poucos em resultados políticos concretos que façam realmente a diferença nas suas vidas.

Os nossos cidadãos vêem que as nossas economias estão em crise, que o desemprego está a aumentar, que as empresas estão a ter mais dificuldades para gerar crescimento, que as alterações climáticas registam um agravamento, e que outras partes do mundo se estão a tornar, dramaticamente, cada vez mais competitivas.

Todavia, quando se viram para a UE, encontram uma União que dedicou anos a estas brigas institucionais. Por que se hão-de ralar com os pormenores da votação por maioria qualificada quando perderam o seu emprego? Por que se hão-de interessar pela complexidade do processo de co-decisão quando os seus filhos enfrentam um futuro tão incerto?

Espero que as nomeações da semana passada ponham termo a estes anos de introspecção. A União Europeia tem agora de avançar e de se concentrar nas tarefas reais que tem em mãos, na construção de economias dinâmicas e competitivas, na criação de um sistema de comércio global forte e, concretamente no decurso das próximas semanas, em conseguir um acordo verdadeiramente eficaz no domínio das alterações climáticas.

Reconheço que são estimulantes as palavras da Presidência sueca e do Presidente Barroso a esse respeito. É de esperar que assistamos agora a resultados práticos noutros domínios, vitais para os nossos cidadãos.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)

John Bufton (EFD). – (EN) Senhor Presidente, após as belas palavras aqui proferidas pelo senhor deputado Kirkhope em relação à situação em que nos encontramos, a pergunta que coloco ao mesmo é a seguinte: não acha que negaram ao povo britânico um referendo, que David Cameron prometeu no Reino Unido? V. Exa., Senhor Deputado, está aqui agora sem um mandato, e o resultado final é que, no Reino Unido e na maior parte da União Europeia, as pessoas não tiveram uma palavra a dizer sobre o Tratado de Lisboa.

David Cameron deveria ter vergonha de si próprio. Quanto aos Conservadores nesta Assembleia, a forma como votam é exercendo pressão a favor de tudo o que é verde. É avante, avante, o tempo todo. Defendem a Europa. Penso que é chegado o momento de se definirem e de dizerem às pessoas, no Reino Unido, qual é exactamente a vossa posição.

Timothy Kirkhope (ECR). – (EN) Senhor Presidente, lamento muito que a política interna britânica se tenha aparentemente intrometido nos nossos trabalhos esta manhã. O que quero deixar bem claro é que não tenho a menor vergonha de nada do que o dirigente do Partido Conservador britânico tem dito ou feito, e que, em particular, todos sabem claramente que sempre afirmámos que, se o Tratado de Lisboa não tivesse sido ratificado, teríamos querido que ele fosse submetido à votação do povo britânico. Creio que se trata de uma posição honrada da nossa parte.

Penso que os que falam de objectivos irrealistas em relação à Europa, os que falam de uma forma extremista e obsessiva, não trazem nada de bom àqueles de quem eu falava na minha intervenção – aos cidadãos, não só da Europa, em geral, mas também, em particular, do meu país, que desejam ter prosperidade e ter certezas, na sua vida e em relação ao futuro. A miopia institucional de que eu falava verifica-se tanto nessas pessoas como em qualquer das instituições da Europa.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, em nome do Grupo GUE/NGL, gostaria de dar as boas-vindas aos dois candidatos. Acima de tudo, congratulamo-nos com o facto de ter sido eleita uma mulher. Partimos do princípio de que ambos os candidatos aos altos cargos, além de se concentrarem nas respectivas responsabilidades, irão também desenvolver uma abordagem de cooperação relativamente ao Parlamento.

Esperamos que o Conselho lide mais de perto com os problemas sociais resultantes da crise e que daí retire as conclusões acertadas. Até agora já foram pagos milhares de milhões de euros aos banqueiros, mas a ajuda ao cidadão comum foi praticamente nula. O senhor deputado Schulz tem razão quando diz que o casino está novamente aberto, apesar de a pobreza, sobretudo a pobreza infantil, estar a aumentar.

Por toda a Europa, perderam-se quatro milhões de empregos em consequência da crise. De acordo com relatórios da Comissão, esse número poderá aumentar para sete milhões no decorrer do próximo ano. Sabemos que, neste tipo de estimativas, os valores são muitas vezes inferiores aos reais. É importante salientar, por exemplo, que na Alemanha há um milhão e meio de pessoas em regime de trabalho a tempo reduzido.

No entanto, o desemprego crescente e a pobreza são os primeiros indícios de uma desigualdade de oportunidades ainda mais acentuada, que terá um profundo impacto nas oportunidades educativas. Precisamos também de discutir este assunto. A questão que se coloca é a seguinte: conseguirão os Chefes de Estado ou de Governo encontrar saídas para a crise, que combinem o conceito europeu de integração com o progresso social, e que tenham um verdadeiro impacto nos cidadãos da Europa? Em vez de estratégias de saída para programas de recuperação económica ou de esforços de consolidação orçamental obrigatória, precisamos, sim, de uma mudança de política. A este respeito, tenho apenas três comentários a fazer. Em primeiro lugar, esperamos que o Conselho apresente uma declaração, expondo a sua posição relativamente aos planos para a estratégia de 2020, que visa substituir a fracassada Estratégia de Lisboa. Inovação e conhecimento, combate à exclusão, estratégias económicas "verdes", uma Europa digital – como lista de *slogans* não soa mal, não. No entanto, necessitamos urgentemente de propostas concretas que expliquem como todas estas ideias poderão ser implementadas.

Em segundo lugar, o Conselho deverá empenhar-se definitivamente na criação de um sistema de controlo rigoroso para os mercados financeiros. Tenho algumas dúvidas legítimas quanto ao modo como um tal sistema poderá ser articulado com os Tratados existentes já que, nalguns casos, as restrições à livre circulação de capitais e de pagamentos não são permitidas, nem desejáveis.

Em terceiro lugar, gostaria de sublinhar uma vez mais que, depois de Copenhaga, o Conselho deverá dar um sinal claro da necessidade de um acordo juridicamente vinculativo sobre as alterações climáticas. Os compromissos voluntários nunca atingiram o objectivo pretendido.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, estão todos muito em baixo esta manhã. E eu a pensar que isto ia ser um momento alto, de grande orgulho! Levou-vos oito anos e meio de intimidação, de mentiras, de desrespeito dos referendos democráticos. Levou-vos oito anos e meio a conseguir fazer passar este tratado, e em 1 de Dezembro vão tê-lo.

Claro está que o arquitecto de tudo isto, Giscard d'Estaing, queria que a União Europeia, com base neste tratado constitucional, tivesse uma grande voz global, mas temo que os líderes tenham sofrido uma perda colectiva de dinamismo. Decidiram que quem querem que tenha visibilidade na cena mundial não é alguém da União Europeia, mas sim eles próprios, e portanto nomearam um par de pigmeus políticos.

A pergunta de Henry Kissinger sobre a identidade da pessoa a quem deveria telefonar, na Europa, permanece por responder, não é verdade? Penso que a resposta só pode ser José Manuel Barroso, pois é o único de quem já toda a gente no mundo ouviu falar e que, porventura, é o grande vencedor em relação a estes cargos. Não admira, Senhor Presidente Barroso, que esteja com um ar tão bem disposto esta manhã.

E temos um novo presidente da Europa, Herman Van Rompuy. Não é fácil de pronunciar, pois não? Não o vejo a fazer parar o trânsito em Pequim ou Washington; duvido mesmo que alguém em Bruxelas o reconhecesse. Contudo, vai receber um salário mais elevado do que o de Barack Obama, e com isto está tudo dito sobre esta classe política europeia e sobre a forma como se tratam a si próprios.

Mas, pelo menos, trata-se de um político eleito, ao contrário de Catherine Ashton, que é a verdadeira personificação da classe política moderna. Nalguns aspectos, ela é ideal, não é verdade? Nunca teve um verdadeiro emprego e, em toda a sua vida, nunca foi eleita para nada. Julgo, pois, que é perfeita para esta União Europeia.

(O Presidente solicita ao orador que termine a sua intervenção)

Nunca foi eleita para nada e ninguém sabe quem ela é! O próprio Primeiro-Ministro se referiu à Baronesa "Ashdown", em lugar de Ashton. Por outras palavras, jamais alguém ouviu falar dela. Ainda é menos conhecida do que Herman Van Rompuy! Resumindo e concluindo, houve que mexer cordelinhos, não?

Teve uma ascensão que passou despercebida. Faz parte desta era pós-democrática. Casou bem: o seu marido é conselheiro, amigo e apoiante de Tony Blair, e ela conseguiu entrar para a Câmara dos Lordes. Quando estava na Câmara dos Lordes, confiaram-lhe um grande trabalho, que consistiu em fazer passar o Tratado de Lisboa na Câmara dos Lordes, pretendendo que este era totalmente diferente da Constituição da União Europeia. Portanto, ela é boa a fazer de conta, e rejeitou vigorosamente na Câmara dos Lordes toda e qualquer tentativa no sentido de o povo britânico ter um referendo.

Eis, pois, o seu retrato: nunca se candidatou a um cargo público, nunca teve um emprego na verdadeira acepção do termo, e agora vai ter um dos cargos de topo na União Europeia. A sua nomeação é uma situação embaraçosa para o Reino Unido.

(Interjeição da Assembleia)

Bem, pelo menos eu, Senhor Presidente, ao contrário dela, fui eleito! Ela não foi eleita e os cidadãos não têm poder para a destituir.

Mas ouçam o que vem a seguir. Há algo ainda mais grave do que tudo isto. Catherine Ashton foi um membro activo da campanha em prol do desarmamento nuclear. Aliás, foi tesoureira da campanha em prol do desarmamento nuclear numa altura em que esse movimento recebeu avultados donativos e se recusou a revelar a fonte dos mesmos. O que se sabe é que estes donativos eram obtidos por um homem de nome Will Howard, que era membro do Partido Comunista no Reino Unido. Irá a Baronesa Ashton negar que, enquanto tesoureira, recebeu fundos de organizações contrárias ao capitalismo e à democracia ao estilo ocidental? Esta questão tem de lhe ser colocada.

E ficaremos satisfeitos ao saber que uma pessoa que será responsável pela nossa política externa foi, há uns anos, activista num movimento como a campanha para o desarmamento nuclear? Se ficamos satisfeitos, então, francamente, precisamos de ser repreendidos. Pessoalmente, não acho que ela seja a pessoa indicada nem adequada para exercer este cargo. Não tem experiência, e tem de responder às questões que aqui levantei. Recebeu dinheiro de inimigos do Ocidente? Tem de responder a esta pergunta.

Ora bem, temos, então, os nossos dois pigmeus. Teremos os brandos a dirigir os brandos e, pela minha parte, nada tenho a celebrar, pois ambos vão exercer pressão no sentido da união política e, enquanto os nossos dirigentes terão, porventura, por ora, salvado a sua própria reputação na cena internacional, todos eles traíram as suas democracias nacionais. O Estado europeu já é uma realidade. Estamos prestes a receber uma avalanche de leis devido a este Tratado de Lisboa e, pela minha parte, não tenho a menor dúvida de que deve haver um referendo total, livre e justo no Reino Unido para decidir se continuamos ou não a fazer parte desta União. Espero fervorosamente que o nosso voto seja no sentido de nos retirarmos, mas, em qualquer dos casos, tem de ser dado às pessoas o direito de se pronunciarem.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)

Presidente. – Umas breves palavras ao senhor deputado Farage. Seria uma muito boa ideia se conseguíssemos acalmar um pouco esta atmosfera, pois algumas palavras e expressões nem sempre são fáceis de aceitar.

Edit Herczog (S&D). – (EN) Senhor Presidente, o senhor deputado Farage afirmou que os que foram eleitos na semana passada não são pessoas que façam parar o trânsito. Foi por essa razão que os elegemos – porque queríamos eleger pessoas capazes de fazer o trânsito circular para todos os cidadãos europeus, para que tenham uma vida melhor, e é isso que ambos vão fazer.

Herman Van Rompuy e Catherine Ashton são pessoas ao serviço das pessoas, e os 480 milhões de europeus em breve se darão conta disso. Creio que é este o desafio. Temos de os apoiar. Temos de defender a sua integridade pessoal. A si, Senhor Deputado Farage, gostaria de lhe citar um dito popular húngaro. Ainda bem que aqui está, porque, se o macaco subisse à árvore, seria mais fácil ver-lhe o traseiro!

Nigel Farage (EFD). – (EN) Senhor Presidente, com o devido respeito, penso que a senhora deputada passou completamente ao lado da questão, pois, por duas vezes, falou nos "que foram eleitos a semana passada".

Ora, eles não foram eleitos. É essa a minha questão e, no caso concreto da Baronesa Ashton, trata-se de uma pessoa que, em toda a sua vida, jamais foi eleita para um cargo público. Assume agora um cargo em que vai ter um poder imenso, e os cidadãos da Europa, do Reino Unido, de todos os outros Estados-Membros, não terão possibilidade de lhe pedir contas nem de a destituir, e isso, fundamentalmente, é o que está errado em toda esta União Europeia. É tudo uma questão de burocracia versus democracia. As coisas assumiram um caminho verdadeiramente horrível.

Mas se me permite, Senhor Presidente, gostaria de lhe colocar uma pergunta. Pareceu sugerir que eu teria dito algo inadequado, excessivo, ou errado. Não se importa de explicar o que foi? Gostaria de saber.

Presidente. – A sua forma de descrever a selecção de personalidades que são tão importantes para a União Europeia e as palavras que proferiu sobre tudo o que está relacionado com isso são, em minha opinião, absolutamente impróprias em relação a toda esta situação.

(Protestos)

É a minha opinião, colegas.

Nigel Farage (EFD). – *(EN)* Senhor Presidente, aquando da sua eleição, declarou que guardaria neutralidade para assegurar que todas as partes tivessem oportunidade de se fazer ouvir nos debates. A partir do momento em que critica o conteúdo político das minhas intervenções, deixa de agir como um Presidente neutral.

Andreas Mölzer (NI). – *(DE)* Senhor Presidente, depois de toda esta agitação, talvez estejamos a precisar de uma abordagem mais realista. As economias emergentes, altamente consumidoras de energia, e os países industrializados e esbanjadores não estavam sequer preparados para implementar o Protocolo de Quioto. Como tal, duvido que algo mude a seguir à Conferência de Copenhaga. O objectivo que preside à transacção de certificados de redução de emissões é também questionável, com milhões a serem gastos com esse sistema, enquanto as verdadeiras alternativas, como é o caso das energias renováveis, têm de se contentar com trocos. Esta situação não deve, de modo algum, levar à promoção das centrais nucleares como alternativa respeitadora do Protocolo de Quioto.

A segunda situação de crise urgente – a “corrida às subvenções” para a construtora automóvel Opel, em risco de falência – é um assunto igualmente explosivo. Alguns sinais, como por exemplo a diminuição das encomendas, não foram suficientemente levados a sério; além disso, é provável que a União Europeia, com as suas pilhas de regulamentos, tenha também contribuído para o declínio desta outrora florescente indústria. A lição a retirar daqui é a seguinte: de futuro, necessitamos de criar condições básicas que possam ser planificadas e previstas para todas as indústrias e, enquanto não tivermos as ideias totalmente amadurecidas e arrumadas, é uma irresponsabilidade enterrar milhares de milhões de euros dos contribuintes europeus em cada problema que surge. É importante, pelo menos, garantir que esse dinheiro não vá para os Estados Unidos. Além disso, há que introduzir regras de reembolso.

Na próxima reunião, deveria, pelo menos, ser possível lançar as bases para a finalização do chamado cidadão europeu “transparente”. O Programa de Estocolmo não concede mais direitos às pessoas, antes pelo contrário, pois estas não têm controlo sobre o modo como os dados são utilizados. Não se vislumbra um fim para o controlo de passageiros, a controversa questão da protecção de dados ainda não foi resolvida e, se de facto pretendemos introduzir um sistema de asilo europeu, deveríamos, em minha opinião, aplicar critérios bastante rigorosos, semelhantes aos que estão em vigor na Dinamarca.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – *(SV)* Senhor Presidente; os meus agradecimentos aos líderes dos grupos políticos pelos seus contributos assaz estimulantes. Na sua grande maioria, que não todos, os senhores deputados parecem estar, como a Presidência sueca, satisfeitos com facto de termos finalmente designado Herman Van Rompuy e Catherine Ashton. Ambos contribuem para a coerência, estabilidade e reforço da coordenação na União Europeia, coisas que são necessárias para podermos ser capazes de nos concentrar nos grandes desafios que transcendem as sucessivas presidências semestrais. Considero isto muito positivo.

Como afirmou o senhor deputado Schulz, agora que foram nomeados, eles vão poder concentrar-se nas suas tarefas, e nós, deixar este debate para trás. Assim que o Tratado de Lisboa entrar finalmente em vigor em 1 de Dezembro, talvez o debate político interno britânico fique também à porta desta Câmara. A UE precisa de regras de base modernas e o Tratado de Lisboa vai proporcionar-no-las. Ficaremos mais bem apetrechados para responder às grandes questões com que nos defrontamos.

No tempo que nos separa da Cimeira Europeia, há três questões principais em que a Presidência sueca espera fazer progressos, com o senhores deputados e com o auxílio da Comissão. A questão do clima, em que estamos a envidar todos os esforços para alcançarmos um acordo político ambicioso com objectivos calendarizados, susceptível de se tornar juridicamente vinculativo mais tarde. Teremos de viver por muito tempo com o resultado de Copenhaga e com o que se lhe seguir e precisamos de mudar gradualmente as nossas sociedades, tornando-as mais inteligentes no plano climático.

Quanto à economia, ainda que o quadro nos mercados financeiros se apresente mais risonho, temos um grande número de países a braços com elevados níveis de desemprego, que vão ser uma realidade das nossas economias por muitos anos ainda.

Passando às perguntas do senhor deputado Verhofstadt sobre supervisão, folgo com o facto de estarmos, não obstante, a fazer progressos nesta matéria. O problema da nossa supervisão financeira até aqui deriva de ela se ter concentrado demasiado nas empresas individualmente consideradas e de menos no conjunto do sistema financeiro. A cooperação entre os diferentes órgãos de supervisão também não tem funcionado. Com a entrada ao serviço das novas instâncias europeias de supervisão, vamos poder remediar esse problema. Elas disporão de uma perspectiva de conjunto e desenvolverão uma cooperação mais ampla. E responderão também, claro, perante o Conselho e o Parlamento Europeu. Outros pormenores desta matéria serão discutidos na reunião de 2 de Dezembro do Ecofin, em que espero que façamos mais progressos.

Finalmente, quanto ao Programa de Estocolmo: trata-se de uma decisão de grande alcance, com cujos efeitos teremos também de viver por muito tempo e em cujo âmbito o Parlamento Europeu vai ter grande influência no futuro. Como muitos dos oradores disseram, trata-se de achar soluções para os problemas terríveis que enfrentamos de criminalidade transnacional, tráfico e terrorismo, e de conciliarmos isso com uma política que dê a primazia aos cidadãos e assegure o respeito da esfera privada dos indivíduos.

Espero que sejamos capazes de elaborar um programa a longo prazo que aborde estas questões no quadro do Programa de Estocolmo. Estas três questões têm sido, a par de uma série de outras, a prioridade da Presidência sueca e estou muito satisfeita de ver que, correndo tudo bem, poderemos chegar a um desfecho positivo em Dezembro. Muito obrigada. No fim do debate, naturalmente, farei uma nova intervenção.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, foi levantada uma questão concreta sobre o SWIFT, e eu quero esclarecer esse assunto, porque o considero de enorme importância. Também se prende com o programa de Estocolmo.

O programa SWIFT é, de facto, um instrumento inestimável para os Estados-Membros na luta contra o terrorismo. Tem permitido às autoridades dos Estados-Membros evitar a consumação de ataques terroristas na Europa. Não estou a falar de casos hipotéticos. Estou a falar de ataques concretos.

O projecto de acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos que está actualmente a ser discutido é um acordo provisório com uma validade máxima de 12 meses. É juridicamente necessário para substituir o que já existe, após a mudança da base de dados, que se encontra nos Estados Unidos.

Se o acordo provisório for adoptado antes de 1 de Dezembro, com a nova base jurídica, evitar-se-á que se abra uma lacuna de segurança e que as relações União Europeia-Estados Unidos nesta área sofram um rude golpe.

Na reunião que tivemos recentemente, entre a União Europeia e o Presidente Barack Obama, o primeiro tópico que ele abordou foi o da cooperação entre os Estados Unidos e a Europa no combate ao terrorismo. Citou-nos países europeus concretos que escaparam recentemente a atentados terroristas graças à cooperação nesta questão entre nós e eles.

Posso fornecer dados concretos, se o desejarem. Até à data, foram transmitidos aos governos europeus mais de 5450 processos de investigação no âmbito do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo, e de Janeiro a Setembro do ano corrente, foram facultadas aos países europeus mais de cem pistas novas.

Posso dar exemplos concretos aos senhores deputados. A informação em causa constituiu um auxílio substancial aos governos europeus na investigação do plano, dirigido pela Al-Qaeda, para a execução de atentados contra voos comerciais entre o Reino Unido e os Estados Unidos.

Em meados de Setembro de 2009, três indivíduos foram condenados em penas de prisão de 30 ou mais anos de prisão. No início de 2009, o recurso ao referido sistema permitiu identificar a actividade financeira de um

membro da Al-Qaeda estabelecido na Europa, que participou no processo de preparação de um alegado atentado contra um avião. A informação foi comunicada a governos de nações europeias e do Médio Oriente.

No Verão de 2007, o mesmo sistema foi usado para identificar as actividades financeiras de membros da União da Jihad Islâmica radicados na Alemanha. Essa informação contribuiu para a investigação e ulterior detenção de membros da União da Jihad Islâmica que estavam a planear ataques contra alvos na Alemanha. Os suspeitos vieram a confessar a prática dessas actividades.

Portanto, este sistema já salvou muitas vidas na Europa e noutras paragens. Estamos a falar de uma matéria de enorme gravidade. Concordo plenamente que todo o combate contra o terrorismo tem de ser travado com escrupuloso respeito pelos direitos e liberdades fundamentais próprios das nossas sociedades abertas e livres. Nós fomos os primeiros, em todo o mundo, a dizer ao Presidente George W. Bush que era preciso que encerrasse Guantánamo – nós, os europeus. E não abdicamos dessa posição. Por outro lado, temos de nos manter unidos e empenhados na luta contra o terrorismo.

É por isso que quero assegurar aos senhores deputados que iremos apresentar-lhes uma proposta de novo mandato com base no novo Tratado de Lisboa, precisamente para a abordagem destas matérias, em que o Parlamento Europeu passará a ter plenos poderes.

Assim, no princípio de 2010, avançaremos com uma nova base jurídica em conformidade com o Tratado de Lisboa que, naturalmente, dará ao Parlamento toda a competência para agir nesta matéria, porque é nosso desejo que o Parlamento também esteja na vanguarda desta acção contra o terrorismo e em prol da segurança, respeitando escrupulosamente, claro, os nossos direitos fundamentais e as nossas prerrogativas jurídicas.

Finalmente, já que tantos dos oradores se referiram – e agradeço as vossas observações – à questão, que eu tanto valorizo, do equilíbrio de género na composição da Comissão e das instituições europeias, permitam-me, senhores deputados, que assinale que se celebra hoje o 10.º aniversário da instituição do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres. Penso que essa é uma causa por que temos também de fazer alguma coisa na Europa. Infelizmente, continuam a ser frequentes na Europa os casos de mulheres que são vítimas de ataques por parte dos seus companheiros ou ex-companheiros. Quero aproveitar o ensejo para demonstrar o nosso empenho nessa causa, que respeita também à nossa sociedade europeia.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao tecer comentários acerca das nomeações para a abertura da nova época da União Europeia, a imprensa internacional tem usado com frequência expressões do tipo “candidatos que não estão à altura do cargo” ou “candidatos inadequados”.

Gostaria de intervir contra a corrente. O Senhor Presidente Verhofstadt nunca esteve tão certo como ao afirmar que um copo pode estar, para quem o vê, meio cheio ou meio vazio. Pergunto-me então qual terá sido a lógica do Conselho ao escolher essas individualidades. Penso que foi uma lógica comunitária e vou tentar explicar-me. A escolha de um membro saído da Comissão Europeia para as funções de Ministra dos Negócios Estrangeiros Europeu constitui uma mensagem muito clara: significa que se pretende conduzir uma política externa comunitária e não uma política externa que corresponda às perspectivas de uma nação em particular. Por isso, no que me diz respeito, a notícia não é o facto de Catherine Ashton ser inglesa, mas sim de vir da Comissão. Por outras palavras, o facto de ela adoptar uma abordagem comunitária das questões de política externa, não associada à perspectiva particular de uma nação.

No que toca à nomeação como candidato do Primeiro-Ministro belga, ela tem sido posta em causa através da comparação com personalidades mais credenciadas. Penso que aquilo que se pede do Presidente do Conselho Europeu, que permanecerá em funções durante dois anos e meio, não é que fale mais alto do que os outros ou que imponha aos outros a sua autoridade, mas sim que convença os outros a falarem com uma só voz. Por isso, penso que a indicação de Herman Van Rompuy foi uma boa escolha.

Devemos ser movidos por uma lógica comunitária, porque se queremos mesmo construir a Europa, é correcta a escolha destas individualidades com base neste critério. Iremos poder constatar a eficiência e a eficácia dessa escolha quando as virmos em acção, mas apelo a que todos apoiemos convictamente o seu trabalho porque, de outra forma estaremos a desperdiçar a melhor oportunidade da nossa vida.

PRESIDÊNCIA: PITTELLA

Vice-presidente

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhor Presidente, intervirm na sessão plenária de ontem para salientar a importância do Programa de Estocolmo, que figura na agenda do Conselho Europeu do próximo

dia 10 de Dezembro. Fi-lo para chamar a atenção para o seu conteúdo e, sobretudo, para solicitar o mais amplo apoio parlamentar possível para fazer avançar o relatório elaborado por três comissões, que trabalharam em conjunto. Refiro-me à Comissão dos Assuntos Jurídicos, à Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e à Comissão dos Assuntos Constitucionais. Por isso, ontem concentrei-me na importância da criação de uma Europa dos cidadãos, a par de um mercado.

Creio que este é o momento certo para destacar, na agenda do Conselho Europeu que se realizará nos dias 10 e 11 de Dezembro, a importância que esta questão reveste do ponto de vista institucional. Afinal de contas, o Parlamento irá ser reforçado nos termos do Tratado de Lisboa.

O Parlamento será reforçado, nomeadamente, no que se refere ao espaço de liberdade, segurança e justiça e à elaboração do plano de acção, que deverá ser adoptado durante a Presidência espanhola. Isto porque, nos termos do artigo 17.º do Tratado da União Europeia e do artigo 295.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, essa cooperação é requerida. Estes artigos requerem que participemos na cooperação interinstitucional e obrigam-nos a chegar a um acordo de cooperação interinstitucional, a fim de desenvolvermos em conjunto uma estratégia de implementação do Tratado de Lisboa. Somos também chamados a fazê-lo em conformidade com os princípios da maior transparência possível, da subsidiariedade e da cooperação com os parlamentos nacionais, que, por conseguinte, serão envolvidos no desenvolvimento da Agenda de Lisboa.

Isso significa que teremos de trabalhar muito mais arduamente. Não vamos ter a vida facilitada. Pelo contrário, esta vai tornar-se mais complicada. Seremos também obrigados a um exercício de avaliação a fim de aprendermos com a experiência. O principal objectivo deste exercício será assegurar o cumprimento do modelo europeu e dos direitos fundamentais. Também no que se refere à protecção de dados vai ser exigido um maior envolvimento do Parlamento Europeu no seguimento desse acordo tão importante no contexto das nossas relações bilaterais com os Estados Unidos, já aqui abordado nesta sessão, que é o Acordo SWIFT.

Mais importante, porém, é o facto de o Parlamento Europeu ir ser envolvido na avaliação e no seguimento do desempenho das agências dentro da estrutura institucional europeia. Refiro-me à Europol, ao Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, à Eurojust e à Frontex.

Por todas estas razões, gostaria que a agenda do Conselho Europeu reflectisse a importância de reforçar o compromisso de agir e trabalhar em cooperação com o Parlamento Europeu, nomeadamente no que se refere à preparação e seguimento do plano de acção que será adoptado durante a Presidência espanhola no próximo semestre.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, conseguimos: o Tratado de Lisboa entrou em vigor. Gostaria de expressar o meu agradecimento a Cecilia Malmström, à Presidência sueca e a toda a sua equipa pelo intenso trabalho realizado. Trata-se de uma grande conquista.

Neste contexto, gostaria de tecer algumas breves considerações acerca de dois pontos que constituíam o tema deste debate. O primeiro diz respeito ao Presidente do Conselho. Senhor Presidente da Comissão, V. Exa. acabou de dizer que pretende trabalhar conjuntamente com Herman Van Rompuy. Acho uma excelente ideia. É de toda a conveniência que coopere com o Conselho. Gostaria, no entanto, de deixar algo bem claro: o Presidente do Conselho não é responsável perante o Parlamento Europeu, nem perante nenhum outro parlamento. Isso significa que V. Exa., no seu papel de Presidente da Comissão, é não só a instituição democrática legítima, mas também o presidente democrático legítimo da Europa. Por conseguinte, Senhor Presidente Barroso, trabalho em colaboração sim, mas certifique-se de que é o senhor que assume a liderança.

O segundo ponto prende-se com o facto de o representante do Conselho ter afirmado que, no próximo dia 1 de Dezembro de 2009, Cathy Ashton iria tomar posse, quer do cargo de Alta Representante, quer do de Vice-Presidente da Comissão. Ora, em primeiro lugar, trata-se de um cargo único: o de Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão; e em segundo lugar, Lady Ashton não pode tomar posse sem o acordo do Parlamento. A partir de 1 de Dezembro, a primeira Comissão Barroso encontra-se numa "terra de ninguém", em termos jurídicos, entre o termo de vigência do Tratado de Nice e o início de vigência do Tratado de Lisboa. Cathy Ashton apenas tomará integralmente posse do cargo, depois de obter o acordo do Parlamento, no final do mês de Janeiro de 2010.

Uma última palavra relativamente à cultura de debate nesta Assembleia. Basta-nos escutar o senhor deputado Farage. Se ele e o partido a que pertence alguma vez viessem a fazer parte do governo do Reino Unido, nessa altura os cidadãos britânicos iriam realmente dar valor à liberdade de estabelecimento na União Europeia,

pois muitos deles mudar-se-iam para países como a França, a Alemanha, a Espanha, a Itália e Portugal, Senhor Presidente Barroso.

Jill Evans (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, a reunião do Conselho terá lugar menos de duas semanas após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e, efectivamente, como observou a senhora Ministra, o processo que nos permitiu chegar a este ponto foi longo e difícil. Porém, somos muitos a considerar que falhámos num ponto essencial. Continua a faltar um elo, um elemento democrático vital na relação entre a UE e os cidadãos, que é o nível de administração infra-estatal, ou regional.

Para muitos eleitores, a Europa continua tão distante como sempre foi, e nós temos de abordar esse problema com urgência. Nem todos tivemos oportunidade de participar num referendo e de nos pronunciarmos sobre o futuro da Europa, mas por toda a UE estão a acontecer coisas que têm um impacto directo sobre o trabalho que desenvolvemos para dar resposta aos desafios com que nos defrontamos e a todas as questões políticas que já foram mencionadas – o emprego, os direitos sociais, a regulação da economia, o combate ao terrorismo, a paz e a justiça –, e, de passagem, aproveito para observar que me orgulho de falar na qualidade de presidente da Campanha pelo Desarmamento Nuclear no País de Gales.

A Cimeira de Copenhaga, o maior desafio de todos, tem início dentro de semanas. Uma percentagem da execução das políticas de mitigação e de adaptação que poderá atingir os 80% será feita aos níveis local ou regional. E muitos governos regionais, como o do País de Gales, têm vindo a liderar o processo de adopção de políticas radicais de combate às alterações climáticas. É a esse nível que quaisquer acordos internacionais que venham a ser celebrados serão aplicados. Por isso, temos de olhar além do nível dos Estados-Membros, para os povos da Europa.

No dia 13 de Dezembro, um Domingo, mais de 150 municípios da Catalunha organizam referendos sobre a independência em relação à Espanha. Como vai a UE reagir a isso? Essa questão fará parte da ordem dos trabalhos do Conselho? Duvido muito, mas devia fazer. A Europa está a mudar, e eu espero que o novo Presidente reconheça e aborde esta questão.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Antes de mais, gostaria de felicitar a Presidência sueca pelos esforços que envidou nos últimos meses. A Presidência merece particular reconhecimento pela forma como solucionou o cubo de Rubik, com as nomeações de Herman Van Rompuy e de Catherine Ashton.

Estou muito satisfeito com estas nomeações, pois Herman Van Rompuy já disse que as suas opiniões pessoais são totalmente irrelevantes. As suas palavras são um testemunho da sensatez e do bom senso da sua visão. Felicito-o Herman Van Rompuy por esta abordagem euro-realista e continuarei a lembrar-lha no futuro, independentemente de esses lembretes serem ou não esperados ou necessários.

Infelizmente, também ouvimos manifestações de desaprovação por parte daqueles que temem que o primeiro Presidente permanente do Conselho não possua competências suficientes para a função. É evidente que alguns estavam à espera de uma espécie de super-homem europeu. Não partilho certamente desses pontos de vista, e as primeiras declarações de Herman Van Rompuy tranquilizaram-me. Jamais indicou que pretende tornar-se um super-homem desse género.

Senhor Presidente, na próxima reunião do Conselho, os dirigentes governamentais europeus vão ter de pormenorizar muito bem a estratégia de Copenhaga para que possam alcançar o melhor resultado possível. Desejo ao Presidente Van Rompuy e a Carl Bildt, Presidente em exercício do Conselho, o maior sucesso técnico nesta importantíssima tarefa. Além disso, desejo a todos nós um resultado positivo e, acima de tudo, orientado para o futuro.

Takis Hatzigeorgiou (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, o próximo Conselho vai deparar-se com uma questão muito importante, a questão do alargamento. Quando falamos de alargamento, sabemos que a Turquia constitui um grande capítulo do debate. Nós, tanto Chipre como o meu partido – e quero dizer isto com toda a clareza perante o Parlamento Europeu – somos absolutamente a favor da adesão da Turquia à União Europeia. No entanto, não nos cansaremos de repetir que essa adesão não pode concretizar-se se a Turquia não cumprir, como todos os outros países que já aderiram, todos os compromissos que assumir perante Chipre e perante a União Europeia.

Estão a decorrer em Chipre as conversações entre os dois líderes e, caso se encontre uma solução, esta será um símbolo de vitória para toda a União Europeia. Esta vitória encorajará União Europeia a assumir o seu lugar no mundo moderno. No entanto, temos de repor a verdade sobre a mesa e a verdade é que a Turquia está a ocupar metade de Chipre com 40 000 militares supostamente para proteger 80 000 cipriotas turcos,

o que equivale a dois soldados turcos à porta de cada casa cipriota turca. Não sei se há algum deputado do PE que goze assim de tanta segurança. Estamos, portanto, a falar do isolamento dos cipriotas turcos, e somos publicamente a favor da eliminação do isolamento dos cipriotas turcos pelo exército de ocupação.

Para finalizar, gostaria de salientar que, embora apoie a adesão da Turquia, Chipre não pode aceitar a abertura do capítulo da energia enquanto a Turquia não honrar os compromissos que assumiu perante a União Europeia e perante Chipre e enquanto não eliminar os obstáculos que está a levantar à República de Chipre na tentativa de alargar a sua zona económica.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Foram tomadas muito recentemente duas decisões importantes relativamente a novos cargos, de acordo com o Tratado de Lisboa. A União Europeia conta agora com um Presidente permanente e com uma Alta Representante para a Política Externa. Estas decisões sobre cargos encerram uma mensagem importante? Sem dúvida. Falamos muito nesta Câmara sobre o equilíbrio que existe entre a Comissão Europeia, o Conselho e o Parlamento. Em meu entender, existe um desequilíbrio, tendo o governo da UE - a Comissão - o monopólio da função de iniciativa legislativa. Em determinados casos, actua praticamente como um juiz. Controla o poder principal, enquanto esta Câmara lhe põe o carimbo da democracia. O Tratado de Lisboa não especifica os deveres do presidente permanente, que obviamente dependerão do carisma e da determinação da pessoa que ocupar este cargo. Pode inferir-se da decisão que o poder e o controlo devem permanecer – utilizando as suas palavras – nas mãos da Comissão, que representa o interesse comum supranacional. Todavia, dizemos que permaneceu nas mãos do chefe de um império que controla centralmente as vidas de 500 milhões de pessoas.

Por outro lado, seria igualmente muito importante garantir que intervimos decididamente no âmbito das nossas funções, quando falamos da conferência sobre as alterações climáticas. Isto implica, no entanto, um passo decisivo contra os Estados Unidos. Espero que a razão pela qual o Presidente José Manuel Barroso acabou de abandonar o Hemiciclo seja para fazer um telefonema sobre esta questão.

Marietta Giannakou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, é importante que o Tratado de Lisboa tenha finalmente entrado em vigor. Obviamente, há dez anos que os cidadãos europeus vêm constatando que a União Europeia não tem sido capaz de garantir um trabalho eficaz a nível institucional desde que passou a integrar mais doze novos Estados-Membros. Hoje, porém, a situação é outra. Temos um Presidente do Conselho – e toda a gente nos garante que é uma pessoa que vai procurar consensos e acordos – e temos também um Alto Representante para a Política Externa.

Não importa comentar *a priori* se essas pessoas são ou não adequadas em comparação com aquelas cujos nomes tinham sido aventados ou com aquelas que supostamente se especializaram nessas matérias. O que importa mesmo é a maneira como o Tratado vai ser aplicado. A cooperação entre a Comissão Europeia e o Parlamento é aqui extremamente importante. O papel do Parlamento foi reforçado mas, para que seja reforçado na sua essência e para que os cidadãos europeus se apercebam disso, é necessário que a Comissão Europeia coloque imperativamente as questões, dado que tem a iniciativa no Conselho Europeu.

Pressupõe-se que o Conselho irá funcionar com maior celeridade, uma vez que vai deixar de funcionar como anteriormente sob as presidências dos Estados-Membros, e os governos deixarão de poder manipular os Conselhos e dizer que tudo o que é bom vem deles e tudo o que é mau e incómodo vem de Bruxelas.

É óbvio que no Conselho de Dezembro haverá questões relacionadas com o alargamento, mas nem o Ministro nem o Presidente da Comissão nos deram pormenores a esse respeito; falaram-nos apenas genericamente de outras questões. É um facto que o alargamento aos Balcãs Ocidentais e à Turquia, com base nas propostas da Comissão, suscita inúmeras dúvidas e questões, embora o objectivo seja a integração desses países na União Europeia.

Catherine Trautmann (S&D). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, a União Europeia designou, na quinta-feira, Herman Van Rompuy para primeiro Presidente estável do Conselho, e Catherine Ashton para dirigir a sua diplomacia. Gostaria de voltar convosco a esse debate, caros colegas, que agita as nossas instituições desde o anúncio dessas nomeações.

Com efeito, em minha opinião, independentemente da questão dos nomes e das funções, há a questão central dos Estados. Passo a explicar. Estamos a assistir àquele que poderia ser o pior pesadelo dos homens que conduziram o ideal da Europa comunitária e o seu desejo de união. Naquela época, acreditávamos que as raízes da União se encontravam na legitimidade estatal e que o seu futuro estava na ultrapassagem do egoísmo nacional. Uma tensão entre dois vectores contraditórios, por vezes dolorosa, muitas vezes criadora de mecanismos originais, mas sobretudo ao serviço de uma metodologia política única no mundo.

Esse pesadelo, caros colegas, é o de uma Europa reduzida aos acervos intergovernamentais. O resultado está agora à vista: suspeição de incompetência, presunção de ilegitimidade, tensões dentro das famílias políticas.

O sentido da minha intervenção não é, como deverão ter compreendido, entrar nesses processos de intenção. Prefiro recordar convosco os direitos e deveres dos eurodeputados que somos. O nosso dever é o de nos interrogarmos sobre as negociações opacas que envolvem a designação dos lugares criados pelo Tratado de Lisboa. O nosso dever, no futuro, é o de forçar o Conselho a acabar com este modo de designação não democrático, arcaico, que alimenta a ideia de que a Europa se constrói à margem dos povos.

O nosso dever é o de utilizar todas as nossas novas prerrogativas parlamentares para ter uma palavra a dizer sobre as políticas que decorrerão das novas competências garantidas pelo Tratado de Lisboa.

O Parlamento, entre uma Comissão menos poderosa e um pólo intergovernamental reforçado, deve tornar-se o ponto de equilíbrio institucional. A este respeito, espero que a Vice-Presidente da Comissão passe pelo mesmo processo de audição pelo Parlamento Europeu que os restantes Comissários. Com efeito, temos esse direito, conferido pelos Tratados. Apoio igualmente a proposta da senhora deputada Rebecca Harms de um encontro entre o novo Presidente e o conjunto dos grupos.

O nosso dever é o de relançar a construção europeia, que está no mau caminho. Ninguém razoável pode desejar o fracasso dos mandatos confiados a Herman Van Rompuy e a Catherine Ashton, e desejo muito especialmente todo o êxito a Catherine Ashton, pois estou orgulhosa com o facto de uma mulher ter sido nomeada para este lugar de Alta Representante.

Marielle De Sarnez (ALDE). - (FR) Senhor Presidente, antes de mais quero agradecer à Presidência sueca por nos deixar, no final do ano, o melhor dela própria. Trata-se de uma boa notícia para a Comissão e de uma boa notícia para o nosso Parlamento.

Dito isto, passo a abordar algumas questões. Em primeiro lugar, a questão das nomeações. Não ponho em causa as pessoas, mas sim os procedimentos. E espero verdadeiramente que seja a última vez que isto aconteceu assim. Os Europeus esperavam transparência, democracia, clareza no debate, e acabaram por ter opacidade e negociações de última hora à porta fechada de um Conselho Europeu. Isto não deve voltar a acontecer, e penso que caberá ao nosso Parlamento propor, para o futuro, novos procedimentos e novas regras.

Quanto às alterações climáticas, faço votos para que a União fale a uma só voz e aja unida no seguimento de Copenhaga, independentemente da amplitude do resultado da conferência. Avancemos! Estabeleçamos o objectivo de uma redução efectiva de 30% das emissões de gases com efeito de estufa! E, quando digo "efectiva", quero dizer que, no futuro, um dia, teremos de colocar a questão das derrogações e dos direitos a poluir. Avancemos, e assumamos, também neste aspecto, um compromisso financeiro firme relativamente aos países em desenvolvimento! Devemos-lhes isso.

Por fim, no que respeita à situação económica e social, temos de trabalhar para a emergência de um novo modelo económico, que privilegie o emprego, o progresso social e o longo prazo, isto é, a sustentabilidade em todas as suas formas. Assim, precisamos de supervisão e regulação, de uma política mais favorável às pequenas e médias empresas (PME) e de uma reflexão comum sobre a fiscalidade que privilegie o longo prazo contra o curto prazo.

Gerald Häfner (Verts/ALE). - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em que situação nos encontramos presentemente, no que diz respeito à preparação desta cimeira na Europa? Alguns discursos davam a entender que tudo estaria bem, desde que existisse um número suficiente de Comissários social-democratas ou liberais – sim, é verdade, Senhor Deputado Schulz. Acho que isso é um erro. Tudo estará bem, sim, quando chegarmos a acordo sobre os principais desafios que se colocam à Europa.

Há vinte anos, derrubámos a Cortina de Ferro, e parece-me significativo que tenham sido os elementos do povo, os cidadãos, a consegui-lo e não as forças armadas, os governos ou os serviços secretos. Acredito que, de futuro, também só sejamos capazes de construir a Europa juntamente com os cidadãos.

Em segundo lugar, há outros muros por derrubar, inclusive aqueles que se erguem dentro das nossas cabeças. Por exemplo, muitas pessoas acreditam ainda ser possível opor a liberdade à segurança, apesar de sabermos que a liberdade só se torna efectiva quando a defendemos. No entanto, essa defesa não pode ser feita à custa dos nossos direitos fundamentais, nem deve levar à criação de um estado policial – isto, tendo em conta o exemplo do acordo SWIFT, entre outras questões.

Muitos são também aqueles que crêem ser possível opor a Europa à democracia. Porém, só uma Europa democrática poderá ter êxito a longo prazo. Do mesmo modo, muitos são os que acreditam que ambiente e economia são conceitos opostos, embora a única forma de garantir prosperidade a longo prazo consista na criação de uma economia ambiental.

Gostaria, por último, de dizer o seguinte: falta pouco para Estocolmo. Se lá não fizermos tudo o que estiver ao nosso alcance, custe o que custar – e há muito gente disposta a investir centenas de milhões de euros para salvar os bancos, mas que não é tão mãos-largas em relação ao clima –, se não agirmos com rapidez e firmeza, aquilo que neste momento se aplica a mim, como orador, irá em breve aplicar-se a toda a humanidade: acabou o tempo.

Roberts Zile (ECR). – (LV) Obrigado, Senhor Presidente. Na semana passada, a sociedade europeia assistiu a dois acontecimentos. A sociedade do futebol assistiu à forma como um árbitro escolheu uma das equipas que irá participar nas finais do Campeonato do Mundo, mas a sociedade no seu todo não conseguiu ver ou compreender como e por que razão determinados árbitros escolheram os campeões do Governo europeu. E no entanto, se alguém perguntar a quem é que o ocupante da Casa Branca ou do Kremlin irão telefonar no futuro, a resposta é que irão telefonar às mesmas pessoas a quem já telefonavam antes. No que se refere às medidas tomadas pelo Conselho em Dezembro, e tendo em conta a situação económica, financeira e laboral, desafio a Presidência sueca a não esquecer a bem conhecida situação dos Estados Bálticos nestas matérias. Face à agressividade do investimento nestes países, estes viram-se forçados, em desespero, a aderir a uma rígida indexação das suas moedas nacionais ao euro para agradar aos investidores. Isto significa, na realidade, uma desvalorização das suas economias, sendo que os povos do Báltico se estão a tornar os campeões do desemprego, enquanto a sua demografia sangra até à morte. De que solidariedade europeia podemos nós falar aos nossos cidadãos se a sua situação social e económica acabar por ficar ainda mais afastada da média europeia do que estava antes de aderirem à UE?

Andrey Kovatchev (PPE). – (BG) A entrada em vigor do Tratado de Lisboa deveria implicar uma maior transparência, mais democracia e uma maior eficácia no processo de tomada de decisão. No entanto, como bem sabemos, a eficácia e a democracia nem sempre andam lado a lado, especialmente quando há falta de coordenação entre as instituições e nas relações com os cidadãos. Não há dúvida de que seria mais democrático encontrar uma forma adequada de os cidadãos europeus participarem na eleição do Presidente do Conselho de modo a aproximar efectivamente a União Europeia dos seus cidadãos. Penso que esta será uma tarefa para o futuro. Apesar de tudo, desejo todo o sucesso aos nomeados para os cargos de Presidente do Conselho e de Alto Representante.

Quanto à próxima reunião do Conselho nos dias 10 e 11 de Dezembro, espero sinceramente que nesta seja aprovado um programa ambicioso sobre as questões institucionais relativas ao Tratado de Lisboa. Estou a pensar no Serviço Europeu de Acção Externa. Temos de ser devidamente esclarecidos sobre a sua composição, estatuto jurídico e competências. Nesse sentido, o nosso Parlamento irá votar a sua posição sobre o relatório do senhor deputado Brok. Espero também receber uma explicação clara do Conselho sobre os resultados das estratégias coordenadas, aplicadas e propostas, para se sair da crise, incluindo os pacotes de medidas económicas e financeiras. Gostaria de saber, em particular, qual é a posição do Conselho sobre as futuras autoridades europeias de supervisão financeira, que deverão reduzir, no futuro, o risco de delitos financeiros, os quais contribuíram basicamente para a crise actual.

Outro aspecto importante sobre o qual espero ouvir a decisão do Conselho é, por exemplo, uma estratégia integrada pós-Lisboa que, segundo ouvimos, se espera que seja aprovada em Março de 2010. Espero que o Parlamento tenha um papel activo nesta estratégia. Os cidadãos europeus devem estar no centro dessa estratégia. A criação de empregos através do investimento, investigação, inovação, tecnologias verdes e eco-eficiência deve contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, e não o contrário. No que respeita à Estratégia de Estocolmo, também gostaria que o Espaço Schengen fosse ampliado, claro, para incluir a Bulgária e a Roménia, o mais rapidamente possível. Obrigado, e desejo-vos todo o êxito na reunião.

Glenis Willmott (S&D). – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que me congratulo com a nova nomeação de Herman Van Rompuy e que estou particularmente orgulhoso por termos uma mulher britânica extremamente capaz e talentosa, na pessoa de Catherine Ashton, nomeada para o novo cargo de Alto Representante.

Quanto à reunião do Conselho de Dezembro, esta semana testemunhámos o impacto de condições meteorológicas desfavoráveis em Cumbria, no Noroeste da Inglaterra, onde se registaram fortes cheias, e

não é só na Europa que o tempo está a criar dificuldades inesperadas. Condições meteorológicas adversas estão a causar tragédias humanas imprevistas por todo o planeta.

A negação é a opção fácil, mas não entrei na política para lutar por opções fáceis. Não quero que os meus filhos ou netos me perguntem por que razão não agi. Na minha região, os Conservadores são representados por Roger Helmer, que descreve as alterações climáticas causadas pelo homem como um mito. Apesar das alegações do líder conservador, David Cameron, afirmando que o seu partido é um partido defensor do ambiente, Roger Helmer representa o perigo e a insegurança da política ambiental conservadora.

É preciso agir, porém, combater isoladamente de nada valerá. Precisamos de acção a todos os níveis, o que implica a redução da quantidade de carbono que produzimos para, pelo menos, 2%. Apoio aqueles como o nosso Primeiro-Ministro, que se comprometeu a reduzir as emissões de carbono em 80% até 2050. O Governo trabalhista do Reino Unido pretende um acordo ambicioso, eficaz e justo, e quer apoiar os países mais pobres na redução das suas emissões e na adaptação às alterações climáticas.

Qualquer financiamento climático acordado tem de ser adicional às metas existentes de auxílio ao desenvolvimento e não deverá provir de orçamentos existentes. Qualquer financiamento aprovado em Copenhaga tem de ser destinado ao combate aos efeitos das alterações climáticas no mundo em desenvolvimento, e não deverá substituir outros fluxos de ajuda valiosa. Actualmente, as atenções parecem centrar-se no financiamento de curto prazo e de arranque rápido, mas são também necessários compromissos de longo prazo. Poderá o Presidente da Comissão garantir que fará dos compromissos financeiros pós-2012 uma prioridade de qualquer acordo em Copenhaga?

Diana Wallis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, estamos no início de uma nova era e deveríamos, talvez, colocar-nos três questões: quem, como e o quê? À pergunta "quem" foi dada mais ou menos resposta na semana passada, e ninguém poderia estar mais satisfeita do que eu. Numa semana em que começámos apenas com três mulheres na Comissão, terminámos com nove.

Posso adverti-los de que as senhoras deputadas de fato e gravata se retiraram por agora, mas estarão de volta dentro de cinco anos se o processo não melhorar. Por favor, será que da próxima vez, podemos ter um processo em que todos os Estados-Membros nomeiem um homem e uma mulher como candidatos, de modo a não termos esta aflição de última hora?

É disso que quero também falar: o "como". Este processo não foi transparente. Foi referido que agora teremos de pensar nas implicações práticas do Tratado de Lisboa. Façamos da transparência a palavra de ordem para as nossas três Instituições e para a forma como lidamos uns com os outros, como nos abrimos ao público. De futuro, a transparência deve reinar.

A questão "o quê" deverá traduzir a atenção colocada nos nossos cidadãos. O novo Programa de Estocolmo é um bom começo, muito mais centrado nos cidadãos do que qualquer dos seus antecessores, contudo, temos de continuar a proteger os direitos dos nossos cidadãos, dando-lhes protecção, mas também garantindo que o seu quotidiano se torne mais fácil em toda a Europa.

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, a próxima cimeira do Conselho Europeu ainda vai ser dominada pelas eleições recentes do Presidente do Conselho e da dirigente máxima da diplomacia da UE. Para muitos, não foi apenas a eleição destas pessoas em particular uma surpresa, mas também o foi a falta de uma indicação clara das suas responsabilidades. Durante muito tempo, fomos informados de que o novo Tratado de Lisboa iria melhorar o trabalho da UE, mas agora, no seu arranque, acabam por surgir conflitos relativamente ao pessoal. Nenhum dos candidatos apresentou um programa, em contraposição ao Presidente Barroso, por exemplo, que apresentou, efectivamente, um programa antes de ser eleito.

Movemo-nos para uma fase experimental em que muito vai depender da personalidade e da imaginação dos novos dirigentes. Resta-nos esperar que, quando estiverem a tratar de questões como remodelações da Comissão e alterações cíclicas na natureza largamente independentes da actividade humana, que também consigam ocupar-se da resolução dos problemas específicos dos cidadãos da UE, tais como a crise económica, a ajuda às regiões mais pobres da UE e a luta contra o terrorismo.

Gunnar Hökmark (PPE). – (EN) Senhor Presidente, creio que depois de o Tratado de Lisboa se tornar uma realidade, da reunião do Conselho Europeu da semana passada e da nomeação dos Comissários, é altura de definir novas perspectivas e antever os novos desafios que nos esperam.

Um deles é óbvio, a saber, que o trabalho, depois de Copenhaga, será tão exigente como o trabalho anterior. Continuará a ser uma das principais tarefas para a União Europeia e a nova Comissão. Mas, também, devemos

considerar o facto de ter agora chegado, também, a altura de deixar para trás os antigos conceitos de Oriente e Ocidente na Europa, ou de novo ou antigo e, pensar que se trata de uma só Europa.

É, igualmente, o momento de perceber, que, hoje, depois de todas as discussões sobre o Tratado de Lisboa, chegou o tempo de dar um novo impulso ao processo de alargamento.

Quanto à Croácia e à Islândia, gostaria que estes países concorrem-se entre si para se tornarem o 28º Estado-Membro. Porém há ainda que considerar os Balcãs Ocidentais e, obviamente, as negociações com a Turquia. São questões com as quais nos depararemos e que representam um modo de melhorar a força da União Europeia num novo mundo, onde necessitamos de ser firmes e líderes no que respeita a ideias e valores.

Contudo, trata-se também de garantir, neste momento, que disporemos de uma nova agenda para uma Europa social – o que significa emprego, inovação e prosperidade –, e o único meio para atingir esse fim é assegurar que, depois da crise, nos possamos tornar uma economia líder e competitiva.

Gostaria de sublinhar que a nova Comissão tem a responsabilidade de assegurar a inexistência de qualquer protecção, que será mais fácil para as pequenas e médias empresas crescerem, desenvolverem-se e actuarem em toda a Europa e que poderemos garantir que a Europa seja uma economia dinâmica. É importante que assim seja, e quero dizer ao Presidente da Comissão e a todos os Comissários o seguinte: necessitamos de garantir que temos uma economia europeia competitiva, a fim de termos uma Europa social.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhor Presidente, Senhora Comissária Wallström, o processo de ratificação do Tratado de Lisboa está concluído, e os Chefes de Estado e de Governo elegeram a Comissária Catherine Ashton para o novo cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros da UE, embora esse não seja o seu título oficial.

A próxima tarefa será o estabelecimento do serviço externo da União Europeia. Penso que é importante termos em mente um aspecto quando se criar este serviço – e insto a Presidência sueca, e a Ministra Cecilia Malmström em especial, a assegurar que será dispensada uma atenção especial a este serviço externo –, que é o facto de existir um nível muitíssimo baixo de representação dos novos Estados-Membros nas Direcções-Gerais para as Relações Externas e para o Alargamento. Quando se atribuem quotas aos Estados-Membros, deve ter-se em consideração que os novos Estados-Membros estão sub-representados nestas duas Direcções-Gerais. Por conseguinte, não deveria fazer-se qualquer discriminação, porque, para que o serviço externo tenha credibilidade aos olhos dos cidadãos, deve ter-se em conta esta proporcionalidade. É muito importante que se implemente esta proporcionalidade e este tratamento equitativo no serviço externo. É do nosso interesse comum.

Insto a Comissão Europeia e também o Conselho a ter muito em conta este aspecto. Das 143 representações externas da União Europeia, há apenas um único embaixador de um dos novos Estados-Membros. Este facto fala por si.

Charles Goerens (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, o que vou dizer não diz respeito à Presidência sueca em exercício do Conselho, que foi excelente e que eu quero felicitar, mas sim, mais concretamente, ao conjunto do colégio dos membros do Conselho Europeu.

Fizemos tudo para salvar o Tratado de Lisboa! Batemo-nos durante anos para tornar a Europa mais transparente, mais eficaz, mais visível, mais próxima do cidadão.

Na nossa lógica, o Conselho Europeu extraordinário de 19 de Novembro de 2009 não teria traído o espírito do Tratado de Lisboa se só procedesse à nomeação do Presidente do Conselho e do Alto Representante após a entrada em vigor do novo Tratado. Lutámos durante 10 anos por este Tratado, e o Conselho não quis esperar 10 dias para aplicar as novas disposições relativas às nomeações para os dois lugares.

Não teríamos traído o Tratado de Lisboa, pelo qual tanto nos batemos, se tivéssemos confiado o lugar de Presidente a Jean-Claude Juncker, Europeu convicto, bom pedagogo, um apaixonado pela Europa, dispondo de uma experiência e de conhecimentos notáveis. É raro encontrar alguém encarnando tantas qualidades. Ainda não nos explicaram em que é que as suas qualidades incontestáveis constituíram um obstáculo à sua nomeação, pois parece ter sido esse o caso. Não sou o único que gostaria de ver esclarecido este ponto.

De Conselho Europeu extraordinário em Conselho Europeu extraordinário, o encontro de quinta-feira não foi capaz, também ele, de esconder a clivagem subjacente entre o espírito intergovernamental e o método comunitário. Não sou o único a lamentar este estado de coisas. Enquanto, após o referendo da Irlanda, muitos

de nós acreditávamos num novo fôlego da Europa, também agora muitos de nós lamentamos o arranque pouco convincente deste início de legislatura.

Duas palavras para concluir: resta-me desejar que o Presidente designado, cujas qualidades humanas e habilidade política são notórias, consiga dar novos impulsos, muito rapidamente, a uma Europa que tanto precisa deles.

Simon Busuttil (PPE). – (MT) Por vezes estamos tão presos à nossa rotina de trabalho diária que não apreciamos plenamente os momentos históricos que passam por nós. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa é uma dessas ocasiões que ficará para a História e que os nossos filhos e as gerações vindouras irão eventualmente estudar e aprender a conhecer. E no entanto, em ocasiões como esta, devemos também reflectir sobre o significado de um tal momento histórico. Ora eu gostaria de fazer duas breves reflexões.

Em primeiro lugar, e graças ao Tratado, finalmente assistiremos ao fim de debates que para mim são inúteis sobre as Instituições europeias e a Constituição da União Europeia. Em vez disso, estaremos agora em melhor posição para encarar as realidades que a Europa tem de enfrentar, como a situação económica, o emprego, as alterações climáticas e a imigração. São estes os desafios que os nossos eleitores querem que enfrentemos.

A segunda reflexão é sobre o papel do Parlamento. Esta é a última vez que o Parlamento reúne neste plenário com os poderes que tem tido até agora. Este Parlamento nasceu há cinquenta anos, quando os seus deputados foram designados pelos Parlamentos nacionais, e hoje é um Parlamento que partilha o seu poder de decisão, de legislar e de elaborar regulamentação com o Conselho de Ministros. Acredito que daqui resultará a criação de uma legislação da União Europeia que reflecta melhor os interesses dos nossos cidadãos. Este Parlamento empenhar-se-á em salvaguardar os interesses dos cidadãos nas leis que aprovarmos.

O meu vaticínio é que o Conselho que se irá reunir na próxima semana irá explorar o significado histórico deste momento e, em conjunto, trabalharemos para ultrapassarmos os desafios que enfrentamos.

Jörg Leichtfried (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há uma clara prioridade no futuro para mim, para todos nós e para toda a União Europeia, e que é o mercado de trabalho. Temos de prestar mais, muito mais atenção à criação de novos postos de trabalho e à preservação dos já existentes. Este domínio tão importante pode ser a chave para uma Europa bem sucedida e sustentável e, em minha opinião, foi gravemente negligenciado nos últimos meses. Devemos estar conscientes de que uma baixa taxa de desemprego tem uma influência positiva em muitos outros domínios. Certifiquemo-nos de que estamos a colocar a alavanca no lugar certo.

Além disso, não entendo muitos dos oradores nesta Assembleia quando se queixam do facto de alguns políticos europeus não gozarem de fama mundial antes da sua eleição. Por que razão deveriam eles ser famosos? Temos de ser, como Europeus, suficientemente auto-confiantes para dizer que personalidades desejamos ver eleitas e consideramos indicadas para esse efeito e, depois, eleger essas personalidades, não decidindo com base no facto de outras pessoas terem ou não ouvido falar delas, ou de as aquelas se conformarem ou não aos nossos parceiros no mundo. Qualquer outra abordagem seria ridícula, tão ridícula como muitas das intervenções de muitas pessoas que, se estão de todo aqui, o estão escondendo-se atrás das suas coloridas bandeiras.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, este é um bom começo para o Advento – esperar que o Tratado de Lisboa entre em vigor.

Contudo, não é apenas uma oferta de Deus. Necessitamos de fazer um grande esforço para conseguir valor acrescentado para o nosso projecto europeu. Antes de mais, o caminho está agora aberto a políticas europeias comuns. Já não há desculpas formais para nos abstermos a este respeito. Cabe agora ao Conselho dar início a vigorosas políticas externas de segurança e de energia comuns, que se possam tornar verdadeiramente credíveis para os nossos parceiros. Uma das tarefas mais prementes será a realização do mercado único da energia, o desenvolvimento de redes de fornecimento e de instalações de armazenamento da energia europeias, bem como a implementação de uma cláusula de solidariedade energética.

O segundo problema decorre da crise económica. De facto, os países fora da zona euro foram os que mais sofreram com a drástica redução dos investimentos e o aumento do desemprego. Tornaram-se, também, mais vulneráveis, devido à desvantagem competitiva, quando comparados com os membros da zona euro. Por isso, são visivelmente necessárias medidas provisórias por parte da União Europeia, como a concessão de empréstimos adicionais para apoiar as PME e os projectos de infra-estruturas e os ligados à energia. Além

disso, poderia ser facilitado acesso aos fundos europeus, através da redução temporária dos requisitos de co-financiamento nacionais.

Como é do seu conhecimento, Senhor Presidente, o meu país, a Estónia, está a fazer um grande esforço para aderir à zona euro até 2011. A Estónia tem uma das taxas de dívida externa mais baixas e tem sido bem-sucedida em manter o défice orçamental sob controlo. O recente reconhecimento dos esforços da Estónia, por parte da OCDE e do Senhor Comissário Almunia, são sinais encorajadores de que estamos no bom caminho.

Zoran Thaler (S&D). – (SL) Em Dezembro, o Conselho Europeu abordará questões muito importantes. Será a primeira reunião do Conselho depois da ratificação do Tratado de Lisboa e os meus colegas já se pronunciaram neste Hemiciclo sobre quais serão essas questões.

Pessoalmente, gostaria de chamar a atenção para uma questão muito importante que tende, por vezes, a ser ignorada, mas que diz respeito à estabilidade da Europa e da União Europeia no seu conjunto: trata-se da questão da antiga República jugoslava da Macedónia (ARJM).

A ARJM é um país candidato há quatro anos e, nos últimos 18 anos, tem vivido um conflito latente virtual com a Grécia, o seu vizinho meridional e um membro antigo da União Europeia. Podemos então afirmar que existe um conflito latente no centro da Europa.

Este ano tem sido um ano muito positivo para a ARJM. Em 2009, a ARJM registou progressos significativos. Foi alvo de um relatório positivo por parte da Comissão, no qual se recomenda que o Conselho dê a este país luz verde para iniciar as negociações como membro de pleno direito. A 20 de Dezembro, a obrigatoriedade de visto será levantada e, recentemente, realizaram-se eleições na Grécia.

Lanço um apelo aos representantes do Conselho e da Comissão, por um lado, e aos Estados-Membros, por outro, para apoiarem os Primeiros-Ministros Papandreu e Gruevski, estes dois homens corajosos, para que possam, finalmente, encontrar uma solução e para que a ARJM possa juntar-se à grande família que é a Europa.

Andrzej Grzyb (PPE). – (PL) Senhor Presidente, o Conselho Europeu que se realizará em 11 e 12 de Dezembro, será o corolário de uma bem-sucedida Presidência Sueca. Gostaria de felicitar a ministra e todo o governo por terem finalizado o difícil processo de ratificação. Em segundo lugar, a implementação do Tratado de Lisboa está a começar. Além disso, são introduzidas novas instituições, tais como o Presidente do Conselho Europeu e a Alta-Representante para a Política Externa. Sabemos que estas nomeações causaram alguma polémica e discussão, inclusive aqui nesta Câmara.

Desejamos todo o bem aos candidatos, mas gostaríamos de referir que o verdadeiro teste será, entre outros, a qualidade da política relativamente ao Leste e o processo de criação do Serviço Europeu de Acção Externa. Lamentamos, porém, que não haja ninguém na equipa para representar a Europa Central e Oriental. Penso que outra remodelação poderá, certamente, preencher este requisito no futuro.

A Cimeira do clima, em Copenhaga, deverá aprovar, entre outros, os objectivos ambiciosos que foram apresentadas pela União Europeia. Também este é um assunto para o próximo Conselho. O mesmo se passa com o Programa de Estocolmo, que é importante sob o ponto de vista da segurança, e os cidadãos, bem como as novas disposições do Tratado de Lisboa. Além disso, tudo está relacionado com a crise económica.

As nossas expectativas relacionadas com a introdução do Tratado de Lisboa são, acima de tudo, uma UE mais eficiente, capaz de realizar novos alargamentos e de trazer benefícios tanto para os cidadãos como para os Estados-Membros. Esperamos que o Tratado de Lisboa possa trazer uma segunda oportunidade para o mercado comum, eliminando o abismo entre a integração política e a integração económica. Gostaríamos também que a nomeação da nova Comissão Europeia se pautasse pelo respeito para com o Parlamento Europeu e os seus direitos, bem como a implementação do novo papel dos parlamentos nacionais, preservando o princípio da subsidiariedade, e o debate sobre como construir a Europa depois de Lisboa. Contudo, a aplicação prática do Tratado de Lisboa, significa um reconhecimento de que a solidariedade e a política energética são também questões regidas pela legislação em vigor, tais como a regulamentação sobre a segurança do aprovisionamento de gás.

Ivari Pádar (S&D). – (ET) Senhor Presidente, desejo começar por me referir à Alta Representante nomeada na semana passada. Alguns oradores que me antecederam criticaram tanto o Presidente como a Alta Representante, o que, em meu entender, é totalmente despropositado. Nunca é possível contentar todos, mas, pessoalmente, considero a nomeação dos dois representantes positiva, dado que foi encontrado um

equilíbrio entre os interesses de todos: entre os países pequenos e os países grandes, entre homens e mulheres e entre os diferentes pólos políticos.

Porventura a única coisa que me incomoda em termos pessoais é o facto de que nenhum representante dos novos Estados-Membros vai ocupar qualquer destes cargos, embora talvez isso venha a acontecer da próxima vez. De todas as formas, desejo agradecer a todos os candidatos da minha região, em particular o Presidente estoniano, Toomas Hendrik Ilves, e o Presidente letão, Vaira Vīķe-Freiberga. Penso, porém, que agora deveríamos prosseguir o trabalho essencial e deixar de perder tempo com personalidades.

O segundo ponto importante que desejo abordar prende-se com a crise financeira, que penso que o Conselho terá considerado uma prioridade. Os cidadãos da Europa esperam que nós demos resposta aos problemas do desemprego e ao pacote da supervisão financeira. É muito importante para estas questões o tipo e a eficácia da nova Comissão. Tal como o é para o meu país, a Estónia, porque para nós o objectivo mais óbvio é assegurar um novo crescimento económico, para aderirmos à zona euro - e já estamos perto de o conseguir -, dado existir uma forte possibilidade de cumprirmos os critérios de Maastricht. Obrigado.

Alojz Peterle. (PPE). – (SL) Congratulo-me por a primeira reunião do Conselho sob as regras do Tratado de Lisboa se realizar proximamente. Desejo todo o êxito a Herman Van Rompuy, o primeiro Presidente do Conselho. Comungamos visões muito similares sobre como devemos actuar na unidade, tendo em conta a nossa diversidade.

Os novos acordos institucionais foram adoptados de molde a aproximar o nosso processo de tomada de decisões dos cidadãos e a simplificá-lo, torná-lo mais democrático, mais transparente e mais efectivo. A este respeito, falou-se muito de uma Europa poderosa. Todavia, a pergunta essencial que deve ser colocada aqui é que conceito de poder devemos desenvolver, ou sobre que bases podemos construir uma Europa poderosa. O poder e o êxito da União Europeia até à data advêm de duas ideias fundamentais dos pais fundadores da Europa: a primeira é o respeito pela dignidade humana e a segunda é a cooperação. Isto significa que, quando trabalhamos para salvaguardar os nossos interesses, temos também de ter em consideração os outros, quer sejam indivíduos, povos, minorias ou países.

Hoje, temos de nos perguntar de novo com toda a seriedade o que significa respeitar a dignidade humana e o que significa colocar a pessoa humana no centro das nossas preocupações. Esta pergunta está intimamente associada ao Programa de Estocolmo. Muitos dos presentes chamaram a atenção para as liberdades fundamentais e para a necessidade de as proteger, mas parece que temos opiniões muito divergentes sobre onde começam efectivamente os direitos humanos. Espero que possamos, pelo menos, estar de acordo em que os direitos humanos começam antes de uma pessoa receber a nacionalidade de um dado país.

Associo-me àqueles que pensam convictamente que o artigo 1.º da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais deveria aplicar-se à vida humana na sua totalidade, ou seja, desde o início até ao fim da vida de uma pessoa. Devemos, em particular, proteger aqueles que não podem proteger-se a si próprios. Antes de podermos proteger as liberdades humanas, devemos proteger a vida humana.

Congratulo-me por ter ouvido tantos de vós usar a expressão "actuar conjuntamente" e "actuar em parceria". O poder da Europa reside na união dos seus esforços, quer falemos do método humanitário quer do método intergovernamental. Podemos estar confrontados com reptos cada vez maiores que exigem que demonstremos uma vontade política comum, mas mais cooperação não significa perder as nossas identidades.

Göran Färm (S&D). – (SV) Senhor Presidente; tem sido criticado o facto de dois políticos desconhecidos terem sido designados para cargos de cúpula no quadro da UE. Considero essas críticas injustas. Nós, no Parlamento, pelo menos, já tivemos oportunidade de conhecer as qualidades de Catherine Ashton que fazem dela uma excelente líder. No entanto, é necessário dar uma resposta às críticas, pois muita gente está já a retirar delas a ilação de que os Estados-Membros querem transformar a UE num mero órgão de coordenação intergovernamental, em lugar de um nível de acção política distinto com a incumbência de encontrar soluções comuns para grandes desafios, como os do crescimento, emprego, paz e ambiente. Se fosse verdade, seria absurdo.

Neste cenário, é inquietante que a Comissão e o Conselho tenham revelado tamanha dificuldade em mostrar alguma capacidade de agir no que se refere a um dos maiores desafios internos que a UE defronta, a saber, o da reforma do orçamento a longo prazo da UE. Agora precisamos de mobilizar os recursos necessários para se investir no mercado interno. O que está em causa são as infra-estruturas de transporte e de energia. Temos de mobilizar os recursos necessários para concretizarmos o que afirmamos na nova Estratégia de Lisboa para o horizonte de 2020. Precisamos de resolver o problema do financiamento da política do clima, pelo

menos em certa medida, por meio do orçamento da UE e precisamos de nos preparar para o próximo alargamento.

Assim, a minha pergunta à Presidência e à Comissão é a seguinte: para quando propostas tangíveis de revisão intercalar com incidência no plano das margens orçamentais, inexistentes, para os três anos que nos restam das Perspectivas financeiras, cujos actuais limites inviabilizam a possibilidade de se tomarem quaisquer medidas razoáveis de resposta aos desafios que não podem esperar pelo pós-2013, e também uma proposta de directrizes de reforma do orçamento a longo prazo?

Seán Kelly (PPE). – (GA) Senhor Presidente, gostaria de dizer algumas palavras em nome da Irlanda nesta ocasião histórica para a União Europeia.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em particular devido aos 67% dos votos favoráveis do povo irlandês, constitui um grande estímulo para todos na União Europeia. Penso que isto reflecte o apoio dos cidadãos ao bom trabalho que o projecto europeu tem feito durante muitos anos.

Lamentavelmente, a designação do Presidente e da Alta Representante suscitou muitas críticas negativas, o que considero injusto.

Em primeiro lugar, quando as pessoas são designadas para um cargo, deveria ser-lhes dado algum tempo inicial de adaptação e deveriam ser julgadas pelos resultados e não por noções preconcebidas das suas capacidades para desempenhar o cargo.

Relativamente a Herman Van Rompuy, foi dito que é um criador de consensos e um negociador efectivo, como se se tratasse de qualidades negativas. Trata-se de atributos muito importantes nos tempos que correm. Que pretendem? Um guru de tipo presidencial pavoneando-se na cena mundial, que causasse problemas? Um destruidor, um perturbador? Não, o que necessitamos agora é de um bom Presidente, eficaz e sensato, e penso que o conseguimos. Desejo-lhe boa sorte.

Em relação a Catherine Ashton, foi dito que nunca foi eleita para este tipo de cargo, o que é verdade, mas isso não põe em causa, de forma alguma, as suas capacidades como pessoa, nem como política eficaz. Só conheço o seu trabalho daqui, desde que aqui cheguei, sendo que a inquiri, em particular, sobre o acordo de comércio com a Coreia do Sul, e penso que teve um bom desempenho.

Considero que os comentários hoje feitos pelo senhor deputado Farage foram, lamentavelmente, excessivos, mas nesta fase começo a tomar consciência de que o senhor deputado Farage é como um disco riscado, que não pára de repetir a mesma agenda política, recordando os dias de *Rule, Britannia!* e da nação contra nação. Esses dias são coisa do passado. A União Europeia é o maior processo de paz de sempre. Assim continuará e os eurodeputados devem trabalhar intensamente para garantir que essa é a via a seguir a partir de agora.

Diogo Feio (PPE). - Senhor Presidente, este é um debate importante, porque acredito que seja o último em que estamos a discutir nomes. É, de facto, altura de virar a página, falar de políticas, falar dos desafios que a União Europeia tem pela frente. Eu pretendia salientar um: a matéria do combate à crise. É uma daquelas em que mais unidas têm estado as instituições políticas europeias.

É altura de saudar o Conselho pela sua preocupação e, em especial, a Presidência sueca. É altura de cumprimentar a Comissão e o seu Presidente, que teve sempre uma grande preocupação na matéria do combate à crise, e salientar que o próprio Parlamento Europeu assumiu, através de uma comissão específica, uma grande vontade de discutir esta matéria.

Mas é esta também a altura em que têm existido discrepâncias entre o que é dito pelos responsáveis políticos e o que tem sido dito pelos governadores dos Bancos Centrais, seja a nível nacional, seja a nível europeu.

Em primeiro lugar, é necessária prudência em relação ao fim da crise. Esta não é a altura para levantar medidas de apoio às economias estatais e às empresas. Mas é também altura de traçar o caminho. Os responsáveis dos Bancos Centrais têm alertado os governos para um plano ambicioso de correcção dos défices.

Os anos variam. Mostram, aliás, oposição a certas políticas como aquelas que pretendem baixar impostos, num recado dirigido a alguns governos. Pena tenho que o governo português não esteja a seguir o caminho da baixa dos impostos. O caminho tem que ser o da competitividade, e a mensagem deste conceito tem que ser clara: mais competitividade, mais estímulo, mais crescimento, mais apoio às empresas, mais Europa a apoiar o crescimento e o emprego.

János Áder (PPE). – (HU) Senhor Presidente, a Conferência de Copenhaga figura como quarto ponto na agenda do Conselho Europeu. Existem dois pontos controversos importantes que impedem que a União Europeia alcance uma posição única sobre esta questão. Um diz respeito ao comércio de quotas de dióxido de carbono depois de 2012. A Comissão e alguns dos antigos Estados-Membros da UE pretendem proibir o comércio de quotas depois de 2012. Todavia, nove países – a República Checa, a Polónia, a Hungria, a Roménia, os três Estados Bálticos, a Eslováquia e a Bulgária – insistem em poder vender as suas quotas também depois de 2012.

Os países mencionados, incluindo a Hungria, cumpriram, não conseguiram cumprir e excederam os compromissos de Quioto. A Hungria, por exemplo, que se comprometeu a reduzir as emissões em 8% , registou uma redução de 23% . É por esta razão que a Hungria considera a posição da Comissão totalmente inadmissível e insiste, o mais veementemente possível, em poder vender as suas quotas de dióxido de carbono também depois de 2012. Apelo aos meus colegas da Bulgária, da Polónia, da República Checa, da Eslováquia e dos Estados Bálticos, independentemente da sua filiação partidária, a não abrir mão deste ponto de vista.

Othmar Karas (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de felicitar muito sinceramente a Senhora Ministra Malmström pela sua transição, digamos assim, do Parlamento para o governo e do governo para a Comissão Europeia. Desejo-lhe os maiores êxitos.

Estamos a realizar o último período de sessões ao abrigo do Tratado de Nice e a falar do primeiro período de sessões ao abrigo do Tratado de Lisboa. Este salto importante, esta mudança, este novo capítulo deve ser visível na primeira cimeira. A Europa mudou. O debate sobre as instituições chegou ao fim, tal como também chegou ao fim – espero – o debate sobre as pessoas e os cargos. Estamos a avançar para a elaboração de políticas num novo contexto. Os direitos dos cidadãos e os parlamentos serão reforçados, a capacidade de acção da União Europeia e das instituições será reforçada e a nós, às três instituições, serão conferidos direitos que tornarão mais fácil representar o nosso continente no mundo.

Pode-se escrever o que se quiser no papel. No entanto, a capacidade de convencer as pessoas de que temos vontade política para agir, para formular novos objectivos e envolver os cidadãos nos projectos dependerá de todas essas reuniões a realizar nas próximas semanas. Espero que desta cimeira resulte uma nova dinâmica, um novo sentido de responsabilidade e uma abordagem mais séria para tratar diferentes temas. O que observámos ao longo dos últimos dias foi uma procura pelo menor denominador comum: nacionalização e politização. O Tratado de Lisboa, em contrapartida, é um convite à europeização e à decisão política.

Por isso, espero que saibamos o que vamos fazer com o modelo da economia social de mercado. Como vamos fazer face à crise económica e financeira? Não podemos fazê-lo através da defesa de direitos existentes, mas da procura de soluções globais. Espero também que procedamos a uma revisão das nossas finanças, tarefa essencial para sabermos quanto dinheiro temos para despendar nas nossas políticas. A cimeira tem de passar para a Comissão a responsabilidade por esta revisão financeira. Temos de discutir os diversos temas com seriedade, honestidade e franqueza, e de estabelecer novos objectivos. Desejo a todos o maior êxito.

Jean-Pierre Audy (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, deveríamos estar contentes hoje, já que acabamos de ultrapassar uma dificuldade institucional. Temos o Tratado de Lisboa, temos a paridade, temos caras para os lugares, e, no entanto, como exprimir-lhes este mal-estar que estou a sentir?

Hoje, nesta Assembleia praticamente vazia, não sinto qualquer fôlego, estamos a assistir a um debate decepcionante de preparação deste Conselho Europeu. Não consigo explicar a mim próprio este sentimento de mal-estar com a preparação deste último Conselho Europeu de Presidência rotativa.

Que diferença da alegria dos povos em 2004, quando os antigos países comunistas aderiram à União! Que diferença das festas dos vinte anos da queda do Muro de Berlim! Sim, sabemos hoje que a solução não virá dos Estados-Membros. A solução virá dos povos, virá do Parlamento Europeu.

E dirijo-me à Comissão, que terá, não de escolher o seu campo, mas de fazer uma aliança política com o Parlamento Europeu, para que a aliança dos povos nos permita fazer sonhar com a União Europeia que desejamos, a União dos povos.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, concordo com a maioria dos oradores anteriores quando afirmam que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa representa uma nova fase histórica da integração europeia. No entanto, as pessoas, os cidadãos de toda a Europa nem sempre mostram vontade de celebrar quando pensam no assunto. Muitas pessoas temem que o Tratado de Lisboa possa ter como resultado um aumento do centralismo na Europa.

Muitas pessoas temem que os pequenos Estados-Membros – como, por exemplo, o meu país de origem, a Áustria – passem a ter menos influência pelo facto de os grandes Estados-Membros passarem a ter a possibilidade de decidir tudo graças aos novos métodos de votação. As pessoas têm também a sensação de que a escolha das personalidades para preencher os cargos de topo da União Europeia se baseou no mais fraco e menor denominador comum. Isto não é para dizer o que quer que seja em desfavor das qualidades pessoais de Herman Van Rompuy e da Baronesa Ashton. No entanto, as pessoas perceberam que o processo não envolveu uma escolha democrática.

Se queremos conduzir a União Europeia rumo a um futuro produtivo, temos, neste Parlamento, de exercer pressão no sentido de uma maior democracia, inclusive no processo de escolha de pessoas para ocuparem os cargos de topo.

Rachida Dati (PPE). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, caros colegas, a União Europeia retoma o crescimento no terceiro trimestre de 2009, o que poderia fazer-nos crer que o pior já passou.

Ora, há uma realidade que continua preocupante, que é a da explosão do desemprego, pelo que temos de manter uma enorme prudência. Aliás, a Comissão, num relatório do passado dia 23 de Novembro, refere que a crise financeira destruiu mais de 4 milhões de empregos entre o segundo trimestre de 2008 e meados de 2009.

É absolutamente necessário discutir agora, no próximo Conselho Europeu, a questão do emprego no contexto da Estratégia de Lisboa pós 2010, a qual terá indubitavelmente de integrar objectivos audaciosos e medidas inovadoras.

Penso que o debate tem de incidir, neste momento, sobre a adaptação dessa Estratégia de Lisboa a este período conturbado. Os nossos concidadãos esperam da Europa - e podemos constatá-lo no terreno todos os dias - soluções para a crise do emprego. Temos de saber não os decepcionar.

Mas a minha observação e a minha decepção juntam-se à do meu colega Jean-Pierre Audy, perante um Hemiciclo praticamente vazio apesar de confrontado com uma realidade extremamente preocupante para os nossos concidadãos europeus.

Aldo Patriciello (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Presidência sueca os grandes esforços desenvolvidos nos últimos meses, que conduziram, entre outras coisas, à aprovação do Tratado de Lisboa.

Finalmente, depois de 10 anos de impasse institucional, a União Europeia pode retomar o seu percurso de crescimento, que foi inesperadamente interrompido há algum tempo, através do reforço do processo de co-decisão.

Independentemente de todo o debate acerca das qualidades das individualidades escolhidas, as nomeações dos últimos dias vieram certamente demonstrar que as modalidades de nomeação estão muito longe dos princípios da transparência e da responsabilidade perante os cidadãos que a União Europeia tanto defende. Esta Assembleia deve empenhar-se em assegurar uma maior participação futura da sua parte em negociações que não podem nem devem ser conduzidas em segredo pelos Estados no seio do Conselho.

Por último, espero que possamos terminar o ano de 2009 com um acordo ambicioso na Conferência de Copenhaga, onde a União Europeia deverá falar com uma só voz para exprimir a sua opinião acerca das alterações climáticas.

Czesław Adam Siekierski (PPE). - (PL) Senhor Presidente, o trabalho mais importante da Presidência sueca foi, acima de tudo, o Tratado de Lisboa, que abre novas possibilidades para a Europa. Precisamos de estabelecer um roteiro para a sua introdução. O preenchimento de vagas é apenas o começo. Em segundo lugar, precisamos adoptar um plano de relançamento económico. Precisamos de nos lembrar, não apenas da ajuda aos bancos, mas também da ajuda às pessoas comuns, especialmente em relação a limitar o desemprego. Em terceiro lugar, estamos trabalhar numa estratégia para combater as alterações climáticas – o que é positivo. Estamos a decidir o que deve ser feito nesta área, mas não vamos esquecer que, em termos de ajuda financeira, a luta contra a crise está primeiro. Em quarto lugar, o Programa de Estocolmo significa uma Europa segura e aberta, uma Europa de liberdades – só aí teremos uma Europa comum. É essencial haver um certo tipo de equilíbrio entre estes importantes valores. Por último, o desenvolvimento da região do Mar Báltico requer uma maior cooperação dos Estados-Membros na região, tendo a Suécia dado um grande contributo nesta área.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Quero começar por felicitar a Presidência sueca pela forma como preparou a transição para o Tratado de Lisboa, conseguindo com êxito dar prioridade a este tema da sua agenda. Penso que o Conselho de Dezembro deve trabalhar para encontrar soluções que lhe permitam fazer face ao duplo desafio que a Europa enfrenta: a crise económica e as alterações climáticas.

De momento é necessário restaurar a confiança nos mercados financeiros criando um sistema de monitorização concebido para gerir e evitar a ocorrência de uma crise similar no futuro. Quanto às alterações climáticas, penso que a elaboração de uma política para proteger o ambiente não deve necessariamente afectar outros tipos de políticas, ou a atribuição de verbas europeias a políticas como o desenvolvimento regional.

Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente; responderei a um punhado de perguntas. Foi-me feita uma pergunta sobre a Turquia. Nós regozijamo-nos, obviamente, com o facto de a integração europeia continuar a ser um objectivo primordial para a Turquia. As negociações estão a avançar – talvez não tão rapidamente como seria nosso desejo, mas estão a fazer-se progressos e esperamos poder abrir o capítulo ambiental no fim do ano.

Naturalmente, apoiamos também as negociações entre a Turquia e Chipre e as conversações que estão em curso na ilha com vista a encontrar uma solução para a actual situação de divisão. Esse processo é da responsabilidade das partes interessadas, que contam com a assistência da ONU, mas, como é evidente, tem o apoio da UE, e eu estive em Chipre muito recentemente para conferenciar com as várias partes envolvidas, pois seria fantástico se se pudesse chegar a uma solução em breve. Esta tarde, haverá igualmente um debate sobre o alargamento, à Turquia e a outros países candidatos, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, em que os senhores deputados terão ocasião de fazer perguntas sobre esta e outras questões.

Vou dizer algumas palavras sobre a Estratégia para o Mar Báltico. Queria, uma vez mais, agradecer ao Parlamento Europeu o apoio que deu à Presidência sueca nesta matéria. Foi, é claro, aqui no Parlamento que nasceu a ideia da estratégia do mar Báltico e, por isso, congratulamo-nos muito por ela estar já a funcionar em pleno. Ela vai ser um factor muito importante no plano do ataque aos problemas ambientais da região, mas também no do reforço da cooperação em prol da prosperidade, inovação e segurança, entre outras coisas.

O Serviço Europeu de Acção Externa é uma das maiores e mais relevantes mudanças decorrentes do Tratado de Lisboa. Na cimeira de Outubro, o Conselho Europeu aprovou um enquadramento geral para o serviço. Catherine Ashton vai agora continuar a trabalhar nesse enquadramento com o Parlamento Europeu, com vista a submeter uma proposta final, o mais tardar, em Abril do próximo ano. A instalação do Serviço de Acção Externa, naturalmente, será feita de forma progressiva, e é importante que esta tarefa seja executada com competência e espírito construtivo. O Parlamento Europeu terá ensejo de discutir a fórmula a seguir.

No que se refere à revisão do orçamento, senhor deputado Färm, subscrevo inteiramente a sua opinião de que, agora que vamos ter finalmente o Tratado de Lisboa em vigor, dentro de uma semana, com novas e modernas regras de base para a União Europeia, precisamos manifestamente também de um orçamento moderno, que esteja à altura dos desafios que temos por diante. Espero que a nova Comissão esteja em condições de apresentar uma proposta dessa natureza o mais breve possível. Creio que o Presidente José Manuel Barroso também mencionou esta questão ontem, no período de perguntas.

Oito anos volvidos sobre a cimeira de Laeken, eis-nos no limiar de um novo Tratado. Estamos a viver um momento histórico, a alvorada de uma nova era para a União Europeia. Estou muito satisfeita por a Presidência sueca ter sido capaz de contribuir para a concretização deste projecto. Agora podemos, em certa medida, deixar as questões institucionais para trás e concentrar-nos nos grandes desafios políticos que, sabemos, preocupam os cidadãos da Europa – porque é, naturalmente, por uma Europa dos cidadãos que todos nós nos batemos.

Muitas destas questões serão discutidas no Conselho Europeu de Dezembro. No que diz respeito ao clima – a questão-chave para a nossa geração –, o Conselho Europeu terá lugar em simultâneo com a cimeira do clima de Copenhaga, e proporcionar-nos-á um ensejo de afinarmos a nossa posição negocial no contexto de Copenhaga.

No que diz respeito às questões financeiras e à crise económica, poderemos adoptar uma série de instrumentos, bem como definir directrizes a longo prazo com vista a restaurar a competitividade da Europa, para lhe assegurarmos uma vez mais prosperidade e coesão social e, em particular, debruçar-nos sobre a nova Estratégia de Lisboa, que, a médio e longo prazos, pode ser muito útil à Europa neste aspecto.

Finalmente, o Programa de Estocolmo trará segurança aos cidadãos da Europa, e é fundamental adoptarmos este programa. Todas estas questões permanecerão após a cimeira e requererão uma cooperação muito estreita da parte do Parlamento Europeu. O Primeiro-Ministro Reinfeldt estará aqui na sessão de Dezembro para apresentar os resultados da cimeira e para fazer, também, um balanço geral da Presidência sueca. Muito obrigado por este debate tão positivo e construtivo.

Margot Wallström, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, precisamente neste dia em que estamos a celebrar o facto de a próxima Comissão poder vir a integrar pelo menos nove mulheres – facto que a meu ver representa também uma vitória para todos nós que temos lutado activamente para que isso aconteça – ouvimos nos noticiários desta manhã que, só em França, no ano passado, morreram 156 mulheres vítimas de violência doméstica. Dado que hoje se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, estes dados deviam fazer-nos parar para reflectir e, esperemos bem, também para agirmos no futuro a nível europeu e a nível internacional. Talvez devêssemos também abordar esta questão em diferentes reuniões ao longo do dia de hoje.

Isto representa um importante passo em frente e mostra bem o processo que devemos seguir daqui por diante, um processo que deve ser mais aberto quando se trata da nomeação dos comissários. Espero que, futuramente, Estados-Membros e governos passem a nomear um homem e uma mulher. Penso que é uma excelente ideia.

Gostaria também de me referir às nomeações de um novo Alto Representante e de um novo Presidente do Conselho. Catherine Ashton foi nomeada para a Comissão e o Governo do Reino Unido deposita nela total confiança. Na verdade, ainda há um ano, a sua nomeação foi aprovada aqui no Parlamento por uma larga maioria – 538 votos a favor, se não estou em erro. Como alguns dos senhores deputados já aqui referiram, ela tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento e procurou envolvê-lo no tratamento de diferentes matérias. Ela foi nomeada por unanimidade pelos 27 Chefes de Estado ou de Governo, e por isso penso que tem toda a legitimidade para desempenhar o seu cargo e conquistar o respeito dos parceiros externos da União Europeia. Gostei da metáfora que aqui foi apresentada: em vez de termos alguém para fazer para o tráfego, ou que faça as vezes dos semáforos vermelhos, devíamos ter um "smooth operator", ou seja, alguém que efectivamente ajude o trânsito a fluir ou contribua para que as decisões na União Europeia sejam bem tomadas e de forma democrática. Tive a oportunidade de a conhecer e de comprovar que é uma excelente colega. Eu diria mesmo que ela é uma europeia convicta, o que constitui de facto um excelente ponto de partida.

Já aqui tivemos bons comentários neste debate, que penso ter sido frutuoso e construtivo. Agradeço, por isso, todos os vossos contributos. Também gostaria, se mo permitem, de tecer alguns comentários sobre a pergunta directa de Göran Färm a respeito da revisão do orçamento. Posso apenas repetir o que já vos disse o Presidente da Comissão, ou seja, que esta questão vai transitar para a nova Comissão. Em primeiro lugar, porque o Tratado de Lisboa vai incluir disposições que exigem uma nova organização institucional para que possamos ter uma boa base para a tomada de decisões sobre o orçamento. Em segundo lugar, a nova Comissão vai ter de decidir sobre as prioridades políticas e em seguida passar das palavras à prática, de modo a que o orçamento acompanhe as prioridades políticas. Eu diria que esta é uma inovação importante e uma oportunidade para a próxima Comissão. Também vai passar para a Cecilia Malmström com calorosos votos de todos nós. O que podemos dizer é que no início do próximo ano será apresentada uma proposta de revisão do orçamento e que esta vai ser uma tarefa imediata para a próxima Comissão.

Gostaria apenas de fazer uma referência ao Programa de Estocolmo. A adopção deste programa coincide com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, pelo que o Parlamento Europeu vai ter um papel crucial no desenvolvimento destas políticas. Este facto vem dar maior legitimidade às importantes decisões que vão ser tomadas em matéria de justiça e assuntos internos. São boas notícias para os cidadãos europeus e também para todas as instituições da UE.

No que respeita às alterações climáticas, vejo que existe aqui uma comunhão de pontos de vista sobre o papel activo que a União Europeia deverá desempenhar em Copenhaga e daqui por diante.

Por tudo isso, muito obrigada pelo debate. Com o novo Tratado de Lisboa, dispomos agora de um texto que nos vai ajudar a tratar todas as questões importantes que aqui foram colocadas – alterações climáticas, combate à crise financeira e aos seus efeitos sociais e outros – e, naturalmente, vai também contribuir para que tenhamos uma União Europeia democrática no futuro.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O próximo Conselho Europeu propõe-se estabelecer as bases relativamente ao futuro da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego. Fá-lo-á numa altura em que, na Europa, o desemprego atinge níveis históricos e a economia se encontra em recessão, mergulhada numa profunda crise. Oito anos decorridos, a realidade impõe-se à evidência: os objectivos proclamados fracassaram em toda a linha. As causas deste fracasso radicam no que cedo se revelou ser a verdadeira agenda desta Estratégia: a desregulamentação das relações laborais e a correlativa desvalorização do trabalho, o ataque a direitos sociais, o desmantelamento de serviços públicos essenciais, a privatização e liberalização de sectores chave da economia, a imposição do mercado como absoluto em esferas crescentes da vida colectiva. Os trabalhadores e os povos têm razões de sobra para aspirar a uma ruptura profunda com esta agenda. A uma mudança de rumo que urge concretizar. Mudança que exige, entre outros aspectos: o reconhecimento da educação como um direito, não como um serviço, um sector mais de mercado; a democratização do acesso ao conhecimento e à cultura; a valorização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores; a defesa dos sectores produtivos, das micro, pequenas e médias empresas; serviços públicos de qualidade e para todos; uma mais justa distribuição da riqueza criada.

András Gyürk (PPE), *por escrito*. – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no próximo Conselho Europeu, espera-se que os Estados-Membros cheguem a acordo em relação aos principais princípios básicos que serão apresentados na Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas. Penso que é importante que a questão da eficiência energética não seja negligenciada devido à questão das quotas de emissões e do apoio financeiro a conceder aos países em desenvolvimento. Ou seja, a União Europeia tende a esquecer este prémio fácil. A razão pela qual isso seria particularmente penalizador é porque em algumas regiões da Europa é possível reduzir os níveis de emissões de forma mais barata melhorando a eficiência energética, e não através de qualquer outra solução. Duas conclusões podem ser retiradas daqui. Em primeiro lugar, a União Europeia deve tentar assegurar uma convergência global dos critérios de eficiência energética com a adopção do novo sistema de protecção climática. Em segundo lugar, deve atribuir-se um papel mais significativo aos apoios concedidos à eficiência energética no futuro orçamento a longo prazo da União Europeia, dispensando-se uma atenção particular aos programas de reconstrução de edifícios dos antigos países socialistas. Porque nesta região é possível alcançar poupanças muito consideráveis com uma despesa financeira relativamente modesta.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) O tema fulcral do Programa de Estocolmo é “Construir a Europa dos cidadãos”. Isto para mim significa que, a partir de agora, as Instituições europeias e os Estados-Membros devem progredir no sentido da abolição das fronteiras na UE, numa altura em que os cidadãos continuam a enfrentar obstáculos administrativos e legais que parecem impedi-los de exercerem o seu direito de viver e trabalhar no Estado-Membro da sua escolha. É por isso que o Programa de Estocolmo deve fazer com que este tema fulcral se torne uma realidade e apresente instrumentos claramente definidos para facilitar o acesso de todos os trabalhadores da UE ao mercado de trabalho da União Europeia, pois isso é um dos principais símbolos da cidadania europeia.

Além disso, a actual crise económica realça ainda mais a necessidade de se promover o pleno exercício do direito à liberdade de circulação. A melhoria da mobilidade no seio da UE, num espaço comum de liberdade que implica direitos e obrigações, requer uma consolidação do espaço Schengen e isso, por sua vez, torna necessária a integração dos restantes Estados-Membros tão rapidamente quanto possível. Além disso, implica também uma boa gestão das fronteiras externas da UE, que deve ser feita de uma forma tão coerente quanto possível.

Sirpa Pietikäinen (PPE), *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desejo agradecer à Presidência sueca a elaboração do novo programa de trabalho na área da Justiça e dos Assuntos Internos.

Graças ao Programa de Estocolmo, a União Europeia poderá melhorar a vida diária de todos os seus cidadãos. A segurança, o bem-estar e a igualdade são o resultado de uma observação permanente das regras do Estado de direito, da solidariedade e da não discriminação em diferentes domínios das políticas e na elaboração da legislação.

Gostaria que fosse dispensada uma maior atenção à melhoria da vida quotidiana dos imigrantes, das minorias e daqueles que, por qualquer razão, são alvo de discriminação. Isto não se prende unicamente com fenómenos marginais: de acordo com um novo inquérito do Eurobarómetro, um em cada seis europeus afirmou ter sido alvo de discriminação nos últimos cinco anos.

A este respeito, gostaria de salientar a importância da directiva agora em debate no Conselho relativa à proibição de discriminação no fornecimento de bens e serviços. Lamentavelmente, a directiva tem avançado muito lentamente no Conselho, e tem deparado com uma oposição considerável por parte de alguns Estados-Membros. O valor fundamental da União Europeia articula-se em torno do respeito pelos princípios dos direitos humanos e da igualdade. Estes princípios devem ser também totalmente introduzidos a nível da legislação à escala europeia.

(A sessão é suspensa às 11H40)

(Entrega do Prémio LUX entre as 11H45 e as 12H05)

(A sessão é reiniciada às 12H05)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

7. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

7.1. Quitação 2007: Orçamento Geral da UE, Conselho (A7-0047/2009, Søren Bo Søndergaard) (votação)

- Antes da votação:

Nicole Sinclair (EFD). – (EN) Senhor Presidente, tomo a palavra nos termos do artigo 173.º para chamar a atenção para o artigo 2.º do Regimento, que passo a citar: "Os deputados ao Parlamento Europeu gozam de independência no exercício do seu mandato, não se encontrando sujeitos a quaisquer ordens ou instruções". Durante o debate sobre as declarações do Conselho e da Comissão esta manhã, o Senhor Presidente disse que as observações do senhor deputado Farage eram inaceitáveis. Sendo eu uma nova deputada desta Assembleia, gostaria que esclarecesse, no que respeita ao artigo 2.º, se os deputados deste Parlamento têm a liberdade de expressar as suas opiniões sem censura.

Presidente. – Com licença de V. Exas., eu e o senhor deputado Farage vamos ter uma reunião e vamos conversar cordialmente sobre este assunto. É esta a minha proposta. Muitíssimo obrigado.

Martin Schulz (S&D). – (DE) Senhor Presidente, também participei no debate, hoje de manhã, e não fiquei com a impressão de que V. Exa. tivesse sido injusto ou que tivesse, de algum modo, abusado da sua autoridade. Muito pelo contrário...

(Tumulto)

Gostaria de dizer, pelo contrário, que escutou com enorme respeito e uma paciência inaudita as palavras do presidente deste pretenso grupo, enquanto esse senhor nos dava mostras de ser um difamador profissional. Foi essa a realidade do discurso do senhor deputado Farage.

(Aplausos)

Søren Bo Søndergaard, relator. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de solicitar uma votação nominal sobre a quitação do orçamento do Conselho para o exercício de 2007. Penso que é importante que o Conselho tomar conhecimento de que as exigências de uma maior cooperação com esta Instituição e com as suas comissões competentes no próximo processo de quitação que lhe são feitas por este Parlamento contam com um amplo apoio desta Assembleia.

7.2. Rotulagem de pneus no que diz respeito à eficiência energética (A7-0076/2009, Ivo Belet) (votação)

- Antes da votação:

Ivo Belet, relator. – (EN) Senhor Presidente, muito brevemente, gostaria apenas de agradecer à Presidência sueca a sua excelente cooperação. Penso que este acordo é ambicioso e também realista. Convencer-nos-á a optar pela eficiência dos combustíveis, por baixos níveis de ruído e também, evidentemente, pela segurança. Agradeço igualmente aos relatores-sombra, Matthias Groote e Jorgo Chatzimarkakis, pelo magnífico trabalho que fizeram.

7.3. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Bélgica - sector têxtil e Irlanda - Dell (A7-0044/2009, Reimer Böge) (votação)

7.4. Adaptação do Regimento do Parlamento ao Tratado de Lisboa (A7-0043/2009, David Martin) (votação)

– *Antes da votação:*

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, a minha máquina não funciona, mas não foi para isso que pedi a palavra.

Este relatório, Senhor Presidente, incluía uma alteração que foi retirada, a alteração 86. A minha invocação do Regimento tem por base o n.º 2 do artigo 24.º do nosso Regimento. Como tive a honra de lhe transmitir em nome de um certo número de colegas, este artigo prevê que os Não-inscritos deleguem um dos seus membros à Conferência dos Presidentes. Por obstrução da administração, essa obrigação não é cumprida desde Julho.

Ora, a alteração 86 previa que se alterasse essa disposição no sentido de ser o senhor a decidir qual dos representantes dos Não-inscritos teria assento na Conferência dos Presidentes. Trata-se, Senhor Presidente, de uma verdadeira infâmia, e estou a pesar as palavras. É vivido como tal pelo conjunto dos meus colegas. Seríamos os únicos cuja delegação do nosso representante à Conferência dos Presidentes seria imposta por si.

Espero, Senhor Presidente, que tenha a dignidade de recusar essa faculdade que lhe é oferecida pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) a que pertence.

Presidente. – Percebo o que o senhor deputado quer dizer. Será que o relator pode pronunciar-se sobre esta questão? Posso pedir ao relator o favor de comentar?

David Martin, relator. – (EN) Senhor Presidente, não temos de despender muito tempo com este assunto porque os deputados não inscritos não merecem que se perca muito tempo com eles. Não vamos votar essa questão. Se eles se dessem ao trabalho de comparecer nas comissões em que têm o direito de comparecer, saberiam que não vamos votar isto hoje, mas que o faremos em Janeiro. Irei manter a minha recomendação de que o Senhor Presidente convide um deputado não inscrito para participar na Conferência dos Presidentes.

7.5. Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas (votação)

– *Antes da votação:*

Satu Hassi (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, no que respeita à ordem de votação entre as alterações 43 e 54, o meu grupo considera que a ordem de votação apresentada na lista está ao contrário.

A aprovação da alteração 43 não deve implicar que a alteração 54 caduque, porque a alteração 54 contém outras questões que não estão abrangidas pela alteração 43.

Se uma parte leva outra alteração a caducar, então a alteração 54 deve ser votada primeiro e só depois a alteração 43.

Não se trata da primeira votação, mas sim da votação na segunda página. Queria apenas anunciar isto para saberem quando chegarmos a esse ponto da votação.

Presidente. – Algum representante da comissão parlamentar gostaria de se pronunciar? Talvez o senhor deputado Jo Leinen? O que está a ser proposto é uma alteração na ordem de votação? Tenho de referir que não estávamos à espera desta mudança. Não havia nenhuma proposta neste sentido.

Jo Leinen, *presidente da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar*. – (DE) Senhor Presidente, sim, de facto a senhora deputada Satu Hassi tem razão. Podemos proceder de acordo com a proposta da senhora deputada.

(O Parlamento manifesta a sua concordância)

Markus Ferber (PPE). – (DE) Senhor Presidente, há pouco, a cabina de interpretação fez referência ao artigo 20.º e não o artigo 22.º, e assim torna-se difícil fazer aquilo que V. Exa. tem em mente. Como tal, espero que agora os intérpretes traduzam correctamente os números da língua polaca.

Presidente. – Talvez a culpa tenha sido minha. Peço desculpa.

Jo Leinen (S&D). – (DE) Senhor Presidente, o Parlamento está representado em Copenhaga através de uma delegação oficial. V. Exa. irá também estar presente e, pela primeira vez, não será necessário alugar um escritório na cidade. Teremos, em vez disso, uma presença oficial no pavilhão da União Europeia. Trata-se de um passo positivo, com o qual nos congratulamos. Assim sendo, torna-se desnecessário o artigo 61º.

O Tratado de Lisboa assegura que o Parlamento não só seja ouvido em matéria de Tratados internacionais, como também tenha de concordar com os mesmos. Estamos perante o começo de uma nova era e, como tal, em conformidade com o Artigo 60.º, solicitamos que nos seja permitido participar nas reuniões de coordenação da UE, em vez de nos deixarem do lado de fora. A Comissão deve tratar-nos exactamente como trata o Conselho, fornecendo-nos informação relativamente às negociações dos Tratados, e pedimos-lhe que comece com o Acordo de Quioto. É este o pedido que fazemos à Comissão. Talvez a Senhora Comissária Reding queira dizer algo a este respeito.

(Aplausos)

Viviane Reding, *Membro da Comissão*. – (DE) Senhor Presidente, tomei boa nota da mensagem e vou transmiti-la ao Presidente da Comissão e aos restantes Comissários.

Jeanine Hennis-Plasschaert (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de lhe pedir muito amavelmente que acelerasse um pouco, porque se continuarmos a este ritmo à meia-noite ainda estaremos a votar no plenário.

7.6. – Programa plurianual 2010-2014 respeitante ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (Programa de Estocolmo) (votação)

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, a situação de que o senhor deputado Markus Ferber tão justamente se queixou voltou a repetir-se. Ouvimos três números diferentes para fazer referência ao parágrafo que estamos prestes a votar. Não sei se isso se deve ao facto de os números não terem sido correctamente lidos, ou correctamente traduzidos. Sei que primeiro ouvi 33, depois 30 e por último 43, o que torna as coisas bastante confusas.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, posso garantir-lhe que a velocidade de voto é excelente. O senhor é uma pessoa extremamente educada, e estamos-lhe gratos por isso, mas poderíamos acelerar ainda mais se não dissesse obrigado após cada votação, mas apenas no final da votação!

Obrigado, Senhor Presidente.

Presidente. – Muito obrigado por essa observação!

- Antes da votação de uma alteração ao n.º 131:

Carlo Casini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, trata-se de uma alteração oral ao n.º 131, relativamente à qual concordo com os outros dois relatores, os senhores deputados López Aguilar e Berlinguer.

O texto actual diz: “convida o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros a avaliar e rever as actuais leis e políticas internacionais, europeias e nacionais em matéria de drogas e a promover políticas de redução de riscos, nomeadamente em preparação de conferências sobre essas questões a nível da ONU”.

A alteração oral propõe a inserção das palavras “prevenção” e “recuperação”, de tal maneira que o apelo a avaliar e a rever as leis tenha a ver com as “políticas de redução de riscos, de prevenção e recuperação”.

(O Parlamento manifesta a sua concordância)

7.7. Estado do projecto da zona de comércio livre Euromed (votação)

7.8. Indemnização dos passageiros em caso de falência de companhia aérea (votação)

7.9. Marcação de origem (votação)

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

8. Declarações de voto

Declarações de voto orais

- Relatório Søren Bo Søndergaard (A7-0047/2009)

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o primeiro dever de qualquer assembleia é obrigar o executivo a responder pelos seus actos. Estamos aqui como tribunos dos cidadãos. Devia haver uma tensão criativa entre nós e o executivo - ou seja, a Comissão.

Mas quando se trata destas questões orçamentais, o Parlamento Europeu, numa atitude única entre as assembleias eleitas do mundo, toma o partido do executivo contra os seus próprios eleitores, em prol de uma integração mais profunda.

O orçamento europeu aumenta todos os anos; todos os anos recebemos um relatório do Tribunal de Contas que nos mostra que dezenas de milhares de milhões de euros se perderam ou foram roubados. E no entanto não fazemos aquilo que temos competência para fazer, nomeadamente, reter os fundos, ou, por outras palavras, dizer que não entregaremos mais dinheiro enquanto os procedimentos contabilísticos não estiverem em ordem.

Mais uma vez, estamos a dar a nossa aprovação a este orçamento apesar de todos os erros que contém, atraído desse modo as pessoas que aqui nos puseram, que são os nossos eleitores e também os nossos contribuintes, porque a maioria das pessoas nesta Assembleia assume uma atitude de "bem ou mal, antes a Europa", preferindo ver as coisas mal feitas por Bruxelas do que feitas competentemente pelos Estados-Membros.

- Relatório Reimer Böge (A7-0044/2009)

Miguel Portas, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, a Esquerda Unitária votou favoravelmente a mobilização de 24 milhões de euros para apoiar os trabalhadores despedidos na Bélgica.

Votámos a favor porque estamos do lado de quem precisa, dos que dão às empresas o seu suor e a sua inteligência e, no fim, são vítimas de um sistema económico injusto, de competição desenfreada pelos lucros e com efeitos sociais devastadores.

Dito isto, há que avaliar o papel deste Fundo de Ajustamento.

Em 2009, apenas foram mobilizados 37 milhões de euros, dos 500 milhões de euros possíveis. O Fundo não está a reflectir a razão para que foi criado.

Em segundo lugar, este Fundo não apoia directamente os desempregados, mas sim os sistemas nacionais de segurança no trabalho. Como eles são muito diferentes entre si, o Fundo acaba por reproduzir as desigualdades patentes nos próprios sistemas de distribuição.

Em Portugal, o Fundo apoia um desempregado em 500 euros. Na Irlanda, apoia-o em 6 mil euros.

Em terceiro lugar, o caso da Dell mostra como está a ser possível apoiar ao mesmo tempo trabalhadores que são vítimas de despedimentos na Irlanda e a própria multinacional que os despediu, que se encontra a receber outro tipo de fundos públicos, agora na Polónia.

A Dell, para instalar uma nova fábrica na Polónia, recebeu dinheiro enquanto adquiria novas posições nos mercados norte-americanos, e, no terceiro trimestre deste ano, apresentava lucros na casa dos 337 milhões de dólares.

É por tudo isto que o Fundo de Ajustamento à Globalização precisa de ser seriamente avaliado em todas as suas dimensões.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, já o disse anteriormente muitas vezes e irei decerto voltar a dizê-lo: quaisquer que tenham sido os motivos dos seus fundadores, a União Europeia há muito que deixou de ser um projecto ideológico e se tornou uma negociata, uma maneira de redistribuir dinheiro de pessoas que estão fora do sistema por pessoas que estão dentro dele. Daí o assunto de que aqui estamos a falar hoje – estas benesses para algumas empresas predilectas.

Passemos por cima da oportunidade suspeita da subvenção concedida à Dell, na Irlanda, que foi anunciada com um sentido de propriedade processual duvidoso no período que antecedeu o referendo irlandês sobre a Constituição Europeia, ou o Tratado de Lisboa. Foquemos apenas o aspecto mais geral de que isto é algo que já tentámos antes como continente: na década de 1970 enveredámos pela via de apoiar indústrias pouco competitivas, o que teve consequências desastrosas. Sabemos onde leva essa via. Leva à estagnação, à inflação e, em última análise, à falência colectiva. Não enveredemos uma segunda vez por essa via.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, li com interesse a primeira frase onde se diz que o fundo foi criado para prestar auxílio adicional a trabalhadores afectados pelas consequências de mudanças importantes na estrutura do comércio mundial.

Mas não será que sempre houve mudanças importantes na estrutura do comércio mundial? No meu círculo eleitoral de Londres, houve empresas do sector têxtil que reagiram e se prepararam para a globalização transferindo algumas das suas funções para países mais pobres, criando desse modo empregos em países em desenvolvimento, mas mantendo os empregos de valor elevado nas áreas da investigação e desenvolvimento e de marketing em Londres, no círculo eleitoral, na União Europeia.

Se estas empresas souberam reagir, por que razão havemos de estar a compensar empresas ineficientes dos sectores dos têxteis e das TI, que enterram a cabeça na areia na esperança de que a globalização se vá embora?

Esse dinheiro deveria certamente ser devolvido aos contribuintes para o gastarem como entenderem. É certamente tempo de os governos se concentrarem em criar condições apropriadas, de modo que quando se perdem empregos, os empresários possam agir e criar novos postos de trabalho.

- Relatório David Martin (A7-0043/2009)

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, volto à verdadeira prevaricação que esteve quase a ser cometida, com o pretexto precisamente de uma alteração ao Regimento destinada a adaptá-lo às condições do Tratado de Lisboa: a alteração 86, através da qual a administração se arvorava o direito de designar o representante dos Não-inscritos à Conferência dos Presidentes.

É absolutamente escandaloso que essa designação, que deveria ter tido lugar, como em todas as instâncias da nossa Assembleia, seja por eleição seja por consenso, por eleição à falta de consenso, ainda não tenha tido lugar devido a uma manobra deliberada dos funcionários que se lhe opõem.

É consternante que esses funcionários tenham conseguido o apoio de grupos políticos que nos são hostis e que, evidentemente, não têm de se pronunciar, de facto nem de direito, sobre a designação do nosso representante. Apelaremos dessa decisão, caso volte à discussão, perante o Tribunal de Justiça.

- Proposta de resolução (B7-0141/2009): Preparação da Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas

Marisa Matias, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, para garantirmos que temos resultados sérios e vinculativos em matéria de combate às alterações climáticas, há quatro princípios que têm de ser assegurados, e gostaria de voltar a referi-los. Eles hoje estiveram aqui também a votação.

O primeiro diz respeito à necessidade de chegarmos a um acordo que seja juridicamente vinculativo.

O segundo diz respeito à necessidade de estarem garantidas as metas políticas rigorosas, incluindo as metas relativas à redução de emissões. Devemos ter metas ambiciosas a este respeito. Penso que poderíamos ter ido mais longe do que aquilo que fomos hoje.

O terceiro ponto é que se garanta o financiamento público necessário que nos permitirá combater este problema relacionado com as alterações climáticas.

O quarto e último ponto – que penso que é muito relevante ter em conta – é que seja global, e não um acordo de apenas algumas regiões, e isso tem que ser através dum processo ancorado numa participação democrática que envolve todos os países.

Penso que a resolução que hoje aqui aprovámos é menos boa – digamos assim – do que aquela que anteriormente foi aprovada em sede da Comissão do Ambiente.

No entanto, penso que o que deve ser salvaguardado aqui é verdadeiramente o resultado e o esforço que foi feito ao longo deste tempo e, portanto, partimos para Copenhaga com um trabalho bastante positivo que foi feito no âmbito do Parlamento Europeu. E espero, sinceramente, que se faça um combate exigente e que saibamos cumprir o que aqui hoje aprovámos.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (EN) Senhor Presidente, dei o meu apoio a esta resolução. As alterações climáticas são uma prioridade política mundial da Cimeira de Copenhaga. Esta deverá gerar não só compromissos políticos, mas também acordos e sanções em caso de não cumprimento.

A luta contra as alterações climáticas é uma acção mundial e é necessária a participação activa tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento. No entanto, são os países ricos que devem desempenhar o papel principal. Têm de chegar a acordo sobre metas obrigatórias para a redução das suas emissões e, ao mesmo, arranjar dinheiro para ajudar os países em desenvolvimento a combaterem as alterações climáticas.

Jan Březina (PPE). – (CS) Com a adopção, hoje, da resolução acerca da Cimeira de Copenhaga sobre a protecção do clima, o Parlamento enviou um sinal claro de que atribui uma enorme importância a esta questão. Isto reflecte-se numa abordagem autêntica, no âmbito da qual o Parlamento estabelece o princípio das responsabilidades partilhadas, mas diferentes. De acordo com este princípio, os países industrializados têm de assumir um papel de liderança, enquanto países e economias em desenvolvimento, como a China, a Índia e o Brasil, receberão apoio adequado através de tecnologia e do aumento das capacidades. Por outro lado, tenho de dizer que o pressuposto de que um acordo em Copenhaga possa oferecer o estímulo para a chamada iniciativa "*Green New Deal*" é, na minha opinião, demasiado optimista e sectária do ponto de vista ideológico. Não podemos pôr antolhos nos nossos olhos e passar por cima dos cadáveres das empresas industriais, num esforço idealista por reduzir as emissões de CO₂. Não considero que uma abordagem tão irrealista seja uma alternativa sustentável para toda a Europa.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, o relatório que acaba de ser aprovado na nossa Assembleia inscreve-se perfeitamente na linha "politicamente correcta" que aqui reina, sem qualquer contestação dos dogmas estabelecidos.

Contudo, uma afirmação mil vezes repetida nem por isso está provada. Sempre houve aquecimentos climáticos. Houve aquecimentos do clima após as últimas eras glaciares, por exemplo, e não foram com certeza os automóveis utilizados pelo homem de Neandertal que provocaram esses aquecimentos.

Não se verifica nenhuma contestação, nenhuma interrogação sobre o que já foi repetido cem vezes, mil vezes, e com que objectivo? É óbvio que há pelo menos um que tem um grande interesse: preparar a chegada do governo mundial; e o segundo é o de culpabilizar mais uma vez o homem europeu e o homem ocidental, considerado, erradamente, responsável por todos os pecados do mundo.

E vou parar por aqui, Senhor Presidente, pois não tenho direito a 61 segundos. Agradeço-lhe ter-me ouvido com atenção.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, na sua primeira conferência de imprensa como novo Presidente ou como pessoa designada para esse cargo, Herman Van Rompuy declarou que o processo de Copenhaga seria um passo em direcção a uma gestão global do nosso planeta. Não sou certamente a única pessoa que está alarmada com a forma como as prioridades ambientais estão a ser aproveitadas por aqueles que têm outros interesses e desejam retirar o poder às democracias nacionais.

O ambientalismo é demasiado importante para que se permita que seja apenas um dos lados do debate político a aplicar as suas soluções. Como conservador, considero-me um conservacionista por natureza. Foi Marx que ensinou que a natureza é um recurso a explorar, uma doutrina que encontrou uma expressão brutal nas indústrias fabris altamente poluentes dos Estados do COMECON, mas nunca experimentámos aplicar

as soluções da economia de mercado de conceder direitos de propriedade, de manter o ar limpo e a água limpa permitindo que se tornem propriedade privada, em vez desta tragédia de os manter no domínio público, esperando que esses fins sejam atingidos através da acção do Estado e das tecnocracias mundiais.

O ambientalismo é demasiado importante em si mesmo para ser ignorado.

- Proposta de resolução (B7-0155/2009): Programa plurianual 2010-2014 respeitante ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (Programa de Estocolmo)

Clemente Mastella (PPE). – (IT) Senhor Presidente, a resolução sobre o Programa de Estocolmo que o nosso Parlamento votou hoje é o resultado de um grande trabalho de cooperação e uma fórmula processual completamente inédita, da qual ainda temos pouca experiência.

Com efeito, essa fórmula estabelece objectivos realmente ambiciosos, mas se queremos ter uma Europa que seja ao mesmo tempo aberta e segura, devemos ser capazes de encontrar o equilíbrio certo entre uma cooperação cada vez mais eficaz na luta contra o crime e o terrorismo, por um lado, e, por outro lado, um forte compromisso no sentido de salvaguardar o direito dos cidadãos à privacidade.

Estamos empenhados na implementação de uma política comum de asilo, no respeito pela salvaguarda dos direitos humanos fundamentais e numa política comum de imigração através de um maior controlo das nossas fronteiras.

O passo seguinte será a realização de um espaço judiciário europeu. Para alcançar esse objectivo, há que promover todas as formas de cooperação com vista à difusão de uma cultura judiciária comum europeia. Exemplos disso incluem o reconhecimento recíproco dos acórdãos e normas comuns, a abolição do procedimento de exequátur e a implementação de medidas destinadas a facilitar o acesso à justiça e a promover o intercâmbio de magistrados.

Temos depois o programa plurianual, que insiste no conceito de cidadania europeia, a qual deve ser encarada como um complemento e não como uma limitação da cidadania nacional.

Penso que estes objectivos exigem um maior empenho da parte de todos...

O Senhor Presidente retira a palavra ao orador)

Lena Ek (ALDE). – (SV) Senhor Presidente; hoje, votei a favor da estratégia da UE em matéria de liberdade, segurança e justiça, ou seja, do Programa de Estocolmo, mas quando a proposta legislativa concreta do Conselho voltar ao Parlamento via Comissão, tenciono ser muito rigorosa e dura no capítulo da abertura e transparência da acção legislativa.

Esta questão assume particular relevância em sede de procedimento de concessão de direito de asilo. A faculdade de requerer a concessão de direito de asilo constitui um direito fundamental, e a cooperação europeia serve para demolir muros, não para erguê-los. Os Estados-Membros devem, portanto, respeitar a definição dos conceitos de refugiado e requerente de asilo consignada na Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados, e eu acabo de apresentar uma proposta de alteração nesse sentido. Na sua versão final, o Programa de Estocolmo tem de defender valores europeus como a liberdade e o respeito pelos direitos humanos. Por eles vale a pena lutar, e é precisamente isso que eu farei.

Daniel Hannan (ECR). – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer, bem como aos seus funcionários, a paciência demonstrada durante este período de declarações de voto.

(EN) Senhor Presidente, um antigo Ministro do Interior britânico, Willie Whitelaw, disse uma vez a um sucessor seu naquele cargo que o seu era o melhor posto do governo porque não obrigava a lidar com estrangeiros nenhuns.

Nenhum Ministro do Interior de nenhum Estado-Membro poderia dizer isso hoje. Tem havido uma harmonização extraordinária no domínio da justiça e dos assuntos internos. Em todas as áreas - desde a imigração e o asilo, aos vistos, direito civil, justiça penal e policiamento - conferimos efectivamente à União Europeia esse atributo último do Estado: o monopólio do força jurídica coerciva sobre os seus cidadãos, ou seja, um sistema de justiça penal.

Quando foi que decidimos fazer isso? Quando foram os nossos eleitores consultados sobre essa matéria? Admito que esse processo não se deu em segredo. Não houve nenhuma conspiração nesse sentido, ou pelo menos tratou-se talvez daquilo a que H.G. Wells chamava uma conspiração aberta, mas não houve altura

nenhuma em que tenhamos tido a cortesia de perguntar às pessoas se desejavam ser cidadãos de um Estado com um sistema jurídico próprio.

Philip Claeys (NI). – (NL) Tal como muitos cidadãos europeus a quem não foi dada oportunidade de se pronunciarem sobre o Tratado de Lisboa, também eu estou muito preocupado com os desenvolvimentos nas áreas da liberdade, da segurança e da justiça. Um número cada vez maior de competências em matéria de emigração e asilo está a ser desviado para a União Europeia, estando estas questões a ser progressivamente excluídas do âmbito do controlo democrático dos cidadãos. O resultado será o aumento da imigração, com todos os problemas que daí advêm.

A questão de outorgar direitos sem impor obrigações, outro aspecto que também resulta desta resolução, fornece aos imigrantes uma desculpa para não se adaptarem às normas dos países que os acolhem. Exemplo daquilo que me incomoda é a passagem do relatório que refere a "discriminação múltipla das mulheres romanichéis", pois não menciona que, em muitos casos, essa discriminação é auto-imposta. Basta pensar no facto de que muitas mulheres romanichéis e crianças menores são obrigadas a ir ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, tinha pedido para falar sobre Estocolmo.

Senhor Presidente, como já foi afirmado, este relatório apresenta dois assuntos preocupantes.

O primeiro é a sua perspectiva nitidamente imigracionista. O segundo não se revela no conteúdo do relatório nem das conclusões. Apenas nos foi dado a conhecer pelas intenções do Senhor Comissário Barrot: a criminalização da liberdade de expressão, de investigação e de pensamento.

Neste momento, em muitos países europeus, há pessoas que estão a ser perseguidas, a ser presas, a ser pesadamente condenadas, a ser detidas, apenas porque querem exercer um ponto de vista crítico, seja sobre a história da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, ou da história contemporânea, seja a propósito do fenómeno da imigração. Esse direito é-lhes negado, e são-lhes aplicadas sanções pesadíssimas. Trata-se de um motivo de grande preocupação, pois é absolutamente contrário ao espírito europeu.

- Proposta de resolução (B7-0153/2009): Indemnização dos passageiros em caso de falência de companhia aérea

Aldo Patriciello (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há alguns meses, assistimos à falência repentina e inesperada de algumas companhias aéreas *low cost*, como a Myair ou a Sky Europe, com o consequente cancelamento imediato de todas as viagens programadas. Esse facto trouxe inenarráveis inconvenientes a milhares de passageiros, que viram ser-lhes recusado o direito de embarque em voos devidamente reservados. Mais grave ainda é o facto de esses mesmos consumidores verem igualmente ser-lhes negada a possibilidade de poderem ser reembolsados pelos voos cancelados em consequência das medidas de falência aplicadas a essas companhias aéreas.

Por essas razões, parece mais necessário do que nunca que a Comissão, que conta entre os seus princípios e valores a prosperidade e o bem-estar dos consumidores, adopte urgentemente medidas adequadas a fim de impedir que situações idênticas se repitam em prejuízo dos cidadãos europeus.

Em especial, há que acelerar o processo de revisão da Directiva 90/314/CEE sobre as viagens organizadas, da mesma forma que é necessário, por um lado, dotarmo-nos...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Siiri Oviir (ALDE). – (ET) Nos últimos nove anos, registaram-se 77 falências no sector da aviação. Não se trata de uma, duas ou três, e não aconteceu apenas ontem: repito, aconteceu nos últimos nove anos. Como consequência deste facto, milhares de passageiros ficaram retidos em aeroportos estrangeiros sem qualquer protecção. Não receberam qualquer indemnização ou, pelo menos, não receberam a indemnização adequada atempadamente. Por esta razão, votei a favor desta resolução, e estou de acordo com a ideia de que, no sector da aviação, devemos também regulamentar esta lacuna que existe no sistema jurídico comunitário, que hoje prevaleceu.

Apoio, igualmente, o prazo concreto apresentado na proposta de resolução, a saber, 1 de Julho de 2010 – ou seja, muito em breve –, quando a Comissão Europeia deve apresentar propostas concretas e efectivas para resolver este problema, e futuramente os direitos dos passageiros aéreos deveriam ser também protegidos...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Zigmantas Balčytis (S&D). – (EN) Senhor Presidente, esta questão é muito importante e votei a favor desta resolução porque julgo que precisamos de uma lei que proteja os nossos cidadãos no caso de uma companhia de aviação ir à falência. Milhões de cidadãos nossos utilizam as companhias de aviação de baixo custo todos os dias. No entanto, o elevado número de falências entre estas companhias na União Europeia desde 2000 e o caso recente da Sky Europe demonstraram claramente a vulnerabilidade das transportadoras de baixo custo às flutuações dos preços do petróleo e às condições económicas difíceis que existem actualmente.

Temos de corrigir esta situação, e pedimos à Comissão que considere a possibilidade de adoptar as medidas de indemnização mais adequadas para os nossos passageiros.

Lara Comi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, na esteira dos recentes casos de suspensão e revogação das licenças de muitas companhias aéreas, um número considerável de passageiros e possuidores de bilhetes não utilizados nem reembolsados sofreu importantes prejuízos.

Por conseguinte, penso que é necessário propor uma regulamentação específica que defina as melhores soluções para os problemas resultantes das falências, tanto em termos de prejuízo financeiro como em termos de repatriamento.

É, pois, importante prever uma compensação para os passageiros em caso de falência e definir igualmente os procedimentos financeiros e administrativos correspondentes. Refiro-me ao princípio da responsabilidade recíproca com vista a proteger os passageiros de todas as companhias aéreas que voam na mesma rota e têm lugares disponíveis. Isso permitiria o repatriamento dos passageiros deixados em terra em aeroportos estrangeiros. Nesse sentido, as hipóteses de um fundo de garantia ou de um seguro obrigatório para as companhias aéreas poderiam representar soluções plausíveis a ponderar em confronto com a solução de compromisso resultante do aumento dos preços para os consumidores finais.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, é muito importante falar da segurança dos passageiros aéreos e, fundamentalmente, de indemnizações dos passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação, como a senhora deputada Oviir acabou de referir. Registaram-se 77 falências nos últimos nove anos, e afirma-se que o sector do transporte aéreo está confrontado com a maior turbulência de sempre.

Uma concorrência feroz é uma espécie de jogo de desempate. As companhias aéreas de baixo custo constituem um novo fenómeno, que até ao momento parecem ter um bom comportamento e estar a fazer enormes lucros. Esta situação arrastou muitas outras companhias aéreas para uma situação de concorrência pouco saudável. Como foi dito, é muito importante assegurar que não se repitam os primeiros casos infelizes e que as companhias aéreas assumam alguma responsabilidade pelos seus passageiros e que sejam responsáveis por os indemnizar se um voo for cancelado devido a uma situação de insolvência. Para o garantir...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

- Proposta de resolução: "made in" (marcação de origem)

Siiri Oviir (ALDE). – (ET) Com a Agenda de Lisboa, a União Europeia prosseguiu o reforço da união económica. É, por conseguinte, importante melhorar também o poder concorrencial da economia. Todavia, é essencial nesta questão que prevaleça uma concorrência justa no mercado. Isto significa que devem ser aplicadas regras claras para todos os fabricantes, exportadores e importadores. Dei o meu apoio a esta proposta de resolução porque a obrigação de identificação do país de origem dos bens importados de países terceiros para a União Europeia é um meio infalível de obter transparência, de facultar ao consumidor informação adequada e de assegurar ainda o cumprimento das regras do comércio internacionais. Obrigada.

Lara Comi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, a discussão respeitante à denominação de origem não representa de maneira nenhuma os interesses prioritários de um ou vários Estados-Membros, como por vezes se crê erradamente. Ela encarna, isso sim, o princípio económico fundamental das condições equitativas de concorrência.

Esse princípio, em sintonia com o Tratado de Lisboa, tem como objectivo implementar a competitividade europeia a nível internacional, promovendo regras claras e equilibradas para as nossas empresas produtoras, bem como para as empresas importadoras de produtos provenientes de países terceiros.

Estamos, portanto, a discutir questões que dizem respeito à Europa no seu conjunto. Por essa razão, considero essencial a realização de um acordo sobre a denominação de origem que vá além dos diferentes interesses

nacionais ou dos grupos políticos e que deixe espaço à vontade de implementar um mercado único, promovendo a competitividade e a transparência.

Submeter ao Parlamento a proposta de regulamento relativa à denominação de origem, tal como foi formulada pela Comissão Europeia em 2005, representa um passo em frente nesse sentido.

Em sintonia com o Tratado de Lisboa, o processo de co-decisão entre o Parlamento e o Conselho tornará assim perfeitamente possível acelerar a aprovação de uma regulamentação tão importante para a economia e os consumidores europeus.

Declarações de voto escritas

- Relatório Søren Bo Søndergaard (A7-0047/2009)

Robert Atkins (ECR), *por escrito*. – (EN) Os conservadores britânicos não puderam dar a sua aprovação à quitação do orçamento europeu para 2007, secção do Conselho Europeu. Pelo 14.º ano consecutivo, o Tribunal da Contas Europeu apenas pôde emitir uma declaração de fiabilidade com reservas relativamente às contas da União Europeia.

Segundo as observações dos auditores, cerca de 80% das operações da UE são realizadas por organismos que trabalham nos Estados-Membros no âmbito de contratos de gestão conjunta. Os auditores têm afirmado sistematicamente que os níveis de controlo e vigilância no que respeita à utilização de fundos da UE nos Estados-Membros não são suficientes.

A fim de resolver este problema permanente, o Conselho celebrou um Acordo Interinstitucional em 2006, que os obrigava a certificar as operações que eram da sua responsabilidade. Constatamos com pesar que, até à data, a maioria dos Estados não tem cumprido a sua obrigação e, por conseguinte, apesar do "acordo de cavalheiros" tradicional que existe entre o Parlamento e o Conselho, não daremos quitação enquanto os Estados-Membros não cumprirem as obrigações que lhes incumbem nos termos do Acordo Interinstitucional.

Jean-Pierre Audy (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente a quitação financeira ao conselho relativamente ao orçamento de 2007, salientando o meu desacordo sobre a forma como a Comissão do Controlo Orçamental geriu esta situação, em que o relator Søren Bo Søndergaard entregou dois relatórios que se contradizem um ao outro, devendo-se a mudança de posição entre as propostas de adiamento da quitação de Abril de 2009 e a concessão a afirmações com origem em reuniões sem qualquer trabalho de auditoria, quando o Tribunal da Contas Europeu não fez qualquer observação sobre a gestão do conselho. Lamento que não tenha sido elaborado um estudo jurídico destinado a determinar os poderes do Parlamento Europeu e, por conseguinte, os da Comissão do Controlo Orçamental, nomeadamente sobre as actividades externas e militares do conselho. Neste momento em que vamos negociar as relações políticas com o Conselho no quadro da aplicação do Tratado de Lisboa, é importante basear os trabalhos das instituições em normas jurídicas.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – No final da legislatura passada, em Abril, o Parlamento Europeu decidiu adiar a quitação ao Conselho pela execução do orçamento de 2007 devido, essencialmente, à falta de transparência pela prestação de contas no que diz respeito à utilização do orçamento comunitário. Nomeadamente, o Parlamento considerou importante haver uma maior transparência e um controlo parlamentar mais estreito das despesas do Conselho relativas à Política Europeia de Segurança Comum/Política Europeia de Segurança e Defesa (PESC/PESD).

O relatório hoje aprovado dá, finalmente, a quitação ao Conselho, uma vez que considera que o Parlamento obteve resposta satisfatória do Conselho relativamente aos pedidos apresentados na resolução de Abril passado. Deixa, no entanto, alguns avisos para o próximo processo de quitação, nomeadamente: irá verificar os progressos realizados pelo Conselho relativamente ao encerramento de todas as contas extra-orçamentais, à publicação de todas as decisões administrativas (quando estas forem utilizadas como base jurídica para rubricas orçamentais) e à transmissão ao PE do seu relatório anual de actividades. Sendo um ligeiro progresso o passo dado pelo Conselho relativamente à prestação de contas da utilização do orçamento comunitário, consideramos que, no que diz respeito às despesas relativas à PESC/PESD, a informação disponível é ainda muito insuficiente, pelo que mantemos as nossas reservas.

- Recomendação para segunda leitura Ivo Belet (A7-0076/2009)

Liam Aylward (ALDE), *por escrito*. – (GA) Votei a favor deste regulamento relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética. A eficiência energética é crucial para a sustentabilidade ambiental e

para a conservação de recursos não renováveis. Uma rotulagem clara e informativa ajudará os consumidores europeus a fazer melhores escolhas a partir de agora. Essas escolhas não só se basearão no preço, mas também na eficiência energética. Outra vantagem deste tipo de rotulagem é o facto de a rotulagem de pneus com aderência em pavimento molhado aumentar a segurança nas estradas.

Jan Březina (PPE), *por escrito*. – (CS) Votei a favor do relatório do senhor deputado Belet sobre a rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética, que corrobora a posição comum do Conselho. A introdução de uma obrigação de rotulagem dos pneus representa um instrumento decisivo na luta por um ambiente mais saudável, tendo em conta o facto de 25% de todas as emissões de CO₂ terem origem no transporte rodoviário e de 30% de todos os combustíveis consumidos por veículos estarem relacionados com os seus pneus.

A decisão adoptada hoje pelo Parlamento resultará numa redução das emissões de dióxido de carbono que poderá ir até 4 milhões de toneladas por ano, o que equivale, por exemplo, à remoção de 1 milhão de carros das estradas da UE. O benefício inquestionável da legislação aprovada está no facto de melhorar a qualidade e, portanto, a segurança dos pneus. Isso não deveria levar a qualquer aumento dos preços, aspecto que os consumidores, certamente, apreciarão, em especial, aqueles que decidem o que comprar com base no preço de um produto. Na minha opinião, confirmam-se, assim, os resultados da pesquisa de mercado que mostram que os consumidores estão interessados em comprar produtos mais compatíveis com o meio ambiente. Penso que a vantagem para os fabricantes do regulamento aprovado consiste no facto de, graças aos padrões harmonizados para a comunicação de informações sobre a eficiência de pneus, existir melhor possibilidade de competir pelos clientes com base em factores que não sejam apenas o preço do produto.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O novo regulamento para a rotulagem dos pneus enquadra-se na estratégia comunitária em matéria de CO₂ que estabelece objectivos a atingir através de reduções das emissões dos veículos. A partir de Novembro 2012, os pneus vão passar a ser rotulados na UE de acordo com a respectiva eficiência energética, aderência em pavimento molhado e emissões sonoras. Os pneus são responsáveis por 20 a 30% da energia consumida pelos veículos devido à sua resistência ao rolamento. Ao regulamentar o uso de pneus energeticamente eficientes, seguros e com baixas emissões sonoras, estamos simultaneamente a contribuir para a diminuição dos prejuízos ambientais, através de um menor consumo de combustível, e para uma maior defesa do consumidor, através da concorrência de mercado. Congratulo-me assim com a criação de mais um instrumento que representa mais um passo na direcção de uma Europa sustentável do ponto de vista energético.

Lara Comi (PPE), *por escrito* - (IT) Senhor Presidente, aprovo a decisão do Parlamento de adoptar finalmente um regulamento com vista a aumentar a segurança, bem como a eficiência ambiental e económica dos transportes rodoviários. O objectivo é promover o uso de pneus seguros e mais silenciosos. De acordo com alguns estudos, é possível reduzir de forma significativa (até 10%) a quantidade de carburante consumida por um veículo que depende da prestação dos pneus.

Em sintonia com o meu empenhamento em termos da protecção dos consumidores, este regulamento estabelece um quadro normativo eficaz por meio de rotulagem e informações claras e precisas. Isso torna possível salvaguardar a transparência e tornar os consumidores mais conscientes das suas opções de compra com o apoio de brochuras, folhetos e da comercialização em rede.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Considero positivo que, em vez de uma directiva, se tenha um regulamento para a rotulagem dos pneus, o que aconteceu por sugestão do Parlamento Europeu.

A partir de Novembro de 2012, os pneus serão rotulados de acordo com a respectiva eficiência energética, aderência em pavimento molhado e emissões sonoras. Os cidadãos europeus vão dispor de mais informação para escolher os pneus certos de modo a reduzir os encargos com o combustível e ajudar à redução do consumo de energia, podendo fazer uma escolha mais amiga do ambiente, diminuindo a *pegada ecológica*.

Por outro lado, a rotulagem vai levar a uma maior concorrência entre os produtores. Esta rotulagem tem vantagens do ponto de vista ambiental. Note-se que os transportes rodoviários são responsáveis por 25% das emissões de dióxido de carbono na Europa.

Os pneus, na medida em que são responsáveis por 20 a 30% da energia consumida pelos veículos, podem desempenhar um papel importante na redução destas emissões.

No que se refere aos veículos de passageiros, a escolha de pneus mais eficientes pode resultar numa poupança de 10% nos encargos com combustíveis.

Por estas razões votei favoravelmente.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do pacote de compromisso sobre a rotulagem dos pneus. Este Parlamento ocupa-se de muitas questões que parecem ser extremamente técnicas e que, à primeira vista, não são uma das grandes prioridades políticas da maioria das pessoas; esta é talvez uma dessas questões. Contudo, uma análise mais atenta revela que quase um quarto das emissões de CO₂ são geradas pelos transportes rodoviários e que os pneus desempenham um papel significativo como factor determinante da eficiência dos combustíveis. Esta proposta legislativa constitui, portanto, uma medida importante entre os esforços mais amplos da UE para combater o aquecimento global.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A votação expressa justifica-se, nomeadamente, pelo facto de este relatório contribuir para dois pontos essenciais: a melhoria de informação disponível que permita uma escolha de pneus mais *amiga* do ambiente e o facto de, com essa escolha, estarmos a contribuir para uma maior eficiência energética, já que os pneus representam 20% a 30% do consumo total de combustível dos veículos.

Aldo Patriciello (PPE), *por escrito* - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de regulamento sobre a rotulagem dos pneus, hoje aprovada por esta Assembleia, constitui um passo decisivo para a comercialização de produtos seguros e silenciosos que permitam igualmente a redução ao mínimo do consumo de carburante. O facto de a forma jurídica da proposta ter sido alterada, passando de uma directiva para um regulamento, é particularmente louvável.

Isso permitir-nos-á conseguir uma aplicação igual e imediata de todas as medidas em todos os Estados-Membros, garantindo uma melhor harmonização do mercado europeu de pneus. Além disso, os esforços envidados nas negociações por parte da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia em matéria de flexibilidade no que respeita à exposição do rótulo proporcionará aos consumidores uma protecção adequada, garantindo simultaneamente que os fabricantes não se vejam sobrecarregados com uma burocracia excessiva.

A disposição transitória de isentar das obrigações do regulamento os pneus fabricados antes de 2012 constitui também uma medida necessária com vista a garantir uma adaptação gradual do mercado às novas normas europeias. Por estes motivos, podemos considerar-nos satisfeitos com a posição comum conseguida, na certeza de que ela corresponde aos objectivos da proposta inicial da Comissão.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei favoravelmente o relatório relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética. Este regulamento faz parte de um pacote legislativo relativo à eficiência energética e irá ajudar a diminuir as emissões poluentes geradas pelo sector dos transportes. De acordo com este regulamento, os fabricantes de pneus devem usar rótulos e autocolantes para disponibilizarem aos utilizadores informação sobre o consumo de combustível e resistência ao rolamento, aderência em pavimento molhado e ruído exterior de rolamento. Em termos práticos, o rótulo indicará uma escala de classificação do pneu de A a G para estes parâmetros. Os fabricantes de pneus têm o dever de prestar explicações nos seus sítios Web sobre estes índices, bem como fazerem recomendações sobre o comportamento do condutor. Entre estas recomendações figura a necessidade de uma condução ecológica, a verificação regular da pressão dos pneus e o respeito pela distância de travagem. Os Estados-Membros irão publicar até 1 de Novembro de 2011 todas as disposições adoptadas em termos legislativos e administrativos que sejam necessárias para a transposição do regulamento para as legislações nacionais. As disposições do presente regulamento entrarão em vigor a partir de 1 de Novembro de 2012. O sector dos transportes é responsável por aproximadamente 25% das emissões poluentes e é por isso que este regulamento ajudará a reduzir tais emissões.

- Relatório Reimer Böge (A7-0044/2009)

Regina Bastos (PPE), *por escrito*. – O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) visa apoiar os trabalhadores pessoalmente atingidos pelos despedimentos decorrentes das profundas transformações do comércio internacional. Concretamente, o FEG financia assistência na procura de emprego, reconversão específica, promoção do espírito empresarial, apoio ao exercício de uma actividade por conta própria e complementos de rendimento de actividades especiais com carácter temporário.

A prazo, estas medidas têm a finalidade de ajudar os referidos trabalhadores a encontrar e conservar um novo emprego.

O meu país, Portugal, beneficiou duas vezes do FEG: em 2008, no seguimento dos 1 549 despedimentos no sector automóvel na região de Lisboa e no Alentejo, e em 2009, na sequência dos 1 504 despedimentos ocorridos em 49 empresas do sector têxtil no Norte e Centro do país.

É evidente o papel crucial que tem este Fundo. No entanto, a pergunta que coloca a colega Berès salienta a existência de uma situação que deve ser esclarecida pela Comissão Europeia. Devemos impedir que a atribuição de fundos ou de auxílios estatais num Estado-Membro resulte numa perda de postos de trabalho noutros locais da UE.

Assim, concordo com a necessidade de garantir uma coordenação eficaz nas ajudas financeiras europeias, impedindo que as empresas procurem obter rentabilidade criando e eliminando postos de trabalho.

Proinsias De Rossa (S&D), por escrito. – (EN) Apoio esta mobilização de 14,8 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) a favor dos 2 840 trabalhadores da Dell, em Limerick, que perderam os seus empregos devido ao encerramento da sua fábrica, porque irá beneficiar directamente os trabalhadores despedidos e não a Dell. Com efeito, ao que parece, enquanto estava a encerrar a sua unidade fabril na Irlanda, a Dell recebeu 54,5 milhões de euros sob a forma de auxílio estatal do Governo polaco para abrir uma nova unidade em Lodz. Este auxílio concedido pelo Estado foi aprovado pela Comissão Europeia. Qual a coerência da política seguida pela Comissão? Por um lado, isenta efectivamente a Dell de fazer face às consequências sociais da sua estratégia e, por outro lado, permite que as empresas se lancem numa corrida aos custos mais baixos apoiada por fundos dos próprios Estados-Membros e da UE. É urgentemente necessário que haja clareza ao nível da coordenação da política da Comissão Europeia relativa às políticas em matéria de auxílios estatais e de política social.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – Como tive oportunidade de dizer anteriormente, já antes da eclosão da presente crise financeira, que potenciou e agravou alguns dos sintomas previamente sentidos, era já evidente o impacto sério que a globalização e a deslocalização empresarial dela decorrente tinham na vida de muitas populações. Se a isso acrescermos a presente desconfiança dos mercados e a retração no investimento, torna-se clara a particular dificuldade do tempo em que vivemos e a necessidade excepcional de recorrer a mecanismos, também excepcionais, de ajuda aos desempregados e de promover a sua reintegração no mercado de trabalho.

Neste tocante, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização tem sido utilizado já por diversas vezes sempre com o objectivo de minorar o impacto sofrido pela exposição dos trabalhadores europeus ao mercado global. Os casos descritos neste relatório pelo colega Böge são mais uma vez merecedores de consideração, ainda que subsistam algumas dúvidas quanto a saber se todas realmente se qualificarão, havendo, por isso, vantagem em, futuramente, serem apresentadas as candidaturas em separado.

Reitero a convicção de que a União Europeia não pode deixar de se articular no sentido de promover um mercado europeu mais robusto, livre e criativo, gerador de investimento e de emprego.

José Manuel Fernandes (PPE), por escrito. – Votei favoravelmente este relatório porque, sendo o FEG (Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização) um instrumento de resposta a uma crise específica à escala europeia causada pela globalização, tal se aplica à presente situação. Este fundo proporciona um apoio individual, pontual e limitado no tempo, directamente a trabalhadores despedidos. Defende-se que, na atribuição deste fundo por trabalhador, não haja desproporcionalidade como se tem verificado.

Por outro lado, o FSE (Fundo Social Europeu) apoia a Estratégia Europeia de Emprego e as políticas dos Estados-Membros de pleno emprego, qualidade e produtividade no trabalho, promove a inclusão social, nomeadamente o acesso ao emprego das pessoas desfavorecidas, e reduz as disparidades de emprego a nível nacional, regional e local. Este é um fundo crucial para o reforço da coesão económica e social. O momento actual exige uma forte, correcta e acelerada execução do FSE.

Fica claro que o FEG e o FSE têm objectivos diferentes, complementares, e que um não pode substituir o outro. Como medida extraordinária que é, o FEG deve ter um financiamento autónomo, e é um erro gravíssimo que o financiamento do FEG, uma medida conjuntural, se faça em prejuízo do FSE ou de qualquer outro fundo estrutural.

Pat the Cope Gallagher (ALDE), por escrito. – (EN) Saúdo a decisão do Parlamento Europeu de aprovar a concessão de ajuda aos trabalhadores da Dell no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Os despedimentos na Dell têm afectado gravemente a economia local de Limerick e das zonas circundantes. Temos de introduzir medidas de reciclagem apropriadas a fim de garantir que as pessoas que perderam os

seus postos de trabalho na Dell consigam obter emprego num futuro próximo. A aprovação do pedido da ajuda irlandês no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização contribuirá para a reciclagem e actualização das competências dos trabalhadores em causa.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para os casos da Irlanda e da Bélgica, pois considero que temos de usar todos os meios ao nosso alcance para ajudar os trabalhadores assalariados vítimas dos danos causados pela globalização e pela crise económica e financeira.

Contudo, interrogo-me sobre a coerência das políticas europeias quando, a par da mobilização desse fundo, a Comissão Europeia autoriza uma ajuda estatal da Polónia à mesma sociedade Dell para abrir uma fábrica no seu país, quando fecha uma na Irlanda. Como é que os cidadãos europeus podem confiar nos "benefícios" da Europa quando esta autoriza este tipo de "truque"?

Podemos duvidar da legítima utilização dos fundos públicos neste contexto e lamentar a falta de responsabilidade social das nossas empresas, conduzidas pela exclusiva preocupação de rentabilidade, desprezando os empregos destruídos.

Jacky Hénin (GUE/NGL), *por escrito*. - (FR) O grupo Dell, ontem número um, agora número três mundial da informática, com um valor bolsista estimado em 18 mil milhões de dólares, anunciando um lucro de 3 37 milhões de dólares no terceiro trimestre de 2009, prevendo um lucro mais elevado no quarto trimestre...

Sim, estou solidário com os trabalhadores da Dell!

Sim, quero que eles consigam muito rapidamente um emprego e uma vida digna!

Mas não, não vou participar no roubo do contribuinte europeu. Não vou participar, nem de perto nem de longe, no crescente desprezo dos trabalhadores em total desespero.

Os culpados que paguem, a Europa que estabeleça uma política industrial forte para dar resposta às necessidades das populações antes de permitir a distribuição dos dividendos!

Alan Kelly (S&D), *por escrito*. - Hoje, o Parlamento Europeu aprovou um fundo de 14 milhões de euros que irá ser utilizado na formação de 1 900 trabalhadores da Dell que foram despedidos na sequência da decisão de transferir a fábrica da Irlanda para a Polónia. Este fundo poderá ajudar as pessoas que perderam os seus empregos a realizar acções de reciclagem a fim de obterem qualificações e regressarem ao mercado de trabalho. O fundo funcionará como uma ajuda e não como uma esmola, já que o dinheiro será enviado para escolas do ensino terciário da região de Munster, para pagar as propinas de antigos trabalhadores da Dell. A aprovação deste fundo é um importante exemplo do empenhamento da Europa em ajudar a Irlanda a sair da recessão. O fundo deverá ajudar a abrandar a tendência para um desemprego crescente em Munster e dará um forte impulso à economia local, à medida que os trabalhadores afectados pelo encerramento da unidade da Dell forem regressando ao mercado de trabalho.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. - (FR) foi a pensar nos trabalhadores irlandeses e belgas vítimas da globalização neoliberal que votámos favoravelmente este relatório e a atribuição das ajudas a título do Fundo Europeu de Ajustamento à globalização.

Contudo, denunciámos vigorosamente a lógica que defende que consideremos os dramas sociais e humanos vividos pelos trabalhadores europeus como simples "ajustamentos" necessários ao bom andamento da globalização neoliberal. É perfeitamente inadmissível que a União Europeia apoie exactamente os responsáveis por esses dramas, dando o seu aval político e financeiro aos processos de deslocalizações e de realocações que põem em prática numa lógica pura do lucro.

Os apetites comerciais de predadores capitalistas como a empresa do Texas Dell, número dois mundial das telecomunicações, não podem fugir ao interesse geral dos cidadãos europeus. Pelo menos, não é essa a nossa visão da Europa.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. - A UE é um espaço de solidariedade enquadrando-se nesse particular o Fundo Europeu de Ajustamento à globalização. Esses apoios são fundamentais para o auxílio aos desempregados e às vítimas das deslocalizações que se verificam num contexto globalizado. É cada vez maior o número de empresas que se deslocalizam, aproveitando os reduzidos preços do factor trabalho que são praticados em vários países, nomeadamente a China e a Índia, com efeitos nocivos para os países que respeitam os direitos dos trabalhadores. O FEG destina-se a ajudar os trabalhadores vítimas da deslocalização de empresas e é

fundamental para ajudá-los para que no futuro voltem a ter acesso a um novo emprego. O FEG já foi no passado utilizado por outros países da UE, nomeadamente Portugal e Espanha, cabendo agora dar esse auxílio à Bélgica e à Irlanda.

Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE), por escrito. – (SV) A UE criou um instrumento legislativo e orçamental que se destina a permitir-lhe apoiar aqueles que perderam os seus empregos em consequência das “mudanças importantes (que têm ocorrido) na estrutura do comércio mundial e ajudar à sua reintegração no mercado de trabalho”.

Temos a convicção de que a liberdade de comércio e a economia de mercado são benéficas para o desenvolvimento económico e, por conseguinte, somos em princípio contrários à prestação de assistência financeira a países ou regiões. Contudo, a crise financeira flagelou fortemente as economias dos Estados-Membros e a recessão em que mergulhámos é a mais profunda que a Europa sofreu desde a década de 1930.

Se a UE não agir, os desempregados das regiões da Bélgica e da Irlanda que pediram a mobilização da assistência da UE serão atingidos de forma muito severa. O risco de marginalização e exclusão sociais permanentes é muito elevado, coisa que nós, como liberais, não podemos aceitar. Estamos profundamente solidários com todos os afectados pelas consequências da recessão económica e gostaríamos que se tomassem medidas como a formação, que auxiliem os indivíduos a superar esta situação. Assim, apoiamos a assistência aos desempregados afectados dos sectores têxtil das regiões belgas da Flandres Oriental, Flandres Ocidental e Limburgo, e da indústria de produção de computadores dos condados irlandeses de Limerick, Clare e North Tipperary, assim como da cidade de Limerick.

Czesław Adam Siekierski (PPE), por escrito. – (PL) Subscrevi a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, porque os despedimentos em massa são, sem dúvida, uma consequência negativa da crise económica, e, apesar da opinião popular, a crise ainda está entre nós. Não há dúvida de que aqueles que, nos países afectados, perderam os seus postos de trabalho, devem ser ajudados. Perder o emprego é uma enorme tragédia na vida de qualquer pessoa e sua família. É por isso que considero o papel do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização como sendo especialmente importante nestes tempos difíceis de crise. Na minha opinião, o orçamento do Fundo deverá ser significativamente aumentado no futuro, de modo a ser capaz de atender às necessidades sociais. A crise económica continua a produzir os seus efeitos sob a forma de despedimentos colectivos, que muitas vezes levam a dramas humanos, crescimento de problemas sociais e muitos outros fenómenos indesejáveis. Nesta perspectiva, penso que devemos fazer todo os possíveis para ajudar, da forma mais eficaz, as pessoas que sofrem os efeitos da crise económica.

- Relatório David Martin (A7-0043/2009)

Maria Da Graça Carvalho (PPE), por escrito. – Congratulo-me com as alterações propostas ao Regimento em virtude da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Gostaria de salientar um dos aspectos que considero ser da maior importância num momento em que assistimos às negociações do novo acordo que irá substituir o Protocolo de Quioto em Janeiro de 2013. Com o Tratado de Lisboa, a luta contra as alterações climáticas a nível internacional torna-se um objectivo específico da política ambiental da UE. O Tratado de Lisboa introduz o apoio da acção internacional à luta contra as alterações climáticas na lista dos objectivos que definem a sua política ambiental. O Tratado de Lisboa dá também novas competências à Europa em matéria de energia, investigação científica e política espacial. A energia passa a ser agora uma competência partilhada abrindo caminho a uma política de Europa comum.

Edite Estrela (S&D), por escrito. – Votei favoravelmente o Relatório David Martin sobre a Adaptação do Regimento do Parlamento ao Tratado de Lisboa, por ser necessária uma alteração de algumas das regras internas do Parlamento Europeu, face aos poderes acrescidos decorrentes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, designadamente o aumento de poder legislativo, que lhe permitirá legislar em pé de igualdade com os governos dos Estados-Membros, num maior número de assuntos.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – A incorporação no Regimento do Parlamento Europeu das alterações hoje votadas decorre da necessidade de o compatibilizar com a anunciada entrada em vigor do Tratado de Lisboa, prevista para o próximo dia 1 de Dezembro. Considero que o aumento significativo de competências do Parlamento Europeu, que convoca todos os parlamentares para novos desafios, constitui um importante teste à sua capacidade de proposta e ao seu sentido de responsabilidade.

Não posso, por isso, deixar de saudar uma mudança regimental que tornará o funcionamento da câmara mais conforme ao disposto nos Tratados.

Destaco com particular agrado o papel crescentemente importante que os parlamentos nacionais e as iniciativas dos Estados-Membros assumem no quadro da construção europeia.

Faço votos de que o princípio da subsidiariedade, objecto de particular atenção do legislador europeu, seja cada vez mais cumprido e respeitado por todos os decisores europeus.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Apoiei o relatório David Martin relativo a uma reforma do Regimento do Parlamento Europeu na medida em que ele permitirá à nossa Assembleia inscrever-se nas novas regras do jogo que acompanham a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

São elas, nomeadamente: o acolhimento de novos "observadores", que devem poder tornar-se, o mais rapidamente possível, deputados europeus de pleno direito; estabelecimento de regras relativas ao novo lugar dos parlamentos nacionais no processo legislativo, através da análise do respeito do princípio da subsidiariedade, reforma essa que recebo de muito boa vontade na medida em que participa no aprofundamento do debate democrático; e, sobretudo, o reconhecimento de um papel acrescido do Parlamento Europeu na elaboração das leis europeias.

Por fim, este texto estabelece as modalidades de acção para o Parlamento Europeu em caso de "violação dos princípios fundamentais por parte de um Estado-Membro", o que é particularmente positivo na sua defesa dos direitos fundamentais.

Ian Hughton (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) O antigo artigo 36.º do Regimento deste Parlamento dizia que esta Instituição "conferirá particular atenção ao respeito dos direitos fundamentais". Nos termos do novo artigo 36.º, o Parlamento "respeitará integralmente" esses direitos, conforme estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Trata-se de uma alteração subtil, mas que eu considero importante e que obriga todos os deputados do Parlamento Europeu a defenderem os direitos de todos os cidadãos.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. - Com a entrada em vigor no dia 1 de Dezembro de 2009 do Tratado de Lisboa, torna-se necessária a adequação do Regimento, tornando-o compatível com as novas regras e competências do Parlamento Europeu.

Com estas alterações ao Regimento, o Parlamento Europeu prepara-se para os poderes acrescidos que vai ter com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, tendo em vista a chegada de 18 novos eurodeputados, o aumento dos poderes legislativos e o novo processo orçamental. É também relevante aqui a futura cooperação com os parlamentos nacionais.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. - (DE) Há muito pouco para ver do tão falado aumento da democracia e do reforço do papel dos parlamentos que o Tratado de Lisboa supostamente devia introduzir. Há apenas uns quantos novos procedimentos. O procedimento para avaliação do respeito pelos direitos fundamentais não deve, em circunstâncias nenhumas, ser incorrectamente utilizado para impor obrigatoriamente a correcção política, nem a favor da obsessão da luta contra a discriminação.

O défice de democracia na UE permanece inalterado com o Tratado de Lisboa. Não mudou grande coisa quando o Parlamento Europeu tem de escolher o Presidente da Comissão de entre um conjunto de políticos falhados que perderam as eleições. O facto de o Programa de Estocolmo estar a ser apreciado tão apressadamente que não podemos apresentar as nossas preocupações quanto à protecção dos dados demonstra até que ponto o nosso papel é verdadeiramente importante. Na realidade, as alterações ao Regimento decorrentes do Tratado de Lisboa não se traduziram num aumento da transparência nem num reforço do papel dos parlamentos. Por esta razão, votei contra.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. - O Tratado de Lisboa vai trazer mais celeridade, legitimidade e democracia ao processo de decisão na União Europeia, que é responsável por medidas que diariamente nos afectam a nós como cidadãos.

O Parlamento Europeu, em particular, verá o seu poder legislativo aumentado, passando a partilhar responsabilidade igualmente com o Conselho Europeu na maioria das questões tratadas pelas instituições. De facto, com o Tratado de Lisboa, a chamada co-decisão passará a ser a regra e o procedimento legislativo ordinário.

Da minha parte, como deputado eleito, estou ciente do desafio que esta mudança acarreta.

Este relatório, em particular, retoma o trabalho já desenvolvido, e quase finalizado na legislatura anterior, adaptando o Regimento que regula o trabalho do Parlamento à luz do novo Tratado, que deverá entrar em vigor já no início do próximo mês.

Algumas alterações têm um carácter puramente técnico e outras dizem respeito a actualizações que o Parlamento aproveitou para concretizar nesta oportunidade. No seu cômputo geral, o relatório reflecte um compromisso que satisfaz a família política a que pertença, o PPE, incorporando de forma equilibrada questões como a subsidiariedade e a proporcionalidade, bem como o reforço da cooperação do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais.

Pelas razões referidas votei a favor deste relatório.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O Partido Comunista da Grécia é e votou contra as alterações que visam adaptar o Regimento do Parlamento Europeu às disposições do Tratado de Lisboa. Essas alterações conservam e reforçam o carácter reaccionário e antidemocrático do referido Regimento, o qual constitui um quadro asfixiante para qualquer voz que se manifeste contra a soberania dos representantes políticos do capital.

É mentira quando dizem que o Tratado de Lisboa “confere à UE uma dimensão mais democrática”, só porque alegadamente reforça o papel do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu é uma componente da estrutura reaccionária da UE e tem demonstrado a sua devoção à política reaccionária da UE, o seu apoio aos interesses dos monopólios, o seu papel enquanto órgão que supostamente confere legitimidade à política antipopular da UE. O Parlamento Europeu não representa os povos; representa os interesses do capital. O interesse dos povos é a oposição, a ruptura com a política antipopular do UE e do Parlamento Europeu que a apoia, é derrubar o edifício da UE.

- Proposta de resolução (B7-0104/2009) / REV 1: Preparação da Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente esta resolução, que solicita um acordo internacional ambicioso e juridicamente vinculativo em Copenhaga, pois creio que a celebração deste acordo pode levar a um novo paradigma sustentável, que estimule o crescimento social e económico, fomenta o desenvolvimento das tecnologias ecológicas, bem como as energias renováveis e a eficiência energética, e que reduza o consumo de energia e permita a criação de novos postos de trabalho.

Julgo que a aprovação desta resolução – onde está explícito que o acordo internacional se deveria basear no princípio de uma responsabilidade comum, mas diferenciada, devendo os países industrializados assumir um papel de destaque na redução das suas emissões, responsabilizando-se por fornecer apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento – vai ao encontro de um certo equilíbrio mundial.

É por isso fundamental que a União tome uma posição de liderança nesta matéria de modo a salvaguardar o bem-estar das gerações futuras.

Dominique Baudis (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente a resolução sobre a cimeira de Copenhaga porque é nossa responsabilidade, na qualidade de eleitos, preservar o planeta para as gerações futuras. O mundo joga o seu futuro nos próximos meses. É impensável que a comunidade internacional não chegue a um acordo que comprometa os Estados na via da razão. Senhoras e Senhores Chefes de Estado ou de Governo, os senhores têm nas mãos a responsabilidade da Terra de amanhã. Têm de saber pôr de lado os vossos interesses nacionais e os desafios a curto prazo, pois a humanidade está numa situação de emergência.

Frieda Brepoels (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) A resolução hoje aprovada pelo Parlamento Europeu contém um capítulo específico que salienta a enorme importância do papel das regiões e das autoridades locais, em especial no processo de consulta e na divulgação de informação sobre a implementação da política climática. Até 80% das políticas de adaptação e atenuação serão implementadas a nível regional ou local. Há diversos governos regionais que já estão a tomar a iniciativa e a adoptar uma abordagem radical na luta contra as alterações climáticas.

Enquanto membro da Aliança Livre Europeia, que representa nações e regiões, sou inteiramente favorável ao envolvimento directo dos governos regionais na promoção do desenvolvimento sustentável e na provisão de uma resposta eficaz às alterações climáticas. Neste contexto, cumpre destacar o trabalho desenvolvido pela Rede de Governos para o Desenvolvimento Sustentável (NRG4SD). Esta Rede trabalha já em estreita parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Programa das Nações

Unidas para o Ambiente (PNUA). Os membros da ALE requerem, pois, o reconhecimento explícito dos governos regionais no contexto do acordo de Copenhaga, louvando o papel que estes governos estão a desempenhar nas políticas de mitigação e adaptação.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Da Conferência de Copenhaga, é fundamental que saia um acordo politicamente vinculativo. Este deverá conter elementos operacionais, que podem ter efeito imediato, e um calendário que possibilite um acordo sobre um texto juridicamente vinculativo durante 2010. O acordo deve envolver todos os Países signatários da Convenção e é importante que os compromissos, quer em termos de redução de emissões quer em termos de financiamento, sejam claramente identificados. Se, por um lado, os países industrializados devem assumir a liderança na redução das emissões de gases com efeito de estufa, os países em desenvolvimento economicamente mais avançados também têm um papel a desempenhar, contribuindo de acordo com as suas responsabilidades e respectivas capacidades. Os Países industrializados e os Países emergentes com economias mais avançadas deverão ser sujeitos a esforços comparáveis. Só assim será possível reduzir as distorções na concorrência internacional. É também fundamental definir a arquitectura do financiamento para que este seja sustentável a médio e longo prazo. O financiamento deve ter origem no sector privado, mercado de carbono e sector público dos países industrializados e países em desenvolvimento economicamente mais avançados.

Nessa Childers (S&D), *por escrito*. – (EN) É extremamente importante que a UE aja e se torne uma líder mundial no que respeita à redução das emissões de carbono, numa altura em que se aproxima a Cimeira de Copenhaga. O Parlamento já demonstrou mais ambição do que os Estados-Membros em relação à redução das emissões de carbono, e devemos saudar a resolução de hoje, que apela a um verdadeiro financiamento, preconiza metas fortes elevadas da ordem dos 25% a 40% em conformidade com os dados científicos, e insiste num acordo juridicamente vinculativo.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Abstive-me, em primeiro lugar, porque foi aprovada a alteração 13, que considera a energia nuclear um factor importante para a redução das emissões de dióxido de carbono, e, em segundo lugar, porque foi rejeitada a alteração 3 apresentada pelo meu grupo, que apela aos países desenvolvidos para que até 2050 reduzam as suas emissões de gases com efeito de estufa em 80 e 95% em relação aos níveis de 1990. A resolução contém muitos pontos positivos, tais como o compromisso da UE de afectar 30 mil milhões de euros por ano até 2020 para satisfazer as necessidades dos países em desenvolvimento para que possam mitigar do impacto das alterações climáticas e adaptar-se às mesmas. Considero, contudo, que o recurso à energia nuclear como antídoto para o efeito de estufa não é a solução para combater as alterações climáticas; pelo contrário, é uma opção perigosa. Os dois grupos constituídos, respectivamente, pelos países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, e pelos governos, movimentos de base e povo, irão confrontar-se em Copenhaga, já que as alterações climáticas minam em grande medida os esforços para reduzir a pobreza e a fome no mundo. A Cimeira de Copenhaga constitui um verdadeiro desafio ao qual temos de dar resposta e não devemos permitir que o lóbi industrial e nuclear acabem por ser os grandes vencedores.

Jürgen Creutzmann, Nadja Hirsch, Holger Krahmer, Britta Reimers e Alexandra Thein (ALDE), *por escrito*. – (DE) Os membros do Partido Democrático Livre alemão no Parlamento Europeu abstiveram-se de votar a resolução sobre Copenhaga pelas razões seguintes. A resolução contém afirmações sobre o financiamento de medidas de protecção do clima em países terceiros sem definir os critérios específicos nem a finalidade do financiamento. Não é possível justificar isto aos contribuintes. Além disso, pensamos que a crítica geral à Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO) é errada.

A ICAO é a organização que se ocupa de assuntos relacionados com a aviação ao nível internacional. Tanto a crítica como a afirmação sobre o alegado fracasso das negociações com a ICAO são incorrectas e descabidas. O facto de se preconizarem disposições específicas para um regime de comércio de direitos emissão de CO₂ para o sector da aviação é contrário à legislação vigente da UE e impõe exigências irrealistas à posição negocial da UE num acordo internacional sobre o clima.

Proinsias De Rossa (S&D), *por escrito*. – (EN) Os efeitos das alterações climáticas estão a fazer-se sentir agora: as temperaturas estão a subir, as calotes polares e os glaciares estão a fundir-se e os fenómenos meteorológicos extremos estão a tornar-se mais frequentes e mais intensos. Segundo a ONU, todos os pedidos de ajuda humanitária de emergência que lhe foram dirigidos em 2007, excepto um, relacionaram-se com o clima. Necessitamos de uma revolução energética mundial que nos conduza a um modelo económico sustentável, que assegure uma estreita ligação entre a qualidade ambiental e o crescimento económico, a criação de riqueza e o avanço tecnológico. As emissões de carbono per capita da Irlanda são de 17,5 toneladas por ano. Em 2050, é necessário que se tenha dado uma redução para 1 a 2 toneladas de carbono. Isto implica,

claramente, uma mudança radical ao nível da produção e consumo de energia. O primeiro passo consiste em chegar-se a um acordo abrangente em Copenhaga, que vincule a comunidade internacional a reduções obrigatórias e preveja sanções a nível internacional em caso de não cumprimento. Na verdade, a comunidade internacional deve demonstrar um empenhamento superior ao que mostrou em relação à crise financeira. A resposta às alterações climáticas assenta numa forte governação internacional e no empenhamento financeiro. A ajuda ao mundo em desenvolvimento deve ser um complemento da ajuda pública ao desenvolvimento, caso contrário há o risco de não se conseguir realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As alterações climáticas exigirão, efectivamente, um aumento do investimento no sector público.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. - (FR) A resolução comum que acaba de ser aprovada pelo Parlamento emite um sinal claríssimo. A União tem de falar a uma só voz e de agir unida no seguimento de Copenhaga, independentemente da amplitude do resultado da conferência. Temos de estabelecer o objectivo de uma redução efectiva de 30% das emissões de gases com efeito de estufa. E, quando digo "efectiva", quero dizer que, no futuro, um dia, teremos de colocar a questão das derrogações e dos direitos a poluir. O Parlamento gostaria que a Conferência de Copenhaga fosse ocasião para mostrar uma União Europeia forte, que assuma um compromisso financeiro firme relativamente aos países em desenvolvimento, pois devemos-lhes isso.

Anne Delvaux (PPE), *por escrito*. - (FR) Em Copenhaga, de 7 a 18 de Dezembro, perto de 200 nações vão negociar um novo tratado internacional de luta contra as alterações climáticas, um tratado pós-Quito que entrará em vigor a partir de 2013...

A resolução aprovada servirá de roteiro de negociação para a União Europeia. Na qualidade de membro efectivo da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, contribuí com alterações que apoiam, nomeadamente, o carácter juridicamente vinculativo do acordo.

As minhas exigências, na altura da votação, têm por objectivo chegar a um acordo político mundial, ambicioso, vinculativo e que abra rapidamente as portas a um verdadeiro tratado; conseguir, até 2020, 30% de redução das emissões de gases com efeito de estufa comparativamente a 1990, incluindo o compromisso ambicioso, quantificado mas flexível de outros poluidores como os Estados Unidos e a China, e 80% até 2050, como pedem os peritos; e clarificar o indispensável compromisso colectivo dos países industrializados em termos financeiros e de ajuda aos países em desenvolvimento. Num contexto de crise, é difícil determinar um montante específico, mas teremos de zelar por que ele corresponda, no mínimo, aos compromissos assumidos!

Um fracasso em Copenhaga constituiria um desastre ambiental, político e moral!

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. - Votei favoravelmente a proposta de resolução sobre a Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas, porque considero que traduz um bom compromisso parlamentar sobre os aspectos fundamentais que deverão orientar as negociações sobre um futuro acordo internacional nesta matéria, sobretudo no que se refere às questões da adaptação, dos mecanismos de financiamento ou da desflorestação. Reitero que a obtenção de um acordo internacional juridicamente vinculativo em Copenhaga, que seja ambicioso e realista e envolva todas as Partes, é igualmente uma questão de justiça social.

Jill Evans (Verts/ALE), *por escrito*. - (EN) A resolução aprovada pelo Parlamento Europeu contém uma secção específica que realça a grande importância das regiões e das autoridades locais no processo de consulta, informação e aplicação da política de luta contra as alterações climáticas. Aproximadamente 80% das medidas de atenuação e adaptação serão postas em prática a nível regional e local. Várias administrações regionais ou subnacionais estão já a dar o exemplo adoptando políticas radicais de luta contra as alterações climáticas.

Como membros da Aliança Livre Europeia e representantes dos países e das regiões europeias, apoiamos plenamente a participação directa de organismos subnacionais e administrações regionais na promoção do desenvolvimento sustentável e na adopção de resoluções eficientes destinadas a combater as alterações climáticas. Neste contexto, há que destacar o trabalho da Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD). Esta rede já estabeleceu uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA). Apelamos, portanto, ao reconhecimento explícito das administrações regionais no contexto do acordo de Copenhaga, reconhecendo o papel fundamental que desempenham nas políticas de atenuação e adaptação.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. - Como referi anteriormente, é fundamental que um acordo político global, legalmente vinculativo, relativo às alterações climáticas seja adoptado de modo a não colocar a indústria europeia numa situação anticoncorrencial. O esforço europeu deve ser dirigido à busca de um acordo que obrigue a um esforço comum, e não só da UE.

A ideia de um imposto sobre as transacções financeiras internacionais como a solução para financiar a adaptação às alterações climáticas e a atenuação das mesmas por parte dos países em desenvolvimento não é na minha opinião adequada, uma vez que sacrificará a economia (em especial em contextos de crise como o que actualmente vivemos), as trocas comerciais, a criação de riqueza.

O custo que tal imposto teria para a sociedade em geral (aumento da carga fiscal com reflexo sobre todos os contribuintes e consumidores) e o seu impacto no mercado financeiro (diminuição da necessária liquidez e fluxo de crédito para as empresas e famílias) não podem ser ignorados.

Considero que esta não é a forma de regular o mercado e que outras alternativas menos danosas para a economia mundial podem ser pensadas.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Votei a favor desta proposta de resolução porque considero que a UE deve manter um papel liderante e exemplar no combate às alterações climáticas. Note-se que a UE foi além das metas traçadas em Quioto.

Defendo que o acordo de Copenhaga seja vinculativo. Nesse sentido apresentei uma emenda à resolução do Parlamento sobre esta matéria, solicitando um regime sancionatório internacional que consta do texto final.

Considero que o acordo deve ser global, de execução calendarizada e exigente. Se não formos ambiciosos, iremos criar um *instrumentozinho* que será ainda menos eficaz do que o Protocolo de Quioto, que já prevê sanções internacionais. Espera-se por isso que se crie um controlo eficaz e que o acordo incorpore uma cláusula de revisão de forma a ser facilmente actualizado.

Defendo ainda que a China e a Índia não podem ser desresponsabilizadas quando contribuem para uma larga percentagem das emissões mundiais, enquanto as nossas indústrias fazem esforços tremendos para as reduzir.

Os EUA têm uma forte responsabilidade no sucesso desta cimeira. Espero que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, demonstre que mereceu o Prémio Nobel da Paz, porque o combate às alterações climáticas contribuirá para a paz e felicidade de todos os povos!

Elisa Ferreira (S&D), *por escrito*. – A resolução aprovada contém aspectos positivos, como sejam: a importância da manutenção de um compromisso internacional pós-2012; a necessidade de consonância dos objectivos de redução com os dados científicos mais recentes; o apelo aos EUA para que estabeleçam de modo vinculativo os objectivos declarados (mas ainda não assumidos) na última campanha eleitoral; salientar a responsabilidade histórica dos países industrializados nas emissões de gases com efeito de estufa; a defesa da eficiência energética e do incremento das actividades de I&DT.

Todavia, é incontornável a preponderância atribuída às chamadas *soluções de mercado* e particularmente ao comércio do carbono. Trata-se de uma opção política e ideológica de fundo, que não só não garante o cumprimento das metas de redução estabelecidas, como é mesmo a mais séria ameaça à consecução dos objectivos ambientais proclamados. A experiência de funcionamento do *Esquema Europeu de Transacções*, desde 2005, é disso elucidativa. O comércio do carbono visa mercantilizar a capacidade de a Terra reciclar o carbono e de, por essa via, regular o clima. Deste modo, esta capacidade – que é o garante da vida na Terra, tal como a conhecemos – corre o risco de passar para as mãos das mesmas corporações que vêm degradando o planeta, os seus recursos naturais e o clima.

Robert Goebbels (S&D), *por escrito*. – (FR) Abstive-me sobre a resolução "Clima" porque o Parlamento Europeu, como é seu hábito, dá provas de bons sentimentos sem ter em conta as realidades. A União Europeia emite cerca de 11% das emissões mundiais de CO₂. Não pode dar o exemplo e, ainda por cima, pagar pelo resto do mundo.

Não é lógico restringir os Estados-Membros na utilização de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), no entanto previstos em Quioto, e, simultaneamente, pedir 30 mil milhões de euros anuais de ajudas para os países em desenvolvimento, sem critérios e sem discernimento, para só falar de uma incongruência da resolução.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Quanto à questão climática, é urgente agir e não deixar impotentes os países em desenvolvimento, os principais afectados mas não dispendo de meios adequados para actuar sobre fenómenos que os países desenvolvidos provocaram! Se não for empreendida nenhuma acção global desde já, as gerações futuras serão impotentes perante os efeitos das alterações climáticas. Eis a razão por que é indispensável que os nossos governos dêem provas de liderança política para conduzir outros Estados,

como os Estados Unidos e a China, a chegarem a um acordo. Esse compromisso tem também de passar pela criação de uma taxa sobre as transacções financeiras que não sirva para o financiamento da supervisão do sector bancário mas sim para o dos países em desenvolvimento e dos bens públicos mundiais, como o clima.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) No mês que vem, os olhares do mundo estarão voltados para a Dinamarca. Do outro lado do Mar do Norte, num país de dimensão semelhante, o Governo escocês está a dar um contributo vital para as acções de luta contra as alterações climáticas. Segundo o sítio Web oficial da Cimeira de Copenhaga, a Escócia assumiu “a liderança no domínio da protecção do clima”. Os esforços do Governo escocês serão plenamente apoiados e esperamos que outros países dêem também um contributo para os esforços mundiais no próximo mês.

Astrid Lulling (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente esta resolução sobre a estratégia da União Europeia na perspectiva da Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas pois estou convencida de que um acordo internacional global pode efectivamente inflectir a tendência do crescimento desenfreado da emissão de gases com efeitos de estufa.

A política ecológica em geral, e a política climática em particular, representam também um motor de inovação tecnológica e podem gerar novas perspectivas de crescimento para as nossas empresas.

Congratulo-me com o facto de a Europa desempenhar um papel de referência, ao dispor de uma política energética e climática que visa uma redução de 20% das emissões de 2020 comparativamente a 1990. Oponho-me firmemente a objectivos vinculativos suplementares sem um acordo internacional e global. Por um lado, a Europa, responsável por 11% das emissões mundiais, não possui um peso suficiente para inverter sozinho a tendência, e, por outro, temo a deslocalização das indústrias intensivas em energia e em CO₂.

Só um acordo global que tenha em vista o médio e o longo prazos conferirá a previsibilidade necessária ao empenho nos grandes projectos de investigação e desenvolvimento e nos importantes desenvolvimentos exigidos para dissociar duradouramente o crescimento económico da evolução das emissões de gases com efeito de estufa.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – No âmbito da Conferência de Copenhaga, é muito importante que se consiga um acordo internacional ambicioso e juridicamente vinculativo no que diz respeito às alterações climáticas.

No entanto, é igualmente importante o envolvimento de todos, nomeadamente da China, da Índia e do Brasil face ao seu relevante peso económico e intensa actividade industrial, devendo também esses países comprometer-se com a prossecução de metas e objectivos ambiciosos, similares aos dos outros países, ainda que com auxílio, na medida do possível, de outros países mais ricos e industrializados. É também importante que os EUA assumam o seu papel neste dossiê tão relevante.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Há demasiado tempo que a UE tem estado a tentar reduzir sozinho a concentração de gases com efeito de estufa, enquanto economias emergentes com grandes consumos de energia e países industrializados esbanjadores nem sequer se mostraram dispostos a aplicar o Protocolo de Quioto. Teremos de esperar para ver em que medida a conferência de Copenhaga irá modificar esta situação. Neste contexto, são necessárias normas para o processo de financiamento, bem como sanções para aplicar em caso de não cumprimento.

Para promover mudanças, necessitamos de reestruturar a nossa política ambiental de modo a que não consista simplesmente na transferência de milhões, para trás e para diante, como parte do regime de comércio de licenças de emissão, mas permita também promover verdadeiras alternativas, tais como as energias renováveis e a redução do transporte de mercadorias por toda a Europa, que é subsidiado com fundos da UE. Este relatório não se ocupa deste problema de uma forma suficientemente pormenorizada, pelo que votei contra o mesmo.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei favoravelmente esta resolução porque se deve alcançar em Copenhaga um acordo legal global e vinculativo, com base no qual os países desenvolvidos, ou também os países em desenvolvimento, assumam compromissos relativos a metas de redução dos níveis de emissões para níveis comparáveis aos da UE. Apenas conseguiremos atingir o objectivo de mantermos o aquecimento global num gradiente de 2° C e diminuirmos as emissões de gases com efeito de estufa se investirmos em tecnologias não poluentes e em investigação e inovação. Devem também ser atribuídas verbas adicionais, provenientes das contribuições dos Estados signatários do acordo global, que reflectam o desenvolvimento económico e a solvência destes Estados.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (EN) Esta resolução apresenta uma estratégia clara e realista para abordar as áreas fundamentais que é necessário abordar a fim de se chegar a um acordo eficaz em Copenhaga, no próximo mês. Temos um texto que consegue estabelecer um equilíbrio entre as nossas ambições e metas realistas, e que se ocupa das questões difíceis que os negociadores terão de resolver. O Parlamento Europeu solicita agora à equipa de negociação da UE e aos Estados-Membros para insistirem em que sejam empreendidas acções em relação ao seguinte: comércio de licenças de emissão, um mercado mundial do carbono, um sistema justo de financiamento das medidas de adaptação e atenuação, florestas, e transportes aéreos e marítimos.

O Parlamento respeitou os seus compromissos anteriores em matéria de redução das emissões até 2020 e estabelece agora metas ainda mais ambiciosas para 2050, à luz das recomendações da comunidade científica. O desejo da UE de desempenhar um papel de liderança relativamente a esta questão poderá muito bem ser um factor fundamental do estabelecimento de um acordo internacional vinculativo para combater as alterações climáticas.

Bogusław Sonik (PPE), *por escrito*. – (PL) A resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia da UE para a conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas constitui um importante documento legislativo e uma voz importante no debate internacional e nas negociações antecedentes da cimeira do clima, destinando-se a complementar a posição da União Europeia sobre esta questão. Se a União Europeia pretende continuar a liderar o combate às alterações climáticas, deve continuar a definir para si própria metas de redução ambiciosas e deve satisfazer compromissos de redução já assumidos. Desta forma, apesar das dificuldades envolvidas, estaria a dar um exemplo aos restantes países.

A voz do Parlamento Europeu, enquanto única instituição democrática da UE, é crucial neste debate, razão pela qual a nossa resolução deve mostrar o rumo certo a tomar, e deve definir as prioridades que são verdadeiramente importantes. O texto da resolução em si não deve ser apenas um conjunto de reivindicações e desejos sem qualquer fundamento, mas deve ser coerente e, acima de tudo, representar a voz unida dos cidadãos da UE, com base no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada, dos Estados-Membros sobre a questão do combate às alterações climáticas.

A União Europeia, enquanto parceiro sério das negociações, deve tomar assento em Copenhaga, funcionando como um corpo unido que tem em conta os interesses de todos os seus Estados-Membros. A União Europeia deve mostrar vontade de aumentar as metas de redução para 30%, desde que outros países também expressem disponibilidade para se proporem atingir tais metas elevadas de redução. Também se deve ter em conta que a UE não aceitou quaisquer obrigações incondicionais, apenas obrigações condicionais.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei a favor da resolução porque o Parlamento Europeu convida os negociadores da UE a disponibilizarem 30 mil milhões de euros aos países em desenvolvimento para estes financiarem a sua luta contra as alterações climáticas. O Parlamento está assim a dar um sinal claro aos negociadores que dentro de quinze dias irão participar na Cimeira de Copenhaga em nome da Europa. Até hoje, foram sempre pouco claros a respeito daquele que irá ser o seu contributo financeiro na cimeira. Porém, o Parlamento Europeu pediu-lhes agora para serem mais explícitos no que se refere aos verdadeiros montantes e percentagens. A bola regressa assim ao campo dos Estados Unidos. Há sinais de que os americanos estão agora a definir um objectivo de emissões de CO₂ que pretendem apresentar. A presente resolução aumenta a pressão sobre o Presidente Obama para que apresente propostas concretas, já que isso aumentará consideravelmente as hipóteses de sucesso em Copenhaga.

Aumenta igualmente a hipótese de países como a China, a Índia e o Brasil aderirem à luta contra as alterações climáticas. Tal como os meus colegas de bancada do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, foi portanto com vivo entusiasmo que votei a favor desta vigorosa resolução. O seu único senão reside no facto de a produção de energia nuclear ter de algum modo conseguido penetrar no texto. No entanto, o que agora importa é que a Comissão e os Estados-Membros negoceiem com firmeza e determinação em Copenhaga.

Konrad Szymański (ECR), *por escrito*. – (PL) Na votação de hoje sobre a estratégia da UE para a conferência do clima em Copenhaga, o Parlamento Europeu adoptou uma posição radical e realista. Ao exigir a duplicação das restrições sobre as emissões de CO₂ nos países da UE, o Parlamento está a subverter o pacote climático, que foi negociado recentemente com tanta dificuldade (o n.º 33 apela a uma redução de 40%). Embora exigindo uma despesa de 30 mil milhões de euros anualmente para tecnologias limpas nos países em desenvolvimento, o Parlamento espera que os países com geração de energia à base de carvão, como a Polónia, paguem o dobro das emissões de CO₂; uma vez sob a forma de uma taxa ao abrigo do regime de comércio de emissões, e uma segunda vez sob a forma de uma contribuição para ajudar os países em desenvolvimento

na área de combate às alterações climáticas (o n.º 18 fala sobre a contribuição, que não deve ser inferior a 30 mil milhões de euros por ano). Apesar de exigir que o cálculo de contribuições dos Estados Membros em relação às tecnologias limpas nos países em desenvolvimento seja baseado em níveis de emissão de CO₂ e no PIB, o Parlamento Europeu tem ignorado o critério da capacidade para suportar estes custos. Significa isto um custo para a Polónia de 40 mil milhões de euros, nos próximos 10 anos (esta é uma consequência da rejeição das alterações 31 e 27). Esta é a razão pela qual a delegação polaca votou contra a resolução completa sobre a estratégia da UE para a conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas (COP 15).

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O aumento dos riscos para o ambiente e a saúde, e em particular as alterações climáticas perigosas, com o sobreaquecimento do planeta, são o resultado do desenvolvimento industrial baseado no lucro capitalista e na comercialização da terra, do ar, da energia e da água. Estes fenómenos não podem ser tratados de forma adequada pelos líderes do capital, ou seja, pelas mesmas pessoas que são responsáveis pelo seu aparecimento.

O caminho para a Cimeira de Copenhaga está bloqueado pela escalada das lutas internas imperialistas. Com propostas de "uma economia verde viável" e de crescimento económico "de baixo carbono", a UE está a tentar preparar o terreno para mais investimentos dos monopólios da UE e satisfazer ao mesmo tempo as expectativas especulativas do capital através da "bolsa de poluentes".

Por forma a planear e implementar um processo de desenvolvimento que ajude a equilibrar a relação entre o homem e a natureza e a satisfazer as necessidades das camadas populares, precisamos, em última análise, de reverter as relações de produção capitalistas. O Partido Comunista da Grécia votou contra a resolução do Parlamento Europeu. Propõe a satisfação combinada das necessidades das camadas populares de acordo com a riqueza produzida no nosso país. As condições políticas prévias para a realização deste objectivo são a socialização dos meios básicos de produção e a planificação centralizada da vida económica, sob o controlo das classes populares e trabalhadoras, ou seja, o poder popular e a economia popular.

Thomas Ulmer (PPE), *por escrito*. – (DE) Votei contra a proposta de resolução porque determina à partida que a UE mobilizará montantes elevados de fundos desde o início sem esperar pelos outros parceiros. Não consigo justificar aos meus eleitores que o seu dinheiro seja utilizado desta maneira. A protecção do clima é um objectivo importante, mas fomentar o pânico desta maneira antes da Cimeira de Copenhaga sobre o clima é escandaloso e não reflecte os factos científicos.

- Proposta de resolução (B7-0155/2009): Programa plurianual 2010-2014 respeitante ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (Programa de Estocolmo)

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente esta resolução, pois contempla prioridades em capítulos fundamentais como a liberdade, a segurança e a justiça, nomeadamente no que respeita a condições de acolhimento e de integração de imigrantes, à luta contra a discriminação, designadamente com base na orientação sexual, o acesso à justiça, e o combate à corrupção e à violência.

O combate à discriminação é essencial, quer seja em razão do sexo, da orientação sexual, da idade, da deficiência, da religião, da cor, da ascendência e da origem étnica ou nacional, bem como o combate ao racismo, ao anti-semitismo, à xenofobia, à homofobia e à violência.

A liberdade de circulação também deve ser assegurada a todos os cidadãos da UE e respectivas famílias.

Concluindo, deve também ser assegurada a protecção dos cidadãos contra o terrorismo e o crime organizado, devendo por isso o quadro de regulação ser reforçado para fazer face a estas ameaças tão actuais, visto terem uma dimensão global.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O Partido Comunista da Grécia opõe-se categoricamente ao Programa de Estocolmo, tal como se opôs a programas anteriores para a implementação do erradamente designado espaço de liberdade, segurança e justiça. O seu objectivo, não obstante as declarações demagógicas da UE, é a harmonização ou homogeneização das legislações nacionais de modo a conseguir uma aplicação uniforme da política antipopular da UE, e é o reforço dos mecanismos existentes e a criação de novos mecanismos de perseguição e repressão a nível da UE, a pretexto do combate ao terrorismo e à criminalidade organizada.

As primeiras prioridades do Programa de Estocolmo incluem a intensificação da histeria anticomunista na UE que está já a avançar a todo o vapor, culminando na equiparação historicamente errada e inaceitável do comunismo ao nacional-socialismo. O espaço europeu de liberdade, segurança e justiça e os programas para

a sua implementação não correspondem ao interesse do povo; pelo contrário, formam um conjunto de medidas que sufocam os direitos individuais e sociais e as liberdades democráticas, intensificam o autoritarismo e a repressão contra os trabalhadores, os imigrantes e os refugiados, protegem o sistema político e a soberania dos monopólios e visam atacar a classe trabalhadora e os movimentos populares, visto que tal constitui um requisito prévio para a concretização da ofensiva selvagem do capital contra os direitos laborais e sociais das classes trabalhadoras e das camadas populares.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Estou convencido de que a protecção dos direitos da criança é um aspecto muito importante do Programa de Estocolmo. Gostaria de chamar a atenção para o facto de, em anos recentes, a violência contra as crianças, incluindo a sua exploração sexual, o turismo sexual com crianças, o seu tráfico e o trabalho infantil terem suscitado uma crescente preocupação. Uma vez que a protecção dos direitos das crianças constitui uma prioridade social da União Europeia (UE), apelo ao Conselho e à Comissão para que dediquem mais atenção à protecção dos direitos dos mais vulneráveis.

Os direitos das crianças fazem parte dos direitos humanos que a UE e os Estados-Membros se comprometeram a honrar nos termos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. A UE deve reforçar o seu compromisso de dar uma ajuda quanto à situação das crianças na Europa e em todo o mundo, de modo a poder garantir devidamente a promoção dos direitos da criança e a sua protecção. Gostaria de salientar que só uma estratégia baseada numa acção coordenada e conjunta pode incentivar os Estados-Membros a honrarem e respeitarem os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança em toda a União Europeia e para além das suas fronteiras. Para garantir devidamente os direitos das crianças gostaria de propor que se adoptassem normas de cariz vinculativo em todos os Estados-Membros da UE. Infelizmente, o respeito pelos direitos da criança ainda não está universalmente garantido, e portanto, através da aplicação do Programa de Estocolmo, exorto o Conselho e a Comissão a tomarem medidas concretas para se assegurarem de que os direitos da criança são devidamente protegidos.

Carlo Casini (PPE), *por escrito* – (IT) Senhor Presidente, votei a favor da resolução porque ela indica o caminho certo para o reforço da unidade europeia em torno dos valores fundamentais que constituem a sua própria identidade.

Não podemos iludir-nos quanto à possibilidade de chegar a acordo sobre os chamados valores comuns. No entanto, é de esperar que o uso da razão possa ajudar as diversas componentes políticas a aprofundar aquilo que é verdadeiro e justo para que possamos avançar no caminho da unidade europeia.

A clara distinção entre o direito à livre circulação e o princípio da não-discriminação, por um lado, e o valor da família enquanto sociedade natural alicerçada no casamento, por outro, levou à formulação do parágrafo que confirma a independência dos diferentes Estados em matéria de legislação familiar e a proibição da discriminação contra todo e qualquer ser humano.

Quem, como eu, promove plenamente o princípio da igualdade, afirmando a igualdade entre as crianças nascidas e as que ainda não nasceram, não pode deixar de defender o princípio da não-discriminação de pessoas com tendências sexuais diferentes, mas não pode aceitar a destruição do conceito de casamento ou de família. O significado desse conceito, tal como é reconhecido no artigo 16º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, é fundamental para a sucessão das gerações e para as potencialidades educativas dos casais heterossexuais.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra a proposta de resolução por muitos motivos; vou descrever em traços gerais os principais. No essencial, a sua dimensão básica é a filosofia da "segurança" e do medo, em detrimento dos direitos e liberdades fundamentais. Todavia, é justamente através da protecção e do respeito desses direitos num Estado de direito que se garante a segurança. Reforça a percepção e a facilidade de implementação de uma Europa fortaleza, que encara os imigrantes como potenciais terroristas e criminosos e, na melhor das hipóteses, "aceita" a sua presença, não como pessoas com direitos iguais, mas em função das necessidades do mercado de trabalho da UE.

Promove os sórdidos despedimentos em massa, não reforça o direito de acesso ao asilo, abre o caminho à participação activa da UE em campos de refugiados no exterior das suas fronteiras e à imposição de acordos leoninos com países terceiros, mas é indiferente à defesa dos direitos humanos. Por último, embora haja muitos mais motivos que poderiam ser apontados, a resolução introduz políticas que multiplicam os diversos organismos responsáveis pelo controlo, recolha e intercâmbio de dados pessoais dos cidadãos, violando a sua dignidade colectiva e pessoal e espezinhando o direito à liberdade de expressão. Esta resolução é dirigida

a uma sociedade que só tem inimigos e na qual todas as pessoas são suspeitas. Não é essa a sociedade que nós desejamos.

Anna Maria Corazza Bildt (PPE), *por escrito*. – (SV) Consideramos que é fundamental assegurar que as mulheres não sejam sujeitas a violência ou a tráfico para fins sexuais. E que é evidente também que devemos respeitar os direitos humanos e cumprir as convenções internacionais aplicáveis aos refugiados. Para nós, cidadãos da UE, dispormos de um ordenamento jurídico estável em que todos são iguais perante a lei é um dado adquirido, tal como o facto de podermos confiar no modo como as autoridades tratam a nossa esfera privada.

Muitos dos 144 números da proposta de resolução e das 78 alterações à mesma propostas eram, naturalmente, dignos de ser apoiadas. A resolução e as alterações também integram uma série de pontos, relativos, por exemplo, aos direitos humanos, à discriminação e à defesa da esfera privada dos cidadãos, que já são contemplados em anteriores programas, tal como no Tratado de Lisboa. Decidimos votar contra uma série de alterações, para que a resolução possa ganhar ainda mais força no que toca às matérias que não foram contempladas nos programas e tratados já estabelecidos. Embora o texto aprovado inclua pontos que não deveria incluir, decidimos votar a favor, dado que os benefícios suplantam largamente os aspectos negativos. É mais importante enviar uma mensagem de apoio claro do Parlamento Europeu ao Programa de Estocolmo.

Marije Cornelissen e Bas Eickhout (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) A resolução do Parlamento Europeu que apela à criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça em prol do cidadão é em si mesma uma resolução progressista, uma resolução que refreia o desejo do Conselho de Ministros de autorizar o livre intercâmbio de dados pessoais. É uma resolução que garante também a protecção de refugiados e migrantes.

Esta resolução representa um passo em frente na via da consecução de uma legislação europeia progressista em matéria de migração. Algumas das suas alterações cruciais, entre as quais as relativas ao estabelecimento do princípio da não-repulsão, à limitação da esfera de acção da Frontex - que não terá um papel na reinstalação de migrantes em países terceiros - à assunção de uma atitude positiva no que respeita à regularização em massa de imigrantes clandestinos e à constatação de que a segurança deve estar ao serviço da liberdade, revestem-se de uma importância decisiva. Embora as passagens do texto relacionadas com o combate à migração clandestina sejam passíveis de diversas interpretações, não enveredam, do meu ponto de vista, pela via repressiva. Lamento profundamente que a resolução tenha sido enfraquecida no que se refere ao dossiê da antidiscriminação.

Anne Delvaux (PPE), *por escrito*. – (FR) Até agora, em determinados aspectos do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, os progressos foram lentos, enquanto o direito de circular e permanecer livremente no seio da UE se encontra agora aberto a mais de 500 milhões de cidadãos. Há que gerir a situação. E a resolução do Parlamento Europeu hoje aprovada contribui para isso.

Congratulo-me com o facto, pois diz respeito, antes de mais, aos cidadãos e corresponde às minhas prioridades: uma Europa do direito e da justiça (protecção dos direitos fundamentais e luta contra todas as formas de discriminação); uma Europa que protege tudo sem ser o *Big Brother* (reforço da Europol e da cooperação judiciária e policial em matéria penal na sua dimensão operacional e administrativa, reforço da cooperação inter-estatal entre os serviços de polícia e de informações, construção de um espaço de justiça penal europeia baseado no princípio do reconhecimento mútuo, protecção dos dados pessoais); uma Europa solidária, responsável e justa em matéria de asilo e imigração graças a uma solidariedade efectiva entre todos os Estados-Membros e à luta contra o tráfico e a exploração sexual e económica dos seres humanos.

Próxima etapa: o Conselho Europeu de 9 e 10 de Dezembro de 2009!

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o Programa de Estocolmo, por considerar que as propostas nela contidas definem com clareza e precisão as prioridades para os próximos anos, em matéria de legislação europeia nas áreas da liberdade, segurança e justiça, à luz da aplicação do Tratado de Lisboa.

É fundamental conseguir um melhor equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e a defesa dos seus direitos individuais, pelo que gostaria de sublinhar a importância da aplicação do princípio do reconhecimento mútuo aos casais do mesmo sexo na UE, bem como da criação de um Tribunal Europeu dos Assuntos Informáticos e da adopção de medidas que garantam novos direitos aos detidos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Vem sendo prática corrente neste Parlamento que a promoção de questões fracturantes, que extravasam largamente as competências da União Europeia, seja feita através da sua inclusão

em textos sobre temas mais amplos e que, normalmente, mereceriam apoio generalizado. Não posso deixar de lamentar o recurso, uma vez mais, a este método furtivo que apenas contribui para a descredibilização desta câmara e para o crescente afastamento entre eleitos e eleitores.

É sabido que as matérias respeitantes ao Direito de Família são, felizmente, da esfera de acção dos Estados-Membros, sendo, por isso, absolutamente ilegítimo e um manifesto atentado ao princípio da subsidiariedade que o Parlamento Europeu procure coagi-los a um entendimento unitário sobre estas matérias, procurando fazer vingar agendas radicais.

O reconhecimento por parte do Parlamento Europeu das uniões entre pessoas do mesmo sexo – que vigoram apenas em quatro Estados-Membros – não pode ser imposto aos restantes e constitui uma grosseira tentativa de condicionar os legisladores e as opiniões públicas nacionais, merecedora do mais firme repúdio.

Aquando da aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais, temeu-se a sua futura invocação abusiva e a sua colisão com os ordenamentos jurídicos nacionais. A presente situação confirma que esses vaticínios estavam certos.

Carlo Fidanza (PPE), por escrito - (IT) Esta resolução afirma finalmente alguns princípios importantes: a responsabilidade comum na luta contra a imigração clandestina, na distribuição dos requerentes de asilo e no repatriamento dos detidos estrangeiros. Por outro lado, parece-me que a parte que se refere ao respeito pelos direitos das minorias, e em especial da minoria Roma, é pouco adequada e politicamente correcta em excesso. O texto ignora completamente a situação de degradação em que vivem as comunidades Roma, nalguns Estados como a Itália, não por falta de políticas de integração mas, pelo contrário, devido a uma decisão deliberada de rejeição de todas as regras de convívio cívico.

Não há condenação das actividades ilegais (furtos, roubos de esticção, mendicidade incómoda e prostituição de menores), que cada vez mais estão ligadas à fixação abusiva dos Roma na periferia das grandes cidades, em Itália e não só. Não se faz nenhuma referência, nem mesmo na parte respeitante à protecção de menores, à necessidade de preservar essas mesmas crianças da escravização perpetrada contra elas por alguns chefes de família Roma. Também não se faz nenhuma referência à forma como aplicar na prática a Directiva 2004/38/CE sobre o afastamento dos cidadãos comunitários que se mostram incapazes de demonstrar um certo nível de rendimento depois de três meses de permanência num Estado da UE. Não pode haver integração sem respeito das regras, e as minorias Roma não estão dispensadas de respeitar esse princípio.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – A maioria do Parlamento Europeu aprovou as linhas centrais da proposta da Comissão Europeia para o chamado Programa de Estocolmo, que são um forte ataque a uma questão central da soberania dos Estados como é a Justiça. O alargamento das acções comuns no domínio da cooperação policial e judicial e da cooperação entre serviços secretos, bem como a introdução de uma estratégia de segurança interna e as novas medidas de intercâmbio de dados na UE são feitos a expensas dos direitos, liberdades e garantias de todos quantos residem nos países da UE.

O desenvolvimento de uma política de migração comum baseada na classificação dos imigrantes de acordo com uma *escala de desejabilidade*, e na sua vertente mais repressiva o uso da FRONTEX, viola os seus direitos e ignora o drama humano que se vive em muitos países.

É inquietante a crescente utilização da vigilância e do controlo de pessoas, bem como a prática de definição de perfis, baseada em técnicas de exploração de dados e na sua recolha generalizada, independentemente de os cidadãos serem inocentes ou culpados, para efeitos ditos de *prevenção e controlo*. São também inquietantes as avultadas verbas canalizadas para o complexo industrial-militar e as suas actividades de investigação no domínio da segurança interna.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), por escrito. – (PL) Senhor Presidente, a estratégia política relativa ao espaço de liberdade, segurança e justiça – o Programa de Estocolmo – será adoptada pelo Conselho, em Dezembro deste ano, logo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Neste momento especial, quando o poder de decisão do Parlamento Europeu irá aumentar significativamente, o papel dos parlamentos nacionais no processo de produzir legislação comunitária, também irá aumentar. A voz dos cidadãos, reforçada desta forma, terá também um mandato mais forte para promover a realização dos princípios do Programa de Estocolmo.

Particularmente importante e urgente, na minha opinião, é a necessidade de tomar medidas para assegurar um tratamento equitativo de todos os cidadãos da União Europeia, independentemente do género, orientação sexual, deficiência, idade, associação religiosa, visão de mundo, cor da pele, meio social ou origem étnica.

Nesta perspectiva, é essencial que o Conselho adopte uma directiva abrangente sobre a não-discriminação, abrangendo todas as áreas que acabo de mencionar. A UE não possui tal legislação, tal como já foi dito muitas vezes no Parlamento Europeu.

Espero que esta lacuna seja preenchida no âmbito da realização do Programa de Estocolmo. No entanto, fazer apenas uma lei não é suficiente. Para o Programa de Estocolmo ser bem-sucedido, os cidadãos da UE têm de conhecer os seus direitos. Deste modo, o trabalho da nova Comissão Europeia será também de sensibilização da opinião pública para a legislação anti-discriminação e sobre igualdade de género.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Apoiei esta resolução pois ela permite encontrar um equilíbrio melhor entre o respeito das liberdades individuais e uma visão prioritariamente repressiva acompanhada de medidas de segurança de que avaliamos mal, neste momento, a eficácia. Graças a este programa, reafirmamos o nosso apego a uma Europa da solidariedade e dos valores, que se empenha em defender a liberdade de religião, a igualdade de oportunidades, dos direitos das mulheres, dos direitos das minorias, dos direitos dos homossexuais.

Eis a razão por que apoio claramente a adopção da directiva não-discriminação, bloqueada actualmente no Conselho e que o PPE não apoiou na anterior legislatura, tendo reiterado agora a sua recusa ao presente texto. Congratulo-me igualmente com a aprovação de alterações que apelam ao pedido de uma eliminação dos obstáculos ao exercício do direito ao reagrupamento familiar e que exigem a proibição da retenção dos menores não acompanhados estrangeiros.

Em contrapartida, lamento o facto de as orientações políticas relativas à imigração serem evitadas mais uma vez, por detrás da questão da luta contra a imigração clandestina e do reforço da Agência FRONTEX. No que se refere ao asilo, as propostas sobre um Sistema Europeu Comum de Asilo serão apreciadas por um Parlamento Europeu co-legislador, que estará muito vigilante à real vontade política de se avançar nesse domínio.

Timothy Kirkhope (ECR), *por escrito*. - (EN) Embora o Grupo ECR apoie grande parte do conteúdo do Programa de Estocolmo - por exemplo, a cooperação e solidariedade no domínio do policiamento, o combate à criminalidade e corrupção transfronteiriças, a protecção dos direitos fundamentais, e a necessidade de encontrar soluções para a imigração procurando ajudar os países do Sul da Europa que se debatem com graves problemas nesta área -, não apoiamos as propostas no sentido de se estabelecer uma estratégia de segurança europeia, nem medidas susceptíveis de fazer passar o controlo do nosso sistema de justiça penal e a nossa política de asilo para a UE, nem apelos a uma "solidariedade obrigatória e irrevogável". Acreditamos na cooperação e não na compulsão, pelo que votámos contra este relatório.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. - O programa de Estocolmo consagra preocupações de reforço da segurança, nomeadamente na luta contra o crime e o terrorismo transfronteiriços, no respeito pelos direitos dos cidadãos. O esforço, decorrente também da nova realidade do Tratado de Lisboa, faria antever uma discussão responsável, em volta do essencial, relacionado com um espaço de liberdade, segurança e justiça, ao serviço dos cidadãos.

Lamentavelmente, alguns houve que quiseram contaminar a discussão de um dossiê fundamental, como o do programa de Estocolmo, com uma questão, a despropósito e alheia à sua substância, dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, sem respeito sequer pelas diferenças legítimas das soluções jurídicas internas de cada país da União Europeia. Quem assim agiu, por mero tacticismo político, não se preocupou com o destino do programa de Estocolmo.

O voto que expressei traduziu, pelo contrário, a prioridade da discussão das necessidades desse espaço de liberdade, segurança e justiça, ao serviço dos cidadãos. Expressou também o repúdio pela estratégia de quem quis contaminar esta discussão com uma agenda fracturante, que com ela nada tinha que ver.

Judith Sargentini (Verts/ALE), *por escrito*. - (NL) A resolução do Parlamento Europeu que apela à criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça em prol do cidadão é em si uma resolução progressista, uma resolução que refreia o desejo do Conselho de Ministros de autorizar o livre intercâmbio de dados pessoais. É uma resolução que garante também a protecção de refugiados e migrantes.

Esta resolução representa um passo na via da consecução de uma legislação europeia progressista em matéria de migração. Algumas das suas alterações cruciais, entre as quais as respeitantes ao estabelecimento do princípio da não-repulsão, à limitação do âmbito de acção da Frontex - que não desempenhará um papel na reinstalação de migrantes em países terceiros -, a uma atitude positiva relativamente à regularização em

massa de imigrantes de imigrantes clandestinos e à constatação de que a segurança deve estar ao serviço da liberdade, revestem-se de uma importância decisiva. Embora as passagens do texto relativas ao combate à migração clandestina sejam passíveis de diversas interpretações, não enveredam, contudo, do meu ponto de vista, pela via repressiva. Lamento profundamente o facto de a resolução ter sido enfraquecida no que se refere ao dossiê da antidiscriminação.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) Gostaria de partilhar algumas observações sobre o programa multi-anual 2010-2014 sobre o espaço de liberdade, segurança e justiça (o Programa de Estocolmo). Assegurar a liberdade dos cidadãos da União Europeia, segurança e justiça é uma das principais responsabilidades dos Estados-Membros. Os países da União Europeia devem aumentar a cooperação em matéria judicial, sem prejuízo para as tradições e as leis fundamentais dos Estados-Membros. Precisamos de aumentar a confiança mútua entre os Estados-Membros em matéria de adequação das decisões tomadas pelas autoridades de outro Estado, especialmente nas áreas relacionadas com a imigração legal e ilegal, e também relativamente à cooperação da polícia e dos tribunais em matéria penal. A UE deve intensificar os esforços relacionados com o combate à criminalidade e ao terrorismo transfronteiras. Para esse efeito, devem ser tomadas medidas para melhorar a eficiência do intercâmbio de informações, sem esquecer a questão da protecção da privacidade, dos dados pessoais e das liberdades fundamentais. A segurança na Europa é um assunto de todos, tal como o é o mercado único e comum, e devemos fazer todos os possíveis para que cada cidadão se sinta seguro dentro das fronteiras da UE, porque este é um dos nossos valores fundamentais.

Renate Sommer (PPE), *por escrito*. – (DE) Saúdo a aprovação da proposta de resolução sobre o Programa de Estocolmo. É importante para este Parlamento, como representante dos cidadãos da Europa, propor um rumo para a política relativa à justiça e assuntos internos. Conseguimos um bom resultado. Além disso, o Tratado de Lisboa dá-nos segurança. De futuro, o Parlamento Europeu não só desempenhará um papel consultivo nestas áreas políticas, como também fará parte do processo de decisão. Conseguimos um bom equilíbrio entre a segurança e os direitos dos cidadãos.

A população necessita de níveis crescentes de segurança. No entanto, saber se, e em que medida, se podem restringir os direitos e as liberdades dos cidadãos devido à introdução de medidas de segurança é uma pergunta a que temos de responder repetidas vezes. Julgo que escolhemos um bom meio-termo. No entanto, para garantir que esse meio-termo se reflecta realmente na política em matéria de justiça e assuntos internos, pedimos mais poderes de controlo para este Parlamento e para os parlamentos nacionais da UE, como parte da execução do Programa de Estocolmo. Infelizmente, o plenário não apoiou o meu pedido de permitir o acesso da polícia ao Eurodac.

Isso teria sido mais outra ferramenta útil para combater o terrorismo e a criminalidade. No entanto, a minha proposta de resolução instando a Comissão a apresentar propostas destinadas a combater o abuso do sistema de asilo em toda a Europa foi bem-sucedida. Cada abuso do sistema de asilo torna mais difícil conceder asilo a aqueles que têm motivos legítimos para o solicitar.

- Proposta de resolução: Estado do projecto da zona de comércio livre Euromed

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução comum sobre o estado do projecto da zona de comércio livre Euromed.

Apesar de alguns progressos registados, lamento que os principais objectivos da parceria euromediterrânica não tenham sido alcançados, colocando em causa a sua consecução prevista até 2010. É urgente garantir que o processo de integração euromediterrânica seja retomado enquanto prioridade política da UE, uma vez que o êxito deste processo e da zona de comércio livre poderá contribuir para a paz, a prosperidade e a segurança em toda a região.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – O Mediterrâneo é o berço da civilização tal qual a conhecemos. Nas suas margens nasceram, maturaram e fortaleceram-se ideias e instituições definidoras da matriz civilizacional europeia, inseparáveis da sua História e dos seus projectos futuros.

Nas suas margens deram-se, também, profundas clivagens, muitas vezes resolvidas pela força das armas, que conduziram a uma dolorosa separação política, ao afastamento progressivo das suas populações e ao desenvolvimento separado, quando não antagónico, daquilo que antes fora o centro do mundo.

A UE, que se deseja aberta ao mundo e potenciadora do diálogo dos seus membros com países terceiros, não pode deixar de acarinhar a ideia de uma zona de comércio livre euromediterrânica que possibilite um novo

estreitamento das relações entre os dois lados daquele mar e promova, igualmente, uma maior convergência Sul-Sul.

É forçoso reconhecer que os resultados até agora obtidos não correspondem à ambição que norteia esta ideia. Muitos são os obstáculos de natureza económica e financeira, sendo, no entanto, evidente que as maiores resistências são de cariz eminentemente político. Há que persistir e contribuir para tornar possível a reedição de um mercado à escala mediterrânica que traga consigo um maior contacto entre as populações e o refazer dos laços entretanto quebrados.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Lamento que as duas margens do Mediterrâneo continuem a apresentar uma assimetria económica, social e demográfica chocante. Eis a razão por que me manifestei em defesa de um novo impulso à integração dos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo no comércio internacional, de forma a permitir a sua diversificação económica, bem como uma partilha justa das vantagens daí resultantes.

Temos de reduzir a fractura que separa as margens Norte e Sul do Mediterrâneo em termos de desenvolvimento. Além disso, esta zona de comércio livre deveria ser completada com a aplicação progressiva e condicionada da livre circulação dos trabalhadores, que tenha em conta as actuais reflexões sobre os laços existentes entre migrações e desenvolvimento.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. - (ES) Votei contra o relatório Euromed, porque não é possível dissociar a questão comercial do discurso político na União para o Mediterrâneo. Este relatório incide no núcleo duro do interesse da União Europeia na União para o Mediterrâneo: a criação de uma zona de comércio livre entre as duas regiões. Sou contra a instauração dessa zona de comércio livre.

O capítulo comercial deve basear-se nos princípios do comércio justo, tendo em conta as assimetrias existentes entre os países da União Europeia e os países do Mediterrâneo. No que diz respeito ao capítulo político, porém, não podemos concordar com o Estatuto Avançado que a União Europeia atribuiu a Marrocos, enquanto este continua a violar os direitos humanos. Para a UE, o conflito do Sara deve ser uma questão prioritária na União para o Mediterrâneo, apoiando o processo de realização de um referendo sobre a autodeterminação em conformidade com as resoluções da ONU. Do mesmo modo, devido às constantes violações do direito internacional, bem como aos nossos compromissos políticos para com a Palestina, também não podemos aceitar o denominado *upgrading* concedido pela UE a Israel.

Andreas Mølzer (NI), *por escrito*. - (DE) Saúdo sinceramente o facto de se pretender melhorar e reforçar os contactos multilaterais com a região do Mediterrâneo e, em particular, com os países do Sul e do Leste do Mediterrâneo (PSEM). Apoio igualmente os esforços da União Europeia no sentido de iniciar o processo de modernização das economias desses países e, por conseguinte, ajudar as suas populações. No entanto, duvido muito que se consiga isso através da zona de comércio livre Euromed que se está a pensar criar.

Uma avaliação do impacto de sustentabilidade realizado pela Universidade de Manchester chama a atenção para as consequências sociais e ambientais negativas para os PSEM em causa. Receio que este acordo traga novos mercados para as vendas dos países da UE mas prejudique gravemente as economias dos PSEM. A introdução concomitante da liberdade de circulação dos trabalhadores preconizada pela proposta de resolução também resultará numa enorme vaga de migração para a Europa e conduzirá a uma fuga de trabalhadores que são urgentemente necessários nos PSEM. A fim de ajudar a garantir um futuro positivo para os PSEM, votei, portanto, contra esta resolução.

Cristiana Muscardini (PPE), *por escrito* - (IT) Senhor Presidente, na sequência da Conferência de Barcelona de 1995, não foram desenvolvidas até agora todas as potencialidades inerentes às relações naturais entre os países que delimitam a bacia do Mediterrâneo.

O projecto ambicioso de criar novos e mais fortes laços políticos, sociais e culturais entre a margem norte e a margem sul do Mediterrâneo deve continuar a ser um dos objectivos prioritários da União Europeia com vista a conseguir a tão desejada e estratégica implementação de uma zona de comércio livre. Essa zona Euromed pode contribuir de forma significativa para a paz, a prosperidade e a segurança de toda essa região.

Apoio as medidas e os esforços com vista a eliminar as barreiras e os obstáculos ao comércio e estou consciente de que o sucesso da parceria euromediterrânica não depende unicamente da vontade dos países europeus. A implementação de uma zona de comércio livre exige o contributo convicto, contínuo e convergente de todas as partes.

A UPM deve também intensificar as formas de cooperação existentes no contexto Euromed, a fim de permitir que todos os países parceiros possam participar nos programas regionais e nas políticas correspondentes da União Europeia. Refiro a este propósito que a elaboração de projectos no quadro estabelecido em Paris, em Julho de 2008, em sectores estratégicos como as novas infra-estruturas, a cooperação entre PME, as comunicações e a exploração das fontes energéticas renováveis poderá contribuir de forma positiva para o desenvolvimento e a facilitação das trocas e investimentos, pois deles necessitam em especial os países da margem sul do Mediterrâneo. Todas essas condições promovem a realização da paz e o estabelecimento de relações de amizade.

Por todas estas razões, aprovo a resolução e espero que o roteiro fixado pela Comissão possa ser cumprido e dar os frutos que todos esperamos.

- Proposta de resolução (B7-0153/2009): Indemnização dos passageiros em caso de falência de companhia aérea

Richard Ashworth (ECR), *por escrito*. – (EN) O Grupo ECR rejeitou a proposta de resolução apresentada por outros grupos da Comissão dos Transportes e do Turismo sobre a indemnização dos passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação. O Grupo ECR apresentou a sua própria proposta de resolução, que teria corrigido uma série de fragilidades significativas do texto aprovado pelas razões que passo a expor.

Embora apoiar os direitos dos passageiros seja, evidentemente, muito importante, há medidas mais eficientes que se podem tomar sem sobrecarregar os passageiros com custos ainda mais elevados.

1. Devemos aguardar a avaliação de impacto proposta pelo Senhor Comissário Tajani durante a sessão plenária de 7 de Outubro.

2. O texto que recebeu o apoio do Parlamento preconiza a criação de um fundo de "garantia" que será utilizado para indemnizar os passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação. Contudo, a criação de um fundo desse tipo terá de ser forçosamente financiado pelos consumidores, ou seja, os passageiros terão de pagar ainda mais pelos seus bilhetes. Nesta altura, esta medida desnecessária irá agravar a lista considerável de taxas aeroportuárias e outros direitos que os passageiros já são obrigados a pagar.

(Declaração de voto abreviada nos termos do artigo 170.º do Regimento)

Liam Aylward (ALDE), *por escrito*. – (GA) Dei o meu apoio a esta proposta de resolução na qual se solicita à Comissão que reveja a actual legislação, bem como que apresente nova legislação para garantir que os passageiros não são abandonados à sua sorte em caso de falência de uma companhia aérea.

De momento, não existem disposições na legislação europeia para proteger os passageiros europeus em caso de falência de uma companhia aérea na qual o passageiro tenha feito uma reserva. Apoio convictamente a posição do presidente da Comissão dos Transportes que afirmou que muitos passageiros não dispõem de recursos para fazer frente a este tipo de perda. Assim sendo, deve ser criado um mecanismo de apoio ou um fundo de garantia para indemnizar aquelas pessoas que ficam numa situação difícil na sequência de uma falência de uma companhia de aviação.

As normas sobre os direitos dos passageiros devem ser actualizadas e reforçadas com vista a proteger e a ajudar em caso de falência de uma companhia aérea ou de incidentes desse tipo sobre os quais os passageiros não têm qualquer controlo.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução sobre a indemnização dos passageiros em caso de falência de companhia aérea, pois considero necessário reforçar a protecção dos passageiros europeus, em caso de falência das companhias aéreas, através da introdução de nova legislação ou da revisão da já existente e da criação de um fundo de reserva para as indemnizações.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – As companhias de aviação comercial debatem-se com uma crise profunda desde os atentados de 11 de Setembro de 2001, que se tem vindo a agravar devido à presente crise económica e financeira. Multiplicam-se as falências e as situações desagradáveis de verdadeiro desamparo em que incorrem passageiros, muitos deles em trânsito.

Esta desprotecção dos consumidores é verdadeiramente intolerável, sendo merecedora de uma reacção europeia que preveja a avaliação das companhias aéreas, promova o auxílio aos passageiros vítimas daquelas situações e contemple indemnizações pelos danos e perdas sofridos.

Dito isto, estas medidas não podem deixar de ter em conta a fragilidade financeira das companhias aéreas e, por isso, não devem constituir obstáculos desnecessários ao seu funcionamento, devendo cingir-se ao estritamente necessário para assegurar a protecção dos consumidores/passageiros.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Desde o ano 2000, já abriram falência na União Europeia 77 companhias de aviação. Evidentemente que existem disposições na legislação europeia em matéria de transparência dos preços e também de indemnizações em caso de recusa de embarque, mas a União Europeia tem de colmatar as lacunas existentes em caso de insolvência, nomeadamente quando os bilhetes foram comprados na Internet. Continua a haver demasiados passageiros bloqueados em situações perante as quais não possuem meios para reagir, após terem gasto todas as suas economias para comprar férias em família. Sou a favor de normas que garantam que os passageiros não fiquem bloqueados nos seus locais de destino, sem possibilidades alternativas de regresso ou alojamento.

Jörg Leichtfried (S&D), *por escrito*. - (DE) Voto favoravelmente a proposta de resolução, em particular no que diz respeito ao Regulamento (CE) n.º 261/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro de 2004, o qual foi já adoptado, e que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos transportes aéreos, em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 295/91. Através do referido regulamento, foram já dados os passos certos, e a consolidação e defesa dos direitos dos passageiros surge apenas como uma consequência lógica desse processo.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. - (FR) Votámos favoravelmente esta resolução com a preocupação de preservar, tanto quanto possível, os interesses dos utilizadores das companhias de aviação no estado actual das coisas (liberalização dos serviços de transportes, multiplicação das companhias de aviação).

Realçamos, no entanto, que o sistema de indemnizações proposto neste relatório não passa de um mezinha que não muda nada ao problema de fundo.

A verdadeira solução reside na criação de um serviço público europeu dos transportes aéreos. Um serviço público preocupado com o interesse geral e, portanto, com a racionalização dos trajectos realizados, de forma a reduzir a pegada ecológica. Um serviço público preocupado com o interesse geral e, portanto, com a segurança, a liberdade de circulação e o bem-estar dos seus utilizadores e dos seus trabalhadores.

É urgente abandonar a Europa dos interesses privados e construir a Europa do interesse geral.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. - O crescente número de falências de companhias aéreas que se tem verificado, com prejuízo de milhares de cidadãos dos Estados-Membros, levou à necessidade de a UE tomar medidas que os defendam. Na verdade, é importante a salvaguarda dos direitos de quem diariamente utiliza os aviões como transporte. Nesse sentido, o voto expresso.

Robert Rochefort (ALDE), *por escrito*. - Votei a favor da resolução sobre a indemnização dos passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação. Com efeito, actualmente, em caso de falência de uma companhia de aviação, só estão abrangidos pela legislação europeia os passageiros que reservaram uma viagem organizada.

Ora, é evidente que, nestes últimos anos, as práticas dos consumidores evoluíram muito em matéria de reserva de viagens: multiplicação do recurso às companhias de aviação "low cost", nítido recuo das compras de viagens organizadas, ou ainda aumento das compras directas e individuais em linha e dos voos "seat only".

Acrescentemos a estes factores a crise que atravessa actualmente o sector, e é fácil imaginar o número de passageiros europeus que ficam bloqueados nos seus locais de férias, por vezes sem qualquer possibilidade de alojamento e desesperando por um voo de regresso, no seguimento da falência da companhia de aviação a que se dirigiram.

Mais tarde, só muito dificilmente obterão qualquer compensação pelos prejuízos sofridos... Perante esta situação preocupante, a Comissão tem urgentemente de tomar uma iniciativa legislativa! Paralelamente, há que criar um fundo de compensações alimentados pelos operadores aéreos e destinado a financiar essas indemnizações.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. - As regiões europeias que se destacam como destinos turísticos devem assegurar o mais elevado nível de serviço e qualidade aos utilizadores dos serviços deste sector.

A Madeira é disso exemplo, tendo sido classificada na passada semana como um dos melhores destinos turísticos a nível mundial pela Organização Mundial de Turismo, que atribuiu à região a mais alta classificação em 13 dos 15 parâmetros de avaliação. Para que este posicionamento seja mantido num mercado altamente competitivo, há que continuar o trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e privadas com critérios de sustentabilidade ambiental, económica e social. Este objectivo passa também por prestar o máximo de garantias aos turistas que visitam a ilha no que diz respeito às suas condições de viagem aérea e de alojamento.

A moção de resolução hoje votada vai nesse sentido, visando proteger os passageiros em caso de falência de uma companhia de aviação através da criação de seguros obrigatórios e de fundos de garantia por estas empresas, bem como de seguros facultativos para os seus clientes.

É ainda positivo o convite à Comissão Europeia para a apresentação de uma proposta com o objectivo de indemnizar os passageiros das companhias aéreas que declarem falência, assegurando o seu repatriamento em caso de retenção num aeroporto.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre a indemnização dos passageiros em caso de falência de uma companhia aérea. Existem actualmente vários actos legislativos a nível europeu que regulamentam as seguintes situações: indemnização e repatriamento de passageiros em caso de falência de companhias aéreas que tenham oferecido pacotes de férias; responsabilidade dos operadores de transporte aéreo por acidentes e disposições para indemnizar os passageiros; indemnização e prestação de assistência aos passageiros a quem seja recusado o embarque ou cujos voos sejam suprimidos ou sujeitos a grandes atrasos.

Não existem, contudo, disposições legais para proteger os consumidores em caso de falência de uma companhia aérea. Nos últimos nove anos faliram 77 companhias aéreas europeias e é por isso que penso que esta directiva é absolutamente necessária. O Parlamento Europeu solicitou, por conseguinte, à Comissão que reforçasse a posição dos passageiros em caso de falência de uma companhia aérea. De facto, o Parlamento solicitou à Comissão que apresentasse uma proposta legislativa até Julho de 2010 visando conceder aos passageiros das companhias aéreas que declarem falência uma indemnização, introduzir o princípio da responsabilidade mútua para passageiros de todas as companhias aéreas que voam na mesma direcção com lugares disponíveis, criar um seguro obrigatório para as companhias aéreas, estabelecer um fundo de garantia e oferecer aos passageiros um regime de seguro voluntário.

- Proposta de resolução: "made in" (marcação de origem)

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução comum sobre a marcação de origem porque se baseia no princípio de que a defesa do consumidor exige regras comerciais transparentes e coerentes, incluindo a marcação de origem. Nesse sentido, apoio a intervenção da Comissão, juntamente com os Estados-Membros, para defender os legítimos direitos e expectativas dos consumidores, sempre que existam provas de utilização fraudulenta ou enganosa da marcação de origem por parte de importadores e produtores não comunitários.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Atenta a necessidade de garantir a adequada informação dos consumidores no momento de fazer uma escolha sobre a aquisição de determinados produtos, nomeadamente sobre o seu país de origem e respectivas normas de segurança, higiene ou protecção ambiental aplicáveis à sua produção – informação essa necessária para uma escolha consciente e documentada – voto favoravelmente a presente proposta de resolução que exorta a Comissão a reapresentar ao Parlamento a sua proposta, para que esta possa ser debatida de acordo com o processo legislativo estabelecido pelo Tratado de Lisboa.

Não posso, contudo, deixar de referir que, em fase de avaliação da proposta da Comissão relativa à marcação de origem, dedicarei especial atenção ao adequado enquadramento dado aos produtos tradicionais, de modo a que uma maior protecção dos consumidores – necessária e desejável – não possa ferir de morte pequenos produtores de produtos tradicionais. Dedicarei também particular atenção aos mecanismos usados para definir a origem, de modo a que tal não venha a tornar-se uma desvantagem competitiva para os produtores europeus face aos seus concorrentes.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Consideramos que a resolução aprovada está muito aquém do que, para nós, deve significar a marcação de origem, isto é, entre outros aspectos, um instrumento de defesa dos empregos industriais na Europa, nomeadamente nas pequenas e médias empresas, mas também um instrumento contra o *dumping* social e ambiental. Daí a nossa abstenção.

Para mais, esta resolução é omissa quanto às consequências da liberalização do comércio mundial para o emprego e o tecido industrial nos diferentes Estados-Membros. É omissa quanto às inúmeras deslocalizações em busca do lucro fácil e suas consequências, como a desindustrialização de vastas regiões, o aumento do desemprego e a degradação das condições económicas e sociais. É uma resolução que se limita a solicitar à Comissão e ao Conselho "que tomem todas as medidas necessárias a fim de garantir condições de concorrência equitativas".

Por fim, lamentamos que a maioria do PE tenha rejeitado as propostas que apresentámos e que, entre outros aspectos, visavam a manutenção dos postos de trabalho, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos consumidores, a luta contra o trabalho infantil ou a escravatura e contra a importação de produtos provenientes de territórios ocupados, e que insistiam na necessidade de retirar as ajudas europeias às empresas e aos investidores que recorrem à deslocalização da sua produção.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. - (FR) Num contexto de crise económica que afecta as nossas empresas europeias, a União Europeia tem de dotar-se, mais do que nunca, de um sistema obrigatório de marcação de origem, pelo menos no que respeita a um certo número limitado de produtos importados, a saber, os produtos têxteis, os artigos de bijutaria, roupas e calçado, artigos em couro e sacos de mão, candeeiros e outros equipamentos de iluminação, objectos em vidro, pois trata-se de uma informação preciosa para o consumidor final, que permitiria também aos consumidores europeus saberem exactamente qual é o país de origem dos produtos que estão a comprar. Serão assim capazes de identificar esses produtos com as normas sociais, ambientais e de segurança geralmente associadas a esse país, dispondo da transparência que os nossos concidadãos, enquanto consumidores responsáveis, exigem.

Jacky Hénin (GUE/NGL), *por escrito*. - (FR) A noção de "made in" não deve limitar-se a uma questão de marcação, deve tornar-se rapidamente um conceito muito forte de respeito das normas mais avançadas em matéria de saber-fazer, de direitos dos trabalhadores, de desenvolvimento sustentável e de protecção do ambiente, bem como de uma atitude económica responsável.

Com a aplicação de uma noção de "Made in Europe", poderíamos permitir ao consumidor realizar uma escolha esclarecida, tentar conquistar novos direitos.

Mas, mais uma vez, ficamos pelas declarações de boas intenções, como se afirmar que somos os mais bonitos e os mais fortes bastasse para estabelecer uma verdade.

É pena, e é essa a razão por que me abstenho.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. - (DE) Compreendo a necessidade de se debater a criação de um quadro jurídico europeu, que regule a marcação de origem de produtos finais comerciais, particularmente no contexto da informação prestada ao consumidor e da transparência entre parceiros comerciais. A utilização de um sistema normalizado de marcação, além de resultar num aumento da qualidade e do rigor da informação ao consumidor, irá também dar a conhecer as normas ambientais e sociais a que os produtos obedecem. Acresce o facto de a marcação de origem representar um importante passo em frente em termos da criação de regras comerciais coerentes com países terceiros.

No entanto, é da maior importância que se encontre o equilíbrio certo, tanto do ponto de vista dos produtores como dos consumidores. A transparência que se oferece ao consumidor não deve ser obtida à custa do fabricante. As pequenas e médias empresas não devem ser sobrecarregadas com quaisquer despesas suplementares. Como parte integrante dos debates em curso, é importante que se estabeleçam directrizes muito claras e que se tome a respectiva defesa, inclusive no interesse da Áustria. Uma solução possível consistiria na criação de uma marca de origem europeia, de carácter voluntário, para produtos finais comerciais, que levasse em linha de conta os rótulos de qualidade, nacionais e regionais, já existentes.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. - A votação expressa resulta de que a designação "fabricado em" é essencial para a transparência dos mercados e para o devido esclarecimento dos consumidores sobre a origem dos produtos que consomem.

É necessário fortalecer a economia comunitária mediante a melhoria da competitividade da indústria da UE na economia mundial. Só conseguiremos ter uma concorrência justa se esta funcionar com regras claras para os produtores e para os exportadores e importadores, tendo também em atenção as premissas sociais e ambientais comuns.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. - (DE) Congratulo-me com a iniciativa de introdução da marcação de origem, por parte da União Europeia. A partir de agora, o país de origem deve ser especificado em

determinados produtos importados de países terceiros para a União Europeia. A marcação de origem tem por objectivo disponibilizar aos consumidores europeus informação sem restrições acerca do país de origem dos produtos que compram, permitindo-lhes ainda fazer a ligação entre esses mesmos artigos e as normas sociais, ambientais e de segurança da nação em causa.

Esta iniciativa representa a primeira batalha numa guerra contra as mercadorias provenientes de países do Extremo Oriente, as quais são frequentemente produzidas por trabalhadores sujeitos a condições de exploração, sendo posteriormente vendidas no mercado europeu a preços de dumping.

Cristiana Muscardini (PPE), *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, o Parlamento reiterou hoje, com veemência, um parecer que já tinha expresso em diversas ocasiões durante a anterior legislatura: a Europa deve dotar-se de um regulamento relativo à marcação de origem de muitos produtos que entram no seu território.

Tal decisão decorre da necessidade de garantir uma maior informação aos consumidores e, consequentemente, um reforço da sua protecção, para que possam fazer escolhas informadas. O regulamento sobre a marcação de origem permitirá, finalmente, que as empresas europeias concorram, em pé de igualdade, com empresas de países terceiros em que a legislação sobre a marcação de origem dos produtos que entram no seu território está em vigor há já algum tempo. O mercado só é livre quando as regras são claras, recíprocas e postas em prática.

O objectivo da resolução aprovada é solicitar à Comissão, após as fracassadas tentativas na mediação com o Conselho, que reitere a proposta à luz das novas competências adquiridas pelo Parlamento com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Estamos certos de que um acordo entre os Grupos políticos do Parlamento Europeu constituirá o instrumento para o estabelecimento de um quadro jurídico definitivo com o Conselho.

Aproveito esta oportunidade para salientar que as categorias de produtos previstas na actual proposta de regulamento devem ser respeitadas e alargadas aos produtos de fixação, ou seja, aos produtos relativamente aos quais é indispensável garantir qualidade e conformidade com as normas europeias a fim de garantir a segurança da construção de pontes, automóveis, electrodomésticos e quaisquer outros objectos que envolvam a utilização desses produtos. A garantia da segurança é, para nós, uma prioridade.

A votação de hoje constitui um importante sucesso que dedicamos aos consumidores e aos produtores europeus, no momento de um novo impulso político para o Parlamento, graças ao processo de co-decisão, que, finalmente, acabou com o défice democrático que tivemos de suportar durante tanto tempo.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

Presidente. – A lista de deputados que desejavam apresentar uma declaração de voto foi concluída.

Gostaria que ficasse registado em acta que o senhor deputado Brons apresentou um pedido de uso da palavra, para um ponto de ordem, por ter sentido que tinha sido visado nalgumas das palavras do senhor deputado Martin e, em conformidade com o Regimento, iria agora ser-lhe dada a palavra. Gostaria, portanto, que ficasse registado em acta que foi dada ao senhor deputado Brons a oportunidade de intervir, mas que não o fez por se encontrar ausente.

(A sessão, suspensa às 14h10, é retomada às 15h00)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

10. Telecom (assinatura de actos)

Presidente. – Estamos perante um importante acontecimento, pois, dentro de momentos, a senhora Ministra Torstensson e eu vamos assinar alguns documentos extremamente importantes relacionados com o "pacote Telecom". Senhora Ministra Torstensson, Senhora Comissária, minhas Senhoras e meus Senhores, caros Colegas, os actos jurídicos que constituem o "pacote Telecom" foram aprovados num processo de co-decisão. A comunicação electrónica e a Internet tornaram-se as principais ferramentas das nossas sociedades modernas. Este pacote legislativo é um bom exemplo de como o nosso trabalho pode ajudar as pessoas e de como isso pode afectar o seu quotidiano.

Especificamente, temos a directiva-quadro revista para redes de comunicações electrónicas e serviços. A relatora é a nossa colega Catherine Trautmann, que hoje está connosco. A directiva foi aprovada em terceira leitura, o que mostra quanto trabalho foi necessário para que pudéssemos realizar o melhor acordo para nossos cidadãos. Os elementos da presente directiva que prevalecem são uma gestão mais eficiente e, em maior grau, uma gestão estratégica das frequências de rádio, uma maior concorrência e um investimento na Internet facilitado no futuro.

A directiva relativa aos serviços universais e direitos dos utilizadores, cujo relator foi o nosso colega, senhor deputado Harbour, representa também um passo importante no sentido de oferecer melhores serviços. Queríamos melhorar os direitos dos consumidores, proteger a privacidade e dados pessoais, e também facilitar a vida a todos os cidadãos que pretendam manter o mesmo número de telemóvel quando mudar de operador, não podendo essa operação demorar mais do que um dia útil.

Por último, para estabelecer estes princípios numa forma melhor e mais coesa, o Parlamento e o Conselho decidiram criar uma organização europeia que reúne 27 operadoras nacionais. A relatora do Parlamento sobre esta matéria foi a senhora deputada del Castillo Vera.

Nesta perspectiva, gostaria de expressar a maior estima para com os relatores, pois é claro, que são sempre pessoas-chave. Gostaria também de agradecer a todos aqueles cujo trabalho árduo nestas directivas contribuiu para o êxito de hoje. Foi a combinação do esforço de muitas pessoas que deu origem a este sucesso. Foram, em particular, as sucessivas presidências e, principalmente, a Presidência Checa e a actual Presidência Sueca, dado que foram responsáveis pela segunda e terceira leituras.

Neste particular momento, quero acima de tudo, agradecer muitíssimo à Senhora Comissária e à Comissão Europeia pela preparação deste pacote, que não foi o único bom resultado produzido durante o último mandato de cinco anos. Gostaríamos de felicitar V. Exas. A Vossa colaboração é de grande ajuda para nós, além de que também afecta a forma como os cidadãos se apercebem do que nós fazemos.

Naturalmente, os três relatores são extremamente merecedores do nosso reconhecimento, do mesmo modo que é o presidente da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, o nosso colega Herbert Reul, e o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Alejo Vidal-Quadras, que presidiu à delegação do PE ao Comité de Conciliação. Não há dúvida de que o êxito de hoje se deve ao contributo prestado por um grande grupo de pessoas.

Gostaria, falando a partir deste lugar e em nome de todos nós, deputados ao Parlamento Europeu, mas, acima de tudo, cidadãos da União Europeia, de expressar grande respeito e estima, porque este é o melhor exemplo de como podemos fazer algo que os cidadãos vão perceber como um grande êxito, algo que facilitará as suas vidas. Queiram receber as minhas felicitações.

Åsa Torstensson, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente; queria começar por realçar o contentamento que sinto por termos podido proceder hoje à assinatura conjunta do “pacote” Telecom. Este “pacote” reforça a concorrência e a protecção dos consumidores na Europa. Teremos uma regulação moderna e actualizada, numa área em que o desenvolvimento se processa a um ritmo muito acelerado.

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os envolvidos o trabalho incrivelmente sólido e construtivo que levaram a cabo e a sua cooperação tão criativa. Queria dirigir um obrigado especial ao Vice-Presidente do Parlamento Europeu Alejo Vidal-Quadras, ao presidente da comissão parlamentar Herbert Reul, e aos três relatores do Parlamento, Catherine Trautmann, Pilar del Castillo Vera e Malcolm Harbour, que, tal como os meus colegas do Conselho, deram um enorme contributo para que nos fosse possível pôr de pé o “pacote” Telecom.

Esta cooperação permitiu-nos chegar a um acordo que consagra de modo claro a relevância crucial da Internet nos planos da liberdade de expressão e da liberdade de informação, e isto sem infringirmos o Tratado.

O “pacote” Telecom é um grande triunfo para todos os consumidores europeus. Agradeço uma vez mais a todos o trabalho que fizeram para tornar possível a consecução deste acordo.

PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS

Vice-presidente

11. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

12. Estratégia do alargamento 2009 respeitante aos países dos Balcãs ocidentais, à Islândia e à Turquia (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a estratégia do alargamento 2009 respeitante aos países dos Balcãs ocidentais, à Islândia e à Turquia.

Carl Bildt, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este é um debate verdadeiramente importante sobre um tema de extrema importância. Ainda assim, se quisesse, poderia limitar a minha intervenção de hoje apenas à afirmação de que a Presidência está totalmente de acordo com a proposta de resolução apresentada pelo senhor deputado Albertini em nome da Comissão dos Assuntos Externos. É importante que o Parlamento e o Conselho, bem como a Comissão, se apresentem unidos numa questão tão crucial como esta.

Em retrospectiva, talvez o mais importante dos artigos do Tratado assinado no Capitólio, em Roma, há mais de meio século, tenha sido aquele que é hoje conhecido como artigo 49.º do Tratado de Lisboa: Qualquer Estado europeu que respeite os valores referidos no artigo 2.º e esteja empenhado em promovê-los pode pedir para se tornar membro da União.

Foi por essa via que 19 dos actuais Estados-Membros aderiram e se tornaram parte do processo histórico da nossa União. Foi graças a esse artigo que conseguimos promover a paz e a prosperidade e disseminar, cada vez mais, o Estado de direito e o governo representativo em extensões cada vez mais alargadas desta parte do mundo que, em tempos, foi tão guiada pela conflitualidade.

Por vezes, é preciso que nos desloquemos a outras partes do mundo, como me acontece com frequência por dever de ofício, para sermos lembrados da grandiosidade do feito que realizámos.

Durante mais de meio século, a nossa Europa exportou as guerras e o totalitarismo para o resto do mundo. Duas guerras mundiais; duas ideologias totalitárias; lutas e sofrimento.

Hoje, ao invés, exportamos a ideia da reconciliação pacífica, da integração transfronteiriça, da aceitação de regras e regulamentos comuns a como via habitual para a melhoria da governação. Acrescentemos a isso tudo o que conseguimos graças ao artigo 49.º e a nossa União é efectivamente motivo de orgulho.

A Europa dos 6, dos 9, dos 12, dos 15 ou mesmo dos 25 teria ficado diminuída em todos os seus aspectos – em ambição, posição, possibilidades e respeito em todo o mundo.

A vossa resolução está absolutamente correcta ao afirmar que o alargamento, e passo a citar, “provou ser uma das políticas mais bem-sucedidas da UE”. Se alguma coisa se pode dizer desta afirmação é que, no mínimo, fica aquém da realidade.

Todos sabemos que o processo não decorreu sem escolhos. Recordo a minha vinda aqui, numa legislatura anterior, numa outra capacidade, em representação de um país que almejava a adesão, para me reunir com aqueles que receavam que um novo alargamento, para além dos então 12 Estados-Membros, acarretaria o risco de diluir as ambições políticas da União.

Tivemos de atravessar um período marcado, quer pelas dificuldades dos novos Estados-Membros em aplicar as nossas políticas, cada vez em maior número, e o acervo comunitário, quer pelas nossas dificuldades em nos ajustarmos ao nosso próprio êxito, sob a forma da inclusão de novos membros. Porém, olhando para trás, é fácil verificar que os períodos de alargamento foram também tempos em que aprofundámos a nossa cooperação.

Ao longo das últimas duas décadas, o número de Estados-Membros passou para mais do dobro, e, numa rápida sucessão, aprovámos os Tratados de Maastricht, Amesterdão, Nice e Lisboa. Nas três décadas precedentes nem sequer tínhamos conseguido aplicar na íntegra o Tratado de Roma.

A meu ver, o artigo 49.º é tão importante para o nosso futuro como o foi para o nosso passado. O nosso magnetismo mantém-se. No último ano, recebemos novos pedidos de adesão do Montenegro, da Albânia e da Islândia, e outros há que, bem sabemos, estão igualmente interessados em chegar a uma posição que lhes permita apresentar também o seu pedido.

Após o último alargamento, que trouxe aproximadamente 100 milhões de novos cidadãos para a nossa União, a nossa atenção centra-se agora nos países do Sudeste da Europa – talvez outros 100 milhões de cidadãos.

Esse processo não será, nem rápido, nem fácil. Os diferentes desafios com que nos deparamos nos vários países dos Balcãs Ocidentais são bem conhecidos, e a magnitude da transformação da Turquia também não nos passou despercebida.

Estamos todos bem cientes de que há quem, nas opiniões públicas dos nossos países, prefira fechar a porta a todos estes alargamentos, esperando que o assunto morra por si, e opte por uma ideia mais fechada da Europa.

Pertencço ao grupo daqueles que estão convictos de que isso seria um erro de proporções históricas, cujas consequências atormentariam a nossa Europa por muito tempo.

A porta de entrada destes países para a nossa União pode, por vezes, estar muito distante. Alguns terão de viajar por um longo caminho de difíceis reformas, porém, se essa porta se fechasse, outras se abririam de imediato a outras forças, e é possível que vissemos, então, essas partes da Europa afastar-se em direcções que, com o decorrer do tempo, teriam consequências negativas para todos nós.

Essa a razão por que o artigo 49.º permanece de crucial importância. É o arauto da reforma e da reconciliação, que também inspira e orienta aquelas regiões da Europa que ainda não são membros da nossa União.

O Senhor Comissário Rehn apresentará de forma mais circunstanciada a avaliação que a Comissão faz dos progressos de todos os países em causa, avaliação partilhada pela Presidência.

Continua a ser nossa ambição que a totalidade dos países dos Balcãs Ocidentais avance no processo de adesão, sabendo bem que se encontram em estádios diferentes desse percurso. Aguardamos uma decisão, de alguma forma ligada com esta questão, no sentido de que, a partir de 19 de Dezembro, exista um acesso à União livre de vistos para os cidadãos da Antiga República Jugoslava da Macedónia, o Montenegro e a Sérvia. Trata-se de um grande e importante passo em frente.

Partilhamos, juntamente com o Parlamento, a esperança de que a Albânia e a Bósnia possam recuperar terreno e sejam capazes de se juntar a este processo da máxima importância o mais rapidamente possível.

O processo de adesão da Croácia esteve bloqueado, estando agora novamente em marcha. É um facto importante para a Croácia e para toda a região. A antiga República Jugoslava da Macedónia mereceu um relatório muito positivo da parte da Comissão, e acalento a esperança de que, em Dezembro, o Conselho possa indicar novos passos concretos a dar no processo de adesão deste país.

As candidaturas do Montenegro e da Albânia foram enviadas à Comissão, e acredito que poderemos esperar o seu parecer no espaço de cerca de um ano.

Temos esperança de que os dirigentes políticos da Bósnia sejam capazes de chegar a acordo quanto às reformas necessárias, que possibilitem, também a este país, contemplar a apresentação da sua candidatura à adesão. Estão em curso, neste preciso momento, conversações indirectas, facilitadas pelo União Europeia e pelos Estados Unidos, em estreita cooperação.

A Sérvia tem realizado bons progressos na implementação unilateral do acordo provisório, e, obviamente, analisaremos muito cuidadosamente o próximo relatório do Procurador do TPIJ relativo aos esforços de cooperação deste país. Acalentamos a esperança de que se mostre satisfeito com o actual nível dos esforços desenvolvidos, embora, evidentemente, seja igualmente crucial que esses esforços sejam mantidos.

Avançando mais para Sudeste, gostaria de me congratular com as reformas de base que estão em curso na Turquia relativamente à questão curda. O êxito dessas reformas aproximaria muito mais o país dos padrões europeus em áreas de crucial importância.

Há numerosas outras questões que, penso, o Senhor Comissário abordará. As conversações em curso entre o Presidente cipriota, Dimitris Christofias, e o líder cipriota-turco, Mehmet Talat, a respeito da reunificação de Chipre não estão directamente ligadas com estes temas, mas são de relevância óbvia. Não podemos deixar de os instar a que apresentem uma solução abrangente com base numa federação bi-comunitária e bi-zonal, com igualdade política, de acordo como as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU. Não é demais salientar a importância deste passo.

Avançaremos, ou rumo a uma era de reconciliação e cooperação nesta parte da Europa e na totalidade da região do Mediterrâneo Oriental, ou rumo a uma situação em que, facilmente se percebe, seremos confrontados com o rápido avolumar de problemas.

Muita da nossa atenção está centrada nos desafios do Sudeste da Europa, contudo, a candidatura da Islândia vem somar-se às razões pelas quais temos de prestar maior atenção à situação no Ártico e na região mais alargada do Alto Norte. Trata-se de uma região onde a nossa União deverá, de futuro, estar também presente e empenhada. A sua importância merece hoje uma atenção crescente da parte dos grandes actores mundiais, e a Islândia deverá também ser vista desse ponto de vista.

Com uma tradição democrática praticamente milenar e com a sua presença no nosso mercado único, através do Espaço Económico Europeu, é óbvio que a Islândia já avançou bastante na rota da adesão, embora tenhamos ainda de avaliar os novos progressos, assim que recebamos o parecer da Comissão.

Senhor Presidente, eis o que a Presidência sueca conseguiu, até à data, realizar na importante área do alargamento. Dispomos ainda de algumas importantes semanas, durante as quais espero que consigamos mais progressos, mas permitam-me que conclua, dizendo que não acredito que o trabalho de construção da nossa Europa esteja concluído. Acredito que devemos permanecer uma Europa aberta e que devemos continuar empenhados no processo de alargamento, que traz consigo a boa governação, o Estado de direito, a reconciliação, a paz e a prosperidade a regiões mais alargadas da nossa Europa.

Este processo é obviamente de importância crucial para estes países, mas deveremos reconhecer que é também de importância fundamental para nós, sendo forçoso que não esqueçamos que nos possibilitará igualmente dispor de uma posição mais sólida no mundo e de uma voz capaz de exigir ser ainda mais respeitada no futuro.

Olli Rehn, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, permitam-me que comece por agradecer aos membros da Comissão dos Assuntos Externos e ao seu presidente, Gabriele Albertini, uma resolução equilibrada e abrangente. Gostaria de agradecer a todos a vossa excelente colaboração ao longo dos últimos cinco anos. O Parlamento Europeu deu um contributo substancial para concepção da nossa política de alargamento, sendo um exemplo de responsabilização democrática. Aguardo com expectativa a prossecução da nossa excelente cooperação no futuro, independente da pasta que, no meu caso, venha a assumir.

A UE dará um passo em frente, há muito aguardado, na semana que vem, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor. Iniciar-se-á então uma nova era na política externa da UE. Cimentar-se-á, também, indirectamente, o consenso renovado da UE relativamente ao alargamento com base nos chamados três “C”, consolidação, condicionalidade e comunicação, juntamente com uma capacidade aprovada para a integração de novos membros. Permitir-nos-á, deste modo, prosseguir o nosso processo de adesão, de forma gradual e cuidadosa.

O alargamento, tal como ilustrado na vossa proposta de resolução, é hoje um dos mais poderosos instrumentos de política externa da UE. Foi esse também o espírito da mensagem do Senhor Presidente em exercício, Carl Bildt, e concordo com a sua mensagem, assente em evidência empírica, colhida durante a Presidência sueca e ao longo dos anos e décadas. É igualmente verdade que a credibilidade da UE como actor mundial aumenta ou diminui com a capacidade que temos de moldar a nossa própria vizinhança. Foi nesta esfera que alcançámos, ao longo dos últimos 20 anos, os nossos notáveis êxitos de transformação do continente europeu, reunificando Oriente e Ocidente e construindo, dessa forma, uma União Europeia mais forte.

O alargamento tem sido um motor essencial deste processo e continua, ainda hoje, a transformar o Sudeste da Europa. As candidaturas da Albânia e do Montenegro à adesão à UE põem em evidência o seu poder de atracção. A candidatura da Islândia acrescenta uma nova dimensão política e geoeconómica à nossa agenda do alargamento. A Bósnia e Herzegovina e a Sérvia ponderam, ambas, a apresentação de candidaturas. Tendo em conta a crise económica, todos destes países poderiam, facilmente, ter-se virado para dentro. Ao invés, continuam a manter uma orientação europeia, com todas as escolhas difíceis e reformas ambiciosas que isso pressupõe. A Croácia aproxima-se a passos largos da meta, após quatro anos de intensas negociações de adesão. Zagreb precisa agora de intensificar os seus esforços de reforma, especialmente no sistema judicial e na luta contra corrupção e a criminalidade organizada, para que as negociações possam ficar concluídas. A cooperação com o TPIJ continua a ser uma obrigação.

Registámos progressos constantes também na Turquia. A Turquia desempenha um papel fundamental na segurança energética e no diálogo entre civilizações. O compromisso de Ancara para com a normalização das relações com a Arménia é histórico, assim como o é a abertura democrática com vista à resolução da questão curda, porém, a Turquia ainda tem um longo caminho a percorrer. Para além das reformas, esperamos que a Turquia assegure a aplicação cabal do Protocolo de Ancara e faça progressos na normalização das relações com Chipre.

A Antiga República Jugoslava da Macedónia fez recentemente progressos convincentes, tendo abordado de forma substancial as prioridades essenciais em matéria de reformas. O país cumpre de forma suficiente os critérios políticos de Copenhaga. Estes factores permitem que a Comissão recomende a abertura de negociações de adesão. Fico com a impressão de que o Governo em Skopje viu a nossa recomendação como um incentivo para que, finalmente, resolva a questão do nome com a Grécia. Existe hoje um novo contexto, um novo debate e uma nova janela de oportunidade, e confiro que, quer Skopje, quer Atenas procurarão tirar proveito dessas circunstâncias.

As notícias relativas à Sérvia têm, igualmente, sido positivas. Belgrado demonstrou estar empenhada na integração na UE, sobretudo, através da implementação, unilateral, do acordo provisório com a UE, e presumo que o TPIJ esteja agora satisfeito com os esforços desenvolvidos pela Sérvia. Concordo com a vossa proposta de resolução destinada a desbloquear o acordo. É mais do que tempo de permitir que a Sérvia passe para a etapa seguinte do seu caminho rumo à Europa.

A Bósnia e Herzegovina tem os seus próprios grandes desafios, devidos, em parte, à sua experiência de guerra, mas permitam-me que seja claro, dizendo que não há descontos no alargamento da UE. A candidatura da Bósnia à adesão à UE só pode ser analisada uma vez encerrado o Gabinete do alto Representante. É igualmente necessário que a Bósnia empreenda mudanças constitucionais, em parte para cumprir a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O respeito pelos direitos humanos é um princípio de base da União Europeia. Propusemos, juntamente com a Presidência e com os Estados Unidos, um pacote de reformas para a consecução desse objectivo. Espero, para o bem dos cidadãos e de toda a região, que os dirigentes Bósnios estejam à altura da ocasião e cheguem a acordo. A UE e os EUA estão empenhados, ao mais alto nível, pois pretendemos que a Bósnia tenha êxito, e estou convicto de que o conseguirá.

Quanto ao Kosovo, tem sido possível manter a estabilidade, que, contudo, permanece frágil. A Comissão apresentou um estudo sobre a promoção do desenvolvimento socioeconómico do Kosovo e a sua ancoragem à Europa. Identificamos a futura facilitação de vistos e o comércio como pedras de toque, assim que as condições estejam preenchidas.

Para concluir, há cinco anos, na altura em que iniciei o meu mandato como Comissário responsável pelo alargamento, estabelecemos uma agenda ambiciosa, mas, em retrospectiva, realista. Durante as minhas audições, afirmei ao Parlamento que, até 2009, pretendíamos ver uma UE com 27 Estados-Membros, incluindo a Bulgária e a Roménia, o processo de adesão da Croácia na sua recta final, os restantes países dos Balcãs Ocidentais solidamente ligados à UE através de acordos de associação, a Turquia firme na rota europeia, o estatuto do Kosovo resolvido e Chipre reunificado. É com satisfação e orgulho que verifico que, com a importante excepção de Chipre, onde as conversações para a resolução do conflito se encontram ainda em curso, praticamente todas as nossas ambições se concretizaram. Trabalhámos em conjunto com vista a estes objectivos extremamente louváveis, e, em conjunto, fizemos a diferença. É até possível que se venha a resolver a situação de Chipre, para bem de todos os seus cidadãos e da União Europeia.

Para além disso, embora tenha acalentado essa esperança, não me atrevi, há cinco anos, a prever os progressos em matéria de liberalização dos vistos. No entanto, aqui estamos nós, a um mês de distância de concretizar o sonho dos cidadãos da Sérvia, do Montenegro e da Antiga República Jugoslava da Macedónia. Esperamos que o mesmo possa acontecer nos casos da Albânia e da Bósnia e Herzegovina, no próximo ano, tão logo cumpram as condições necessárias.

Estes resultados servem, por isso, para nos mostrar, a todos nós que trabalhamos com o Sudeste da Europa, como o sonho europeu permanece atractivo para milhões de cidadãos na nossa vizinhança imediata. É preciso que mantenhamos esse sonho vivo e que, em tempo oportuno, o transformemos em realidade.

Gabriele Albertini, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a votação de segunda-feira na Comissão dos Assuntos Externos constitui mais uma prova da complexidade e, ao mesmo tempo, do interesse do alargamento das fronteiras geográficas e políticas da Europa que hoje conhecemos.

Graças ao trabalho e ao esforço dos colegas relatores e ao contributo dos Grupos políticos, foi possível chegar a um texto que alarga o texto original e melhora muitos aspectos que eram, inicialmente, apenas referidos de passagem.

O debate em sede de comissão e também no âmbito dos próprios Grupos políticos foi pródigo em manifestações de discordância, algumas delas muito acesas, típicas de um amplo confronto de ideias, que ultrapassa as suas diferentes posições políticas. Os acontecimentos do passado de cada um daqueles países

e a situação actual do seu relacionamento com a UE contrastam com os pedidos de adesão feitos pelos países candidatos ou que aspiram a essa situação.

Em menos de um ano, foram apresentados mais três pedidos de abertura das negociações de adesão: o do Montenegro, em Dezembro de 2008, o da Albânia, em Abril de 2009, e o da Islândia, em Julho de 2009. É um sinal de que o projecto europeu tem ainda uma grande capacidade de atracção e é considerado um importante factor de estabilidade, particularmente na sequência da grave crise dos mercados financeiros.

O texto obtido após as votações na Comissão dos Assuntos Externos salienta com mais ênfase a necessidade de os países que pretendem aderir à União Europeia enfrentarem esta fase de transição com seriedade, conscientes dos deveres e das implicações que esse processo envolve.

A sua adesão exige, da sua parte, o respeito dos parâmetros europeus, não só a nível económico e político, mas também em termos culturais, sociais e jurídicos, a fim de garantir que o resultado final seja mais do que uma simples soma das partes.

Espero que o texto que será votado amanhã em sessão plenária contemple todos os aspectos da estratégia geral sobre o alargamento de um modo ainda mais equilibrado e conciso. Esse texto irá beneficiar, obviamente, do contributo das resoluções específicas sobre cada um dos países.

Kristian Vigenin, *em nome do Grupo S&D*. – (EN) Senhor Presidente, o documento de estratégia sobre o alargamento e a resolução que votaremos amanhã mostram o nosso firme empenho na política de alargamento, que provou ser uma das políticas mais bem-sucedidas da UE, tendo beneficiado quer os antigos, quer os novos Estados-Membros.

O alargamento contribuiu para uma extensão sem precedentes do espaço de paz, segurança e prosperidade na Europa, e preparamo-nos agora para um novo alargamento desse espaço que nos permitirá contar, nos próximos, com a adesão dos países dos Balcãs Ocidentais, da Islândia e da Turquia.

O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas continua a ser uma das forças mais favoráveis ao alargamento neste Parlamento, embora defenda que não se podem aceitar quaisquer compromissos no que se refere ao cumprimento dos critérios de Copenhaga e a todos os importantes parâmetros com base nos quais é avaliado o estado de preparação dos candidatos.

Esperamos que as negociações com a Croácia sejam concluídas o mais tardar no próximo ano. Esperamos que o Conselho confirme a proposta da Comissão Europeia de iniciar negociações com a Antiga República Jugoslava da Macedónia no próximo ano para que o processo possa então arrancar. Aguardamos uma nova dinâmica no processo de negociações com a Turquia, incluindo a abertura do capítulo da energia. Consideramos que a UE pode manter este ímpeto, reforçando os desenvolvimentos positivos em todos os países do alargamento. A liberalização dos vistos é uma medida excelente, que mostra às populações dos Balcãs Ocidentais que os seus países se encontram no bom caminho.

Permitam-me ainda que manifeste a esperança de que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa venha a reforçar ainda mais a capacidade de a UE integrar novos membros, concluindo as reformas institucionais no seio da União.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, *em nome do Grupo ALDE*. – (NL) Enquanto Presidente do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, tenho amigos, conhecidos e camaradas em todos os países que são objecto do relatório que hoje analisamos.

Gostaria de começar por desejar ao Senhor Comissário Olli Rehn o maior êxito com o trabalho que vem desenvolvendo ao longo dos últimos cinco anos e, em particular, de o felicitar por esses esforços. O Senhor Comissário é credor de todo o nosso reconhecimento. Como eu dizia, tenho amigos e conhecidos em todos esses países, e posso afirmar, com um certo orgulho, que, tanto quanto sei, somos a única grande família política que chegou a acordo sobre o estatuto do Kosovo. Alcançámos uma posição unânime sobre esta matéria já em 2006, e mantivemo-la desde então. Não pensem que isso foi mera coincidência, pois nós trabalhámos arduamente nesse sentido.

Assim, poderão imaginar o quão desapontada me sinto, em primeiro lugar, por ver que o Kosovo não foi incluído no Acordo de Facilitação da Emissão de Vistos. Tenho a sensação de que kosovares estão a ser castigados em virtude de um conjunto de Estados-Membros da UE não ter conseguido ainda conformar-se com o facto de o Kosovo ser agora um Estado independente. Isto é particularmente lamentável, na minha opinião. Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhor Comissário, permitam-me que suscite também

algumas questões relativamente àquilo que parece estar a acontecer na Bósnia-Herzegovina. Receio estar menos optimista do que V. Exas. quanto a um resultado positivo num conjunto de questões, quanto mais não seja pelo facto de, nesse país, as populações poderem ficar com a impressão de que, subitamente, tudo tem de se desenrolar com uma incrível rapidez e de que não há tempo para uma consulta adequada, pelo menos com os partidos que não se contem entre os maiores, com os quais V. Exas. estão efectivamente em contacto.

Por último, gostaria de deixar claro, em nome do meu Grupo, que insistimos veementemente que os países candidatos respeitem todos os critérios de Copenhaga, sem que se abra qualquer tipo de excepção para nenhum deles. Não devem pensar tão-pouco que questão da capacidade de absorção da União Europeia nos é indiferente. Aquilo que nos desagrada, contudo, é o facto de alguns dos nossos colegas parecem querer utilizar esse conceito de capacidade de absorção para protelarem indefinidamente a adesão de novos países. Discordamos.

Permitam-me que conclua dizendo, Senhor Comissário, que eu penso que os cinco últimos anos foram de facto um sucesso. Desejo-lhe as maiores felicidades para o futuro. Estou certo de que voltaremos a encontrar-nos nesta bancadas, ainda que noutra capacidade, talvez, mas, de qualquer modo, muito obrigada.

Ulrike Lunacek, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, devo dizer que me apraz muito que esta resolução comum reitere o firme compromisso do Parlamento Europeu para com o alargamento, e que a dinâmica do alargamento, que debatemos na Comissão dos Assuntos Externos, seja mantida.

Isso aplica-se em especial ao Sudeste da Europa. Espero que a história dos conflitos armados, com uma crueldade inimaginável, nessa parte da Europa fique encerrada de uma vez por todas, e penso que a União Europeia desempenha um papel essencial nesse processo. Também nesse sentido, congratulo-me com o firme compromisso demonstrado nesta resolução.

Registaram-se progressos, como já aqui foi dito, em diversas matérias. Registaram-se progressos relativamente a alguns dos conflitos no terreno e, na qualidade de relatora sobre o Kosovo, apraz-me que a Presidência espanhola tenha anunciado, durante o seu mandato, que convidará o Kosovo a participar na Conferência sobre os Balcãs Ocidentais, que, espero, constituirá uma oportunidade para a realização de progressos relativamente à questão do seu estatuto.

O orador que me precedeu fez uma afirmação sobre o Kosovo e que partilho, a saber, que teria preferido que o Kosovo tivesse participado plenamente, mas pelo menos conseguimos que se dê início ao diálogo sobre vistos tendo por objectivo a sua liberalização.

Gostaria de comentar uma das alterações que proporemos na votação de amanhã. Prende-se com uma das minorias que possuem um estatuto muito difícil em muitas das regiões do Sudeste da Europa, bem como noutras regiões da Europa, mas especialmente no Kosovo. Refiro-me à minoria romanichel. Neste momento, cerca de 12 000 romanichéis, na sua maioria crianças, estão na iminência de ser reenviadas dos Estados-Membros, sobretudo, para o Kosovo, onde, sabemos, as condições são tais que não terão possibilidade de ter uma vida em condições humanas. Por conseguinte, gostaríamos de solicitar aos senhores deputados deste Parlamento que, amanhã, votassem favoravelmente a alteração que propomos, a fim de que, pelo menos durante o Inverno, não sejam reenviados romanichéis para o Kosovo e de que se ajude o Kosovo a criar condições condignas para os romanichéis, quer nesse país, quer aqui.

No Dia Internacional para a Erradicação da Violência Contra as Mulheres, é também com grande satisfação que conseguimos introduzir alterações neste texto que tornam claro que a discriminação e a violência contra as mulheres são fenómenos contra os quais os governos da região e a União Europeia têm de trabalhar.

Um último comentário sobre outras minorias étnicas e minorias sexuais. O trabalho nessas áreas constitui um importante contributo para a democratização.

Charles Tannock, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, o Grupo ECR apoia convictamente o alargamento europeu. Ao alargar os benefícios da adesão à UE aos países elegíveis ao abrigo do artigo 49.º, esperamos que venha a ser desenvolvida a Europa mais solta e mais flexível em que, como Grupo, acreditamos.

Sou o relator permanente sobre o Montenegro, país que é um exemplo positivo em matéria de progresso rumo à adesão, tendo apresentado a sua candidatura há relativamente pouco tempo. Seja como for, visitarei o país em breve para formar a minha opinião e proceder a uma avaliação independente.

Congratulo-me igualmente com o facto de a Islândia poder, em breve, ser candidata à adesão. Mas, ainda nos Balcãs, é preciso que a disputa bilateral de fronteiras entre a Croácia e a Eslovénia não constitua um entrave à adesão à UE, e espero que se iniciem em breve, também, as negociações com a Macedónia.

No que se refere à Turquia, continuam a existir muitas preocupações em relação aos direitos humanos, ao contínuo bloqueio à Arménia, às liberdades religiosas e à recusa em admitir navios cipriotas nos portos turcos. Igualmente lamentável, a meu ver, foi o facto de a Turquia ter recentemente convidado para a Cimeira da Organização da Conferência Islâmica, em Istambul, o Presidente sudanês, Omar al-Bashir, acusado pelo Tribunal Penal Internacional de ser responsável pelos horrores no Darfur.

Por último, embora a Ucrânia não seja um país directamente ligado ao presente debate, espero também que, independentemente dos resultados pendentes das eleições presidenciais no país, a UE continue a manter a possibilidade de uma futura adesão da Ucrânia à UE, caso seja, efectivamente, essa a opinião da maioria do povo ucraniano. Aliás, o mesmo deverá aplicar-se à Moldávia e, um dia, à Bielorrússia, caso venha a tornar-se uma democracia.

Nikolaos Chountis, em nome do Grupo GUE/NGL. – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício, começando pela questão da estratégia para o alargamento, gostaria de dizer que, a julgar pelos alargamentos realizados até este momento e pelo modo como abordamos os novos países candidatos, considero que a política da União Europeia nem sempre contribui para a resolução dos problemas económicos e sociais dos trabalhadores e das sociedades que aderiram ou que vão aderir e, em inúmeros casos, a assistência prestada, financeira e outra, ou não é adequada ou não é correctamente direccionada, e o resultado é a perpetuação ou a ampliação das desigualdades regionais e sociais.

Gostaria de referir o caso da Turquia. É necessário exercer pressões sobre a Turquia para que cumpra as suas promessas e honre os seus compromissos, especialmente o Protocolo de Ancara sobre o reconhecimento da República de Chipre, cujos direitos reconhecidos por legislação internacional tem vindo a contestar. Gostaria de lembrar à Assembleia que a Turquia continua a ter problemas na área dos direitos democráticos e das liberdades sindicais, como demonstram claramente a perseguição e julgamento recentes de sindicalistas turcos em Izmir.

Também gostaria de referir o caso do Kosovo. A abordagem a adoptar em relação a este deve respeitar a Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Subsistem ali problemas como o estatuto dos sérvios no Kosovo, que estão a viver num regime de isolamento, e o incumprimento dos acordos relacionados com a reinstalação dos refugiados.

Por último, a ARJM: o problema da denominação tem de ser tratado no âmbito das Nações Unidas e no quadro de um acordo bilateral que estabeleça as fronteiras geográficas. Gostaria de lhes perguntar, Senhor Comissário e Senhor Presidente em exercício, o que pensam da última iniciativa do Primeiro-Ministro grego recém-eleito de convocar uma reunião com os primeiros-ministros da Albânia e da ARJM.

Nikolaos Salavrakos, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhor Presidente, o artigo 49.º do Tratado de Roma não é, em minha opinião, um apelo insistente aos Estados-Membros para que participem no alargamento de uma Europa unificada. É uma ambição realista de que o maior número possível de países europeus adopte os princípios da União Europeia. Só assim poderão concretizar-se as condições prévias básicas dos três "c" - consolidação, condicionalidade e comunicação.

Amanhã, o Conselho vai examinar a proposta de resolução do deputado Albertini, na qual se afirma expressamente que, apesar dos progressos realizados pela Turquia a nível do cumprimento dos critérios políticos de Copenhaga, continua a haver muito por fazer, quer nos domínios dos direitos humanos, da liberdade de expressão e da liberdade religiosa, quer a nível da conduta política da Turquia em geral, no sistema de justiça, etc.

No entanto, é evidente que nos últimos tempos a Turquia tem vindo a fazer um esforço para impor a sua hegemonia na região do Médio Oriente e no Cáucaso de uma maneira que é contrária aos princípios básicos da União Europeia. Outro exemplo é o comportamento da Turquia na questão do Irão, que contraria em absoluto a política externa da UE e os seus compromissos decorrentes do Protocolo de Ancara. Há ainda oito capítulos que têm de ser examinados com a Turquia e por isso considero que, nestas circunstâncias, a Turquia ainda não está pronta para que lhe seja fixada uma data de início das negociações.

No que respeita à ARJM, gostaria de dizer duas coisas: constatei que acções e declarações recentes do seu Primeiro-Ministro estão a gerar problemas nos países vizinhos, e gostaríamos que esse comportamento adquirisse um tom mais moderado.

Barry Madlener (NI). – (NL) Herman Van Rompuy teve muita razão, naturalmente, quando em 2004 fez a seguinte observação: "A Turquia não faz parte da Europa, nem nunca fará".

Nessa observação, Herman Van Rompuy realçava os valores fundamentais da Europa, valores que em sua opinião a Turquia iria minar. Expressou, assim, objecções de princípio à adesão da Turquia. E nós, enquanto Partido para a Liberdade neerlandês, estamos inteiramente de acordo. É evidente que não podemos renegar tais afirmações de princípio, nem mesmo no intuito de assegurar a invejada tarefa de Presidente da União Europeia. A Turquia deu inclusivamente mostras de desrespeito pela democracia ao apelidar de fascista e racista o Presidente do meu partido político, Geert Wilders, um representante popular eleito. Que comparação mais ultrajante e infundada! Não deveríamos ser impedidos de criticar o Islão. Porém, a Turquia revela aqui o seu verdadeiro carácter.

Senhor Comissário Rehn, coloco-lhe a seguinte questão: qual é a sua reacção face a esta escandalosa atitude da Turquia? É óbvio que só existe uma resposta possível: suspender de imediato todas as negociações com a Turquia. Sejamos sinceros com a Turquia. Sejamos sinceros com os turcos. Seja sincero com os turcos, como o foram Angela Merkel e Nicolas Sarkozy, e como o foi também o seu grande amigo Herman Van Rompuy. Suspenda todas as negociações com a Turquia e com países islâmicos.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Parecem muito impressionados com o que Herman Van Rompuy tem para dizer. Não serão da opinião de que a maioria das pessoas ficaria mais impressionada com o facto de apenas 3% da massa territorial da Turquia se situar no continente europeu, e de esta proposta de fazer da Turquia um membro da UE ser, com base em critérios geográficos, totalmente bizarra?

Barry Madlener (NI). – (EN) Bem, não ouvi uma verdadeira pergunta, mas, evidentemente, concordamos que existem múltiplas razões para dizer "não" à Turquia. Referi apenas algumas, mas essa é uma outra razão para dizer "não", pelo que agradeço a sua chegada.

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Ministro Carl Bildt, Senhor Comissário, este é, possivelmente, o último debate sobre o alargamento que manteremos consigo, Senhor Comissário Rehn. Gostaria de lhe agradecer os excelentes debates que aqui mantivemos consigo desde 2004.

Gostaria de tecer alguns comentários. Na minha opinião, é agora tempo de as dificuldades criadas à Croácia do exterior serem solucionadas sem demora para que, durante o próximo ano, possamos chegar rapidamente a uma decisão com a Croácia, concluir as negociações e ratificar o Tratado de Adesão. Considero que essas questões bilaterais, que se aplicam igualmente a uma série de outros países, incluído a Antiga República Jugoslava da Macedónia e a Grécia, bem como as medidas que são constantemente tomadas contra a Sérvia, que, penso, é um país de extrema importância para a estabilidade da região, deverão ser solucionadas com celeridade.

É preciso deixar claro que todos os países deverão ser julgados com base nas suas capacidades, e que a promessa feita em Salónica, especialmente no que se refere aos Balcãs Ocidentais, será mantida. Todos os países deverão ser avaliados com base nas suas capacidades, devendo o ritmo do processo ser ajustado em conformidade.

No entanto, é igualmente importante explicar que os critérios de Copenhaga são para cumprir. Lamento que os Socialistas, os Verdes e outros se tenham recusado a referir os critérios de Copenhaga em comissão. Espero que esse aspecto seja revisto em plenária. Estaríamos a enviar uma mensagem totalmente errada aos países candidatos, assim como o faríamos se não referíssemos a capacidade de absorção da União Europeia.

É preciso que a perspectiva europeia seja certa para que os processos de reforma interna possam ser iniciados. No entanto, é igualmente importante que sejam preenchidas as condições necessárias para que não se criem falsas expectativas.

Essa a razão por que, no que se refere aos critérios de Copenhaga, no caso da Turquia, também devemos assegurar que as condições políticas relativas à liberdade de expressão, à democracia, ao Estado de direito e

à liberdade religiosa sejam um requisito para a adesão e que, a este respeito, estará absolutamente fora de questão qualquer possibilidade de cedências.

Adrian Severin (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a lição mais importante a retirar dos anteriores alargamentos é, talvez, a de que trouxemos para a União países, mercados e activos industriais, mas que não conseguimos conquistar os espíritos e os corações das populações. Penso que, de futuro, teremos de evitar que essa experiência se repita.

Temos igualmente de preparar não só os países da adesão, mas também os actuais Estados-Membros. O famoso cansaço do alargamento diz mais acerca da falta de preparação dos actuais Estados-Membros – dos antigos Estados-Membros, que não se encontram preparados para viver em conjunto com os novos Estados-Membros – do que do carácter indigesto dos novos Estados-Membros.

Em seguida, penso que deveremos evitar, ao falar dos países candidatos, qualquer condicionalidade que não esteja directamente ligada à sua capacidade de ser interoperáveis connosco de um ponto de vista jurídico, institucional, político e cultural e de concorrer connosco no quadro do mercado interno no seu sentido mais lato. Não deveremos impor condições que não estejam ligadas a esses critérios. Deveremos ter presente que, com o alargamento, está em causa a procura de um futuro melhor, não de um passado melhor. Pensamos demais nesse passado.

Em terceiro lugar, todos os países deveriam, efectivamente, aderir com base nos seus próprios méritos. Mas deveríamos igualmente avaliar a sua capacidade de, com a sua adesão, contribuírem para uma melhor situação na região, para um aumento da estabilidade e uma maior integração em termos regionais.

A gestão das expectativas é, também, de extrema importância, e considero que talvez, de futuro, devamos ser um pouco mais imaginativos, tentando permitir alguma forma de integração gradual de um país, cuja integração plena possa ser equacionada a curto prazo.

Último comentário: entendo que teremos de revisitar a questão problemática da nossa identidade, da nossa identidade cultural e geográfica, para definirmos exactamente quais os limites do nosso alargamento.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Vamos adoptar uma resolução aqui hoje que é aguardada com muito interesse e muita expectativa em muitos países do sudeste europeu.

A presente resolução usa termos muito diferentes daqueles que eram usados no sudeste europeu ainda há muito poucos anos. Foram, com efeito, esses termos que conferiram o impulso e orientaram o nosso debate de hoje. Penso que é importante que o que pode ser retirado das palavras do Senhor Presidente em exercício do Conselho e do Senhor Comissário Rehn, por um lado, e das palavras do senhor deputado Albertini, presidente da Comissão dos Assuntos Externos, que assegurou que podemos adoptar uma resolução muito rica e substantiva, por outro, é que apoiamos as perspectivas europeias de todos os países envolvidos. Aqui, destacaria a Turquia, em particular.

Só quando abrirmos uma perspectiva de alargamento e de inclusão a todos os países envolvidos é que algumas questões que afectam esta região, nomeadamente as tendências que apontam para uma maior fragmentação de alguns dos Estados sucessores da antiga Jugoslávia, questões que se prendem com as fronteiras e incidentes ocasionais que se prendem com intolerância religiosa ou similar, se tornarão menos perigosas para toda a região.

Podemos, por conseguinte, concluir que o projecto de levar paz e progresso ao que foi, em tempos, uma parte volátil da Europa irá continuar.

Hélène Flautre (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, estou de acordo - e o meu grupo também - em afirmar que a política de alargamento da União Europeia constitui uma das suas políticas mais frutuosas e mais convincentes.

É por isso, Senhor Comissário Olli Rehn, que me preocupo um pouco com o seu futuro, já que não sei muito bem que pasta mais atraente do que a do alargamento o senhor vai conseguir encontrar no seio da futura Comissão.

É absolutamente prodigioso ver, num país como a Turquia, a energia de mudança, de democratização, que a perspectiva de adesão é capaz de gerar. Sim, evidentemente, há ainda muito a fazer: independência da justiça, lugar do exército, liberdade de expressão, que a questão curda seja de facto tratada em todas as suas dimensões e de forma definitiva, evidentemente.

Mas penso que há que salientar que a estratégia de alargamento da União Europeia não se dirige apenas aos países em vias de adesão, dirige-se também a nós próprios e aos nossos responsáveis europeus.

É irresponsável desactivar a bomba da mudança num país como a Turquia, deixando pairar a dúvida sobre a conclusão do processo de negociação. Sim, a conclusão do processo de negociação é a adesão da Turquia, há que dizê-lo muito claramente.

Ryszard Antoni Legutko (ECR). – (PL) Senhor Presidente, o alargamento da União Europeia não é apenas do interesse dos países que aderirem à UE, ou que aspiram a fazê-lo, mas é também do interesse de todos nós, pois aumenta a integração e a segurança. Portanto, é com prazer que constatamos os progressos relativamente aos países dos Balcãs Ocidentais e à Turquia, bem como o facto de a Islândia ter apresentado um pedido de adesão. É verdade que existe uma coisa chamada fadiga do alargamento, mas lembremo-nos de que todos os países europeus democráticos, que satisfaçam critérios especificados com muita precisão, se podem candidatar a membros da União Europeia. Não devemos esquecer esses critérios, mas não devemos fechar a porta aos candidatos. Não fechemos também a porta aos nossos parceiros do Leste. Devemos oferecer à Ucrânia uma possibilidade clara de adesão.

Mais um aspecto: a palavra "solidariedade" é muitas vezes utilizada na União Europeia. É uma palavra que atrai outros países europeus à nossa comunidade e, ao mesmo tempo, nos obriga a prosseguir o alargamento da UE. Mas, infelizmente, em muitos casos, a UE não mostra solidariedade nas suas relações internas. Um exemplo óbvio é o projecto do Gasoduto da Europa do Norte ("Northern Gas Pipeline"), que é directamente destinado a atingir os países de trânsito e da Polónia em particular, enquanto o "South Stream" é a resposta de Moscovo aos planos para a diversificação energética relacionadas com o Nabucco. É particularmente inquietante ver como determinados países permitiram com tanta facilidade que a Rússia os manipulasse. É por isso que a realização de interesses bilaterais entre este ou aquele Estado-Membro e a Rússia leva a conflitos internos e enfraquece a nossa posição – a posição da UE. Estamos perante uma contradição do princípio da solidariedade. O alargamento faz sentido, mas tem de haver coerência entre a retórica e a prática.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa está a criar condições de vida cada vez mais negativas para os povos dos Estados-Membros da União Europeia e dos países do alargamento. Infelizmente, os povos dos Balcãs estão numa situação extremamente difícil, devido às consequências da guerra da NATO, às reestruturações capitalistas, aos acordos com a União Europeia, às bases militares estrangeiras na região, à crise capitalista e à concorrência das grandes potências em torno da energia. A adesão desses países serve os interesses do grande capital e os planos imperialistas, que até incluem a redefinição das fronteiras dos países da região. A adesão da ARJM à NATO e à União Europeia irá agudizar as lutas internas, ao mesmo tempo que as forças soberanas deste país persistem numa atitude irredentista. A Turquia está a aproveitar-se da sua posição estratégica e insiste em continuar a ocupar uma grande parte de Chipre, fazendo reivindicações no Egeu e mantendo na prisão milhares de sindicalistas, curdos, jornalistas, etc. Na Islândia, o mito do milagre económico foi exposto e podem ouvir-se as pressões para que se apanhe a boleia do coche imperialista europeu. O Partido Comunista da Grécia opõe-se ao alargamento da União Europeia, porque é contra a própria União Europeia e contra a adesão e permanência da Grécia na União Europeia. Juntamente com o povo da Europa, estamos a lutar pela paz e pela justiça social, contra as uniões imperialistas.

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o alargamento da União Europeia pode ser uma oportunidade ou um problema, mas continua a ser, em todo o caso, um grande desafio.

A oportunidade consiste no facto de os novos Estados-Membros poderem participar, de maneira concreta, na construção da política europeia. Para tal, não basta respeitarem os critérios de Copenhaga e confirmarem-nos apenas formalmente. É indispensável fazer crescer a consciência europeia dos cidadãos nos países candidatos com uma campanha de informação e de adesão que deve envolver políticos, intelectuais e meios de comunicação social.

A Europa não pode continuar a ser vista apenas como uma grande reserva de recursos financeiros para resolver problemas económicos, sociais e infra-estruturais, devendo antes ser encarada como uma instituição para a qual cada um deve dar o seu contributo original com vista à elaboração de uma política assente em valores partilhados.

O apoio ao alargamento é baixo nos Estados-Membros, sobretudo no que respeita a determinados Estados. Queremos fechar os olhos a esta situação ou queremos envolver os nossos concidadãos e perguntar-lhes

qual é a sua opinião? Considero que um referendo é o instrumento mais adequado, pois é a forma mais directa de democracia e pode tornar a Europa mais próxima dos seus cidadãos e da sua liberdade de escolha.

Philip Claeys (NI). – (NL) Temos de acabar com esta fantochada em torno da adesão da Turquia. Temos de deixar de encapotar e de minimizar os problemas. É preciso que todos tenhamos a coragem de encarar a realidade. Já há cinco anos que mantemos negociações de adesão com a Turquia, e qual foi o resultado? A Turquia está, cada vez mais, a prosseguir uma política externa anti-europeia e anti-Occidental. Sob a liderança do Primeiro-Ministro Tayyip Erdogan e do Presidente Abdullah Gül, a Turquia está a tornar-se cada vez mais islamista. A Turquia continua a recusar reconhecer todos os actuais Estados-Membros da União Europeia e a cumprir as obrigações que assumiu e que decorrem da União Aduaneira. A Turquia continua a ocupar parte do território de um dos Estados-Membros da UE. E não mencionei sequer ainda o problema estrutural e persistente da falta de respeito da Turquia pela liberdade de expressão.

O Presidente em exercício Carl Bildt acabou de dizer que rejeita a ideia de uma Europa fechada. Pois bem, tanto quanto eu sei, nenhum de nós aqui é favorável à ideia de uma Europa fechada, mas nesta Câmara temos alguns deputados, e eu sou um deles, que são favoráveis à ideia de uma Europa europeia. Fazendo minhas as palavras de Herman Van Rompuy, Presidente designado da União Europeia, a Turquia não faz parte da Europa, nem nunca fará!

PRESIDÊNCIA: ANGELILLI

Vice-presidente

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Estamos a falar do alargamento aos Balcãs Ocidentais, à Islândia e à Turquia, que são três casos muito diferentes. Em primeiro lugar temos os países dos Balcãs Ocidentais, que estão longe de cumprirem os critérios económicos e políticos que a União Europeia espera que cumpram. Nestes países, contudo, a opinião pública e os líderes políticos apoiam o objectivo da integração e estão extremamente optimistas em relação à adesão.

O segundo caso é o da Islândia, um país que cumpre muitos dos critérios económicos e políticos, mas em que a opinião pública e os seus líderes estão profundamente divididos quanto ao objectivo da adesão à UE. A única coisa que de momento parece ligar os países dos Balcãs Ocidentais e a Islândia é o facto de a profunda crise económica agir como incentivo à adesão.

Por último temos a Turquia, cujas aspirações europeias não estão ligadas a nenhum tipo de ciclo económico e que é um dos países com maior dinamismo na actividade económica onde está em curso um grande debate. Ainda muito recentemente 45% dos turcos apoiavam este objectivo.

Quero que façamos uma distinção entre estas três situações porque os Balcãs Ocidentais, a Islândia e a Turquia constituem três cenários muito diferentes do ponto de vista da integração. Por outro lado, também é uma boa ideia não lidarmos com estes casos segundo a lógica da política bilateral.

Em meu entender, as diferenças entre Estados-Membros e países eventualmente candidatos à adesão não podem servir para Estados-Membros ou países terceiros bloquearem o caminho para a integração europeia. Acredito que os méritos de cada país e o consenso público são os únicos padrões de referência para se determinar um caminho para a integração europeia.

Maria Eleni Koppa (S&D). – (EL) Senhora Presidente, apesar das reservas de alguns, a política de alargamento trouxe estabilidade, paz e prosperidade à Europa. Hoje, estamos a ser chamados a prosseguir as negociações com os países candidatos à adesão: os Balcãs Ocidentais, a Islândia e a Turquia. A integração dos Balcãs Ocidentais constitui, indubitavelmente, o maior desafio. Essa integração irá pôr termo a uma era de conflitos que se iniciou em 1990 e irá eliminar algo que está a transformar-se num buraco negro no coração da Europa. Dentro de alguns meses, a Croácia estará pronta para a adesão e os outros países estão a fazer grandes progressos. No caso da Sérvia em particular, todos temos de reconhecer o quanto já progrediu e apoiar esses progressos encorajando-a nos seus passos rumo à Europa. É óbvio que há questões em aberto. A questão não resolvida do estatuto do Kosovo, a difícil situação na Bósnia e o diferendo em torno da designação da Antiga República Jugoslava são feridas abertas na região. No que respeita à Grécia, o novo Governo está a fazer um esforço para encontrar uma solução que ponha fim ao diferendo. Após 17 anos de tensão, é preciso dar tempo para que se encontre finalmente uma solução aceitável para ambas as partes. De um modo geral, têm sido demonstradas relações de boa vizinhança que, quer se goste quer não, são a condição prévia para a adesão. Por isso, vamos todos trabalhar nelas.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, o Senhor Presidente em exercício do Conselho, Carl Bildt, fez uma intervenção excelente, clara e concisa. Está absolutamente correcto quando afirma que a União Europeia é um factor de estabilização geopolítica e a política de alargamento um instrumento.

No entanto, considero não ser intelectual e politicamente satisfatório que nos comportemos como se o conflito de objectivos entre uma União cada vez mais alargada e uma União cada vez mais estreita não existisse. Esta é uma questão à qual, definitivamente, ainda não conseguimos responder. Tem toda a razão ao afirmar que uma União Europeia mais alargada tem maior poder de influência, mas é igualmente mais complexa, o que tem consequências sobre a nossa capacidade de actuar. Por conseguinte, é preciso que entabulemos um novo diálogo sobre o alargamento, como propôs, do lado socialista, o senhor deputado Severin, diálogo que abranja a integração gradual, bem como novas formas de adesão, de molde a podermos conciliar aqueles dois objectivos legítimos.

São necessárias reformas institucionais. Por exemplo, não consigo explicar às populações na Alemanha por que razão concordo com Salónica e por que razão os Estados sucessores da Jugoslávia terão, um dia, mais comissários do que a totalidade dos Estados fundadores da União Europeia. Não está certo. É preciso que sejamos honestos acerca da nossa política de alargamento, para que tenhamos, uma vez mais, o apoio dos nossos cidadãos neste importante domínio político.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) De acordo com uma sondagem do Eurobarómetro, os cidadãos europeus deixaram bem clara a sua opinião sobre a adesão da Turquia: 28% são a favor e 59% são contra. Estes números falam por si, e nenhum político pode ou deve desmenti-los. Se os desmentirmos, estaremos apenas a alargar ainda mais o fosso entre cidadãos e políticos.

A Turquia não faz parte da Europa em termos geográficos, nem faz parte da história europeia, cujas paisagens religiosas, culturais e políticas foram definidas pela Cristandade, a Renascença, o Iluminismo e o Estado-nação democrático. Por outro lado, uma parceria privilegiada seria a melhor forma de combinar o melhor que há nos dois mundos. Para além de muitas vantagens económicas, uma parceria dessa natureza propiciaria uma relação mais descontraída entre a Europa e a Turquia e libertar-nos-ia da implacável tensão da adesão. Por conseguinte, é tempo de tomar uma decisão clara: ponhamos fim às negociações de adesão e encetemos o processo de negociações de uma parceria privilegiada. Que seja essa a nossa estratégia de alargamento para 2010.

Helmut Scholz (GUE/NGL). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, eu e muitos outros colegas do meu Grupo sempre vimos o alargamento como um dos mais importantes projectos da UE e sempre o apoiámos. Apesar de todas críticas justificadas que tecemos a diferentes aspectos do alargamento, este tem sido um dos mais bem-sucedidos capítulos do desenvolvimento externo da UE e constitui uma complexa tarefa de longo prazo, quer para os países candidatos, quer para a UE, como já aqui hoje foi discutido em plenária.

Devemos interrogar-nos quanto à pertinência de novos processos de alargamento. No que se refere ao Sudeste da Europa, em particular, com a sua longa história de ruptura de Estados e impérios, é correcto e pertinente que tenha sido concedida, às populações desses países, que fazem parte de uma região conturbada, a possibilidade de adesão à União Europeia. O facto de alguns políticos dos Estados-Membros da União Europeia se terem distanciado dessa promessa a pretexto da prioridade do reforço da identidade e das Instituições da UE não só contribuiu para aumentar a desconfiança dos países candidatos, como também teve um efeito inibidor sobre o processo democrático de formação de opinião e nos sobre os processos de reforma na região.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Ainda me lembro nitidamente de o Senhor Comissário Olli Rehn dizer, durante uma das nossas recentes reuniões, que para se ser Comissário responsável pelo Alargamento é necessário ser-se um optimista.

Tenho de reconhecer que, em minha opinião, essa palavra o descreve correctamente, mas penso que o papel de um optimista não lhe assenta bem. Penso que, na política, e isso inclui também a política europeia, o optimismo deve vir depois do realismo. Acho francamente chocante que o Parlamento tenha concordado com esse tipo de abordagem cor-de-rosa. Por que motivo era necessário atenuar o sinal claro dirigido à Turquia e à Bósnia na primeira versão do relatório do senhor deputado Albertini? Por que razão tínhamos nós de tecer elogios à Turquia? Por que razão nos esforçámos desesperadamente por encontrar uma mensagem positiva de abertura para a Bósnia?

Não estará este Parlamento perfeitamente compenetrado de que é nossa obrigação representar os povos dos Estados-Membros da União Europeia? As campanhas de informação em nada nos ajudarão a conseguir um processo de alargamento que mereça o apoio dos cidadãos. Só o conseguiremos se avaliarmos com honestidade e realismo em que medida cumpriram estes países os critérios de Copenhaga.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, o défice democrático da UE no que respeita à adesão da Turquia é preocupantemente evidente. A maioria da população da UE opõe-se claramente à adesão da Turquia. No entanto, o processo de branqueamento, avaliação e negociação prossegue à revelia dos cidadãos.

É desonesto que nos comportemos como se não estivéssemos a avançar para a adesão plena. Na qualidade de candidata à adesão, foram já atribuídos à Turquia 2,26 mil milhões de euros para o período de 2007 a 2010. Essas verbas estão a ser despendidas pelos países que são contribuintes líquidos, cujos cidadãos não querem a adesão da Turquia à UE.

O que está em causa são obviamente os interesses dos EUA. Na sequência da adesão da Turquia, seria possível resolver numerosos conflitos não europeus. No entanto, apesar da participação da Turquia no concurso Eurovisão da canção, partilho da opinião do antigo e muito respeitado Presidente alemão, Theodor Heuss, que nos proporcionou uma clara definição de Europa. A Europa, disse, assenta em três colinas: na Acrópole do humanismo grego, no Capitólio do conceito de Estado romano e no Calvário do mundo cristão ocidental.

Doris Pack (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o alargamento da UE com vista à inclusão dos países dos Balcãs Ocidentais está decidido desde Salónica. Aceitar estes países assim que cumpram as condições impostas não é um acto de misericórdia, como muitos sustentam, mas uma simples necessidade, tendo em conta a posição geográfica que ocupam no centro da União Europeia.

A nossa estabilidade é determinada pela estabilidade desses países, como, infelizmente, descobrimos na década de 1990. Evidentemente que todos os países terão de cumprir os requisitos impostos pelos critérios de Copenhaga e, como anteriormente esses países foram inimigos, é preciso que participem igualmente em programas de cooperação regional. O mesmo se aplica aos Estados-Membros que são vizinhos desses países candidatos à adesão. Espero que a Eslováquia e a Grécia ajudem os países candidatos a conseguirem atingir os seus objectivos rápida e facilmente.

Infelizmente, a Bósnia e Herzegovina está numa situação muito difícil, e não creio que seja capaz de a descrever num minuto e meio, embora seja a relatora para essa região. Nem sequer tentarei. Manifesto apenas o desejo, Senhor Ministro Carl Bildt, Senhor Comissário Olli Rehn, que as negociações possam, neste caso, realizar-se junto das populações e não ser ditadas do exterior.

Os países da região têm, todos, diferentes distâncias para percorrer, e é preciso que os ajudemos a ultrapassar os seus problemas. Senhor Deputado Lambsdorff, a ideia de que os candidatos à adesão disporão de um número mais elevado de comissários do que os membros fundadores é um argumento bastante patético. Na verdade, nem é sequer um argumento; é um argumento oco. Esse problema pode ser resolvido, mas as populações destes países não podem ser excluídas só porque não se está disposto a resolver esse problema.

Zoran Thaler (S&D). – (SL) Desejo felicitar tanto o Senhor Comissário Rehn como o Senhor Bildt, Presidente em exercício do Conselho, pelas suas observações iniciais, construtivas e positivas.

Na qualidade de relator para a antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM), congratulo-me em particular por observar que este país registou progressos em 2009 e que a Comissão recomendou que o Conselho estabeleça uma data para o início das negociações. Tomamos também boa nota do facto de os Primeiros-Ministros Papandreu e Gruevski terem iniciado uma comunicação directa.

Apelo ao Senhor Presidente em exercício do Conselho e ao Senhor Comissário Rehn, bem como aos governos de todos os Estados-Membros aos quais esta questão interessa, que peguem nos seus telefones e contactem o Primeiro-Ministro Papandreu e o Primeiro-Ministro Gruevski antes da Cimeira de Dezembro, para lhes manifestar a vossa solidariedade e para incentivar os seus esforços decididos para encontrar uma solução para este conflito que dura há 20 anos.

Só assim a Grécia, na qualidade de membro da União Europeia de longa data, poderá cumprir as suas ambições e honrar as responsabilidades que tem para com aquela região.

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) A Sérvia registou progressos nos últimos meses e, ao preencher os critérios para a liberalização dos vistos, demonstrou tanto a si própria como à Europa que é capaz de alcançar mais e de ter um melhor desempenho do que aquele que tem mostrado até à data. O seu êxito merece ser reconhecido.

A Sérvia tem um potencial oculto que necessita concretizar na via da adesão à UE, e deve fazê-lo em seu próprio benefício e no interesse dos seus vizinhos, de toda a região e da União Europeia. Tendo em conta a sua dimensão e a sua posição estratégica, poderia converter-se num motor que aproximasse mais a região. É chegada a hora de tomar consciência desse papel e do que pode fazer em prol do alargamento.

O governo de Belgrado deve dedicar-se sistematicamente a uma reforma política e económica urgente e à cooperação com todos os países vizinhos. Uma plena cooperação com o Tribunal de Haia não é suficiente porque é preciso assegurar o seu êxito. A Sérvia precisa de melhorar a sua cultura política, porque os seus resultados até à data neste domínio podem comprometer o processo de adesão. Necessita de transparência e necessita de construir activamente um consenso público o mais alargado possível e ultrapassar divisões entre a coligação no poder e a oposição em relação a questões comunitárias fundamentais. Todavia, duas pré-condições importantes para um progresso mais rápido são a liberdade e a independência dos meios de comunicação social, bem como pôr termo à manipulação destes.

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Senhora Presidente, tudo o que peço é mais honestidade na forma como nos relacionamos com a Turquia e uma interpretação correcta e justa dos acontecimentos, particularmente, o que se refere a Chipre, relativamente ao qual uma versão distorcida da história recente se tornou comumente aceite.

Há agora uma verdadeira oportunidade, no tempo que medeia até às eleições presidenciais no Norte de Chipre, em Abril, que deve ser aproveitada, e por ambas as partes. É preciso que nunca esqueçamos que os cipriotas turcos concordaram com o plano de reunificação da ONU, em Abril de 2004. Este foi rejeitado no Sul. Temos igualmente de ter presente o compromisso, assumido em Maio de 2004, pela UE de pôr fim ao isolamento do Norte de Chipre, uma promessa que nunca foi cumprida. A UE tem a este respeito um dever moral. Receio que, se continuarmos a tratar os interesses da Turquia desta forma, nos arrisquemos a perder um aliado crucial numa zona estratégica de enorme importância e a incentivar as tendências negativas que surjam na própria Turquia.

Evidentemente, somos muitos os que estão profundamente preocupados com os problemas da migração no que respeita às nossas nações. Este é um dos aspectos das negociações com a Turquia que terá de ser abordado de forma específica e firme.

Se tivesse tempo, faria também uma referência à Croácia e a outros países do Sudeste da Europa, que precisam urgentemente de abordar os problemas da corrupção, da criminalidade organizada e do abuso de determinados direitos de propriedade privada antes da adesão. No caso da Croácia, ou da sua candidatura, esta pode avançar com confiança.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhora Presidente, os países cuja adesão à UE foi proposta são comparativamente pobres. O seu sonho europeu, para citar o Senhor Comissário, é a possibilidade de receberem subsídios. É disso que se trata. O facto é que os países ricos, como por exemplo, a Noruega e a Suíça, simplesmente não querem aderir à UE. Para ser absolutamente claro, a Islândia, quando era um país rico, não tinha qualquer interesse em aderir à União Europeia. Agora que está na bancarrota, infelizmente, o Governo islandês colocou-se, com é óbvio, na fila para aderir. A Falha de Santo André, para a União Europeia, é entre os sete Estados-Membros que são os grandes contribuintes líquidos e o resto.

Esta é uma situação instável, indefensável e insustentável. Convenceram-se de que estão a alargar o império da UE com esta política insensata. Na verdade estão a conduzi-la, de futuro, para um caos económico.

Francisco José Millán Mon (PPE). – (ES) Senhora Presidente, o processo de alargamento foi um enorme sucesso. O último alargamento permitiu a reunião com os países da Europa Central e Oriental, aos quais foram injustamente negados, após a Segunda Guerra Mundial, a liberdade e a prosperidade. Actualmente, o alargamento está focado nos Balcãs Ocidentais, na Turquia e na Islândia.

Subscrevo os conceitos que nos últimos anos identificámos como princípios orientadores do processo de alargamento, nomeadamente, a consolidação, a condicionalidade e a comunicação. Ou seja, devemos cumprir os nossos compromissos, mas não fazer promessas precipitadas de futuros alargamentos.

Em segundo lugar, os avanços nos respectivos processos de adesão estão sujeitos ao estrito cumprimento das condições. Os países candidatos devem fazer esforços determinados para realizar as reformas necessárias.

Em terceiro lugar, devemos todos fazer um esforço de comunicação com os cidadãos. A resolução que amanhã iremos votar insiste neste aspecto, tão importante, da comunicação.

Neste contexto, gostaria de reiterar a proposta mais ampla que já fiz em ocasiões anteriores, ou seja, que também seria conveniente reforçar o conhecimento dos jovens europeus sobre a União Europeia mediante a introdução de uma disciplina obrigatória no currículo ao nível do ensino secundário.

Outra ideia relevante contida na resolução é a capacidade de integração. O alargamento exige aos actuais Estados-Membros da União que tomem certas medidas. Por exemplo, no plano financeiro, o alargamento requer meios financeiros suficientes de modo a não colocar em risco as políticas comunitárias essenciais, como a política agrícola comum ou a política de coesão.

Para concluir, gostaria de salientar que o Kosovo, como todos sabemos, é um caso especial e, todavia, infelizmente, há secções da resolução em que essa particularidade não é claramente salientada.

Pier Antonio Panzeri (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, considero francamente positiva a resolução que estamos hoje a debater no Parlamento.

Detendo-me numa das partes da resolução, considero que o tema do alargamento europeu aos Balcãs Ocidentais é, e deve continuar a ser, um dos aspectos centrais da acção europeia nos próximos meses.

Gostaria de felicitar a Presidência sueca e, sobretudo, o Senhor Comissário Rehn pelo trabalho que desenvolveram. Todavia, precisamos de nos sentir mais envolvidos no processo de alargamento.

Alguns países precisam, sem dúvida, de intensificar a sua acção na vertente jurídica, em termos de luta contra a criminalidade e de reformas. Mas não devemos perder de vista o objectivo político, que é o de consolidar a democracia naqueles países e fazê-los participar no percurso europeu em termos económicos, sociais e infra-estruturais.

Estou a pensar, por exemplo, em países como o Kosovo – e, a propósito, concordo com a alteração apresentada pela senhora deputada Lunacek relativamente à questão dos Roma –, pois trata-se de um país que não podemos deixar de lado apenas porque cinco países europeus ainda não reconheceram a sua independência.

Em suma, precisamos de ter a coragem suficiente e uma política clarividente à altura do desafio que o processo de alargamento constitui para todos nós.

Jorgo Chatzimarkakis (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, intervenho na qualidade de chefe da Delegação à Antiga República Jugoslava da Macedónia e centrarei a minha intervenção neste país. Gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos ao Senhor Comissário Rehn pela sua coragem. O seu relatório e a luz verde que deu a este país representam um corajoso passo em frente, gerador de uma forte dinâmica. Ao mesmo tempo, realizaram-se eleições na Grécia, e existe hoje um novo Governo em Atenas, o que nos coloca numa situação diferente, abrindo uma oportunidade para algumas concretizações. No entanto, gostaria de aconselhar alguma calma aos meus colegas. Realizar-se-á, na sexta-feira, uma reunião entre o Primeiro-Ministro grego, George Papandreou, e o Primeiro-Ministro da ARJM, Nikola Gruevski, e se as nossas expectativas forem demasiado elevadas, é possível que exerçamos demasiada pressão e que tudo se desmorone, e não é isso que pretendemos.

É necessário que encorajemos todas as partes a manter uma posição amistosa ao longo do caminho já iniciado. Gostaria de agradecer ao relator, o senhor deputado Thaler, por ter descrito esse caminho com tanta precisão. Gostaria igualmente de desejar ao meu amigo, o Senhor Comissário Olli Rehn, um futuro com êxito na Comissão.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149º)

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao senhor deputado Chatzimarkakis, se ele me permitir. A senhora deputada Pack obviamente não me ouviu quando disse que apoiávamos Salónica. Gostaria de o reiterar aqui.

Queria perguntar ao senhor deputado Chatzimarkakis quais são, na sua opinião, os passos que a Antiga República Jugoslava da Macedónia deverá dar com maior urgência para que se consigam progressos na resolução do litígio relativo ao nome do país e garantir que as negociações que acabam de começar sejam tão bem-sucedidas quanto possível.

Jorgo Chatzimarkakis (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, muito obrigado pela sua pergunta. Penso ser necessário que ambas as partes alterem as suas posições, e é evidente que ambas as partes estão prontas para dar esse passo. Aguardamos agora uma solução duradoura. Por isso, espero que a questão do nome seja clara e definitivamente resolvida num debate de cinco minutos. Esse não é o problema.

A aplicação do nome, o chamado âmbito, é que é o principal problema, e ambas as partes precisam evidentemente de tempo para o solucionar. Gostaria de assistir a uma solução duradoura, porque a alternativa é uma solução de curto prazo que poderia conduzir ao desastre. Por essa razão, todos nós devemos dar a ambas um encorajamento amistoso para que cheguem a uma solução duradoura com um âmbito alargado e uma aplicação abrangente.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos de ponderar, com muita prudência, a afirmação de que o alargamento será um factor de estabilidade.

Pensem nas afirmações feitas há poucos dias pelo Primeiro-Ministro Erdogan. Disse que não tem boas relações com Benjamin Netanyahu, sentindo-se muito mais próximo de Omar al-Bashir, que, se não me engano, é o Presidente do Sudão acusado de cometer crimes contra a humanidade.

A propósito de vizinhos, se a Turquia aderir à Europa, teremos como vizinhos o Irão, o Iraque e a Síria. Não me parece ser a melhor vizinhança. Seria muito melhor se a Turquia se ligasse à Europa por um laço de parceria privilegiada. Verifica-se uma tendência bastante preocupante de “desocidentalização” da Turquia, que se encontra numa fase muito avançada e que se tem desenvolvido perante os nossos olhos. Basta pensarmos nas medidas relativas à vida social comum, tais como as piscinas separadas para homens e mulheres e as restrições à liberdade de oposição, de que é exemplo a aplicação de uma multa de 3 milhões de euros a estações emissoras da oposição, entre outras medidas.

Penso que devemos ter ainda em conta um facto: talvez haja, neste Parlamento, uma maioria a favor, mas a maioria do povo turco é contra a adesão da Turquia. Estamos a insistir no alargamento das nossas fronteiras à Turquia, quando os próprios turcos não desejam esse alargamento.

O Presidente da República Italiana afirmou que os pactos devem ser respeitados. Estou de acordo, mas temos de ter em conta que turcos são turcos.

Georgios Koumoutsakos (PPE). – (EL) Senhora Presidente, o relatório que hoje estamos a debater pretende enviar uma mensagem positiva sobre as perspectivas europeias e, em última análise, sobre a adesão dos países dos Balcãs Ocidentais, da Turquia e da Islândia à União Europeia. Penso que todos nós aqui nesta Assembleia, ou pelo menos a maioria de nós, concordamos com esta mensagem positiva. Ao mesmo tempo, porém, é preciso que fique claro que é imperioso realizar progressos antes da adesão. Não é um caminho isento de dificuldades. Trata-se, por conseguinte, de uma questão de credibilidade para a União Europeia verificar que os critérios e os pré-requisitos que estabelece são cumpridos com acções e não apenas com boas intenções. Por outras palavras, a adesão total requer uma adaptação total.

Nestas condições, é muito importante o estabelecimento de boas relações de vizinhança. Não tentemos esconder o sol com a peneira. As questões graves que continuam por resolver nas relações de boa vizinhança entre países candidatos e Estados-Membros estão a afectar o progresso para a adesão daqueles que querem tornar-se membros desta família. O precedente da Eslovénia e da Croácia confirma que assim é. Por esse motivo é que a questão pendente da designação da Antiga República Jugoslava da Macedónia tem de ser resolvida antes, não depois, de se dar início às negociações de adesão. A razão é simples. Se se der a este país uma data para o início das negociações sem que esta questão tenha sido resolvida, então o seu governo deixará de ter qualquer incentivo forte para adoptar uma atitude construtiva para que finalmente se encontre uma solução mutuamente aceitável com a Grécia.

Quanto à Turquia, a normalização das suas relações com a República de Chipre e o fim dos sobrevoos de território grego pelos seus aviões militares são dois factores importantes para acelerar o seu progresso na via da adesão. É com estes pensamentos que vamos decidir sobre a posição a adoptar na votação de amanhã.

Richard Howitt (S&D). – (EN) Senhora Presidente, o debate e a resolução de hoje oferecem ao novo Parlamento Europeu a oportunidade de reiterar o seu compromisso para com o futuro alargamento da União Europeia, de registar a evolução positiva nos países candidatos, em quase todos os casos, e de recordar que a liberalização do comércio, o apoio à estabilidade, a melhoria do controlo nas nossas fronteiras e a abertura de oportunidades de viagem e do livre-câmbio para as nossas populações reforçam – não enfraquecem – a União Europeia.

Os Conservadores britânicos reiteram aqui, hoje, que são favoráveis ao alargamento, porém, ao mesmo tempo, excluem-no dos estatutos do seu novo Grupo, cujo porta-voz oficial, falando neste debate, repete a sua oposição à Turquia, o que os coloca exactamente no mesmo campo do que a extrema-direita, como nos foi possível ouvir esta tarde.

No entanto, manifesto os meus sinceros agradecimentos ao Senhor Comissário Olli Rehn, cujo bom humor se reflectiu no seu comentário recente no sentido de que, de futuro, a Direcção-Geral “Alargamento” não fique equidistante do Conselho ou da Comissão, a meio da *rue de la Loi*.

Congratulo-me com o seu bom humor e com a sua sensatez. Espero que o seu legado seja a adesão de todos os actuais Estados candidatos.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (GA) Senhora Presidente, existiu sempre uma forte ligação entre a Islândia e a União Europeia e, na qualidade de presidente da Delegação para as Relações com a Suíça, a Islândia, a Noruega e o Espaço Económico Europeu, congratulo-me por ter recebido a delegação parlamentar da Islândia na semana passada. Espero que se crie um comité parlamentar misto em breve, e o Governo islandês está a participar estreitamente em conversações com a Comissão na sequência da decisão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União de Julho passado. Estou certo de que os líderes europeus irão dar luz verde para o início das negociações entre a União e a Islândia na Cimeira da próxima Primavera. Dado que a Islândia é membro do Espaço Económico Europeu, tem já implementadas medidas relativas a vinte e dois dos capítulos que devem ser cumpridos. A maior parte do trabalho já está feita. Confio em que os outros capítulos serão abordados de forma positiva e num espírito de amizade.

Krzysztof Lisek (PPE). – (PL) Senhora Presidente, enquanto polaco, mas, ao mesmo tempo, enquanto cidadão da União Europeia já há cinco anos, gostaria de manifestar a grande satisfação por estarmos aqui a falar em tão ilustre companhia, incluindo as pessoas que estão estreitamente envolvidas no processo de alargamento, como o Comissário Olli Rehn e o Ministro Bildt. Estamos a falar de um novo alargamento da União Europeia, e estamos a fazê-lo apesar daqueles que dizem que a UE atingiu o limite máximo das suas possibilidades de desenvolvimento territorial. A boa notícia que eu tenho para os opositores do alargamento é que não haverá nenhum alargamento da UE em 2009.

Não gostaria que olhássemos para o processo de alargamento da UE apenas do ponto de vista das cláusulas jurídicas. Gostaria também que o encarássemos como um processo histórico. Ao fim e ao cabo, a História ensina-nos que os Balcãs, por exemplo, estiveram na origem de muitos conflitos do século XX. Tratou-se de conflitos que, nessa altura, se espalharam por todo o continente, como a Primeira Guerra Mundial, e conflitos como a guerra na década de noventa, que também afectou outros países, quanto mais não fosse, devido à migração de muitos milhões de pessoas. Portanto, a admissão de Estados dos Balcãs na União Europeia poderia, na minha opinião, ser o mais importante contributo da UE para a estabilização e a paz no nosso continente.

Se me permitem mais algumas palavras sobre o que Carl Bildt disse a respeito das portas abertas, eu gostaria de lhe pedir para não se esquecer de que existem ainda outros países, não mencionados no documento de hoje, que alimentam o sonho de adesão à UE.

Emine Bozkurt (S&D). – (NL) Antes de mais, deploro o facto de neste momento não podermos pintar um quadro risonho da situação política na Bósnia-Herzegovina.

O processo de reforma nesse país continua paralisado pelas forças políticas no terreno. As duas entidades não lograram desenvolver uma visão partilhada, o que levou à estagnação do processo.

Gostaria, uma vez mais, de realçar a importância de construir o quadro constitucional sustentável que é necessário para que esse país e as suas instituições possam trabalhar de forma mais eficaz. Por isso apelo aos líderes de ambas as entidades para que trabalhem nesse sentido como um ponto de partida.

Além disso, gostaria de salientar que me alegra particularmente saber que a Turquia está tão próxima do coração e do espírito do partido do meu colega Barry Madlener, o Partido para a Liberdade neerlandês. É precisamente em virtude das negociações da Turquia com a União Europeia que esse país progrediu de forma tão significativa. Estava à espera, pois, que o Partido para a Liberdade desse mostras de mais apoio ao processo de negociações.

Por último, gostaria de salientar que o processo de adesão devia ser orientado para os resultados e que deveria guiar-se, não pela data de adesão, mas pelos resultados alcançados. Só depois de os países candidatos terem

cumprido os critérios estabelecidos e de serem assim elegíveis para se tornarem Estados-Membros de pleno direito é que se poderá falar de adesão.

Arnaud Danjean (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, assinalaram que a aprovação do Tratado de Lisboa iria permitir-nos entrar numa nova era da política de alargamento, e nós temos de iniciar este novo processo com realismo e lucidez: é essa a essência da presente resolução.

Por um lado, um novo processo não significa uma fuga para a frente. Essa seria a maneira mais certa de gerar mal-entendidos, ou mesmo suspeição, entre o público, e seria igualmente a melhor forma de criar falsas ideias entre os países candidatos e de os encorajar a refugiarem-se em políticas retóricas e cosméticas, em lugar de prosseguirem políticas orientadas para reformas mais profundas. Temos de ser prudentes com os passos, as condições e os valores relativamente aos quais não podemos transigir, e estou a pensar especialmente na cooperação com o Tribunal Penal Internacional.

Por outro lado, há que reafirmar sem qualquer ambiguidade que o lugar dos Balcãs Ocidentais, de todos os países dos Balcãs Ocidentais, incluindo o Kosovo, é efectivamente na União Europeia, e temos de incentivar esses países a prosseguirem e a intensificarem os seus esforços. Não há qualquer contradição entre clarificar as exigências, por um lado, e demonstrar o pleno apoio ao processo de alargamento aos Balcãs Ocidentais, por outro, assim como não há contradição entre, por um lado, a prossecução desta filosofia de avaliar cada um em função do seu mérito e, por outro, a necessidade de tomar iniciativas importantes para todos os países da região, tais como a liberalização de vistos.

Por último, permitam-me que acrescente uma palavra a propósito da Turquia. Antes de especular sobre qualquer futuro resultado muito hipotético no que se refere ao processo de adesão da Turquia, direi simplesmente que a Comissão constatou, pelo segundo ano consecutivo, a ausência de progressos no âmbito da implementação do Protocolo de Ancara e que tal impediu que fossem abertos novos capítulos de negociação.

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhora Presidente, não estive presente no início do debate, uma vez que, na qualidade de relator sobre a Croácia, tive de participar na Comissão Parlamentar Mista UE-Croácia.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Senhor Ministro Carl Bildt e ao Senhor Comissário Olli Rehn a sua ajuda na consecução de, pelo menos, uma solução temporária para o litígio de fronteiras entre a Eslovénia e a Croácia. Este é um bom exemplo da ajuda que a cooperação entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento pode proporcionar aos países para a solução dos seus problemas. Dei igualmente um contributo para a garantia de que o Tratado esteja praticamente ratificado, pelo menos na Croácia.

No entanto, é a Bósnia e Herzegovina que me suscita maiores preocupações. Estive recentemente em Banja Luka e Sarajevo. É verdade que o Primeiro-Ministro Milorad Dodik assumiu alguns compromissos e possibilitou algumas mudanças durante a nossa reunião, com os quais podemos concordar. No entanto, gostaria de retomar uma ideia que a senhora deputada Pack acaba de referir. Como poderemos nós contactar com grandes massas populares? Regista-se, no terreno, um enorme interesse em ultrapassar esta falta de uma voz e as contradições que caracterizam muitas das políticas dos dirigentes. É preciso que, de alguma forma, consigamos falar directamente com as populações, porque, contrariamente ao que aqui voltou a dizer o Conde de Dartmouth, são muitas as pessoas nesta região que não estão interessadas no dinheiro da União Europeia, mas que querem sim deixar de viver numa região marcada pelo ódio e pela guerra e integrar uma União de paz e compreensão. É isso que a Europa representa. Não quer compreender isso, e nunca compreenderá isso. No entanto, as populações em Sarajevo e Banja Luka sabem bem o que a Europa significa e são elas que precisam da nossa ajudar.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhora Presidente, é preciso que consigamos que a Croácia integre a União Europeia no próximo ano ou, pelo menos, que cheguemos ao fim das negociações e iniciemos o processo de ratificação. Há 20 anos que a Croácia percorre o caminho da adesão à União Europeia e rumo à liberdade. Foram levantados obstáculos artificiais no seu caminho, e estou grato à Presidência sueca pela ajuda que me deu a eliminá-los.

A Croácia ratificou agora o acordo com a Eslovénia por uma maioria de dois terços, sendo necessário que tudo façamos para assegurar que a Eslovénia cumpra também as suas obrigações para com a União Europeia. A data limite de 2010 é também importante porque esta é uma questão de credibilidade da própria União Europeia.

No que se refere à Macedónia, espero que a Presidência sueca consiga que as negociações tenham início no próximo ano, a fim de que possamos, finalmente, resolver o problema bilateral, que existe igualmente neste caso. Espero que nos seja possível alterar o texto do relatório, que, de forma algo parcial, impõe demasiadas obrigações à Macedónia e não aos seus vizinhos. Todos terão de fazer a sua parte, incluindo os da União Europeia.

Considero crucial que incluamos totalmente o Kosovo no Processo de Salónica, passagens importantes do relatório Albertini. Este país também precisa de uma perspectiva europeia. Gostaria de exortar os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a reconhecer o Kosovo, para que se eliminem todos os problemas jurídicos e técnicos e para que, desse modo, o Kosovo possa desempenhar a sua parte no processo de integração.

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do nº 8 do artigo 149º)

Nikolaos Salavrakos (EFD). – (EL) Senhora Presidente, notei que o senhor deputado Posselt, como aliás outros colegas, utiliza o termo "Macedónia" para designar a ARJM. É justamente o termo "Macedónia" que está na origem da fricção entre a Grécia, que é um Estado-Membro da União Europeia, e este país candidato. Ficaria muito grato se pudesse ser feita uma recomendação aos colegas para que utilizem a designação efectiva desse país.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhora Presidente, gostaria de responder brevemente, citando o meu muito estimado colega, Cohn-Bendit, do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, que em tempos afirmou neste hemisfério: "A Macedónia é Macedónia e é Macedónia". Não sou exactamente da mesma opinião. Exercer assédio sobre um país vizinho não ajuda nunca.

Nikolaos Salavrakos (EFD). – (EL) Senhora Presidente, existe apenas uma Macedónia e é grega. Por isso, há que acabar com estes jogos. Quando falamos nesta Assembleia, temos de utilizar os termos que todos aceitaram, e a ARJM, o país candidato, foi aceite como "ARJM" e não como "Macedónia".

Andrey Kovatchev (PPE). – (BG) Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Albertini o trabalho que realizou ao elaborar este difícil relatório sobre uma estratégia destinada a promover o avanço de muitos países que se encontram em fases diferentes do seu processo de preparação para satisfazer os critérios de adesão à União Europeia. Compreendo e apoio o desejo do senhor deputado Albertini de garantir a máxima clareza e apoiar o alargamento da União Europeia aos países dos Balcãs Ocidentais, à Islândia e à Turquia. Contudo, a maioria das alterações propostas revelam que se trata aqui de um assunto complexo. Depois de o Tratado de Lisboa entrar em vigor em 1 de Dezembro, teremos de analisar e aumentar a capacidade de integração da nossa União. Gostaria de sugerir à Comissão que proceda a essa análise da capacidade de integração da União Europeia, porque, sem o apoio dos seus cidadãos, a própria União Europeia corre o risco de se transformar numa casca vazia.

Concordo também com a opinião de que um Estado-Membro não deve impor condições de adesão impossíveis de satisfazer a um país candidato. Todos os problemas bilaterais têm de ser resolvidos num espírito de entendimento e de partilha de valores ao nível da Europa, bem como da história e cultura europeias. Quanto a este aspecto, gostaria de apelar à celebração conjunta de eventos e heróis históricos da península dos Balcãs.

Kyriakos Mavronikolas (S&D). – (EL) Senhora Presidente, gostaria de falar sobre a maneira como os interesses da Turquia estão a ser tratados e que a meu ver prejudica os interesses da República de Chipre. Quero manifestar o meu descontentamento com o facto de as questões relacionadas com a República de Chipre estarem a ser descuradas; questões relativamente às quais a Turquia deveria ser condenada estão hoje a ser utilizadas para melhorar a posição da Turquia no que se refere à sua adesão à União Europeia. Em 2006, a Turquia comprometeu-se a reconhecer a República de Chipre, a aplicar o Protocolo de Ancara e a ajudar a resolver a questão cipriota, mas não fez nada. Pelo contrário, as conversações estão hoje a ser utilizadas em proveito da Turquia. O cúmulo de tudo isso são os esforços para abrir o capítulo da energia que, naturalmente, é considerado proveitoso para a própria União Europeia. No entanto, compreenderão com certeza que a República de Chipre, sendo um pequeno Estado, tem de cuidar dos seus interesses e pedir a aplicação de sanções à Turquia, uma das quais será, como é óbvio, a não abertura de capítulos para negociação.

Franziska Keller (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, o meu Grupo, o Grupo Verts/ALE, preferiria não fixar qualquer data para a adesão da Croácia. Consideramos que a experiência do passado nos tem mostrado não ser boa ideia, sendo que a Croácia deverá aderir assim que os critérios sejam cumpridos.

Em segundo lugar, Senhor Deputado Brok, os critérios de Copenhaga são, evidentemente, válidos. Existem; não precisamos de os referir vezes sem conta. Respeitamos os acordos que a União Europeia assumiu a respeito da adesão e os critérios de Copenhaga. O objectivo dos progressos em matéria de adesão é a própria adesão.

Ao discutir a Turquia, é preciso não esquecer os progressos que também foram feitos pela Turquia em áreas em que, há alguns anos, pensámos serem impossíveis. Esse é um êxito claro do processo de adesão, que não deveríamos esquecer.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) Senhora Presidente, Senhor Comissário, permitam-me que vos agradeça pelo dedicado trabalho que têm desenvolvido em prol do alargamento da União Europeia. A União Europeia tem tido um tremendo impacto nos Balcãs Ocidentais nos dois últimos anos em termos de mudança democrática e de desregulação económica. A isenção de visto para alguns países dos Balcãs Ocidentais e o início das negociações de adesão com a Antiga República Jugoslava da Macedónia marcam progressos que irão beneficiar os cidadãos europeus, tanto na cooperação judicial e policial com a UE como numa perspectiva económica.

Penso que, na actual crise económica, o processo de alargamento da UE oferece uma solução para se revitalizar a economia da União Europeia. Não devemos, no entanto, esquecer as consequências adversas resultantes de regalias injustas oferecidas pela União Europeia a diferentes países da região dos Balcãs Ocidentais. A Comissão deve também analisar atentamente a inclusão da Moldávia no grupo de países dos Balcãs Ocidentais, uma vez que a ajuda oferecida aos países limítrofes para os auxiliar a porem em práticas as reformas necessárias deve prosseguir com justiça. A Moldávia é um potencial candidato, preparado para se alinhar com a União Europeia no âmbito do processo de integração política e económica.

Corina Crețu (S&D). – (RO) A União Europeia tem agora uma Constituição – o Tratado de Lisboa –, um Presidente e uma Alta-Representante para os Assuntos Externos e a Política de Segurança. Podemos, por isso, adoptar uma perspectiva diferente para lidarmos com o novo processo de alargamento aos países dos Balcãs Ocidentais e à Islândia, e especialmente à Turquia.

Estou ciente de que na União Europeia muitos hesitam em se comprometerem com um novo processo de alargamento, mas a experiência da Roménia e da Bulgária, por exemplo, mostra que a adesão à UE tem sido o instrumento mais poderoso para mudar as coisas para melhor nos nossos países.

Necessitamos, é claro, de dar uma olhadela extremamente crítica aos processos de todos estes países que desejam aderir à União Europeia. Temos sobretudo de nos focarmos na solidez e funcionalidade dos sistemas políticos democráticos. No entanto, possuímos instrumentos adequados para verificar o respeito pelas condições de adesão. Propor a estes países uma perspectiva mais clara de adesão constituiria um factor de estabilidade e actuaria como um catalisador para progressos internos nos países candidatos.

György Schöpflin (PPE). – (EN) Senhora Presidente, estou extremamente grato por esta oportunidade de partilhar algumas reflexões convosco. O alargamento tem sido referido, com pertinência, como uma das políticas mais bem-sucedidas da União Europeia, muitos de nós o afirmámos neste debate. A ideia de que os valores centrais da Europa – democracia, direitos humanos e solidariedade – deverão abranger todos os Estados da Europa tem estado, e continuará a estar, no cerne da identidade da Europa.

A Europa que hoje existe foi construída em torno da proposta de que, através da integração, os Estados da Europa aceitarão gradualmente uma resolução pacífica dos conflitos, contudo, este processo não se desenvolve sem esforço. Os Estados da adesão deverão submeter-se a uma transformação que lhes permita cumprir os critérios da adesão à UE. Os processos, deve salientar-se, são voluntários. Nenhum país é obrigado a aderir, porém, para aderir à UE, é necessário preencher certas condições.

Ao mesmo tempo, precisamente porque o cumprimento das condições exige um enorme esforço, os Estados candidatos deverão ser encorajados também a envidá-lo, mas não só. As obrigações que decorrem da adesão à UE deverão ser passadas do papel à prática. Sem implementação, o processo permanece vazio.

É essa a mensagem que o relatório Albertini envia aos potenciais candidatos à adesão à UE. A UE está pronta a aceitar os Estados dos Balcãs Ocidentais e a Turquia como membros de pleno direito, contudo cabe a esses países cumprir as condições que a UE fixou.

Carl Bildt, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhora Presidente, permitam-me que tente ser breve.

Em primeiro lugar, se for pertinente do ponto de vista da Presidência, associo-me aos deputados que prestaram homenagem ao Senhor Comissário Rehn pelo trabalho que desenvolveu ao longo dos últimos cinco anos. Foi muito o que se concretizou. E talvez seja bom para o seu sucessor que fique ainda alguma coisa por fazer, mas muito já foi conseguido.

Manifesto igualmente a nossa satisfação pelo enorme apoio à política do alargamento, que tem vindo a ser demonstrado ao longo deste debate pelos representantes dos principais grupos políticos aqui representados. Considero-o uma fonte de força.

(Interjeição de William (The Earl of) Dartmouth: "Esteve atento ao debate?")

Estive sim. Peço que me perdoe por ter de lhe dizer isto, mas o senhor deputado não pertence a um dos principais grupos políticos aqui representados.

O senhor deputado Severin foi um dos que referiu que este é um processo para o qual deveríamos ganhar o espírito e os corações das populações. Concordo plenamente, mas deveríamos igualmente reconhecer que isso implica uma liderança política com determinação por parte de todos nós. Ser analisarmos a História da nossa União, facilmente veremos que muito pouco, no percurso da integração europeia, foi conseguido devido a um súbito arrebatamento da opinião pública, exigindo que algo se fizesse.

Quase tudo foi resultado de uma liderança política visionária, idealista, frequentemente difícil e exigente, mas que veio, subsequentemente, a ganhar o apoio dos cidadãos para a sua actuação.

Como afirmei, eu era Primeiro-Ministro na altura em que o meu país aderiu à União Europeia. Travámos uma muito amarga campanha para o referendo. Vencemos por uma ligeira margem. Tivemos a opinião pública contra a União Europeia durante algum tempo. Hoje, se olharem para as sondagens junto da opinião pública, somos um dos países em que os sentimentos relativamente à Europa são mais positivos. Foi necessária liderança política para o conseguir. Estes resultados não aparecem por si sós.

Permitam-me que diga igualmente que, quando olhamos para as zonas mais difíceis da Europa, esta reconciliação não é fácil. Exige muito daquele espírito de liderança, e a reconciliação ainda não aconteceu plenamente em todas as partes da Europa.

Os Balcãs Ocidentais foram abordados nas intervenções de diversos oradores, e com razão. Permitam-me que vos garanta que estamos bem cientes das questões relacionadas com o Kosovo, bem como da necessidade de conseguir progressos nessas matérias, tendo também devidamente em conta muitas das questões internas da nossa União.

Várias pessoas, como a senhora deputada Pack e o senhor deputado Swoboda, debruçaram-se sobre a Bósnia, e permitam-me apenas alguns comentários. Despendi quatro dias inteiros, este ano, em contactos com a liderança política na Bósnia, tentando que se avançasse e alertando para os perigos de o país ficar para trás enquanto resto da região progredia. Provavelmente fiz demasiado, porque, no fim de contas, como o referiu a senhora deputada Pack, cabe a esses dirigentes assumir essa determinação. O país é deles, não nosso, mas também é nosso dever dizer-lhes que, se não o fizerem, o resto da região não ficará à sua espera, o que não será positivo para o seu país. É isso que temos estado a tentar fazer e que, até certo ponto, ainda fazemos.

O nosso processo de alargamento, como todos têm vindo a salientar, tem por base o desempenho. Exige reformas. Exige reconciliação. Isso é verdade para todo e qualquer país. Também, em tempos, se aplicou à Suécia, e tivemos êxito. Aplica-se a qualquer país.

Quanto ao senhor deputado que se manifestou interessado em entrar em debate, verifiquei, aliás, haver vários deputados – sobretudo – da extrema-direita que levantaram reservas quanto à Turquia, para o dizer da forma mais branda possível. Se bem compreendi o argumento, a questão prende-se com o facto de a Turquia ser demasiado grande, demasiado complexa e demasiado muçulmana.

Se lerem o artigo 49º do Tratado, e é nele que temos de assentar as nossas políticas, não estabelece qualquer excepção para países grandes, não estabelece qualquer excepção para países complexos, nem contém quaisquer critérios de ordem religiosa.

(Aplausos do centro-esquerda)

Por isso, são estes os princípios por que devemos pautar-nos. Ouvi palavras comoventes sobre a herança cristã, e encerram bastante verdade. Todos os católicos, ortodoxos, protestantes e anglicanos poderão interpretá-las de muitas formas, mas aconselho cautela ao colocar a herança judaica fora da Europa. Não são

cristãos, mas fazem também, com todos os problemas que conhecemos da nossa História, parte da nossa Europa, do passado, do presente e do futuro.

Considero igualmente que seria um erro apontar os cidadãos de confissão muçulmana, sejam eles dos actuais Estados-Membros, da Bósnia, de qualquer outro lugar, ou da Turquia, e excluí-los da aplicação do artigo 49.º do Tratado. Seria um erro.

(Aplausos do centro-esquerda)

Ouvi, a esse respeito, com interesse a senhora deputada Koppa, em representação da Grécia, tecer comentários sobre os desafios nos Balcãs Ocidentais e a reconciliação com a Turquia, e registei os passos e as declarações recentes do Senhor Primeiro-Ministro Papandreou.

Permitam-me que aborde agora num dos meus temas favoritos. Alguém referiu, como por vezes acontece no debate destas questões, a questão da capacidade de absorção – afirmando que, simplesmente, não conseguimos absorver demasiados países. Não gosto da palavra. Não vejo que a nossa União “absorva” nações. Não sei se absorvemos o Reino Unido. Não sei se França quer ser absorvida. Espero que a Suécia nunca seja absorvida.

Vejo a nossa União como sendo enriquecedora para os países que aderem, e estou ainda para ver um alargamento que tenha enfraquecido a nossa União. Todos os alargamentos, embora difíceis, tornaram a nossa União mais forte, mais rica, mais ambiciosa, sendo que, pela parte que me toca, não sou dos que acreditam que já assistimos ao fim da História. O artigo 49.º é de aplicação.

Por último, um dos oradores afirmou que há outros países sobre os quais ainda não debatemos. É verdade. O artigo 49.º aplica-se a cada um dos países europeus, incluindo aqueles que ainda não foram abordados no debate de hoje.

Olli Rehn, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer este debate muito vivo e útil sobre o alargamento da UE e a nossa estratégia – hoje, no próximo ano e num futuro próximo. Este debate fez jus à melhor tradição democrática deste Parlamento, e estou grato pelo apoio geral à nossa política de alargamento, conduzida com toda a prudência.

Salientaram, com pertinência, a importância de um compromisso simultâneo e paralelo, bem como da condicionalidade no alargamento da UE. Concordo, e gostaria de frisar a importância crucial de sermos, simultaneamente, justos e firmes.

Temos de ser justos e de respeitar os compromissos que assumimos para com os países que são abrangidos pela nossa agenda consolidada para o alargamento no Sudeste da Europa, isto é, os países dos Balcãs e a Turquia. Ao mesmo tempo, podemos ser tão firmes quanto justos, sendo necessário que sejamos rigorosos na aplicação da condicionalidade no nosso relacionamento com os países candidatos e potenciais candidatos.

Estes dois elementos só funcionam a par – em paralelo, em uníssono – e essa é, na verdade, a melhor receita para a condução de reformas e a transformação democrática e económica no Sudeste da Europa. É igualmente a melhor receita para consolidar a estabilidade nos Balcãs Ocidentais e proceder a reformas que reforcem as liberdades fundamentais na Turquia.

Considero que a senhora deputada Flautre tem razão quando afirma que não pode haver, por definição, uma pasta mais atractiva do que a do alargamento. No entanto, sou homem de moderação – acreditem ou não –, e considero que há certos limites para a nossa capacidade de nos deixarmos mover por essa atracção e fascínio. Como Carl Bildt solicitou, algum trabalho deverá também ser deixado ao meu sucessor, para a próxima Comissão e para este Parlamento.

Seja como for, foi fantástico trabalhar convosco. Em conjunto, fizemos a diferença. Não nos esqueçamos que o alargamento da UE contribuiu substancialmente para o facto de a Europa ser hoje unida e livre. É preciso que prossigamos nesse caminho e levemos a bom porto o nosso trabalho no Sudeste da Europa.

(Aplausos)

Presidente. – Recebi uma proposta de resolução⁽¹⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento.

(1) **Ver Acta**

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Elena Băsescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Creio ser extremamente importante que o Parlamento Europeu participe na avaliação do processo de alargamento, pois este processo foi um grande êxito para a União Europeia e proporcionou-lhe paz e estabilidade. Perante este pano de fundo temos de ter presente que os países dos Balcãs Ocidentais fazem geográfica, cultural e historicamente parte da Europa. Entre os países potencialmente candidatos referidos na presente resolução gostaria de destacar os esforços bem-sucedidos e os progressos tangíveis obtidos pela Sérvia. Este país avançou e aplicou unilateralmente o Acordo de Comércio Provisório com a UE, demonstrando deste modo que está determinado a aproximar-se da União Europeia, apesar das dificuldades políticas e económicas que enfrenta. O Parlamento Europeu deve encorajar a Sérvia a continuar a sua caminhada para a UE e, chegados a este ponto, devemos pedir ao Conselho e à Comissão que mostrem abertura e continuem as negociações com este país de uma forma construtiva. Penso que os progressos no processo de integração da Sérvia na União Europeia não devem estar dependentes do reconhecimento da independência do Kosovo.

Takis Hatzigeorgiou (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) A posição contra a Turquia é uma questão de extrema importância que vai ser discutida, no âmbito da política de alargamento, na Cimeira do Conselho Europeu em Dezembro. Apoiamos a sua adesão total, considerando que esse objectivo deve constituir uma força motriz para a realização de reformas e uma mudança de política em matérias importantes. Gostaríamos de salientar que a Turquia ainda não honrou os compromissos contratuais que assumiu perante a UE e todos os Estados-Membros. Impõe-se que este país comece imediatamente a honrar esses compromissos, pois de outro modo não sairá incólume da avaliação de Dezembro. Os compromissos relativamente aos quais a Turquia vai ser avaliada e o prazo estão contidos nas conclusões de Dezembro de 2006 e incluem a aplicação do Protocolo Adicional, a normalização das relações bilaterais com a República de Chipre e o seu reconhecimento, e a adopção de uma atitude construtiva no processo de resolução da questão cipriota. É um absurdo que, enquanto ambiciona alcançar a adesão e assumir um papel regulador na região, a Turquia continue a infringir o direito internacional e os princípios fundadores da UE, mantendo tropas de ocupação num Estado-Membro. Por último, não se pode abrir o capítulo da energia enquanto a Turquia impedir a República de Chipre de exercer os seus direitos soberanos na sua zona económica exclusiva.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) A UE é como um edifício em construção e, por isso, a ideia de parar o seu alargamento iria contrariar o próprio princípio em que se baseia. Nos termos do artigo 49.º do Tratado UE, “qualquer Estado-Membro... pode pedir para se tornar membro da União”. É precisamente por esta razão que a Estratégia de Alargamento para os Balcãs Ocidentais, a Turquia e a Islândia está a receber uma crescente atenção no âmbito das nossas actividades, e apoio sem reservas este grande interesse. A Croácia, a Turquia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia têm o estatuto de candidatas, tendo adoptado, de uma forma responsável, a via da integração. A Islândia, o Montenegro e a Albânia apresentaram a sua candidatura à adesão, estando os dois primeiros actualmente a serem avaliados pela Comissão. Há ainda seguramente problemas a ultrapassar, como a corrupção, a criminalidade ou a liberdade dos meios de comunicação social. A introdução do sistema de isenção de vistos na Sérvia, Montenegro e Antiga República Jugoslava da Macedónia, que teve o seu início em 19 de Dezembro, irá conferir um significativo impulso a este processo. Quero, no entanto, chamar a vossa atenção para o facto de que, quando falamos de alargamento, devemos também olhar para a República da Moldávia, que está actualmente a atravessar um período político crucial em termos da adopção da via para a democracia e adesão à UE. Tendo isto em mente, temos de apoiar a execução dos objectivos da Estratégia Europeia para a República da Moldávia 2007-2013, de forma a atingirmos os resultados desejados por ambas as partes.

Tunne Kelam (PPE), *por escrito*. – (EN) Gostaria de tecer três comentários. Em primeiro lugar, congratulo-me com o facto de o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, ter dado relevo à mais importante mensagem do relatório Albertini – a saber, que a UE permanece firmemente empenhada na política do alargamento, considerando-a uma das mais bem-sucedidas políticas da UE. Isso fica em grande parte a dever-se ao excelente trabalho do Senhor Comissário Rehn. A segunda mensagem importante é que o Estado de direito é visto como um princípio fundamental do progresso democrático e uma das principais condições para novas adesões. Devemos igualmente ser claros quanto à importância dos critérios de Copenhaga. A minha terceira observação é a seguinte: sugiro veementemente que a abertura de negociações de adesão com a Macedónia seja decidida no Conselho Europeu de Dezembro, de acordo com a recomendação da Comissão.

Petru Constantin Luhan (PPE), *por escrito*. – (EN) A Islândia é já há muito um parceiro activo no processo mais alargado de integração europeia. A Islândia coopera de perto com os Estados-Membros da UE como membro fundador da NATO, membro do Conselho da Europa, da EFTA, da OSCE e da Cooperação no âmbito de Schengen. Calcula-se, igualmente, que a Islândia tenha já adoptado cerca de 60% do extenso acervo comunitário. Desse ponto de vista, a candidatura da Islândia à adesão à UE é um passo lógico.

A meu ver, a Islândia sempre teve uma vocação europeia, e a sua adesão será vantajosa para ambas as partes. Aprendemos já, actualmente, com a Islândia a gestão sustentável dos recursos haliêuticos, o uso de aquecimento geotérmico e de medidas para combater as alterações climáticas. A Islândia deu provas da sua determinação em aderir à União ao responder às perguntas do questionário da Comissão, bastante antes do prazo expirar, e aguardo com expectativa a avaliação que será feita na Cimeira de meados de Dezembro. Se todos os requisitos forem cumpridos e for observado o princípio do mérito próprio, espero que a adesão da Islândia possa acontecer juntamente com a da Croácia.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) É necessária, para o processo de alargamento, uma estratégia diferenciada. Enquanto a Islândia é um país europeu pronto para a adesão à UE, os Estados dos Balcãs estão longe de estar prontos, com a excepção da Croácia. Os problemas pendentes são de difícil resolução após a adesão e permanecem por solucionar durante anos. Por conseguinte, não deverão subsistir quaisquer dúvidas quanto ao estado da preparação dos Estados balcânicos com vista à adesão, e os salários e as condições sociais no país deverão corresponder à média europeia. Durante anos, os relatórios sobre os progressos da Turquia consistiram numa longa lista de problemas. Se a Turquia fosse um automóvel, há muito que teria chumbado o teste de inspecção. É verdade que este país não faz parte da Europa, nem em termos geográficos, nem em termos espirituais ou culturais. Factos claramente revelados pelo seu desrespeito constante dos direitos humanos e da liberdade de expressão, que o plano para os curdos não consegue disfarçar, e pela questão cipriota. No entanto, talvez a UE também pretenda desviar-se do seu padrão no que toca aos direitos humanos. Só dessa forma se pode explicar a sua obediência aos decretos de Beneš. A Turquia considera-se o poder supremo dos povos Turcos. Os problemas da Europa só aumentariam com a adesão da Turquia, como o tem demonstrado repetidamente a sua actuação. Os aspectos positivos, como uma melhoria da segurança energética, também podem ser conseguidos através de uma parceira privilegiada. É mais do que tempo de começarmos a falar honestamente e de forma clara.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D), *por escrito*. – (HU) Na qualidade de eurodeputado proveniente da Hungria, um país vizinho da região dos Balcãs Ocidentais, apoio plenamente as ambições dos países dos Balcãs Ocidentais de aderir à União Europeia. Um passo importante nesse sentido foi a iniciativa implementada pela Comissão Europeia de supressão do requisito de visto para a Sérvia, a Macedónia e o Montenegro a partir de 1 de Janeiro de 2010. Todavia, a proposta do Parlamento Europeu, que previa a isenção de visto até 19 de Dezembro, teria um significado simbólico, além de vantagens práticas.

A União Europeia dificilmente poderia oferecer um presente de Natal melhor do que a possibilidade de viajar sem necessidade de visto aos húngaros que vivem em Vojvodina, na Sérvia, com numerosas ligações para a Hungria, beneficiando famílias e amigos que vivem dos dois lados da fronteira. Confio em que os Estados-Membros dêem a sua bênção a esta decisão ainda este mês.

A isenção de visto é uma resposta positiva aos esforços genuínos dos países dos Balcãs Ocidentais em direcção à integração europeia. A Sérvia registou progressos particularmente significativos recentemente. Inclusivamente no recente relatório da Comissão afirma-se que o novo governo do Primeiro-Ministro Mirko Cvetković tem tido êxito na sua luta contra a corrupção, para já não mencionar os progressos muitíssimos importantes feitos no domínio dos direitos das minorias. O Parlamento sérvio adoptou uma lei sobre os conselhos nacionais. Na linha de incentivar debates preliminares, será apresentada no Parlamento sérvio, na próxima semana, uma decisão sobre o estatuto de Vojvodina. Além dos numerosos desenvolvimentos positivos, os esforços devem prosseguir para erradicar os crimes violentos de raiz étnica e para pôr termo às agressões cada vez mais frequentes contra húngaros de Vojvodina.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE), *por escrito*. – (PL) Gostaria de agradecer ao senhor deputado Albertini a proposta de resolução sobre o Documento de Estratégia da Comissão Europeia relativo ao alargamento. Concorro, claro, que os países candidatos devem continuar o processo de reforma. Os esforços devem ser concentrados em assegurar o primado do direito e a igualdade de tratamento das minorias étnicas, bem como o combate à corrupção e ao crime organizado. A avaliação da situação política na Turquia, incluindo as reformas que estão previstas ou que tenham sido realizadas, repete a avaliação da Comissão contida no Relatório Periódico. Os progressos são evidentes na área da satisfação dos critérios políticos de Copenhaga, mas, infelizmente, ainda há muito a ser feito na ampla categoria das liberdades dos cidadãos. No entanto, o

mais importante de tudo é que as disputas bilaterais sejam resolvidas através do envolvimento das partes. Estes aspectos não podem, por si só, constituir obstáculos no caminho para a adesão, mas a UE deve esforçar-se para os solucionar antes da adesão. O Parlamento Europeu deve ser um observador objectivo, pois gostaríamos que as negociações finalizassem com um acordo, o que facilitaria a adesão da Turquia à UE. Enquanto cidadão da Polónia, um país que aderiu à União Europeia em 2004, sei que a estratégia de alargamento é uma das áreas mais eficazes da política da UE. É essencial respeitar os compromissos que foram assumidos, o que também se aplica à União Europeia. O objectivo das negociações é a adesão plena e, portanto, o cumprimento de condições duras, mas claras também deve ser um pré-requisito básico para que os candidatos consigam este objectivo. Este ponto aplica-se a todos os Estados, incluindo a Turquia.

Dominique Vlasto (PPE), por escrito. – (FR) A nossa resolução relativa a futuros alargamentos da UE deve reflectir a opinião dominante na Europa. Temos de evitar repetir os erros do passado e de construir a Europa em conjunto com os seus povos. As decisões a tomar estão repletas de compromissos e têm de ser convenientemente preparadas e explicadas, para que a maioria dos cidadãos europeus possa apoiá-las. O nosso Parlamento, que os representa, tem de estar particularmente vigilante nesta matéria.

A precipitação seria a pior das políticas e poderia reconduzir-nos à instabilidade institucional, apesar de a União Europeia estar agora prestes a sair dessa situação com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Hoje temos de testar o novo mecanismo institucional que decorre do Tratado de Lisboa, temos de construir uma Europa política e temos de consolidar as políticas que os nossos concidadãos desejam em matéria de emprego, de relançamento económico, de combate às alterações climáticas, de segurança do aprovisionamento energético e de defesa comum.

Não devemos inverter as prioridades, mas sim reforçar a coerência e a eficácia das políticas comunitárias antes de aspirarmos a novos alargamentos da UE. Por último, continuo a opor-me à adesão da Turquia à União Europeia e a desejar, em vez disso, o estabelecimento de uma parceria privilegiada com aquele país no contexto da União para o Mediterrâneo.

13. Eliminação da violência contra as mulheres (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta das seguintes perguntas orais:

- (O-0096/2009) apresentada pela deputada Eva-Britt Svensson, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, ao Conselho, sobre o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres (B7-0220/2009), e

- (O-0096/2009) apresentada pela deputada Eva-Britt Svensson, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, à Comissão, sobre o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres (B7-0220/2009).

Recordo que hoje é o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres, pelo que a oportunidade de realizar este debate é particularmente importante para nós.

Eva-Britt Svensson, autora. – (SV) Senhora Presidente; hoje é o dia 25 de Novembro, do décimo aniversário da instituição pela ONU do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres. Ao longo de toda a minha vida adulta, estive sempre politicamente envolvida em organizações de mulheres e em redes de combate a essa mesma violência. No meu trabalho, creio que empreguei todos os termos possíveis para descrever a situação. Creio que empreguei muitíssimos termos – fizemo-lo todos nesta causa. Agora acho que necessitamos mesmo de algumas acções concretas.

Há um certo tipo de violência que esbulha as mulheres dos seus direitos humanos. Ela afecta e tolhe as mulheres na sua vida quotidiana. É um tipo de violência que determina o curso da vida e a situação das mulheres e jovens.

Todos temos a responsabilidade de quebrar o silêncio e, no Parlamento e fora dele, cooperar com todas as forças que lutam pelo bem para pôr fim a essa violência. Ela compreende a violência no quadro de relações íntimas, o assédio sexual, abusos físicos e psicológicos, a violação, o homicídio, o tráfico para fins de exploração sexual e a mutilação genital feminina. Em períodos de guerra e conflitos armados e de reconstrução após os conflitos, as mulheres são mais sujeitas a violência, tanto individual como colectivamente.

Há quem alegue que a violência no quadro de relações íntimas é uma questão privada, um problema de família. Não é assim. Trata-se de uma forma de violência estrutural e de um problema social. A sociedade tem de assumir a responsabilidade de pôr cobro a essa violência.

É um problema estrutural e muito difundido em todas as regiões, países e continentes. A eliminação de todas as formas de violência baseadas no género é essencial a uma sociedade igualitária. A violência masculina dirigida contra as mulheres constitui, a meu ver, um indício claro de uma relação de poder desigual entre homens e mulheres. Por outro lado, contribui para a perpetuação dessa ordem de poder. A acção tendente a eliminar a violência masculina contra as mulheres tem de ser informada pela consciência de que se está perante uma questão de poder, de controlo, de ideias de género e sexualidade e predominio de um modelo de organização social em que os homens são considerados superiores às mulheres. A violência masculina contra as mulheres é um índice claro de uma relação de poder desigual entre as mulheres e os homens.

Isto constitui um problema de saúde pública. Constitui um problema social, que – para lá de todo o sofrimento pessoal que gera – acarreta custos enormes para a sociedade. Contudo, é sobretudo um problema de igualdade. Como tal, precisamos de atacar o problema da violência contra as mulheres numa perspectiva de igualdade. Isso significa também que a UE tem poderes para agir, e é isso que eu e os meus colegas da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros reclamamos que ela faça.

Na UE, temos o Programa Daphne, que presta alguma assistência económica a diversas iniciativas de combate à violência. Isso é positivo e necessário, mas está longe de ser suficiente. A Comissão parlamentar dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros pergunta, por isso, à Comissão e ao Conselho se há planos no sentido de os Estados-Membros elaborarem planos nacionais de acção de abordagem da violência dirigida contra as mulheres. A Comissão tem em preparação propostas de directrizes para uma estratégia mais coerente da UE, e o Conselho está disposto a apoiá-las? As actuais disposições do Tratado consagram uma obrigação de trabalhar em prol da igualdade entre as mulheres e os homens.

Quando tenciona a Comissão organizar um Ano Europeu contra a Violência contra as Mulheres? O Parlamento tem feito repetidos apelos nesse sentido desde 1997. Já era tempo de o fazer!

Åsa Torstensson, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; a ilustre senhora deputada e presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Géneros levantou uma questão grave e urgente. Quero começar a minha intervenção frisando bem que a violência contra as mulheres não tem lugar numa sociedade civilizada.

Este ano comemoramos o décimo aniversário da Resolução das Nações Unidas que declara o dia 25 de Novembro Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres. Hoje evocamos as inúmeras mulheres e raparigas que são vítimas de violência em zonas de guerra e áreas de conflito. Estamos cientes do sofrimento que é infligido às mulheres que, por todo o mundo, são violadas, abusadas ou assediadas ou são vítima de práticas tradicionais funestas. Manifestamos a nossa solidariedade às vítimas de casamentos forçados e de violência sob a forma de crimes de honra, que podem revestir variadíssimos aspectos, da mutilação genital feminina ao assassinio. Estamos cientes das preocupantes proporções que o fenómeno quotidiano da violência contra as mulheres, nas suas numerosas vertentes, assume na Europa.

A violência contra as mulheres é um problema que se prende com um grande número de domínios de intervenção política distintos. Isso é claramente afirmado na proposta de resolução sobre a eliminação da violência contra as mulheres que o Parlamento votará amanhã. O conceito de violência contra as mulheres não se esgota no crime e na injustiça que é cometida contra as mulheres, pressupõe também autoria masculina, e é também uma questão de igualdade. A melhor estratégia de combate a este tipo de violência consiste em adoptar uma abordagem holística e partir de uma definição lata do conceito de violência contra as mulheres.

Em todo o seu trabalho de promoção da igualdade, o Conselho rege-se pelo princípio da integração da igualdade. Nos termos do disposto nos artigos 2.º e 3.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Conselho deve promover a igualdade entre os homens e as mulheres em todas as suas actividades.

O Conselho tem suscitado o problema da violência contra as mulheres em várias ocasiões e em vários contextos diferentes. Queria começar por algo de positivo. Um dos exemplos mais bem-sucedidos de integração da igualdade na UE até à data é o da questão das mulheres e dos conflitos armados, em que começa a surgir uma política mais ampla de combate à violência contra as mulheres.

Naturalmente, a capacidade de acção do Conselho neste domínio restringe-se às competências previstas no Tratado, sendo os Estados-Membros responsáveis pelas matérias sob a sua alçada, designadamente, as questões ligadas à justiça e aos assuntos internos, bem como as questões de saúde.

Os Estados-Membros são livres de elaborarem planos próprios de combate à violência contra as mulheres, mas também beneficiam da cooperação. Todavia, há também medidas a nível europeu. A erradicação da violência baseada no género e do tráfico é uma das seis áreas prioritárias previstas no Roteiro da Comissão para a igualdade entre homens e mulheres (2006-2010). Ao abrigo desse roteiro, a Comissão apoia os Estados-Membros em actividades de produção de estatísticas comparáveis, promoção de acções de sensibilização, intercâmbio de boas práticas e cooperação no campo da investigação. Agora, estamos a aguardar com expectativa o novo plano para a igualdade da Comissão para o período 2011-2015.

O Programa de Estocolmo, que deverá ser adoptado no mês que vem, proporciona um enquadramento para a abordagem de muitas das preocupações em matéria de violência contra as mulheres que foram manifestadas pelo Parlamento Europeu. Estamos desejosos de que o programa seja aprovado, para começar a ser aplicado.

Entretanto, já está a ocorrer muita coisa a nível da UE, particularmente em matéria de sensibilização, recolha de informação e intercâmbio de boas práticas. Alguns dos presentes estiveram em Estocolmo na recente conferência da Presidência dedicada, precisamente, ao tema das estratégias de combate à violência masculina contra as mulheres, que permitiu aos participantes partilhar experiências e discutir a política futura.

A decisão de 2007 que cria o Programa Daphne III, que tão importante foi no combate à violência dirigida contra as crianças, os jovens e as mulheres, teve também um alcance significativo. Saúde o impacto que o Programa Daphne teve e continua a ter nas nossas sociedades.

Na sua resolução, a Câmara salienta muito acertadamente que não existem dados regulares e comparáveis referentes aos diferentes tipos de violência contra as mulheres. O Conselho está igualmente bem ciente da importância de que se reveste a recolha de dados rigorosos e comparáveis, para podermos aperfeiçoar a nossa compreensão do problema da violência contra as mulheres a nível europeu. Espero que o Instituto Europeu para a Igualdade de Género, que foi criado conjuntamente pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, possa dar um contributo de peso nesse campo. O Conselho já tomou, ele próprio, medidas concretas para melhorar o acesso às estatísticas referentes à violência contra as mulheres. O Conselho tem trabalhado no quadro da Plataforma de acção de Pequim e adoptou indicadores especiais em três áreas relevantes neste ponto: 1) violência contra as mulheres no lar, 2) assédio sexual no local de trabalho, e 3) as mulheres e os conflitos armados. Fizemos progressos, mas, naturalmente, é necessário fazer muito mais.

Muitas das mulheres mais vulneráveis do mundo vivem em países em desenvolvimento. O Conselho, que está ciente disso, adoptou uma série de conclusões sobre "Igualdade de género e empoderamento das mulheres no âmbito da cooperação para o desenvolvimento", em que salienta a importância de se atacarem todas as formas de violência baseada no género, incluindo práticas e costumes tão nefastos como a mutilação genital. No entanto, não devemos contentar-nos com isto. A mutilação genital feminina, os chamados crimes de honra e os casamentos forçados são uma realidade também na própria UE.

O Parlamento Europeu tem estado sistematicamente na vanguarda no que respeita a reclamar a adopção de medidas contra as práticas tradicionais nocivas. Em conformidade com essa abordagem, o Conselho reiterou o seu empenho na protecção das camadas mais vulneráveis, nas conclusões relativas à situação das meninas que adoptou no ano transacto. Nessas conclusões, o Conselho frisava, e cito, que "a eliminação de todas as formas de violência contra as meninas, incluindo o tráfico e as práticas tradicionais nocivas, é crucial para a emancipação das raparigas e das mulheres e para a consecução da igualdade entre mulheres e homens na sociedade".

Conforme salientou a ilustre deputada na introdução à sua pergunta, a violência contra as mulheres tem um efeito prejudicial sobre a sua capacidade de participação na vida social, política e económica. As mulheres que, em consequência da violência, são excluídas das actividades sociais, incluindo o emprego, incorrem em risco de marginalização e pobreza.

Isto traz-me de volta à abordagem holística que mencionei no início, e ao carácter estrutural da violência, que é sublinhado na pergunta ao Conselho. O problema da violência contra as mulheres é um problema de natureza mais geral – de desigualdade. A campanha mais vasta de promoção da atribuição de poderes e responsabilidades às mulheres contribui para o combate à violência. As mulheres que são livres de explorar todo o seu potencial são menos vulneráveis à violência que as mulheres excluídas. O Conselho tem também explicado repetidamente que é necessário mitigar a pobreza das mulheres. O emprego é, amiúde, o melhor meio de se deixar para trás a pobreza. É preciso fazer mais para facilitar a participação das mulheres no mercado de trabalho. A crise económica e social torna as mulheres mais vulneráveis. Na sua reunião de 30 de Novembro de 2009, o Conselho deverá adoptar uma série de conclusões sobre o tema Igualdade entre os géneros: reforço do emprego e do crescimento – contributo para a Estratégia de Lisboa pós-2010. O objectivo

é assegurar um lugar proeminente nas futuras estratégias à integração da igualdade e a medidas especiais de promoção da igualdade.

No momento em que comemoramos o 10.º aniversário da Resolução das Nações Unidas que declara o dia 25 de Novembro Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres, reconhecemos a magnitude deste problema. Ao mesmo tempo, saudamos igualmente o facto de as nações estarem a trabalhar em conjugação de esforços para lhe pôr termo. Uma grande parte da nossa acção de combate à violência contra as mulheres aqui na Europa é desenvolvida num quadro internacional.

Na sua próxima reunião, em Março de 2010, a Comissão da Condição Feminina da ONU iniciará um processo de reavaliação da Plataforma de acção de Pequim, por ocasião do seu 15.º aniversário. A Presidência sueca já elaborou um relatório sobre os progressos efectuados na União Europeia e os desafios que permanecem. No dia 30 de Novembro, o Conselho deverá adoptar uma série de conclusões relacionadas com esse tema. A Plataforma de acção de Pequim proporciona-nos uma estrutura e um programa a longo prazo no domínio da política internacional de igualdade de género. O Conselho está activamente envolvido nesse trabalho, parte significativa do qual se prende com o combate contra a violência contra as mulheres.

O problema da violência contra as mulheres não conhece fronteiras nacionais. Precisamos de enfrentar isto a nível internacional, tanto na Europa como fora dela. Precisamos de intensificar a luta contra a violência baseada no género nas nossas missões internacionais e não devemos fechar os olhos à violência que é cometida nos nossos países, contra concidadãos nossos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; vou repetir o que disse no início: a violência contra as mulheres não tem lugar numa sociedade civilizada. Estou muito grata ao Parlamento por ter suscitado esta questão hoje. Vossas Excelências têm todo o apoio do Conselho, desta Presidência e de todos aqueles que lutam pelas suas convicções e defendem os princípios da justiça, igualdade e solidariedade.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhora Presidente, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Comissão gostaria de reiterar o seu firme compromisso político para com o combate à violência contra as mulheres. Este compromisso encontra-se reflectido na comunicação sobre o Programa de Estocolmo, que inclui entre as suas prioridades a necessidade de prestar uma atenção especial aos direitos das crianças e à protecção de pessoas particularmente vulneráveis, como as mulheres vítimas de violência e as pessoas idosas.

Com o seu roteiro para igualdade entre mulheres e homens para o período 2006-2010, a Comissão Europeia comprometeu-se a contribuir para a erradicação da violência sexual e da violência. O combate à violência contra as mulheres será também uma importante prioridade da nova estratégia, que seguirá o roteiro e que está a ser preparada neste momento.

No entanto, é também primordial financiar medidas concretas no terreno. A Comissão já contribuiu em larga medida para a luta contra a violência na Europa através do programa Daphne. A sua resposta nos domínios da prevenção da violência e do apoio às vítimas deverá agora ser reforçado através de medidas mais concretas.

Antes de mais, a Comissão identificou medidas no âmbito do programa Daphne III, a fim de implementar uma estratégia da UE mais coerente para combater a violência contra as crianças, os jovens e as mulheres. Graças a um orçamento anual de aproximadamente 17 milhões de euros em 2009, a Comissão visou directamente os grupos de risco. Estes fundos complementaram a ajuda prestada pelos programas nacionais.

O programa de trabalho do programa Daphne III para 2010 prevê a criação de um grupo consultivo de peritos. Este grupo poderá ajudar a identificar medidas necessárias a nível comunitário e encorajar uma abordagem comum entre os Estados-Membros.

A Comissão irá começar também a trabalhar num importante estudo de viabilidade destinado a avaliar se é possível e necessário harmonizar a legislação contra a violência sexual e a violência contra as crianças a nível da UE. Os resultados desse estudo serão apresentados no Outono de 2010. A Comissão tenciona reunir representantes dos governos dos Estados-Membros, instituições comunitárias, de grupos políticos, de organizações da sociedade civil, de organizações internacionais, etc., tendo em vista a elaboração de uma política comunitária mais explícita.

Além disso, o intercâmbio de boas práticas, de normas e de modelos de intervenção já foi tema de debates organizados em Dezembro de 2007, sob os auspícios da Rede Europeia de prevenção da criminalidade.

Por último, importa salientar que as formas extremas de violência contra as mulheres devem ser combatidas com os instrumentos mais severos. Nesse sentido, a Comissão propôs, no mês de Março, uma modificação do enquadramento penal europeu em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos e contra a exploração sexual de crianças, que afecta sobretudo as mulheres vulneráveis e as jovens em particular.

Quanto ao pedido de organização de um ano europeu sobre a violência contra as mulheres, a Comissão concluiu, com base numa avaliação aprofundada, que uma iniciativa dessa natureza seria prematura antes de ter sido elaborada uma verdadeira estratégia de combate à violência.

Gostaria agora de dar a palavra à minha colega Benita Ferrero-Waldner.

Benita Ferrero-Waldner, Membro da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como é do conhecimento de todos – e sendo eu própria uma mulher, claro –, estive sempre envolvida no combate à violência contra as mulheres, mas também na questão da capacitação das mulheres em geral, não só nos últimos cinco anos do meu mandato como Comissária responsável pelos Assuntos Externos, mas também antes, na qualidade de Ministra. Essa é a razão por que gostaria de acrescentar algumas palavras sobre este ponto.

No que se refere ao plano externo, para além das intervenções específicas nos países em desenvolvimento, sobre as quais o meu colega irá falar um pouco mais tarde, o combate à violência contra as mulheres passou a ser um ponto central da política de direitos humanos da União, cuja acção foi reforçada por um conjunto de directrizes específicas adoptadas em Dezembro de 2008.

A implementação dessas directrizes desenrola-se principalmente a nível local, nos países terceiros onde a União Europeia está presente. Em cerca de 90 países, as embaixadas dos Estados-Membros da UE e as delegações da Comissão Europeia desenvolveram os seus próprios programas de acção, que visam implementar estas directrizes e que prevêem toda uma série de iniciativas a empreender no período compreendido entre 2009 e 2010.

Transmitimos nesse quadro, sistematicamente, uma mensagem clara: a violação dos direitos das mulheres não pode ser justificada em nome do relativismo cultural ou das tradições.

No contexto destes diálogos, oferecemos também assistência sob a forma da nossa cooperação, no sentido, por exemplo, da implementação as recomendações do Relator Especial da ONU sobre a Violência contra as Mulheres, do reforço das instituições nacionais responsáveis pelas questões relacionadas com a igualdade dos géneros ou do apoio à modificação das legislações que prevêem a discriminação das mulheres.

O tema "Mulheres, paz e segurança", que é o tema tratado nas Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, captou toda a nossa atenção. Além disso, em Dezembro de 2008, a União Europeia adoptou também uma abordagem global para a implementação dessas resoluções.

Isto proporciona, do meu ponto de vista, uma base de princípios comuns para as acções que relevam da política europeia de segurança e defesa e para as intervenções que envolvem a utilização de instrumentos comunitários. Tais actividades deveriam permitir-nos integrar mais eficazmente a dimensão "feminina" em todo o ciclo de conflitos, desde a prevenção, gestão e resolução de crises até à consolidação da paz e da reconstrução a longo prazo.

Pessoalmente, solicitei o apoio de 40 mulheres que exercem cargos dirigentes oriundas de todas as partes mundo, a fim de imprimir um novo impulso à implementação da Resolução 1325, e propus, como é do vosso conhecimento, a organização de uma conferência ministerial dez anos após a sua histórica adopção. Esta ideia mereceu a aprovação do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o que muito me orgulha. Porém, o que é porventura ainda mais importante é o facto de, na preparação desta conferência ministerial, um número crescente de Estados e de organizações internacionais, como a União Africana, terem decidido intensificar os seus esforços na promoção da Resolução 1325, especialmente através do desenvolvimento de planos de acção nacionais.

Senhora Presidente, gostaria de concluir com uma nota pessoal. Valorizo muito as possibilidades proporcionadas pelas políticas da UE, tanto externas como internas, para combater a violência contra as mulheres, e congratulo-me com o apoio que estas mereceram em geral. Estou muito satisfeita por ver que esta acção, que no passado se limitava um pouco a um compromisso pessoal, está a agora tornar-se um esforço totalmente conjunto.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS*Vice-presidente*

Barbara Matera, *em nome do Grupo PPE.* – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a eliminação da violência contra as mulheres é um tema muito importante, que requer mais esforço e um maior compromisso por parte de todos nós: Instituições europeias, Estados-Membros e sociedade civil.

A violência contra as mulheres, para além de constituir uma violação dos direitos humanos, tem graves consequências individuais e sociais que não podem ser ignoradas. Trata-se, pois, de um tema que deve ser enfrentado em diferentes perspectivas.

Na perspectiva cultural, temos de combater qualquer eventual ideia de que se pode justificar a violência com base em aspectos culturais, religiosos ou sociais. É preciso organizar campanhas de informação e sensibilização que cheguem também aos jovens, devendo, portanto, realizar-se nas escolas. A organização de um Ano Europeu, várias vezes proposta pelo Parlamento Europeu, poderia ter o justo impacto a nível europeu e a nível internacional para a construção de uma política mais coerente e eficaz.

Na perspectiva política, é essencial incluir este tema como uma prioridade nas agendas políticas nacionais, europeias e internacionais. Por isso considero oportuno criar laços mas fortes – estou quase a terminar – entre a União Europeia e as Nações Unidas, para que possamos trabalhar todos, em conjunto, no mesmo sentido. A este propósito, foi exemplar a audição com a Vice-Secretária-Geral das Nações Unidas, Asha-Rose Migiro, no Parlamento Europeu. Por isso faço votos de que possamos todos reforçar cada vez mais a nossa cooperação.

Britta Thomsen, *em nome do Grupo S&D.* – (DA) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje, dia 25 de Novembro, homens e mulheres do mundo inteiro estão a celebrar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres promovido pelas Nações Unidas.

A violência contra as mulheres é uma importante questão social que não pode ser reduzida simplesmente a uma questão das mulheres. Trata-se antes de uma questão de violação de direitos humanos, do direito à vida e do direito à segurança. A ONU calcula que sete em cada dez mulheres serão vítimas de violência por parte dos homens durante a sua vida. Com efeito, a violência dos homens causa mais mortes entre as mulheres do que a malária, os acidentes de trânsito, o terrorismo e a guerra em conjunto. Não podemos simplesmente permanecer espectadores passivos. É essencial que nós, na UE, ajamos AGORA. A Comissão tem de apresentar, o mais brevemente possível, um plano tendo em vista uma política da UE destinada a combater todas as formas de violência contra as mulheres.

Se considerarmos as iniciativas dos vários Estados-Membros, torna-se muito claro que alguns países levam o problema mais a sério do que outros. A Espanha, que vai assumir a Presidência do Conselho em 1 de Janeiro, colocou o combate à violência contra as mulheres entre as grandes prioridades da sua presidência. A Espanha é o único Estado-Membro da UE que criou um observatório da violência e que apresenta anualmente um relatório sobre a evolução da violência relacionada com o género, actualizando regularmente a melhor estratégia que consegue conceber para combater essa violência. Devemos dar o nosso apoio à iniciativa a apresentar pela próxima Presidência espanhola tendo em vista a criação de um observatório da violência na UE para benefício de todas as mulheres europeias.

Antonyia Parvanova, *em nome do Grupo ALDE.* – (EN) Senhor Presidente, não é apenas e só pela circunstância de se comemorar o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres que, quando analisamos uma resolução sobre este tema, nos devemos perguntar se já fizemos suficiente. Na Europa, hoje, uma em cada quatro mulheres é vítima de violência, de violência doméstica, de violação, de exploração sexual ou de mutilação genital feminina.

Um dos mais hediondos exemplos de violência com base no género é a utilização da violação como arma em situações de guerra, como acontece no Congo. É chegado o momento de dispormos de uma estratégia abrangente da UE que conduza a um plano de acção concreto destinado a lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo o tráfico de mulheres.

Senhora Comissária, gostaria de informar que hoje, no quadro da resolução sobre o Programa de Estocolmo, votámos uma alteração que solicita que se elabore uma directiva e um plano de acção europeu sobre a violência contra as mulheres, que garanta a prevenção da violência, a protecção das vítimas e a perseguição judicial dos autores desse tipo de crimes.

Espero que, desta feita, os nossos colegas, a Senhora Comissária e também o Conselho não invoquem o princípio da subsidiariedade, e que, muito em breve, disponhamos dessa directiva e desse plano de acção. Levantámos também esta questão junto da Presidência espanhola, que se mostra extremamente favorável a esta prioridade. Espero que seja uma prioridade para todos nós.

Raül Romeva i Rueda, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhor Presidente, é efectivamente necessário estabelecer uma base jurídica clara para a luta contra todas as formas de violência contra as mulheres.

Exorto igualmente o Conselho e a Comissão a tomarem uma decisão sobre a comunitarização total da política europeia. Nenhum dos Estados-Membros da UE consegue, por si só, fazer frente a estes problemas. É preciso que a tolerância zero face a todas as formas de violência contra as mulheres se torne uma verdadeira prioridade para a totalidade das instituições de toda a Europa.

O pedido apresentado pelo Parlamento ao Conselho e à Comissão de um plano de acção europeu mais incisivo e coerente de combate a todas as formas de violência contra as mulheres constitui um passo na direcção certa, como o tem referido o Observatório da Violência.

Para além disso, gostaria igualmente de recordar à Comissão e ao Conselho o meu pedido de que se aborde a violência contra as mulheres, a nível internacional, no quadro da dimensão da violação dos direitos humanos, em particular, no contexto dos acordos de associação bilaterais e dos acordos comerciais internacionais, em vigor e em curso de negociação, como também se refere no meu relatório sobre os assassinatos de mulheres ("feminicídios"). Gostaria igualmente de solicitar à Senhora Comissária se pode ser um pouco mais concreta a este respeito.

Permitam-me que conclua, congratulando-me com a presença, nas galerias, dos nossos amigos da Associação Congoleza para a Paz e a Justiça. Ofereceram-nos estas flores para que nos lembremos diariamente de que esta é uma luta comum, que será necessário travar em conjunto, também com as populações que sofrem e lutam no terreno neste domínio.

Marina Yannakoudakis, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, a violência contra as mulheres, especialmente em ambiente doméstico, é uma questão que precisa de ser debatida, e felicito a Presidência da Comissão Direitos da Mulher e Igualdade de Género por ter trazido o tema à colação.

No entanto, é necessário que reconheçamos que esta questão não é apenas uma questão de género. Não é apenas uma questão de igualdade. Com efeito, não é apenas uma questão de direitos humanos, é também, antes de mais, uma questão de direito penal. E, por ser uma questão de direito penal, diz respeito à soberania dos Estados, cabendo aos Estados-nação resolvê-la.

De acordo com o Conselho da Europa, uma em cada quatro mulheres será vítima de violência na sua vida. A UE pode ser proactiva neste domínio, proporcionando recursos para a educação e a sensibilização acrescidas e abrindo o debate sobre a violência não só contra as mulheres mas também contra os homens: segundo do Ministério da Administração Interna do Reino Unido, um em cada seis homens é vítima de violência doméstica.

Visitei recentemente o Projecto Elevate, um refúgio de mulheres em Londres, para falar com vítimas de violência doméstica. Provêm de todos os grupos socioeconómicos. Não existe um estereótipo. A violência afecta as vítimas, as suas famílias e filhos. Os efeitos são, simultaneamente, internos e com projecção externa, destruindo vidas. O caminho para a reconstrução dessas vidas é longo e carece de apoio. O projecto Elevate oferece às vítimas um porto seguro e apoia-as na reconstrução da autoconfiança e da capacidade de viverem em sociedade. Este tipo de projectos precisa de apoio e de assistência financeira.

A UE pode ser pró-activa, quebrando alguns dos tabus em torno da violência contra as mulheres – e os homens. Este é um fenómeno que, nós, como sociedade, não podemos mais dar-nos ao luxo de ignorar.

Laurence J.A.J. Stassen (NI). – (NL) A senhora deputada Svensson formulou uma pergunta oral sobre a violência contra as mulheres e apresentou um projecto de resolução, onde refere que a violência contra as mulheres é um problema estrutural e generalizado em toda a Europa e que o mesmo deriva da desigualdade entre homens e mulheres.

Embora o Partido para a Liberdade neerlandês não possa concordar com uma acção conjunta para combater este problema a nível europeu, somos, contudo, a favor destas propostas e exortamos os Estados-Membros a empreenderem uma acção integrada a nível individual. O Partido para a Liberdade condena da forma mais veemente qualquer forma de violência contra as mulheres. Na Europa registam-se, contudo, numerosos casos de violência contra mulheres muçulmanas, sobretudo no ambiente doméstico. Por conseguinte, importa

pensar também nos casos de violência doméstica, nos crimes de honra e na mutilação genital feminina que decorrem da visão muçulmana sobre papel do homem e da mulher.

Muito embora o Partido para a Liberdade considere toda a violência contra as mulheres extremamente condenável, gostaríamos de chamar aqui a atenção para esta forma específica de violência. Permitam-me que o saliente uma vez mais: isto é totalmente inaceitável. Por esta razão, o meu partido quer lançar um forte apelo aos Estados-Membros para que combatam estas formas de violência e ponham em marcha uma investigação específica sobre a violência contra as mulheres relacionada com o Islão.

Edít Bauer (PPE). – (HU) Senhora Ministra, Senhores Comissários, também eu desejo recordar as palavras da Senhora Ministra: a violência não tem lugar nas sociedades civilizadas. Estamos a comemorar o 10.º aniversário da resolução das Nações Unidas relativa ao combate à violência contra as mulheres. Enquanto ouvia as vossas intervenções e as intervenções dos meus colegas, interrogava-me se daqui a 10 ou 20 anos os nossos sucessores ainda dirão nesta Câmara que a violência não tem lugar nas sociedades civilizadas. É verdade que o tempo corre contra nós enquanto assistimos a um aumento das agressões nas nossas sociedades. Os meios de comunicação social exercem uma influência neste aumento, mas é um aumento que também se prende com a crise. Os psicólogos dizem que as agressões são mais frequentes em tempos de crise. A violência contra as mulheres constitui, sem dúvida, um problema, mas existe igualmente o problema - como os colegas homens afirmam sempre - de os homens serem também eles vítimas de violência. Lamentavelmente, as estatísticas continuam a indicar que 95% das vítimas são mulheres. No caso do tráfico de seres humanos, 80% das vítimas são também mulheres. Penso que é chegada a hora de as instituições europeias abordarem este problema com mais seriedade.

Iratxe García Pérez (S&D). – (ES) Senhor Presidente, milhões de pessoas, milhões de mulheres erguem hoje a voz em todo o mundo contra a violência de género. Hoje, não podemos fechar os olhos a este flagelo social, que se manifesta em relações historicamente desiguais. Não há nenhuma razão, nenhum argumento, nem nenhuma possibilidade de compreensão. Há mulheres que são assassinadas simplesmente por serem mulheres.

Face a esta realidade, todos temos a responsabilidade de colocar todos os meios que estejam à nossa disposição para eliminar a violência de género e para avançar no sentido de uma sociedade mais igualitária, através de uma legislação corajosa e determinada. Esta responsabilidade incumbe a todos nós: instituições europeias, Estados-Membros e organizações.

Países como a Espanha assumiram um compromisso claro nesta matéria. A Lei contra a Violência de Género é um instrumento necessário e indispensável e, portanto, um exemplo a seguir no resto da Europa. Poderia também mencionar a educação para a igualdade, o combate aos estereótipos e a assistência jurídica às vítimas. Estou certa de que poderíamos continuar a enumerar muitas outras políticas necessárias neste domínio. A próxima Presidência espanhola apontou a luta contra a violência de género como um dos seus objectivos prioritários. Creio que isto é muito importante e espero que o Parlamento apoie decididamente todas e cada uma das iniciativas dirigidas nesse sentido.

Devemos fazer um esforço comum e trabalhar em conjunto. Só desse modo seremos capazes de apoiar os milhões de mulheres vítimas que não podem permitir-se esperar nem um minuto mais.

Corina Crețu (S&D). – (RO) Tal como já foi salientado neste hemiciclo, a violência contra as mulheres é realmente uma questão extremamente séria à qual nem sempre dedicamos a devida atenção. Este problema atinge níveis assombrosos nos países em desenvolvimento, e sobretudo naqueles destruídos por guerras e conflitos. A violação e a violência sexual de que são alvo raparigas, mulheres e crianças atingiram proporções de epidemia nos países africanos dilacerados por guerras, sobretudo o Congo, a Somália, o Burundi e a Libéria, mas infelizmente a tremenda incidência de actos de violência não é apenas típica dos países em conflito, sendo também evidente em grande escala mesmo nos países mais pacíficos e democráticos do mundo.

Temos o dever de focarmos a nossa atenção e esforços em punir aqueles que são culpados de violarem os direitos humanos, ao mesmo tempo que nos esforçamos por melhorar a segurança das mulheres e garantir uma ajuda adequada às vítimas de agressões sexuais, que pode ir desde a ajuda médica até à sua reintegração nas suas famílias e sociedades.

Por último, gostaria de vos recordar os eventos que ocorreram no seio da Comissão do Desenvolvimento dedicados ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e também agradecer ao

Senhor Comissário De Gucht por ter estado presente nestes eventos e pelo interesse que manifestou nesta questão, bem como à Senhora Comissário Ferrero-Waldner pela sua participação no debate.

Sílvia Costa (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de dedicar este Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres à memória de Anna Politkovskaya, jornalista e mulher que pagou com a vida o seu amor à verdade, e ainda às mulheres africanas envolvidas em conflitos e às muitas formas de sofrimento de mulheres na Europa, que passam frequentemente despercebidas.

Estes exemplos contrastam com a imagem degradante e consumista que os meios de comunicação social muitas vezes fazem passar da identidade feminina, contribuindo para a criação de uma cultura em que as mulheres são oprimidas e humilhadas. Esta é também uma grave forma de violência contra a qual a Europa se deve pronunciar e intervir.

É urgente criarmos um sistema europeu coerente de registo para efeitos estatísticos – como já foi dito mais do que uma vez –, com particular referência às menores, ao tráfico, à violência física e sexual e às mulheres das categorias mais vulneráveis, como as mulheres migrantes. Mas gostaríamos também de ver resultados concretos das directrizes da União Europeia relativas às mulheres em conflitos armados, que a Senhora Comissária também referiu, pelo menos através da medida de apoio financeiro e de outros tipos a projectos, muitas vezes da responsabilidade de pequenas associações, de ONG locais, nomeadamente em países que procuram reintegrar e apoiar as mulheres vítimas de violência.

Sabemos que temos hoje uma nova possibilidade, oferecida pelo Tratado de Lisboa e pelo Programa de Estocolmo, de inscrever esta acção preventiva no âmbito comunitário.

Todavia, temos também de denunciar outro aspecto da violência: o contexto em que ela se verifica. A violência associada ao álcool e às drogas está a aumentar entre os jovens e os adolescentes, e talvez devêssemos referi-lo mais quando discutimos a violência contra as mulheres.

Joanna Senyszyn (S&D). – (PL) Senhor Presidente, milhões de mulheres são espancadas, molestadas, compradas, vendidas, violadas e mortas apenas porque são mulheres. São mais as mulheres que morrem devido a agressões sofridas do que as que morrem de cancro. Temos de fazer com que a opinião pública entenda que, numa sociedade moderna e democrática, não há lugar para a violência contra as mulheres. Vamos começar por educar a classe política e libertar a política das influências das religiões que consentem a dominação dos homens. Esta é uma condição essencial para a igualdade real e para acabar com a violência.

No meu país, a direita conservadora, que está sob o controlo do clero, recusa-se a conceder plenos direitos humanos às mulheres. Promovem uma família patriarcal, na qual o papel da mulher gira em torno da cozinha, do berço e da igreja. As mulheres não têm direito ao aborto, e existem planos para as privar do direito à fertilização *in vitro*. A idealizada "Mãe polaca" carregando a sua cruz, sob a forma de um marido que lhe bate, é um absurdo que deve ser combatido social e juridicamente.

Gostaria de endereçar um convite cordial para uma conferência sobre a eliminação da violência contra as mulheres, a ter lugar no dia 10 de Dezembro, no Parlamento Europeu, organizada por iniciativa do Centro dos Direitos da Mulher da Polónia.

Pascale Gruny (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos os dias, na Europa, uma em cada cinco mulheres é vítima de violência. A violência contra as mulheres é inaceitável, independentemente da forma com que se manifesta. Porém, na Europa, muitas mulheres e raparigas jovens continuam a viver na sombra da agressão ou da exploração.

Os números são alarmantes. A violência contra as mulheres manifesta-se sob múltiplas formas e regista-se em todo o lado: a violência doméstica na esfera do lar, abuso sexual, assédio sexual no local de trabalho, violação, inclusive no âmbito das próprias relações conjugais, sendo também utilizada como tática de guerra fora da Europa.

Na Europa, a violência doméstica constitui a principal causa de morte e de invalidez entre as mulheres com idades compreendidas entre os 16 e os 44 anos. No preciso momento em que aqui estamos a debater estas gravíssimas questões, há mulheres que estão a ser violadas. Falar destas questões não basta. É tempo de agir.

A União Europeia tem o dever de proteger os seus cidadãos mais vulneráveis. O combate à violência contra as mulheres é uma luta pelos direitos humanos fundamentais, e o programa Daphne, que apoia as acções tendentes a combater todas as formas de violência, é insuficiente.

Há que considerar novas medidas para o desenvolvimento de planos europeus coerentes. Apoio a iniciativa de organizar um ano europeu de combate à violência contra as mulheres, uma iniciativa que a nossa Instituição já vem solicitando há mais de uma década.

Licia Ronzulli (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de reiterar as afirmações das senhoras deputadas Matera e Stassen relativamente à violência por razões culturais e religiosas. Nessa linha, vou utilizar este minuto para vos relatar uma experiência que vivi pessoalmente como voluntária numa das minhas missões.

É a história de uma mulher, a história de Karin, a história de uma mulher que não queria usar a burca. Para a castigar, o marido derramou ácido sobre ela. Fê-lo de noite, quando ela estava a dormir. Agora, a Karin usa burca, não porque queira usá-la, mas para esconder as marcas dessa trágica violência.

Espero que este dia não se torne apenas mais uma data no calendário, mas que possa ajudar as mulheres que, diariamente, são vítimas de violência, e que as nossas palavras possam transformar-se em factos e acções concretas.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muitas mulheres na Europa e em todo o mundo lutam todos os dias para pôr cobro à violência de que são alvo, mas não podem e não devem prosseguir esta luta sozinhas, uma vez que tais actos de violência, na sua maioria perpetrados por homens, são também actos de violência contra toda a Humanidade.

É apenas correcto que os homens se envolvam também nesta luta. Eis o motivo da minha participação na Campanha da Fita Branca. Inicialmente criada por homens para outros homens, esta campanha teve início no Canadá há perto de 20 anos. Um dia, um grupo de homens decidiu que tinha o dever de instar outros homens a protestarem publicamente contra a violência infligida às mulheres. Esta fita constitui um símbolo, um símbolo, também, do cravo que evoca a luta das mulheres congolesas contra o sofrimento de que são vítimas todos os dias – elas estiveram aqui há instantes.

Por conseguinte, apelo ao maior número possível dos meus colegas para que se juntem a nós neste combate à violência contra as mulheres, pois para além da violência física também há a violência psicológica, e muitas vezes, como sabem, as palavras doem mais do que as pancadas.

Daciana Octavia Sârbu (S&D). – (RO) A violência contra as mulheres, nas suas diversas formas, varia de acordo com o pano de fundo económico, cultural e político da sociedade. Pode ir desde o abuso psicológico e físico no seio da família até ao casamento forçado numa idade precoce e outras práticas violentas. Qualquer forma de violência contra as mulheres é uma violação inaceitável dos direitos humanos que obsta à igualdade dos géneros. Esta forma de violência tem uma ampla escala de incidência, provoca mais vítimas do que o cancro e deixa cicatrizes na mente das pessoas e no tecido social. É por isso que devemos aumentar os nossos esforços para combater este problema.

Estimativas da ONU indicam também que os actos de abuso não só são contínuos como estão na realidade a aumentar. Infelizmente, e na maioria dos casos, a sua ocorrência não é reconhecida ou é simplesmente ignorada. Na Roménia eu apoio uma campanha gerida pelo Fundo das Nações Unidas para a População e o Centro de Informação da ONU subordinada ao lema “*Mulheres nas Sombras*” que tem como objectivo aumentar a sensibilização pública para a seriedade deste problema.

Gesine Meissner (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a violência contra as mulheres constitui uma violação hedionda dos direitos humanos, independentemente da forma que possa assumir, incluindo casamento forçado, o espancamento e a violação. Considero a expressão “morte para defesa da honra” particularmente repelente, já que de honroso nada tem. Esse é um crime hediondo, e temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o combater.

O Tratado de Lisboa está prestes a ser assinado, e, por conseguinte, a Carta dos Direitos Fundamentais, como anexo ao Tratado, será de especial importância. Razão pela qual nós, na União Europeia, estamos obrigados a fazer todos os possíveis para combater este tipo de violência.

Já aqui foi referido que a violação pode ser utilizada como arma de Guerra. Foram também já feitas aqui referências ao Congo, onde estes horríveis actos têm vindo a ter lugar e onde os violadores elegem como alvos jovens crianças e mulheres idosas. Temos em curso diversos programas, tendo a Senhora Comissária Ferrero-Waldner referido o facto de ter já interpelado a este respeito várias mulheres que detêm cargos governamentais em todo o mundo. Aparentemente isso não basta. Este não é um problema que se circunscreva

às mulheres. É um problema que diz respeito a todos nós, no mundo. Na União Europeia tudo devemos fazer para melhorar esta situação.

Małgorzata Handzlik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, nos últimos anos, têm-se multiplicado as iniciativas de apoio à eliminação da violência contra as mulheres. Infelizmente, este fenómeno continua a existir na Europa, independentemente da idade das mulheres, da sua educação ou da sua posição social. Devemos, portanto, continuar a insistir em que a violência contra a mulher não é nem natural nem inevitável. A violência contra as mulheres, em qualquer parte do mundo, é simplesmente um crime e uma violação do direito à vida, à dignidade pessoal, à segurança e à inviolabilidade física e mental. Para falar sobre a violência não basta apresentar as mulheres como vítimas, mas, acima de tudo, envolve a necessidade de condenar o acto de violência em si e seu autor, que não deve ficar impune. Precisamos de educar, a longo prazo, mulheres e homens, o que ajudará a remover estereótipos e a fazer com que todos compreendam a necessidade de lutar contra este fenómeno.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Que este Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres seja o início da queda do *muro* de silêncio e de indiferença que ainda existe na nossa sociedade sobre este verdadeiro flagelo que atinge milhões de mulheres na União Europeia e no mundo.

A violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos e um obstáculo à sua participação na vida social e política, na vida pública e no trabalho, impedindo a sua realização como cidadãs de plenos direitos, embora os diversos tipos de violência, como já aqui se disse, variem também consoante as culturas e tradições, as crises económicas e sociais do capitalismo aumentam a vulnerabilidade das mulheres, agravando a sua exploração e conduzindo à pobreza e à marginalização, o que também alimenta o tráfico de mulheres e a prostituição.

Assim, impõe-se o reforço de meios financeiros e de políticas verdadeiramente empenhadas na valorização do papel das mulheres na sociedade e na promoção da igualdade de direitos, e a execução de verdadeiros planos de combate a todas as formas de violência exercida contra as mulheres, acompanhadas da eliminação das discriminações que persistem e da protecção das vítimas.

Nicole Kiil-Nielsen (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, na Europa, a primeira década de 2000 caracterizou-se pela proliferação de leis securitárias: vigilância, repressão, detenção e encarceramento.

Os orçamentos relacionados com estas políticas aumentaram em flecha. Apesar disso, as violações contra as mulheres não diminuem. Assim, em 2008, em França, 156 mulheres perderam a vida em resultado de ferimentos infligidos pelos seus cônjuges, num país onde cerca de uma em cada dez mulheres é vítima de violência conjugal. As medidas securitárias introduzidas para a videovigilância, o registo ou a biometria não satisfazem as verdadeiras necessidades de segurança das mulheres.

Esta violência afecta todas as mulheres, em todos os países, independentemente da sua origem, do seu estrato social ou da sua religião. Está ligada à discriminação em razão do género. O sexismo, tal como o racismo, consiste em negar a outra pessoa um estatuto de *alter ego*.

Como combater o sexismo? Aquilo de que precisamos é de uma vontade política forte para informar, prevenir e proteger, de vontade política para abolir todas as formas de discriminação onde a violência radica. Não será que a segurança de mais de metade dos cidadãos europeus – isto é, das cidadãs europeias – merece um investimento político substancial?

Åsa Torstensson, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhor Presidente, Senhora Deputada Svensson, Senhoras e Senhores Deputados; obrigada por este debate tão importante. A violência dos homens contra as mulheres tem muitas faces e pode assumir muitas formas, mas a vulnerabilidade e o sofrimento são os mesmos, quem quer que sejam as vítimas.

O facto de a Comissão ter tantas iniciativas em curso neste campo é positivo, e eu tenho a esperança de que a cooperação europeia seja uma força a ter em conta nos planos do combate à violência e do reforço da igualdade e que saibamos seguir uma estratégia. Tais iniciativas e actividade foram reclamadas por muitos dos membros dos Parlamentos.

Gostaria de reiterar que a violência contra as mulheres é uma matéria prioritária para a Presidência sueca: 1. No quadro do Programa de Estocolmo, que será adoptado no mês que vem, haverá mais oportunidades de abordar estes problemas das mulheres vítimas de violência, que o Parlamento entendeu destacar.

2. No dia 9 de Novembro, a Presidência organizou uma conferência em que os Estados-Membros e representantes da sociedade civil tiveram ensejo de trocar experiências e informação relacionada com o combate à violência contra as mulheres. Ao longo deste Outono, a Presidência organizou ainda uma conferência em Bruxelas sobre as vítimas do tráfico de seres humanos, com o objectivo de realçar a necessidade de se tomarem medidas a favor dos afectados, e de se privilegiar a cooperação com os países de origem desse tráfico.

Queria apresentar os meus agradecimentos por este debate de enorme importância. O caminho é longo e os obstáculos numerosos, mas não podemos perder de vista o imperativo de eliminar a violência contra as mulheres.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de tecer apenas alguns comentários finais, mas antes de mais, gostaria de agradecer a todos os deputados que intervieram no debate, que é de extrema importância. Esta é uma das formas mais brutais de violação dos direitos humanos e está muito disseminada, e não apenas nos países em desenvolvimento. Falamos muito do Congo, mas deveríamos falar também de outros países em desenvolvimento como, por exemplo, o Paquistão. Ontem à noite, depois de uma reunião deste Parlamento, estive a ver televisão e assisti a um programa na 24/24 sobre violência contra as mulheres no Paquistão. É horrível, simplesmente hediondo. Mas é igualmente uma realidade. Um dos senhores deputados deu aqui o exemplo de um mulher que se recusava a usar a burca.

É evidente que os conflitos estão a exacerbar e a agravar a violência contra as mulheres, que a violência sexual é utilizada como arma de Guerra, que depois de algum tempo é visível que o tecido e a coesão sociais das comunidades tradicionais estão destruídos, que foram quebrados, que a ética desapareceu e que isso conduz a uma situação em que, não só os rebeldes e os soldados, mas também os cidadãos comuns cometem esse tipo de crimes terríveis contra mulheres e crianças.

Foram vários os deputados que perguntaram se seria possível elaborar uma directiva europeia sobre a violência contra as mulheres que assegurasse a prevenção da violência, a protecção das vítimas e a condenação dos criminosos. Infelizmente, penso que não existe base jurídica para o fazer. Existe uma base jurídica no Tratado de Lisboa para que possam ser tomadas algumas acções específicas ...

(FR) ... especialmente no que diz respeito ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual de crianças e à pornografia infantil. O Tratado de Lisboa contém uma referência clara a esta matéria, mas a Declaração do Direitos do Homem, enquanto tal, não constitui uma base jurídica para lançar uma directiva.

Creio, no entanto, que a Comissão deve continuar a explorar diversas formas de atacar este problema, especialmente através de programas orientados não apenas para os países terceiros, mas também para certos grupos vulneráveis e para os nossos próprios Estados-Membros, pois também aqui, na nossa União Europeia, que deveria realmente dar um exemplo ao mundo no que respeita à protecção dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, continuam a existir problemas.

Podem contar com a Comissão – tanto a actual como com a próxima – para continuar a desenvolver esta acção, pela razão simples de que nós acreditamos que ela é necessária. A questão não reside em saber, como um de vós sugeriu, se é aos Estados-Membros, à Comissão ou à União Europeia que cumpre tomar a iniciativa. Eu penso que, em todos os níveis e todas as nossas esferas de responsabilidade, nós temos e devemos ter este problema presente no nosso espírito.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

Presidente. - Declaro que recebi uma proposta de resolução⁽²⁾, apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

(2) Ver Acta

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Concordo com esta resolução e exorto a Comissão a declarar o Ano para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Penso que nessa altura os Estados-Membros agirão com mais rapidez para aperfeiçoarem as legislações nacionais para combater a violência contra as mulheres, sobretudo a violência doméstica, e aplicarão também com eficácia programas nacionais de acção para combater a violência contra as mulheres. Os Estados-Membros devem estabelecer um sistema único para reduzir a violência contra as mulheres, de forma a consolidarem medidas de prevenção, protecção e ajuda. É muito importante que esta questão se torne uma das prioridades logo que a nova Comissão começar a trabalhar e a Espanha presidir ao Conselho.

Proinsias De Rossa (S&D), *por escrito*. – (EN) Celebra-se hoje o Dia Internacional para a Erradicação da Violência Contra as Mulheres. A violência contra as mulheres existe em todo o lado e entre todas as classes sociais, ricas e pobres, com instrução e sem instrução, entre os que possuem mobilidade social e os marginalizados, porém, tem persistido alguma cegueira estrutural face a este problema. Esta Resolução exige um plano político da UE incisivo e coerente de luta contra todas as formas de violência contra as mulheres, tal como se refere no Roteiro da UE para a igualdade entre homens e mulheres. Deverão ser introduzidas melhorias na legislação e nas políticas nacionais, através do desenvolvimento de planos de acção nacionais abrangentes, com vista a prevenir, proteger e julgar. Na Irlanda, no ano passado, foram acolhidas em refúgios 1 947 mulheres e 3 269 crianças. Mais de 120 mulheres foram assassinadas desde 1996, um número significativo delas por parte de um parceiro ou antigo parceiro. Os estudos, na UE, demonstraram que uma em cada cinco mulheres foi vítima de violência às mãos do seu parceiro do sexo masculino, e que 25% de todos os crimes comunicados na Europa envolve a agressão de um homem sobre a sua mulher ou parceira. A violência doméstica visa controlar e destruir o espírito humano. Os cortes planeados de 30%, que têm sido noticiados, pelo Governo irlandês nalguns serviços ilustram amplamente a sua falta de empenho real na prevenção e protecção e na condenação dos culpados.

Louis Grech (S&D), *por escrito*. – (EN) Uma em cada cinco mulheres foi vítima de violência doméstica na Europa. Em Malta, foram comunicados 467 casos de violência doméstica entre Janeiro e Outubro de 2009, mas esses números não são, provavelmente, totalmente representativos do problema no país. De igual modo, as estatísticas noutros Estados-Membros são também enganadoras, isso porque as mulheres receiam frequentemente ser mal compreendidas pelas autoridades e órgãos judiciais. A resolução refere que a violência, para além do seu carácter criminoso, é também uma questão de discriminação e desigualdade – domínio da competência da UE. A proposta centra-se, com pertinência, na perseguição judicial dos criminosos. É importante que não existam lacunas que permitam aos criminosos ficar impunes. Posto isto, no entanto, a reabilitação de parceiros que recorrem à violência doméstica deverá também ser considerada, a fim de evitar, de futuro, a repetição da violência. Alguns Estados-Membros não possuem pessoal formado em quantidade suficiente para prestar apoio, ajuda e aconselhamento adequados às vítimas. Para as vítimas, a criação de centros de acolhimento não basta. Essas mulheres precisam de apoio do Governo para poderem regressar ao mercado de trabalho e adquirir uma verdadeira independência económica face ao seu agressor. Os programas de formação para as vítimas deverão ser acelerados, para lhes permitir uma integração plena na sociedade, e a UE deverá usar o seu poder para abordar cabalmente estas desigualdades gritantes.

Zita Gurmai (S&D), *por escrito*. – (EN) A violência contra as mulheres suscita sérias preocupações em todo o mundo. As mulheres – e as crianças – são os elementos mais vulneráveis da sociedade, aqueles que com maior frequência têm de enfrentar situações de violação. Por exemplo, na Europa, estima-se que 20-25% das mulheres sejam vítimas de violência física durante a sua vida adulta, enquanto 10% foram vítimas de violência sexual. No que se refere à violência doméstica, 98% é violência perpetrada por homens contra mulheres e, por conseguinte, é preciso que ponderemos este problema como uma questão relacionada com o género. Ao falar de violência, não estamos unicamente a falar de violência física: e, por isso, os resultados supramencionados serão bem piores.

Considero que não podemos aceitar estes números, nem esta realidade, que afecta sobretudo as mulheres. Os Socialistas europeus há muito que exortam a uma protecção eficaz e à criação de programas de qualidade. O Programa Daphne é um bom começo, mas precisamos de mais a nível dos Estados-Membros. Considero extremamente importante que a Presidência espanhola tenha decidido assumir a luta contra a violência como uma prioridade. Nenhum problema social poderá ser resolvido totalmente em apenas seis meses. Por conseguinte, tudo farei para assegurar que as Presidências belga e húngara continuem o trabalho iniciado pela Presidência espanhola.

Lívია Járóka (PPE), *por escrito*. – (EN) A esterilização coerciva é uma das mais hediondas formas de violência contra as mulheres e uma violação, que não podemos permitir, dos direitos humanos. Em vários Estados-Membros, as mulheres romanichéis foram vítimas de esterilização coerciva com vista a reduzir a

sua taxa de natalidade “elevada e não saudável”. Apesar de vários casos registados e de veredictos judiciais a favor das vítimas, continuam por pendentes, na maioria dos casos, compensações adequadas e pedidos oficiais de desculpas. Gostaria de saudar os pedidos de desculpas do Primeiro-Ministro Jan Fischer, bem como a recente proposta de resolução por parte do Governo checo, exigindo que, até 31 de Dezembro de 2009, o Ministério da Saúde tome uma série de medidas com vista a assegurar que essas violações não voltem a acontecer. Espero que outros países, como a Eslováquia, se associem à iniciativa checa e estabeleçam mecanismos para que sejam concedidas compensações adequadas às mulheres cujas capacidades reprodutivas foram destruídas sem o seu consentimento. É indispensável que os Estados-Membros investiguem, sem demora, as enormes violações de direitos humanos contra mulheres romanichéis, penalizem os criminosos e assegurem que todas as vítimas sejam identificadas e recebam compensações. É objectivo comum dos países europeus salvaguardar a saúde e a integridade física da totalidade das mulheres do continente.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE), *por escrito*. – (PL) Na campanha generalizada pela defesa dos direitos humanos, parece que o problema da violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, é merecedor de pouca atenção. A campanha da ONU para pôr fim à violência contra as mulheres em todo o mundo revelou, em 2008, que as mulheres entre os 15 e os 44 anos estão em maior risco de morrer por violação e violência doméstica do que por efeito de cancro, acidentes rodoviários, guerra ou malária. Várias formas de assédio sexual no trabalho foram relatadas por 40-50% das mulheres na própria UE. Estima-se que, em cada ano, entre 500 000 a 2 milhões de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, se tornam vítimas do tráfico de seres humanos, da prostituição, de trabalhos forçados escravidão ou servidão. Por isso, congratulo-me com o facto de este problema ter sido apresentado na resolução elaborado pela Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros. É importante harmonizar a abordagem no combate à violência contra as mulheres, o que deve, como consequência, tornar esses esforços mais eficazes. Também é importante dar o tipo certo de ajuda às mulheres e às pessoas que já foram vítimas de violência. No entanto, não menos importante é também uma tomada de consciência, por parte da sociedade, de que a violência doméstica não pode ser um problema inconveniente, que é mantido fechado dentro de quatro paredes.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (SK) Hoje, dia 25 de Novembro, não só é o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, como também é o dia em que o mundo cristão recorda Santa Catarina de Alexandria, que, no início do século IV, foi presa, tornando-se uma vítima da violência, uma mártir da consciência e da liberdade de expressão. Algumas pessoas empolam o problema da violência de tal maneira que parece, por vezes, que nós, mulheres, não temos outros problemas. Estou convencida de que, maior partes das vezes, as mulheres estão muitíssimo mais preocupadas com a pobreza, os cuidados de saúde, a educação, o valor atribuído ao seu trabalho na família e outras circunstâncias nas suas vidas.

No entanto, temos, mesmo assim, de admitir que a violência também constitui um problema. Trata-se de um problema indigno de uma sociedade civilizada, um problema que põe em causa a dignidade humana. Porém, parece-me que para o Parlamento Europeu existe violência politicamente correcta e violência politicamente incorrecta, pois só pode ser por essa razão que a minha proposta de alteração, condenando a esterilização forçada de mulheres e o fim violento da gravidez, não passou na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

Zbigniew Ziobro (ECR), *por escrito*. – (PL) Constitui uma enorme vergonha que ainda existam tantos casos de violência contra as mulheres na Europa. Deve ser motivo de especial preocupação o facto de uma significativa proporção dos casos de violência não serem reportados à polícia, especialmente tendo em vista o facto de haver situações de crimes graves, tais como o crime de violação. Nenhuma estratégia de eliminação da violência contra as mulheres pode ser bem-sucedida se as vítimas não denunciam a situação às autoridades competentes. A lei deve assegurar uma reacção firme neste domínio, de modo que as vítimas possam recuperar algum sentido de justiça, e também para que, tanto elas como toda a sociedade, possam estar protegidas de incidentes similares no futuro. Deve suscitar preocupação o facto de, em vários países da UE, incluindo a Polónia, as penas aplicadas a crimes de natureza sexual são muito brandas e, além disso, acabam por ser frequentemente apenas suspensas. Como exemplo, podemos apontar o facto de, nas penas impostas na Polónia para o crime de violação, 40% das penas são penas de prisão suspensas. A aplicação de tais punições suaves é, na verdade, uma bofetada na cara das vítimas por parte dos tribunais, que apreciam com ligeireza o mal feito à vítima. Uma abordagem séria do problema da violência contra as mulheres deve envolver a necessidade de tratar com severidade os seus autores, de a garantir um justo castigo para o mal feito, e também para tornar a sociedade mais segura no futuro.

14. Por uma solução política para a pirataria ao largo da costa da Somália (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão solução política para a pirataria ao largo da costa da Somália.

Carl Bildt, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhora Presidente, estou grato por esta oportunidade para debater brevemente a questão da Somália e, em particular, o gravíssimo problema causado pela pirataria ao largo da costa deste país.

Não me deterei nos pormenores relativos à realidade do país: há mais de 18 anos que o país passa por momentos difíceis, a situação em termos humanitários é tremenda e existem conflitos por todo o país. Está em curso um processo com um Governo federal transitório, porém, trata-se de um processo frágil – para o dizer da forma mais branda possível – e que exige esforços sustentados da comunidade internacional com vista a que, gradualmente, o país avance para a reconciliação e construa, progressivamente, alguma forma de Estado viável, que possa restaurar alguma estabilidade neste país terrivelmente dilacerado.

A pirataria constitui uma ameaça extremamente grave. Enfrentá-la exige um amplo compromisso no seio do próprio país, o que, como referido, constitui uma enorme dificuldade face à situação que o país atravessa em matéria de segurança. De igual modo, como verificaram, os nossos actuais esforços têm-se concentrado na ajuda concreta, que pode ser prestada fora da Somália para benefício do país e das suas populações. Evidentemente que debatemos, como muito bem sabem, outros passos neste domínio específico.

Quanto à questão concreta da pirataria, a operação naval Atalanta continua a dar frutos ao largo da costa da Somália. A totalidade dos carregamentos do Programa Alimentar Mundial foi entregue em segurança na Somália, de Mombaça até Mogadishu e Berbera. Não se verificou qualquer ataque com êxito no Golfo de Aden desde o início de Maio de 2009. Esse é, até certo ponto, o resultado do empenho dos Estados-Membros da UE e do resto da comunidade internacional, que têm ajudado a produzir uma geração de recursos navais significativos e de elevado nível. O êxito da operação, neste particular, é igualmente o resultado de uma cooperação estreita entre a comunidade marítima civil e o Quartel-General Operacional da UE, em Northwood, no Reino Unido. Esse factor permitiu o desenvolvimento de boas práticas de gestão, as quais são também cada vez mais respeitadas pelos marítimos. Para além disso, tem-se procedido, com grande eficácia, à aplicação do mecanismo coordenado para a protecção naval do tráfego comercial no Golfo de Aden.

Pode, por isso, dizer-se que, por enquanto, tem sido possível conter a pirataria no Golfo de Aden, embora ela persista. Assim, o Conselho decidiu alargar a operação de combate à pirataria até Dezembro de 2010. Isso significa que será preciso manter os nossos actuais esforços e o nível adequado de recursos militares. Paralelamente, esperamos que a Resolução n.º 1846 do Conselho de Segurança da ONU seja prorrogada nos próximos dias.

Apesar de tudo quanto aqui referi, não há lugar para a complacência. Os piratas continuam a estender as suas actividades para Leste, em direcção ao Oceano Índico e, com o fim das monções, temos vindo a assistir, recentemente, a uma nova vaga de ataques para Norte e Sudeste das Seychelles, o que é já uma distância considerável. Estão actualmente apesados nada mais, nada menos, do que 11 navios – todos eles na sequência de ataques naquela que é referida como a “baía da Somália” – com um total de 250 tripulantes.

Com a operação Atalanta, reforçámos as nossas capacidades nesta zona marítima longínqua. Foram destacados para as Seychelles aviões de patrulha suplementares, e estou em posição de poder anunciar que os aviões de patrulha naval da Suécia se juntarão também à força estacionada nas Seychelles. Esta tem provado ser útil. Por enquanto, estão já a ser aplicadas, ou em fase de planeamento a nível nacional, medidas de protecção adicionais, tendo França e, mais recentemente, Espanha dado uma resposta adequada e eficaz.

Cumprе referir também a protecção do corredor de trânsito internacionalmente reconhecido no Golfo de Aden. Trata-se da rota recomendada através do Golfo, sendo que todos os navios beneficiam de protecção naval, independentemente do respectivo pavilhão. Dispomos actualmente, no terreno, de unidades navais da União Europeia, da NATO e da coligação de forças navais liderada pelos EUA, dispondo de uma excelente coordenação das patrulhas, bem como de cooperação ao nível dos serviços de informação, necessária para uma operação desta natureza.

A China mostra-se, actualmente, disposta a associar-se a este mecanismo de coordenação e a participar nesta protecção. Isso significa que os mecanismos existentes terão de ser aperfeiçoados e alargados. Essa situação poderá, oportunamente, conduzir a China e, possivelmente, outras potências marítimas a assumir algumas responsabilidades. Outros países – Rússia, Índia e Japão – enviaram já também recursos navais, e deverão

ser convidados a associar-se a este mecanismo, o mais rapidamente possível. A coordenação constitui, evidentemente, a chave do êxito.

Estou ciente de algum interesse do Parlamento na questão, algo difícil, do julgamento dos suspeitos de pirataria detidos e aprisionados pelas unidades da Operação Atalanta. Existem actualmente 75 suspeitos detidos nas prisões do Quénia. Os processos judiciais em causa envolvem 9 julgamentos distintos, gerando um fardo acrescido significativo para o sistema judicial do Quénia. A correcta condução destes julgamentos é, evidentemente, essencial, se quisermos manter, quer o efeito dissuasor que a Atalanta proporciona, quer a credibilidade geral dos nossos esforços de combate à pirataria. A este respeito, um importante contributo adicional é o recente acordo com as Seychelles, de que, penso, estarão a par, sobre a transferência de piratas suspeitos. A pirataria é um negócio muito lucrativo, sendo importante que, em todas as vertentes, canalizemos as nossas actividades para a redução de toda e qualquer possibilidade de os piratas ganharem mais dinheiro através das operações absolutamente hediondas que levam a cabo.

No fim de contas, o que fazemos naquelas águas do Golfo não pode ser um substituto para o que é necessário fazer pela Somália, ou na própria Somália, porém, como disse há pouco, está é uma área em que não podemos dar por garantido o êxito imediato. Será preciso prosseguir a operação marítima, e isso exigirá, antes de mais, que estejamos preparados para um compromisso de longo prazo em termos de recursos militares; em segundo lugar, que teremos de reforçar a coordenação entre todos os poderes e organismos internacionais envolvidos nesta operação; e, em terceiro lugar, que teremos também de ajudar a desenvolver as capacidades marítimas regionais, uma vez que o fardo não pode assentar apenas nos nossos ombros. As organizações marítimas internacionais, como o grupo de contacto sobre a pirataria, terão um papel importante a desempenhar a este respeito.

Por último, esta é uma das áreas em que, nos últimos anos, demonstrámos as capacidades da PESD. Se olharmos para trás um par de anos, poucos, mesmo de entre os mais ambiciosos aqui presentes, teriam previsto a possibilidade de destacarmos recursos navais da União Europeia para o Golfo de Aden, ou o Oceano Índico. Por razões humanitárias imperativas e outras avançámos com aquela que, até à data, tem provado, dentro dos limites do possível, ser uma operação relativamente bem-sucedida, mas não tenhamos ilusões. Muito está ainda por fazer. É preciso que apoiemos esta operação, e o apoio do Parlamento é, a este respeito, de extrema importância.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, desta feita, no que se refere à Somália, o centro das atenções é mais amplo, incluindo igualmente a abordagem das causas desta praga com métodos sustentáveis. A Comissão sempre defendeu que a pirataria só pode ser definitivamente erradicada se se atacarem as causas do fenómeno, começando pela instabilidade na Somália e também pelas necessidades de desenvolvimento do país, que se manifestam na mais extrema pobreza, incluindo uma maciça iliteracia e vulnerabilidade.

Por conseguinte, é essencial uma abordagem abrangente dos desafios da segurança e do desenvolvimento que se colocam à Somália, como já aqui foi referido. Isso implicará o estabelecimento de um Estado viável, que seja capaz de aplicar a lei e de proporcionar, pelo menos, os serviços básicos. A médio e longo prazos, a governação, incluindo a criação de instituições e a segurança, a educação e o desenvolvimento económico são condições prévias necessárias para a erradicação dos incentivos à pirataria que hoje existem na Somália.

Do ponto de vista da segurança, é essencial uma abordagem célere. A União Africana desempenha, como sabem, um papel essencial, sobretudo através da AMISOM, que é a força da União Africana que assegura a segurança ao Governo federal transitório em Mogadishu. Através do Mecanismo de Apoio à Paz em África, a União Europeia é um dos grandes contribuintes para a AMISOM, concedendo fundos destinados a apoiar as forças da União Africana. O novo acordo relativo às contribuições, no valor de 60 milhões de euros acaba de ser finalizado. Faz parte do compromisso assumido pela Comissão na Conferência de Bruxelas, em Abril deste ano. O documento de estratégia conjunto 2008-2013 define a ajuda da Comissão à Somália e, em termos concretos, o programa de apoio da CE à Somália, com um orçamento de, ao todo, 21 5.4 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para o período de 2008-2013.

A Operação ATALANTA, a primeira operação naval da UE, celebrará em breve o seu aniversário. Esta operação é um êxito, conseguindo ser dissuasora da pirataria, mas também sensibilizando a comunidade marítima para a necessidade de melhores medidas de protecção. Porém, todos o sabemos que muito mais está ainda para fazer. Em paralelo com a Operação ATALANTA, a Comissão recorre ao Instrumento de Estabilidade, um instrumento financeiro, para conceder ajuda ao sistema de justiça do Quénia – como o Senhor Presidente em exercício do Conselho acaba de mencionar –, porque o Quénia se prontificou a proceder ao julgamento dos suspeitos de pirataria transferidos no âmbito da operação, sendo necessário que não haja

impunidade. Este apoio ao sistema judiciário do Quênia inclui uma espécie de conjugação de medidas de reforço das capacidades em benefício dos serviços de procuradoria, de polícia, judiciais e prisionais. O programa é aplicado através da UNODC, com um montante de 1,75 milhões de euros.

Num contexto mais alargado, o desenvolvimento da capacidade marítima regional é um aspecto igualmente importante para a garantia da segurança na zona. A Comissão apoia a implementação do chamado Código de Djibuti, o Código de conduta da Organização Marítima Internacional, recorrendo, uma vez mais, ao nosso Instrumento de Estabilidade. A criação de um centro de formação regional para os assuntos marítimos, em Djibuti, será auxiliada por um programa centrado sobre determinadas rotas marítimas cruciais, incluindo a região do Corno de África e do Golfo de Aden. Este centro estará vocacionado para o reforço de capacidades e a formação do pessoal, de altos funcionários e de guardas costeiros da administração marítima da região, incluindo, na medida do possível, da Somália, Puntland e Somaliland. Foi igualmente identificado como beneficiário de financiamento em 2009, um centro de partilha de informação em Sana'a, no Iémen. A primeira fase deste programa já teve início, tendo sido lançados estudos de viabilidade técnica.

Permitam-me que aborde uma outra questão importante antes de concluir. A Comissão está a desenvolver uma política marítima integrada – com uma dimensão externa –, bem como uma vigilância marítima integrada em todos os sectores e fronteiras, com vista a gerar um conhecimento da situação das actividades realizadas no mar, com impacto, entre outras coisas, na segurança marítima, mas também na aplicação geral da legislação.

A actual Presidência sueca iniciou um esforço significativo para assegurar a coerência inter-pilares da política marítima da UE, garantindo a ligação entre a acção comunitária e o trabalho desenvolvido ao abrigo do segundo pilar, nomeadamente pela Agência Europeia de Defesa. Acreditamos que a integração da vigilância marítima possui um forte potencial para ajudar as operações da UE contra a pirataria, uma vez que a recolha de dados da vigilância marítima a partir de diferentes fontes permite às autoridades que operam no mar tomar decisões e reagir de uma forma mais informada.

Todas as vertentes de actividade, delineadas também na resolução do PE de Outubro último, constituem o contributo da Comissão para a luta contra a pirataria.

Cristiana Muscardini, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhora Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, acolhemos com grande satisfação o prolongamento da missão Atalanta.

Há cerca de dez anos que procuro dedicar-me ao problema da Somália e não posso deixar de reconhecer que, em demasiadas ocasiões, a Europa não agiu de forma suficientemente célere.

A situação na Somália é cada vez mais dramática devido às consequências do terrorismo internacional e também ao problema da pirataria e da tragédia humana vivida por milhões de pessoas, particularmente mulheres e crianças, que são vítimas de violência, que se vêem diariamente confrontadas com a fome e que, demasiadas vezes, são obrigadas a fugir, atravessando o deserto, numa tentativa de encontrar refúgio nas costas europeias.

Concomitantemente com a luta contra o terrorismo, temos de promover também iniciativas que tragam uma nova esperança à economia da região, e devemos ainda criar mecanismos de controlo, por parte da Europa, dos campos de refugiados na Líbia. Têm-nos chegado relatos de situações muito graves nesses campos, tanto de violência como de desrespeito pelos direitos humanos, frequentemente dirigidos contra as mulheres somalis.

Numa audição organizada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), o representante permanente do Governo Transitório da Somália junto das Nações Unidas, Dr. Yusuf Mohamed Ismail Bari-Bari, observou que a Somália está ainda mais depauperada devido à pesca ilegal nas suas costas e que muitos dos piratas são também antigos pescadores a quem não foi feita justiça nem dada qualquer atenção.

Precisamos, pois, de combater energeticamente o terrorismo, mas também de lutar em prol da justiça, da esperança e da economia num país martirizado por anos de guerra.

Roberto Gualtieri, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com este debate e com a resolução que nós, deputados do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, vamos aprovar amanhã, pretendemos expressar o nosso veemente apoio ao compromisso da União Europeia na luta contra a pirataria. Ao mesmo tempo, queremos expressar a nossa preocupação relativamente à dramática situação interna da Somália, que reforça a necessidade e a

urgência de uma acção tendente a promover a estabilidade no país a fim de erradicar as causas do fenómeno da pirataria.

A missão Atalanta é uma história de sucesso: permitiu o transporte de 300 000 toneladas de ajuda e melhorou a segurança no Golfo de Áden para todo o tráfego marítimo, demonstrando as capacidades e o valor acrescentado, operacional e político, da PCSD.

Ao mesmo tempo, precisamos de um maior compromisso europeu, a par do da União Africana, para apoiar o processo de Djibuti, e, por essa razão, embora tenhamos consciência das dificuldades e dos riscos, manifestamos o nosso apoio à possibilidade de uma missão PCSD na Somália, que o Conselho começou a equacionar.

Esperamos, pois, que, no âmbito das alterações e do debate, todos os Grupos contribuam para reforçar esta mensagem, em lugar de cederem à tentação de utilizar uma situação tão dramática como a da Somália como pretexto para polémicas políticas com determinados países, que nada têm a ver com este debate nem com os trabalhos do Parlamento.

Izaskun Bilbao Barandica, *em nome do Grupo ALDE*. – (ES) Senhora Presidente, temos de apoiar o desenvolvimento social e democrático da Somália a fim de acabar com a pirataria. Além disso, pedimos que os navios de pesca europeus que operam no sul do Oceano Índico sejam protegidos pela Operação Atalanta contra os ataques de piratas, da mesma forma que os navios mercantes, que têm escoltas militares, pois essa é a solução mais eficaz, a menos onerosa e também a recomendada pela Organização Marítima Internacional. Além disso, queremos que as pessoas detidas e acusadas de pirataria sejam julgadas nos países da região, tal como previsto no acordo celebrado em Março de 2008 com o Quênia e as Seicheles.

Tudo isto porque os navios de pesca correm um risco real e crescente de serem atacados e sequestrados na zona. Devemos lembrar que o Parlamento denunciou esta situação há um ano, mas até a Comissão reconheceu que nada foi feito quanto a este assunto. Entretanto, os piratas continuam a realizar ataques.

O navio *Alakrana*, a mais recente vítima, permaneceu quase 50 dias sequestrado. Convém também recordar que esses navios pescam ao abrigo de um acordo de pescas europeu. Operam legalmente, em águas internacionais e sob o controlo das autoridades competentes.

Por isso devemos aumentar a protecção a este tipo de navios.

Reinhard Bütikofer, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, a Operação Atalanta representa um contributo bem-sucedido da UE para a segurança no Corno de África, que deverá ser prosseguido. No entanto, a UE possui também uma responsabilidade mais ampla. Esta implica que não se faça vista grossa quando as exportações ilegais de lixo tóxico e ou a pesca ilegal prejudicam os interesses da Somália. Por essa razão, é preciso que adoptemos uma abordagem consistente para o acompanhamento destas questões.

A resolução que votaremos amanhã envereda por um caminho errado em dois aspectos, que não apoiamos. É errado pretender alterar, neste momento, o mandato da Operação Atalanta, quer no que se refere ao alargamento da área de operações, quer no que se refere à tentativa dos deputados desta Assembleia de o alargarem para que inclua também a pesca. Queremos que o mandato se mantenha inalterado.

Em segundo lugar, é altamente questionável o lançamento de uma missão de formação no quadro da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) que não foi devidamente justificada e que não dará um contributo demonstrável para a construção do Estado na Somália. Deveríamos trabalhar com base no princípio da precaução, em vez de avançarmos com base na precipitação.

Willy Meyer, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (ES) Senhora Presidente, apoiamos plenamente a primeira parte da intervenção da Senhora Comissária Ferrero-Waldner. Essa é de facto a natureza do problema, a sua própria raiz, e, enquanto não atacarmos a raiz do problema, não haverá possibilidade de uma solução militar, nem por mar, nem por terra. Quanto a uma solução por mar, o oficial responsável pela Operação Atalanta declarou ontem, muito claramente, que uma solução para a pirataria por via marítima é impossível. Gostaria de lembrar ao Parlamento que os Estados Unidos fizeram uma operação militar terrestre que fracassou.

Portanto, tudo o que contribua para retardar a ajuda ao desenvolvimento e as soluções relativas à governação do país é um erro. Não é possível uma solução militar, nem tão-pouco é possível privatizar funções das forças armadas, como o Governo espanhol pretendeu fazer. Não se trata de substituir exércitos por empresas privadas de segurança equipadas com armas de guerra. Não, essa não é a solução. A solução é, efectivamente,

acabar com todos os tipos de pirataria. Ou seja, acabar com a pirataria na Somália e também com a pirataria estrangeira que está a causar estragos nas águas territoriais da Somália.

Niki Tzavela, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhora Presidente, os observadores internacionais constataram que a solução para o problema da pirataria passa por garantir a estabilidade política na região. Isto é algo que todos desejamos, especialmente nós, os Gregos, uma vez que a navegação grega está a ser duramente atingida pela pirataria na região.

Senhora Comissária, o que acabou de dizer foi para mim uma agradável surpresa. Até este momento, a única informação de que dispúnhamos, tanto dos meios de comunicação social internacionais como de todos os quadrantes, referiam-se aos progressos nas operações militares. V. Exa. desarmou-me porque eu queria fazer-lhe esta pergunta: que progressos fizeram até hoje as forças políticas do país, já que agora estamos a focalizar-nos no facto de que, para resolver o problema, é necessário garantir a estabilidade política na Somália? Agradeço a informação que nos deu, mas devo dizer que seria útil facultar informações mais circunstanciadas quer ao Parlamento Europeu quer aos meios de comunicação que se ocupam da questão da intervenção política.

Luis de Grandes Pascual (PPE). – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a Espanha acabou de passar por uma situação lamentável em que um navio, o *Alakrana*, e toda a sua tripulação foram submetidos a chantagem, a humilhações e a inúmeros riscos.

É em Espanha, onde compete, que estão a ser pedidas responsabilidades ao Governo espanhol. Nesta Assembleia, vamos falar de Europa e de mais Europa. Assim, temos dizer que o balanço, após um ano em que exigimos diplomacia e determinação, foi positivo.

No entanto, a Operação Atalanta é insuficiente. É necessário ampliá-la e torná-la mais flexível. Tem de se tornar possível proteger não só as rotas ao longo das quais transita a ajuda humanitária, mas também os navios de pesca e os navios mercantes comunitários. É necessário protegê-los e, por isso, na resolução que vamos aprovar amanhã, vamos pedir ao Parlamento Europeu e às suas instituições que assumam alguns compromissos.

O que queremos é dizer "sim" à atitude firme dos Estados que protegem os seus navios com as suas forças armadas para dissuadir e, se necessário, reprimir legitimamente as acções piratas. Temos de dizer "não" ao recurso à contratação de segurança privada, uma manobra que, segundo a OMI, traz consigo o risco de violência desnecessária. Temos de dizer "não" à atitude passiva e diletante dos governos que estão a facilitar a vida aos piratas. Temos, no entanto, de dizer "sim" à diplomacia, "sim" à ajuda à Somália e "não" às acusações infundadas de alegada pesca ilegal.

Os navios comunitários estão a pescar em conformidade com os acordos internacionais. Estão a fazê-lo de forma legal e devem ser protegidos. Este é um dever das instituições comunitárias.

Saïd El Khadraoui (S&D). – (NL) A complexa e perigosa situação na Somália e as suas consequências para a estabilidade na região são uma fonte de grande preocupação para todos nós. Ao mesmo tempo, todo o mundo foi testemunha dos problemas que a Somália viveu em resultado da pirataria marítima e do seu impacto sobre a navegação numa vasta zona marítima em torno do seu território. Para resolver esta situação, nós precisamos, obviamente, de uma abordagem integrada, como a Senhora Comissária Ferrero-Waldner disse antes.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para manifestar o nosso apreço pelo excelente trabalho que a Missão Atalanta tem vindo a realizar. Os seus esforços são muito importantes, uma vez que o acesso a esta zona é fundamental para o comércio internacional e para o transporte de mercadorias. O nosso desejo é que tanto os marítimos a bordo dos navios mercantes como os pescadores que operam na região possam fazer o seu trabalho em segurança. Pensamos que isso é essencial. Continuemos, pois, a apoiar o trabalho desta missão. Também devemos reflectir, obviamente, sobre o que mais poderemos fazer, como a Senhora Comissária acertadamente observou, e, ao mesmo tempo, sobre como atacar este problema na fonte, de uma forma efectiva e em diversas frentes.

Franziska Katharina Brantner (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, a Somália é um país em constante Estado de emergência e que, há praticamente 20 anos, não tem um Governo. É preciso que nós, na UE, ajudemos a mudar esta situação. Essa a razão por que apoiamos o trabalho da Comissão. No entanto, somos muito sépticos relativamente à nova missão da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) e ao plano de formação de 2 000 soldados para o Governo transitório na Somália.

Qual é o verdadeiro objectivo dessa missão? Qual é o conceito político geral para a Somália? Qual o valor acrescentado que poderemos proporcionar aos actuais projectos dos EUA e de França? Não compreendemos de que forma aquela missão pode contribuir para a construção do Estado. Que legitimidade possui o Governo transitório? Por que razão o apoiamos? Por que acreditamos que os soldados poderão ajudar? Como poderemos nós impedir que os soldados se venham a juntar aos senhores da guerra, uma vez que os tenhamos formado? Consideramos que existem ainda demasiadas perguntas relacionadas com esta missão para que seja possível começar a planeá-la. Acima de tudo, não vejo qual valor acrescentado que a UE poderá trazer e considero que o dinheiro seria mais bem empregue noutros projectos que a Comissão já tem em curso.

Eider Gardiazábal Rubial (S&D). – (ES) Senhora Presidente, se estamos a tentar compreender o que está a acontecer nas águas do Oceano Índico, devemos tratar a questão da pirataria de forma responsável, sem declarações demagógicas e sem tomar posições político-partidárias, apesar das declarações que tive a infelicidade de ouvir da parte de alguns deputados que aproveitaram a oportunidade para atacar o Governo espanhol. Gostaria de salientar que o referido governo foi fundamental para promover e impulsionar a Operação Atalanta que estamos hoje a elogiar. Contudo, essa operação é claramente insuficiente e deve ser reforçada.

Por isso, quero pedir ao Conselho que reforce esta operação, que amplie as áreas de protecção a seu cargo, que a dote de mais efectivos e que lhe confira competências adicionais. Refiro-me, por exemplo, à vigilância dos portos a partir dos quais saem os navios-mãe utilizados pelos piratas. No entanto, é evidente que a Operação Atalanta não pode ser o único mecanismo para resolver o problema na Somália. Por isso, aproveito esta oportunidade para convidar todos os interessados a procurarem uma estratégia comum para a Somália que inclua a ajuda ao desenvolvimento e o diálogo político com o governo federal de transição.

Solicito ainda ao Conselho que ponha em marcha uma nova operação, paralela à Operação Atalanta. Essa operação contribuiria para formar e equipar as forças de segurança do Governo federal somali ao mesmo tempo que reforçaria o seu compromisso de respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito.

(A oradora aceita responder a uma pergunta de "cartão azul" nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

Luis de Grandes Pascual (PPE). – (ES) Considera a senhora deputada que é uma irresponsabilidade ter afirmado que o Governo espanhol deveria ser responsabilizado em Espanha, e que nesta Assembleia devemos concentrar-nos em discutir a Europa e as medidas europeias de apoio à Operação Atalanta?

Eider Gardiazábal Rubial (S&D). – (ES) Senhor Deputado de Grandes Pascual, não tente fazer jogo de palavras. O que me parece irresponsável é que aproveite a sua intervenção para atacar o Governo de Espanha.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, é um facto que os piratas somalis constituem uma ameaça para a navegação internacional. A pirataria não só afecta o custo e a fiabilidade do transporte marítimo mas também – e acima de tudo – impede o fornecimento de ajuda humanitária internacional à Somália, agravando assim ainda mais a séria crise alimentar que assola o país. Devo salientar, no entanto, que os países que possuem uma longa tradição na marinha mercante, como é o caso da Grécia e de outros países mediterrânicos, são particularmente afectados. Sei que a missão da UE antipirataria para proteger a passagem marítima no Corno de África representa um passo importante. Todavia, temos de compreender que certos fenómenos que para todos nós pertenciam ao reino da fantasia e ao mundo dos filmes – e que apareciam nos livros de histórias que lia em criança – estão agora a bater-nos à porta, são um perigo visível, são uma realidade. Por essa razão, precisamos de nos coordenar para convencer o Conselho e a Comissão a tomarem mais iniciativas políticas.

Josefa Andrés Barea (S&D). – (ES) Senhora Presidente, para Espanha a pirataria é uma questão muito importante, uma vez que também está a afectar os nossos navios de pesca, e congratulo-me com a libertação do navio *Alakrana* e felicito os seus pescadores, o seu proprietário e o Governo espanhol pelos seus esforços.

Os navios de pesca são um alvo para os piratas e, ao que parece, proporcionam oportunidades irresistíveis para a tomada de reféns. Os piratas modernizaram os seus ataques no mar e em terra, como afirmou o Conselho, ataques esses que são rentáveis. Os Estados-Membros têm de responder a esta situação.

A operação UE NAVFOR Somália (Operação Atalanta) foi um êxito, e a senhora Comissária referiu o grande número de actividades que foram realizadas, e que são importantes, mas precisamos de mais e melhor Operação Atalanta. Os navios de pesca devem deixar de ser vulneráveis, precisamos de os proteger e precisamos que a zona de protecção seja alargada.

E, sobretudo, precisamos de uma solução em terra, porque é em terra que nasce o problema: como sublinhou a Comissão, precisamos de estabilidade democrática e perguntamos à Comissão se estaria disposta a organizar uma cimeira sobre a pirataria na zona, na tentativa de encontrar soluções em terra para os problemas que estão a acontecer no mar.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Também estou muito satisfeito, evidentemente, com o final feliz do caso *Alakrana*, mas receio que, infelizmente, este possa não ser o último. Como já foi dito, é importante lembrar que os piratas se alimentam não apenas da pobreza, mas também das falhas e das lacunas de um sistema que não funciona.

Embora seja sem dúvida triste e lamentável que os marinheiros estejam a ser sequestrados, quando, ao fim e ao cabo, estão apenas a fazer o seu trabalho, também é lamentável que exista quem esteja a aproveitar-se da situação de desgoverno, não só na Somália mas em toda a região, se lance a pescar ilegalmente ou a despejar resíduos poluentes nas suas águas. Lamentavelmente, senhor deputado de Grandes Pascual, é isso que tem acontecido.

Condenamos, sem dúvida, qualquer acto de pirataria. A luta contra este fenómeno, porém, exige algo mais do que soldados e mercenários. Na realidade, colocar as coisas apenas nestes termos pode ser contraproducente e levar a uma preocupante escalada no conflito, especialmente quando sabemos que alguns armadores, a fim de maximizar a sua presença na zona, estão a arriscar mais do que o devido e se afastam demais das áreas protegidas, criando um risco ao qual é sempre muito difícil de fazer face.

Carmen Fraga Estévez (PPE). – (ES) Senhora Presidente, se há pesca ilegal no Oceano Índico, ela jamais pode ser atribuída à frota comunitária, como alguém já sugeriu aqui. A frota comunitária pesca dentro dos mais estritos limites da legalidade, com licenças emitidas no âmbito do acordo de pesca União Europeia-Seicheles e da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), que regulamenta e controla a pesca do atum nestas águas.

Em segundo lugar, todos os navios comunitários são equipados com um sistema de controlo via satélite, através do qual podem ser localizados em tempo real pelas autoridades pesqueiras e militares.

Em terceiro lugar, a frota comunitária tem observadores a bordo e cumpre um estrito regime de prestação de informação sobre a actividade pesqueira através de diários de pesca, a captura de amostras e a proibição de transbordos em alto mar, entre outras medidas.

Por fim, toda a frota comunitária foi devidamente inscrita no registo regional da frota da IOTC e eu, pessoalmente, gostaria que tanto a Comissão como o Conselho reconhecessem que a frota europeia de pesca opera nestas águas dentro dos mais estritos limites da legalidade.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Senhora Presidente, gostaria muitíssimo de expressar o meu agradecimento, e de começar por dizer que nos foram dadas hoje, na minha opinião, informações muito positivas e fiáveis por parte do Ministro Bildt e da Senhora Comissária. Estas informações demonstram que os esforços da União Europeia se concentram em duas áreas. A primeira é da ajuda humanitária. A segunda é a da acção militar, sendo as duas áreas juntas, felizmente, cada vez mais eficazes. Gostaria, no entanto, de perguntar o seguinte: não devemos atribuir, pelo menos, a mesma importância à construção do Estado na Somália, dado tratar-se, de facto, de um país privado de regras e governação correctas? Não deveríamos também dar formação à polícia local, bem como formar um núcleo coeso de forças militares? Na minha opinião, se esta terceira área não for tratado da mesma forma que as outras duas, será difícil alcançar êxito a longo prazo.

Carl Bildt, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhora Presidente, serei muito breve. A Somália é um grande problema, há 20 anos que é um grande problema. Debateremos a questão da pirataria, porém, é preciso que não descuremos a situação humanitária, que é um desastre. É preciso que não esqueçamos o problema do terrorismo e que não esqueçamos a instabilidade da região.

É necessário que, com o tempo, tentemos enfrentar todos estes aspectos. Mas sejamos também realistas. A comunidade internacional, as Nações Unidas e outros actores têm vindo a debater-se, há muito, com o problema da Somália, e os resultados foram bastante limitados. No que respeita à Somália, somos praticamente uns recém-chegados. Tentamos fazer algumas coisas.

Quanto à Operação Atalanta, todos nós a considerámos um êxito, mas não se pense que poderá resolver todos os problemas. Quando debatemos a hipótese de a alargar ao Oceano Índico, estamos a referir-nos a

áreas extremamente extensas. Mesmo que quiséssemos destacar os meios navais de todos os países da União Europeia, não teríamos a certeza de ter um êxito absoluto.

Todos estes piratas são também, evidentemente, alimentados com fundos, que lhes possibilitam investir em novos recursos, o que torna o problema bastante exigente.

Essa constatação não é desculpa para não fazermos aquilo que podemos fazer. Com todas as reservas, devido às dificuldades, deveremos tentar prestar apoio ao Governo federal transitório.

É isso que estamos a tentar fazer com os vários programas de formação. Haverá uma garantia de êxito? Não, não há. Podemos apenas estar certos de que, se nem sequer tentarmos, seguramente não teremos êxito. Se tentarmos, pelo menos haverá a possibilidade de termos um impacto positivo. Se nada mais conseguirmos, pelo menos conseguiremos garantir os programas de entregas do Programa Alimentar Mundial em benefício das populações da Somália afectadas pela fome e pelo sofrimento. Isso, em si, é já motivo de orgulho.

Benita Ferrero-Waldner, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, estou absolutamente ciente de que este é um tema muito caro a alguns dos Estados-Membros, devido às vítimas que sofreram como resultado das dificuldades na região. O colega grego, que formulou uma pergunta a que eu gostaria de responder, já não se encontra presente, mas gostaria de dar a conhecer o que temos vindo a fazer, bem como a razão por que conseguimos algum êxito.

Como o Senhor Presidente em exercício referiu, dispomos do chamado Processo de Djibuti e do grupo de contacto internacional, de que a Comissão é parte e através do qual o nosso antigo colega, Louis Michel, que é hoje eurodeputado, tentou afincadamente ajudar a apoiar o Governo transitório. Este Governo continua a ser a entidade mais bem colocada para trazer alguma estabilidade à Somália. Essa é a nossa primeira e principal tarefa, e teremos de a realizar com apoio diplomático e político.

Temos depois de ajudar e de proteger os navios e as pessoas que se encontram no local. Em seguida, fazer aquilo que há pouco referi – o último orador talvez já me tenha ouvido. Afirmei que, a criação de instituições, o reforço das capacidades, a tentativa de apoiar o processo jurídico e a população é absolutamente fundamental. Só então, quando existir maior estabilidade no país e tiverem sido dados passos para erradicar a pobreza, será possível concretizar todos os outros objectivos. Por conseguinte, trata-se de um processo muito complexo.

Para sermos úteis, para além de outras coisas, dispomos agora de apoio concreto para 29 projectos, no valor de mais de 50 milhões de euros, montante muito significativo para aquelas pessoas, para apoio à governação, segurança e sociedade civil, para apoio ao processo de reconciliação e a criação de instituições. O objectivo último é ajudar à criação de um Estado viável, que seja capaz de servir o povo da Somália, país onde temos de combater também o terrorismo. Infelizmente, o terrorismo está extremamente enraizado no país, que é praticamente um Estado falido, pelo que a tarefa que temos pela frente é de monta.

Alguém perguntou se poderíamos realizar, de futuro, uma cimeira sobre a pirataria. Nós, na Comissão, não nos oporíamos certamente a essa ideia, mas penso que essa é uma matéria cuja decisão cabe aos Estados-Membros e talvez, em particular, à Presidência espanhola. Se estiverem interessados, então é possível que dêem esse passo.

Presidente. - Nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução⁽³⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Alain Cadec (PPE), *por escrito*. – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero dar o meu incondicional apoio a esta resolução, na medida em que ela realça a pertinência da Operação Atalanta e o seu sucesso. Estou ciente da imensidade da tarefa a realizar, atendendo à dimensão do território envolvido. No entanto, gostaria que os navios pesqueiros europeus que operam na zona fossem considerados como navios muito vulneráveis e, por essa razão, sejam objecto de uma protecção especial. Nesse sentido, deverão ser incluídos na categoria 3.

(3) Ver Acta

Com efeito, os atuneiros são navios particularmente vulneráveis, pois, por um lado, a altura do seu bordo é muito baixa e, por outro, estas embarcações permanecem imóveis e não manobráveis durante a faina com rede de cerco, isto é, durante quatro a cinco horas. Assim, durante esses períodos ficam à mercê de ataques dos piratas. É esta particularidade que justifica o pedido específico que formulei. Gostaria de esclarecer também que esta classificação na Operação Atalanta iria complementar os dispositivos de protecção franceses e espanhóis a bordo dos navios.

Filip Kaczmarek (PPE), por escrito. – (PL) A Comissão e o Conselho estão certos. A única resposta possível à situação na Somália é uma abordagem abrangente para o conflito ali existente, com a acção coordenada de todas as partes envolvidas nos esforços para alcançar a estabilidade na região e para acabar com a pirataria. O nosso objectivo imediato de eliminar o problema da pirataria deve, evidentemente, passar por uma continuação da Operação Atalanta. Esta abordagem deve ainda incluir a prorrogação do seu mandato, de modo que os pescadores também sejam protegidos. Não consigo entender por que certos colegas não querem proteger os pescadores. Uma vez que estamos a proteger a navegação comercial e turística, bem como os navios que transportam ajuda alimentar, também devemos fazer todos os possíveis para permitir que os pescadores façam o seu trabalho em segurança.

Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista o objectivo a longo prazo, sem o qual nunca vai ser encontrada uma solução duradoura para o problema da pirataria. Refiro-me à paz, à estabilidade, à eliminação da pobreza e ao desenvolvimento do país. Assim sendo, numa perspectiva de longo prazo, temos de concentrar-se em:

- reforço da missão AMISOM,
- manutenção e execução firmes do embargo de armas à Somália,
- estabilização do país por meio de uma estratégia coordenada e global para a acção envolvendo a União Europeia, a União Africana e os EUA,
- determinação no sentido de obter acordos de paz duradouros entre as partes e,
- apoio na estruturação de instituições do Estado activas em todo o país.

15. Criação de espaços sem fumo (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0119/2009) apresentada pela deputada Edite Estrela, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, ao Conselho, sobre a criação de espaços sem fumo (B7-0225/2009).

Edite Estrela, Autora. – Em primeiro lugar, quero agradecer aos relatores-sombra de todos os grupos políticos o trabalho conjunto e o esforço que fizeram para, em tão pouco tempo, ser possível apresentar uma resolução conjunta. Também quero agradecer ao secretariado da Comissão ENVI, ao secretariado do meu grupo e à minha assistente o apoio que me foi prestado. Foram todos excelentes.

Em nome da Comissão do Ambiente, começo por lamentar que a Presidência sueca tenha decidido finalizar este dossiê sem esperar pelo relatório do Parlamento Europeu. Essa atitude representa um inaceitável desrespeito pelos eleitos pelos cidadãos europeus. Daí a pergunta que lhe dirijo em nome da Comissão do Ambiente: pode o Conselho confirmar a sua intenção de adoptar conclusões sobre esta questão no Conselho de 1 de Dezembro de 2009, não obstante o calendário do Parlamento? Por que razão se apressa o Conselho a adoptar a recomendação sem aguardar pela posição do Parlamento Europeu? Atendendo a que o Parlamento foi consultado sobre a proposta da Comissão, está o Conselho disposto a ter em conta o ponto de vista do Parlamento quando elaborar as suas conclusões?

Que fique claro que a Comissão do Ambiente apoia os objectivos da recomendação, uma vez que o tabaco continua a ser a principal causa de morte e doença na União Europeia. A Comissão ENVI gostaria, por tudo isto, que o seu calendário tivesse sido respeitado, o que permitiria um debate aprofundado sobre o assunto e uma tomada de posição do Parlamento.

A exposição ao fumo do tabaco presente no ambiente, também chamado fumo passivo, constitui uma fonte adicional significativa de mortalidade, morbilidade e incapacidade na União Europeia. O fumo passivo contém mais de 4 mil compostos gasosos e partículas, incluindo 69 agentes cancerígenos conhecidos e muitos agentes tóxicos. Não existe um nível seguro de exposição ao fumo do tabaco passivo. As estimativas mais conservadoras apontam para milhares e milhares e milhares de pessoas que morrem todos os anos por

causa do fumo passivo, e isso também representa encargos significativos para a economia, encargos com as despesas médicas directas e também custos indirectos associados à perda de produtividade.

Nos últimos anos registaram-se progressos consideráveis na criação de espaços sem fumo em alguns Estados-Membros. Até à data, mais de um terço dos Estados-Membros adoptou legislação abrangente que proíbe o tabaco em locais de trabalho e espaços públicos fechados. Todavia, continuam a existir diferenças significativas no nível de protecção contra a exposição ao fumo do tabaco no seio da UE. Por exemplo, os trabalhadores do sector da hotelaria e restauração constituem um grupo profissional particularmente vulnerável devido à inexistência de uma protecção global na maioria dos Estados-Membros e à concentração excepcionalmente elevada de fumo de tabaco em bares e restaurantes.

A nível da UE, a questão dos espaços sem fumo tem sido até agora objecto de diversas resoluções e recomendações, não vinculativas, que não fornecem directrizes pormenorizadas sobre como criar espaços isentos de fumo. O tema figura também em algumas directivas adoptadas no domínio da saúde e da segurança profissionais, sendo nuns casos abordado apenas de forma indirecta e noutros não garantindo um nível de protecção suficiente.

Recordo o artigo 8.º da Convenção-quadro da Organização Mundial de Saúde para o controlo do tabaco, ratificada até à data por 26 Estados-Membros e pela Comunidade, que obriga todas as partes a garantir uma protecção eficaz contra a exposição ao fumo do tabaco em locais de trabalho, espaços públicos fechados e nos transportes públicos.

Pensamos que apenas uma interdição total de fumar em locais de trabalho fechados, incluindo o sector da restauração e hotelaria, edifícios públicos e transportes públicos, poderá assegurar a protecção da saúde dos trabalhadores e dos não fumadores, e encorajará os fumadores a deixar de fumar.

Termino dizendo que esperamos que o Conselho tenha em conta esta resolução que, esperamos, amanhã seja aprovada pelo Parlamento Europeu.

Åsa Torstensson, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhora Presidente; no dia 1 de Julho de 2009, a Comissão apresentou a sua proposta de recomendação do Conselho sobre a criação de espaços sem fumo, baseada no artigo 152.º, n.º 4 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A proposta em causa tem por principal objectivo dar cumprimento ao disposto no artigo 8.º da Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para a Luta Antitabaco. O artigo 8.º trata da protecção contra a exposição ao fumo de tabaco. Até à data, essa convenção foi ratificada por 26 Estados-Membros e pela Comunidade.

No que diz respeito ao programa de trabalho da Presidência sueca, para dar às demais instituições tempo suficiente para apresentarem os seus pareceres, no dia 8 de Julho de 2009, o Conselho convidou o Parlamento Europeu, o Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões a submeterem os mesmos, o mais tardar, até 26 de Novembro, 5 de Novembro e 8 de Outubro de 2009, respectivamente. O Comité Económico e Social Europeu já adoptou o seu parecer e o Comité das Regiões anunciou que não tencionava emitir parecer. Ao que creio, o Parlamento Europeu conta aprovar a sua posição até Março de 2010, o mais tardar, coisa que se me afigura lamentável. Infelizmente, será tarde demais para poder ser tida em conta pelo Conselho. Isto não tem absolutamente nada que ver com falta de respeito – bem pelo contrário, por sinal.

A Ministra da Terceira Idade e da Saúde Pública, Maria Larsson, confirmou à Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar no dia 2 de Setembro a intenção da Presidência sueca de promover a adopção da recomendação sobre a criação de espaços sem fumo até ao fim do ano. O texto está a ser discutido no Conselho e já fizemos progressos significativos. Estou certo de que atingiremos o nosso objectivo de adoptar a recomendação na reunião do Conselho de 1 de Dezembro de 2009. Porém, o Conselho não faz tentações de adoptar quaisquer conclusões sobre esta matéria.

O Conselho examinou a resolução do Parlamento Europeu, de 24 de Outubro de 2007, sobre o Livro Verde “Por uma Europa sem fumo: opções estratégicas a nível comunitário”. Nela, o Parlamento insta os Estados-Membros a introduzirem legislação de criação de espaços sem fumo no prazo de dois anos. Entretanto, muitos Estados-Membros da UE adoptaram legislação desse tipo e há vários outros que estão em vias de o fazer. O Parlamento considera igualmente que a política de criação de espaços sem fumo deve ser coadjuvada por outras medidas de apoio. O Conselho comunga desta opinião.

Regozijo-me por ter tido esta oportunidade de elucidar a Assembleia acerca do calendário do Conselho relativo à proposta de recomendação sobre a criação de espaços sem fumo e estou desejosa de ouvir a vossas opiniões sobre esta matéria.

Theodoros Skylakakis, *em nome do Grupo PPE*. – (EL) Senhora Presidente, a decisão do Conselho de promover a toda a pressa junto dos Estados-Membros a sua proposta relativa ao ambiente sem tabaco, sem dar tempo suficiente ao Parlamento para preparar a sua posição é, na nossa opinião, um erro. A nossa reacção, para além da pergunta de hoje, é a resolução que amanhã vamos aprovar - assim o espero -, sobre a qual chegámos a um bom compromisso e a qual, julgo eu, exprime a opinião da maioria desta Assembleia. Esta resolução contém muitos elementos novos. Nós, no Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) estamos especialmente orgulhosos pela ênfase que é dada neste texto à protecção das crianças contra o tabagismo passivo. A nossa proposta introduziu muitos elementos novos que mereceram a aceitação dos outros grupos.

Gostaria de destacar, por exemplo, a referência à necessidade de uma sensibilidade e protecção especiais em relação às crianças, pois estas, ao contrário dos adultos, não têm a possibilidade de dar o seu consentimento legal, moral ou mesmo psicológico no que respeita à sua exposição ao tabagismo passivo. Os pais têm o dever de as proteger mas precisam da nossa ajuda, porque o tabagismo passivo das crianças ainda não foi suficientemente investigado e, consequentemente, nem os pais sabem nem ninguém mais sabe quais são as consequências da exposição duradoura das crianças ao fumo e em que medida estas precisam de protecção.

É por isso que a nossa proposta para que a Comissão realize um estudo a nível europeu sobre este problema, inclusive sobre o tabagismo em terceira mão, assume especial relevância. A informação assim obtida poderá prestar um enorme serviço. Além disso, a resolução contém numerosos elementos importantes e nós esperamos que o Conselho os tome em consideração.

Daciana Octavia Sârbu, *em nome do Grupo S&D*. – (RO) Os cidadãos e o ambiente da União Europeia devem usufruir da protecção proporcionada pela proibição de fumar em locais públicos. Não podemos ignorar que o acto de fumar continua a ser uma das maiores causas de doenças e morte. Lutamos com todos os nossos meios contra perigosas epidemias e inventamos complexas e dispendiosas vacinas para nos protegermos de novos vírus, mas um esforço para protegermos as nossas crianças, famílias e o ambiente dos malefícios do tabaco é um objectivo muito mais ao nosso alcance.

A simples lógica, se não o apelo de conceitos como o direito da maioria não fumadora, devia convencer-nos a fazermos deste esforço uma prioridade. Alguns estudos recentes indicam que a proibição de fumar na América do Norte e Europa levou a uma rápida redução de determinados problemas graves de saúde. De facto, este efeito fez-se notar quase imediatamente após a introdução da proibição de fumar. Nos países em que fumar passou a ser totalmente proibido em espaços públicos, o impacto positivo sobre a saúde foi atribuído a diversos factores, onde se incluem não só a eliminação do fumo inalado indirectamente pelos fumadores mas também a redução da inalação passiva de fumo pelos não fumadores.

Gostaria que não perdêssemos de vista um facto essencial: os fumadores são uma minoria na União Europeia. É claro que ninguém pode sugerir que se condicione o direito das pessoas a fumarem, nem mesmo em nome de determinados princípios que todos apoiamos, como uma vigorosa protecção da saúde pública e um ambiente livre de fontes de poluição. Porém, e simultaneamente, a maioria, que são os não fumadores, quer um ambiente sem fumo, e esta realidade deve orientar-nos quando elaboramos e apoiamos legislação contra o tabaco.

Uma vez que as provas parecem indicar que é provável que os fumadores desistam de fumar com a ajuda destas medidas de apoio, penso que devemos reforçar as medidas legislativas contra o tabaco no âmbito de uma política comunitária para controlar o consumo de tabaco, de forma a darmos um contributo prático para melhorarmos a saúde pública em toda a União Europeia.

Frédérique Ries, *em nome do Grupo ALDE*. – (FR) Senhora Presidente, com esta resolução, o nosso Parlamento pretende, como é óbvio, apoiar a muito proactiva política da Comissão em matéria de luta contra o tabagismo. No entanto, nós pedimos-lhe também – e isto é essencial – para ir ainda um pouco mais longe e para se certificar de que, em 2011, os europeus e as europeias terão direito a uma zona limpa em todos os sítios públicos, nos meios de transporte e nos locais de trabalho.

Com efeito, a Europa tem o direito – obviamente –, e inclusivamente o dever, de oferecer protecção, e neste caso, portanto, de introduzir uma proibição, conforme fez e continua a fazer relativamente a toda uma série de substâncias tóxicas, substâncias que em alguns casos matam muito menos pessoas do que o tabaco: substâncias químicas, pesticidas, alguns metais pesados, ou até mesmo o amianto, para referir apenas algumas.

Quando digo que a Europa tem de introduzir uma proibição e de garantir, portanto, esta zona de não fumadores para todos os trabalhadores, conforme como nos pede uma esmagadora maioria dos cidadãos, tal não significa, obviamente, que estejamos a lançar aqui uma cruzada contra os fumadores. Eu sou liberal

e visceralmente apegada a esta noção de liberdade, de livre escolha e de livre arbítrio. Um texto europeu pode prever derrogações, salas de fumo, espaços de liberdade. Legislar não quer dizer oprimir. Estamos a falar de espaços públicos, mas não venham dizer-me que a Europa não tem um papel neste debate.

Carl Schlyter, em nome do Grupo Verts/ALE. – (SV) Senhora Presidente; queria observar que esta é, evidentemente, uma questão de protecção dos trabalhadores. É essa a única razão por que a UE se envolve neste assunto. Nós proibimos, por exemplo, o diclorometano – processo por que eu fui responsável –, precisamente pelo facto de afectar a saúde dos trabalhadores. Os trabalhadores têm direito a ser protegidos por legislação europeia, e aqui o que está em causa é a saúde dos trabalhadores dos sectores da restauração e da hotelaria.

A proibição de fumar nesses espaços salvaria muito mais vidas e seria muito mais eficaz na prevenção de muitas doenças que a maioria das leis que aqui fazemos. É um dos instrumentos mais eficazes que podemos adoptar para proteger a saúde dos trabalhadores no local de trabalho, e especialmente as crianças e outras vítimas inocentes do fumo de tabaco. O fumo dos cigarros contém dúzias de substâncias que são tão tóxicas que a sua utilização nos laboratórios está sujeita a uma licença especial, e no entanto é isso que queremos permitir que se emita para o ambiente em que as pessoas vivem todos os dias. É uma situação completamente absurda. Não tem nada que ver com liberdade de escolha, porque as pessoas que adoecem não fizeram escolha nenhuma. Agora temos a hipótese de ajudar essas pessoas e evitar que elas venham a adoecer no futuro e devemos aproveitar essa oportunidade.

Jiří Maštálka, em nome do Grupo GUE/NGL. – (CS) Apraz-me o facto de termos conseguido criar uma resolução comum que constitui um bom compromisso e que pode contribuir para a redução da incidência de mortes e doenças causadas pelo fumo. Congratulo-me com o texto do artigo 15.º, que deverá garantir que o esforço para controlar o tabaco seja protegido dos interesses comerciais da indústria do tabaco. Penso que o mecanismo estabelecido no artigo 22.º para a apresentação de relatórios é bom. Estou desiludido com o facto de não termos conseguido incluir uma referência à padronização de embalagens. Há estudos que mostram que as embalagens padronizadas reduziram significativamente o consumo e a procura, em especial, entre os jovens. Também estou desiludido com o facto de, por razões de tempo, não se ter seguido o processo de consulta ordinário e espero que o Conselho apoie as propostas atrás referidas. Também gostaria de acrescentar, para que fique registado, que adoptámos medidas na sessão de hoje que garantam a protecção adequada dos não fumadores no Parlamento Europeu.

Peter Liese (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para a resolução. O tabagismo passivo é um problema considerável, especialmente para as crianças. O Presidente da Associação alemã de Pediatria afirmou, em tempos, que o consumo de tabaco na presença de crianças constitui um atentado voluntário à integridade física. Pessoalmente não o expressaria de forma tão drástica, mas temos claramente que actuar.

Congratulo-me muito com a legislação adoptada na Irlanda, Itália e outros países. Penso que a situação jurídica e prática na Alemanha é vergonhosa de um ponto de vista sanitário. A este respeito, temos muito que aprender com outros países europeus.

No entanto, não será tão fácil quanto o sugerem os n.ºs 2, 10 e 13 da presente resolução. Dispomos apenas de uma competência limitada a nível europeu, sendo que a adopção de legislação a nível europeu nesta matéria poderia ser contraproducente do ponto de vista político. Apenas podemos proteger os trabalhadores. Actuando a nível europeu, não podemos proporcionar uma protecção especial às crianças. Porém, esse é o tipo de protecção de que precisamos com urgência. Por conseguinte, gostaria de solicitar que apoiassem as alterações apresentadas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) a este respeito.

Uma palavra acerca dos controversos subsídios ao tabaco, que vimos debatendo há anos. A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar exortou sempre à sua abolição. Obtivemos agora um bom compromisso da parte do Conselho, e, por conseguinte, gostaria de deixar aqui um firme compromisso pessoal, sujeito a uma discussão no meu grupo, de deixar inalterado o n.º 9. É um compromisso efectivo, e as populações não compreenderão que continuemos a pagar subsídios como o fizemos no passado. Essa é uma mudança necessária que deveríamos apoiar.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, a Irlanda aprovou a proibição do consumo de tabaco no local de trabalho, durante as eleições europeias de 2004, pelo que nos deparámos com muitos eleitores irritados à porta dos restaurantes e locais públicos. Ficaram furiosos com a proibição. Mas estamos em 2009, e há hoje uma enorme aceitação da bondade da nossa medida para os trabalhadores, entidades patronais e para o sistema de saúde pública. As pessoas aprenderam a viver com ela.

Esta manhã, tomei uma atitude saudável e vim a pé para o Parlamento, e fiquei espantada ao ver passar jovens pais nos seus automóveis fumando o seu cigarro, com os filhos sentados nos lugares traseiros de cintos de segurança apertados. Havia pais empurrando os carrinhos dos seus filhos, fumando um cigarro por cima das suas cabeças. Obviamente, há um enorme trabalho a fazer, com vista a educar os adultos para os perigos a que expõem os seus filhos.

Por isso, apoio o meu colega, Peter Liese, no apelo que faz à protecção das crianças. Estas são tão vulneráveis, e é tão triste ver que estão expostas a este perigo.

Mas não demonizemos os fumadores. Lembrem-se que o tabaco é um vício tremendo e que os fumadores precisam de toda a nossa ajuda e apoio para lhe porem fim. Aqueles que escolhem, como outros poderão invocar, não abandonar esse hábito, deverão poder mantê-lo, se for esse seu desejo, sem prejudicar terceiros, mas estando absolutamente cientes dos malefícios a que estão a sujeitar-se.

Esta é uma boa resolução e, obviamente, todos nós, na Irlanda, onde a legislação na matéria é bastante avançada, a apoiamos.

Radvilė Morkūnaitė (PPE). – (LT) Discutimos frequentemente aqui no Parlamento Europeu os direitos humanos. Segundo um inquérito do *Eurobarómetro*, 70% dos cidadãos da União Europeia não fumam e a maioria gostaria que o acto de fumar fosse proibido em espaços públicos. Poderá discutir-se se isso constitui uma discriminação dos fumadores mas eu penso, porém, que se levamos em conta os reconhecidos malefícios que fumar pode provocar à saúde, não poderemos pôr em risco a saúde das pessoas. É claro que quando falamos sobre a proibição de fumar ao nível da UE não podemos esquecer o princípio da subsidiariedade e devemos permitir que sejam os próprios Estados-Membros a decidirem de que forma irão defender e proteger os seus cidadãos. Na Lituânia, por exemplo, tal como os nossos colegas irlandeses já referiram, temos uma Lei sobre o Controlo do Tabaco que é uma das mais progressivas quando comparadas com outras ao nível da UE. É claro que há ainda mais metas a atingir. Na Lituânia, o consumo de tabaco é proibido em instituições públicas, locais de trabalho, recintos fechados, todos os estabelecimentos de restauração e nos transportes públicos. Na Lituânia, a Lei sobre o Controlo do Tabaco foi aceite com boa vontade e sinceridade, ainda que os próprios fumadores admitam que estão agora a fumar menos e, em alguns casos, até deixaram mesmo de fumar. Evidentemente que este país, tal como outros Estados-Membros da UE, deve dedicar um pouco mais de atenção ao problema dos menores que fumam. Penso que estamos todos interessados em termos um ambiente limpo e saudável, sobretudo para as nossas crianças. Por isso, os bons exemplos dados pelos Estados que proibiram o fumo em espaços públicos deviam incentivar e inspirar os Estados que manifestam maior ceticismo nesta área a defenderem os direitos dos não fumadores e estes deviam encorajar as instituições da UE – depois de ouvido o parecer do Parlamento Europeu – a encontrarem formas de adoptarem legislação com cariz vinculativo.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhora Presidente, antes de mais, gostaria de felicitar a senhora deputada Edite Estrela pela sua iniciativa. Concorro com os argumentos que apresentou.

Na Irlanda, também eu assisti à transformação das atitudes face ao tabagismo, bem como a transformação dos hábitos dos fumadores irlandeses. Fui presidente da Gaelic Athletic Association (Associação Atlética Gaélica), que é a maior organização desportiva da Irlanda. Introduzimos a proibição no nosso maior estádio, com capacidade para 82 500 pessoas. As pessoas resistiram inicialmente, mas hoje aceitam-na. Houve uma mudança radical. Não me incomoda nada que as pessoas fumem, mas isso afecta os outros, e isso é um problema. O tabagismo passivo foi, no essencial, eliminado na Irlanda, sendo que os adultos também fumam menos. Muitos deixaram de fumar, e – o que é mais importante – os jovens estão hoje menos inclinados a fumar do que no passado.

O meu derradeiro argumento é que, inclusivamente no que respeita à roupa, as pessoas notaram que deixaram de cheirar a tabaco. Quando nos deslocamos ao estrangeiro e entramos em restaurantes, se sentimos cheiro a tabaco, temos tendência a abandonar o local, e o mesmo se passa com os quartos de hotel. Esta é uma boa iniciativa, e quanto mais cedo for introduzida melhor para todos. Posso garantir que não a lamentaremos.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, as pessoas têm o direito de fumar, mas não peço desculpas a ninguém para afirmar que os outros não devem ser obrigados a respeitar o fumo expelido por essas pessoas nos locais de trabalho, ou em qualquer estabelecimento.

Pessoalmente, odeio o tabaco – abomino –, e saúdo a proibição que foi introduzida no meu país. Mas não considero que a decisão deva ser tomada a nível europeu. Penso que não deveríamos exortar a que seja adoptada legislação vinculativa que se aplique à totalidade dos Estados-Membros. Sou federalista, mas não

centralista. As decisões deverão ser tomadas ao nível mais baixo possível, neste caso, o dos Estados-membros, ou, na verdade, dos governos regionais, como no caso da Escócia, a primeira região, no meu país, a adoptar a proibição.

É tão fácil ignorar o princípio da subsidiariedade quando estamos convictos de estar a agir por bem. Neste caso, penso que efectivamente que a causa que nos move é boa, mas, actualmente, com a aprovação do Tratado de Lisboa, deveríamos fazer todos os sacrifícios em nome do respeito daquele princípio.

Anja Weisgerber (PPE). – (DE) Senhora Presidente, precisamos de regras claras e concretas para a protecção dos não fumadores, a introduzir em toda a Europa. Contudo, na minha opinião, “em toda a Europa” não significa necessariamente “da Europa”. Muitos Estados-Membros possuem já legislação em vigor para a protecção dos não fumadores, e outros têm processos em curso para aprovação de legislação semelhante.

Por que razão afirmam agora alguns dos meus colegas ser muito melhor adoptar essas medidas em Bruxelas do que nos Estados-Membros, independentemente do facto de a União Europeia não dispor de qualquer autoridade em matéria de política da saúde, e que temos de o conseguir pela via indirecta da segurança e da saúde no local de trabalho? A meu ver, deverão ser os Estados-Membros a decidir da regulamentação que põem em vigor para proteger os não fumadores. Faz todo o sentido que assim seja, pois estão mais próximos dos problemas e questões locais. Não compreendo por que razão Bruxelas deverá impor uma protecção dos não fumadores em Lapland e na Andaluzia, que seja idêntica em todos os seus pormenores. Que aconteceu às implicações transfronteiriças? Nós, em Bruxelas, atingimos os nossos limites a este respeito.

Para mim, a protecção das crianças e dos jovens é de particular importância. É necessária uma protecção abrangente nesta matéria. Se introduzirmos uma protecção para não fumadores a nível europeu, com base na segurança e saúde no trabalho, não estaremos a proteger as crianças e os jovens, uma vez que não se trata de trabalhadores. Por conseguinte, apelo a que votem favoravelmente as alterações 2 e 13, apresentadas pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos).

Åsa Torstensson, Presidente em exercício do Conselho. – (SV) Senhora Presidente; os meus agradecimentos aos ilustres deputados por este importante debate. O facto de estarmos todos muito empenhados em criar espaços sem fumo é muitíssimo positivo. Acredito que temos pontos de vistas coincidentes em muitas questões. Como já disse há bocado, lastimo o facto de o Parlamento Europeu não ter sido capaz de apresentar o seu parecer a tempo, mas a Presidência terá em conta a resolução do Parlamento.

Quanto ao fumo no local de trabalho, a Comissão encetou uma ronda de consultas com os parceiros sociais a nível europeu. Pediu-se-lhes que dessem a sua opinião sobre a legislação em vigor e quaisquer futuras iniciativas legislativas neste domínio. Na proposta de recomendação afirma-se que o tabagismo passivo é particularmente perigoso para as crianças e os jovens e que é susceptível de aumentar as suas probabilidades de começarem a fumar eles próprios.

A proposta de recomendação sobre a criação de espaços sem fumo convida a Comissão a prestar contas sobre a aplicação, funcionamento e impactos das medidas propostas, com base na informação facultada pelos Estados-Membros. O relatório da Comissão proporcionará também um ensejo adequado para se reexaminar esta questão.

A questão da luta contra o tabagismo vai ocupar um lugar de destaque na agenda do próximo ano, também. Dar-se-á início ao processo de preparação da 4.ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Luta Antitabaco. A conferência terá lugar em Punta del Este, no Uruguai, de 15 a 20 de Novembro de 2010. Estou segura de que, nessa altura, o Conselho há-de querer discutir este assunto uma vez mais com o Parlamento Europeu.

Presidente. - Declaro que recebi uma proposta de resolução⁽⁴⁾, apresentada nos termos do n.º 2 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

(4) Ver Acta

Martin Kastler (PPE), *por escrito*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de boas intenções está o inferno cheio. Ninguém põe aqui em causa o facto de os não fumadores precisarem de uma protecção abrangente. No entanto, a proposta de resolução de compromisso sobre a criação de espaços sem fumo que votaremos na quinta-feira vai muito para além da protecção dos não fumadores. Embora a actual redacção apoie explicitamente o princípio da subsidiariedade, também o põe em causa. A proposta exorta à adopção de legislação estrita e vinculativa ao nível da UE. Serve-se abusivamente de preocupações legítimas quanto à protecção da saúde numa tentativa de transferir uma autoridade inválida, nos domínios da política de saúde e das questões laborais e sociais, para a esfera europeia. Todos nós queremos uma Europa que seja mais próxima dos seus cidadãos, e o princípio da subsidiariedade é crucial a este respeito. Os Estados-Membros ou, no caso da Alemanha, os Estados federados, deverão manter os seus respectivos debates sobre a protecção dos não fumadores. Só assim se poderão identificar soluções que possam adequar-se às tradições e culturas de cada país e que, por conseguinte, estejam próximas das suas populações. Por isso, apelo a que, na Quinta-feira, votem contra a proposta de resolução tal como actualmente se encontra.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) Sou não fumador. Estou plenamente ciente dos danos causados pelo consumo do tabaco e pelo tabagismo passivo na saúde. Mas, como acontece com frequência, estes planos da UE vão longe demais. Algumas destas disposições são totalmente absurdas, e, nalguns casos, nem sequer permitem que se fume ao ar livre. A UE está a centrar-se obsessivamente no consumo do tabaco, quando existem muitas outras actividades da vida diária que, estatisticamente, provaram ser perigosas e nefastas, como a *fast food*, os solários, o álcool, o café, andar de automóvel, não fazer exercício e não dormir o suficiente, só para referi algumas. Congratular-me-ia com a introdução de regulamentação sensata e a realização de campanhas de sensibilização, com vista a minimizar os riscos em causa. No entanto, todos os adultos deverão, em última instância, ser responsáveis pelas decisões que tomam quanto aos danos que estarão preparados a infligir à sua saúde. Está prevista para 2012 uma proibição total do consumo de tabaco nas empresas, sem que se tenha prestado suficiente atenção às empresas que mais serão prejudicadas, por outras palavras, as do sector da restauração. Estas empresas poderão sofrer perdas de receitas de praticamente 20%, que resultarão na perda de numerosos postos de trabalho. Para além disso, nos últimos anos, exigiu-se, por lei, aos restaurantes e bares que criassem zonas para fumadores e não fumadores nos seus estabelecimentos. Uma proibição total em 2012 tornaria, num ápice, obsoletos estes investimentos onerosos. A proposta de Recomendação do Conselho sobre a criação de espaços sem fumo não é uma medida sensata.

Richard Seeber (PPE), *por escrito*. – (DE) Os Estados-Membros, em matéria de protecção dos não fumadores, o Estados-Membros, em particular, têm algum atraso a vencer. A nossa preocupação central deverá ser a protecção de grupos vulneráveis, como as crianças e as grávidas. No entanto, a União Europeia não possui autoridade directa nesta matéria. Os cuidados de saúde são, e devem continuar a ser, da competência dos Estados-Membros, e estes deverão assumir a responsabilidade por estas questões. A UE deveria, por conseguinte, centrar-se naquilo que pode fazer para proteger os não fumadores, o que significa proteger os trabalhadores no local de trabalho. Porém, tentar conseguir o objectivo fundamental de tornar a Europa livre do tabagismo, mediante a introdução de um elevado número de regulamentos destinados à protecção dos trabalhadores não é uma solução satisfatória para o problema. A fim de proteger dos malefícios do tabaco o maior número possível de camadas da população e, em particular, as crianças, são necessárias mais campanhas de sensibilização do público. Essa é a única forma eficaz de mudar as mentalidades a longo prazo e a única solução para reduzir o consumo de tabaco na esfera privada.

(A sessão, suspensa às 19H30, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

16. Composição das comissões e das delegações: ver Acta

17. Ratificação e aplicação das convenções actualizadas da OIT (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0131/2009) apresentada pelos deputados Alejandro Cercas, em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, Marian Harkin, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, Jean Lambert, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, Gabriele Zimmer e Ilda Figueiredo, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, à Comissão, sobre a ratificação e aplicação das convenções actualizadas da OIT (B7-0228/2009).

Alejandro Cercas, autor. – (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Representantes da Comissão que nos acompanham, todos nós sabemos que a globalização económica, a crise financeira internacional e todos os desafios do futuro exigem um tratamento global. Já não podemos resolver estes problemas a nível nacional ou mesmo regional. A cooperação entre a União Europeia e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passa a ser um ponto fundamental na nossa agenda.

A OIT, com o seu método tripartido, está a fazer um trabalho inestimável para conferir coerência e racionalidade ao nosso mundo. Os nossos valores são os da OIT desde que foi fundada. Eles e nós trabalhamos num modelo social que respeite a dignidade das pessoas, e cremos que podemos trabalhar em colaboração. É evidente que a Europa precisa da OIT para manter esse modelo social - não poderíamos fazê-lo num mundo injusto - e que a OIT nos dá também a oportunidade de sermos um actor global nas relações internacionais.

A União Europeia e os seus Estados-Membros afirmam que estão a trabalhar muito estreitamente com a OIT e que estão a promover o programa sobre o trabalho digno para todos e a favor do Pacto Global para o emprego, liderado pela OIT. No entanto, Senhoras e Senhores Representantes da Comissão, há uma falta de coerência entre o que todos dizem e o que fazemos. Assim, é importantíssimo discutir esta noite - e amanhã aprovar uma resolução - sobre a ratificação das convenções da OIT, a fim de dar determinadas garantias à OIT e também ao nosso próprio projecto.

Na vossa comunicação sobre a Nova Agenda Social, V. Exas. apelaram uma vez mais aos Estados-Membros, mas os Estados-Membros não responderam a esse apelo. Apelaram à ratificação e à aplicação das convenções, mas com pouco êxito. Parece agora que temos de tomar medidas muito mais ambiciosas. Não vale apenas dizer que os Estados-Membros já ratificaram as convenções fundamentais da OIT. A OIT actualizou 70 das suas convenções, e mesmo alguns países do terceiro mundo e as economias em desenvolvimento estão a avançar mais rapidamente do que a União Europeia. O que é difícil de entender pelo resto do mundo. A Europa está a perder credibilidade, está a perder oportunidades.

Portanto, Senhoras e Senhores Representantes da Comissão, é um tanto escandaloso que a Europa fale a favor do trabalho digno, a favor da OIT, e por outro lado não ratifiquemos as convenções da OIT e nos simplesmente nos demos por satisfeitos com declarações retóricas.

Daí esta pergunta. E, por isso, amanhã, todos os Grupos desta Assembleia quererão que V. Exas. digam algo mais; que façam uma comunicação exigindo aos Estados-Membros a ratificação das convenções, para que haja coerência entre o que dizemos e o que fazemos. Porque na política falta essa coerência, e essa é uma das razões pelas quais perdemos credibilidade perante os cidadãos e por que a Europa também está a perder credibilidade perante o resto do mundo.

Marian Harkin, autora. – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me por poder apoiar o apelo à ratificação e aplicação das Convenções actualizadas da OIT por parte dos Estados-Membros da UE. Vale certamente a pena referir que, quanto a OIT foi criada, em 1919, depois do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, visava reflectir a crença de que a paz universal e duradoura só poderia ser conseguida com base na justiça social. Nos 80 anos seguintes, a OIT respondeu às necessidades das populações de todo o mundo no que respeita a um trabalho e vida condignos e à dignidade.

Esta noite, instamos a totalidade dos Estados-Membros da UE a ratificarem e aplicarem as convenções actualizadas da OIT; mas não são só os autores desta pergunta que o solicitam - são também muitas outras agências. Se analisarmos o Código de Conduta do Fornecedor das Nações Unidas, verificamos que grande parte do seu texto tem por base as Convenções da OIT, e a expectativa da ONU é que qualquer fornecedor de bens e serviços da ONU adira aos princípios do Código de Conduta. Por conseguinte, é preciso que estas Convenções sejam ratificadas e aplicadas em todo o mundo, de modo a que os fornecedores possam respeitá-las. Conseguiremos certamente concretizar isso na UE.

A Comissão Europeia, na sua comunicação sobre a agenda social renovada, refere: “Comissão apelará ainda aos Estados-Membros que dêem o exemplo, ratificando e aplicando as Convenções da OIT que esta organização considera actualizadas”. Numa resolução sobre a agenda social renovada, aprovada na última legislatura do Parlamento Europeu, em Maio passado, voltámos a reiterar que consideramos uma prioridade para as Instituições da UE e os nossos Estados-Membros o reforço da implementação e da aplicação da legislação laboral existente, a nível nacional e comunitário, ao abrigo das Convenções da OIT. Por isso, hoje, nós, aqui no Parlamento, reforçamos todos esses apelos. Solicitamos à Presidência em exercício que seja tão ambiciosa quanto possível a este respeito, exortamos os Estados-Membros a estudarem os fortes argumentos sociais em favor da ratificação e aplicação destas Convenções e instamos a Comissão a ponderar na adopção de uma recomendação aos Estados-Membros com vista a encorajar a ratificação das Convenções actualizadas.

Consideramos igualmente que a UE deve assegurar a coerência entre as suas políticas internas e externas. Neste Parlamento ouvimos recorrentemente falar do intercâmbio de boas práticas entre Estados-Membros. Seguramente, este é um exemplo eloquente das áreas em que conseguimos boas práticas entre nós, mediante a ratificação, pela totalidade dos Estados-Membros, das convenções pertinentes, bem como a promoção dessas boas práticas a nível externo, ou em todo o mundo, dando, como a própria Comissão o sugere, o exemplo com a ratificação das convenções actualizadas. Hoje, 25 de Novembro, estão ratificadas 7 650 Convenções da OIT em todo mundo, 47 delas ratificadas nos últimos 12 meses. Esperamos que a Europa assuma a liderança em matéria de alterações climáticas em Copenhaga; poderíamos fazer um trabalho igualmente positivo com a ratificação das Convenções da OIT.

Emilie Turunen (*em nome de Jean Lambert*). – (DA) Senhora Presidente, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, gostaria de salientar que consideramos que as mensagens desta decisão sobre a ratificação e aplicação das convenções da OIT são muito necessárias e se revestem de grande urgência. Porquê? Por duas razões. Em primeiro lugar, a UE deve dar o exemplo na luta em prol de trabalho digno. Devemos ser pioneiros mundiais quando se trata de promover boas condições de trabalho e trabalho digno.

Em segundo lugar, tal como já aqui foi mencionado hoje, está a surgir um fosso entre aquilo que dizemos e aquilo que fazemos ou, por outras palavras, um fosso entre as respostas internas e externas da UE. Se a UE ou os Estados-Membros se esquecerem de ratificar e aplicar as convenções actualizadas, ou se decidirem não o fazer, isso não é mau apenas para os trabalhadores da Europa. É também um sinal muito negativo para os países terceiros aos quais estamos a exigir que ratifiquem essas mesmas convenções. Devemos fazer o que pregamos.

É crucial que a UE dê o exemplo a nível mundial, que mostremos que somos uma região que consegue conjugar boas condições de trabalho com um elevado nível de competitividade. A OIT é o nosso parceiro mundial quando se trata de regulamentar a nível internacional. É essencial que a UE apoie a OIT como instituição e que leve a sério as suas convenções. Por conseguinte, o Grupo dos Verdes subscreve inteiramente as mensagens desta decisão e instamos os organismos competentes da UE a fazer os Estados-Membros compreender que as devem levar tão a sério como o estamos a fazer aqui esta noite.

Ilda Figueiredo, *Autora*. – Senhora Presidente, apoiamos a solicitação que é feita aos Estados-Membros para que tenham em conta os fortes argumentos sociais a favor da ratificação das Convenções que a OIT considerou actualizadas.

Sabemos que, desde 1919, a Organização Internacional do Trabalho manteve e desenvolveu um sistema de normas internacionais laborais, abrangendo uma vasta gama de temas que inclui o trabalho, o emprego, a segurança social, a política social e os direitos humanos correlacionados.

Por isso, também demos acordo à primeira versão da resolução conjunta aqui apresentada. Mas, lamentavelmente, por pressão do PPE, os outros signatários aceitaram diluir a importância da resolução e enfraquecer o seu alcance, com a inclusão de uma referência à Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego.

Ora, todos sabemos, foi em nome da Estratégia de Lisboa que a Comissão Europeia aqui apresentou algumas das piores propostas contra os direitos laborais e sociais, insistindo na flexibilidade e na desregulamentação laboral.

Quem se esqueceu da proposta de alteração da directiva do tempo de trabalho, visando desvalorizar o trabalho e torná-lo ainda mais precário, prolongar a jornada de trabalho, pôr em causa a contratação colectiva e o papel dos sindicatos, exactamente ao contrário do que defendem as Convenções da OIT?

É sobretudo por causa desta lamentável referência à dita Estratégia de Lisboa que retirámos o nosso apoio à resolução.

Mas, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, apelamos aos Estados-Membros para que ratifiquem as Convenções da OIT e solicitamos à Comissão Europeia que as tenha em conta nas suas propostas.

Karel De Gucht, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, ao longo dos últimos anos, a Comissão tem repetidamente salientado o seu compromisso com a Agenda “Trabalho Decente para Todos” acordada a nível internacional, incluindo a promoção das convenções da OIT.

A Comissão apoiou empenhadamente os Estados-Membros e estabeleceu uma estreita colaboração com a OIT com vista a adoptar normas jurídicas ambiciosas que respondam aos desafios de uma economia globalizada e contribuam para a implementação da Agenda “Trabalho Decente” da OIT. O Conselho e o Parlamento Europeu sublinharam a importância da Agenda “Trabalho Decente” e as actividades da Comissão a este respeito.

Os Estados-Membros da UE já ratificaram todas as convenções da OIT que dizem respeito a normas laborais fundamentais e a uma grande variedade de outras Convenções da OIT. A Comissão reafirmou o compromisso com a Agenda “Trabalho Decente” no quadro da agenda social renovada. Concretamente, a Comissão exortou todos os Estados-Membros a darem o exemplo ratificando e aplicando as Convenções da OIT que esta organização considera actualizadas. Ao fazê-lo, a Comissão sublinha a dimensão externa e interna da Agenda “Trabalho Decente”. Para além disso, sempre que as convenções da OIT envolveram competências exclusivas a nível comunitário, a Comissão tem emitido atempadamente propostas de decisão do Conselho autorizando os Estados-Membros a ratificar as respectivas convenções a par de um apelo no sentido de ratificar as normas tão depressa quanto possível, nomeadamente a Convenção do Trabalho Marítimo e a Convenção relativa ao trabalho no sector das pescas.

Por último, o Relatório “Trabalho Decente” de 2008 prevê o acompanhamento dos desenvolvimentos políticos com respeito ao processo de ratificação. O resultado desta análise deverá reflectir-se no Relatório de acompanhamento “Trabalho Decente” a publicar em 2011.

Csaba Óry, em nome do Grupo PPE. – (HU) Em primeiro lugar, congratulo-me pelo facto de os grupos terem conseguido chegar a um consenso sobre o texto da resolução relativa à ratificação e aplicação das convenções actualizadas da Organização Internacional do Trabalho. Iremos, por conseguinte, dar também o nosso apoio ao texto.

Como é sabido, a Organização Internacional do Trabalho é uma das organizações internacionais mais antigas. Foi fundada em 1919 com o objectivo fundamental de estabelecer normas no âmbito do trabalho para pautar o desenvolvimento das condições de trabalho e para pôr termo à exploração. O âmbito das suas competências alargou-se posteriormente passando a incluir também o desenvolvimento de políticas sociais e de um sistema de cooperação técnica.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) é de opinião que as normas de trabalho estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho contribuem para mitigar os efeitos nocivos decorrentes da concorrência no mercado internacional, aumentando, dessa forma, as possibilidades de conseguir um crescimento económico equilibrado. Isto é particularmente significativo numa época em que talvez estejamos a sair da actual crise, e reforça sem dúvida a legitimidade dessas normas e o facto de terem sido estabelecidas através de um processo tripartido com base num processo democrático próprio que conta com a cooperação de governos, empregadores e sindicatos. Estamos, por conseguinte, a abordar neste caso direitos e deveres próprios do local de trabalho e o sistema em que se inserem, que os países que aceitam e ratificam as convenções devem observar. Simultaneamente, não podemos ignorar o facto de que a União Europeia, enquanto comunidade, não pode ratificar acordos. Apenas os Estados-Membros, individualmente, o podem fazer, o que levanta a questão, de qualquer modo, da aplicação adequada da jurisdição e subsidiariedade da Comunidade. É por esta razão que o texto dirige, muito correctamente, um convite à UE para que defina com precisão as convenções que recaem no âmbito da competência exclusiva da Comunidade e as que são abrangidas pelo princípio da subsidiariedade. Isto significa que, se o princípio da subsidiariedade for respeitado, daremos o nosso apoio à proposta, facilitando, dessa forma, a ratificação da convenção o mais brevemente possível.

Ole Christensen, em nome do Grupo S&D. – (DA) Senhora Presidente, temos um mercado interno na UE em que podemos vender produtos uns aos outros num mercado livre. Garantimos a livre concorrência e produtos baratos, e tudo isso está muito bem. No entanto, é necessário incluir outras áreas. Os direitos fundamentais dos trabalhadores devem ser garantidos e respeitados em toda a UE. Os Estados-Membros da UE não devem competir com base em condições de trabalho insatisfatórias e os trabalhadores de todos os Estados-Membros devem obter remuneração igual por trabalho igual. O direito à greve é também um direito fundamental.

Por conseguinte, é importante que haja uma estreita cooperação entre a UE e a Organização Internacional do Trabalho, a OIT. Partilhamos alguns valores comuns e podemos utilizar as convenções da OIT como base para continuar a desenvolver o modelo social europeu. Infelizmente, isso não é possível neste momento, uma vez que a Comissão apenas considera as convenções vinculativas se tiverem sido ratificadas por mais de metade dos Estados-Membros. Poderíamos começar por assegurar que todos os Estados-Membros da UE,

no mínimo, ratifiquem e apliquem as convenções que a OIT classificou como actualizadas. Não necessitamos de mais conversa; do que necessitamos é de acção. Caso contrário, como poderemos nós pedir a outros países do mundo que ratifiquem e apliquem as convenções da OIT e pedir à OMC que inclua os direitos fundamentais dos trabalhadores em todos os acordos comerciais?

A UE tem de dar o exemplo. Só então poderemos dizer aos outros países que devem todos ratificar e aplicar estas convenções. Temos de promover o trabalho digno na UE e no mundo como uma resposta vigorosa e sustentável à crise mundial que enfrentamos.

Elisabeth Schroedter, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, é verdade, Senhoras e Senhores Deputados, que, em tempo de crise, as normas mínimas protegem, a nível mundial, os trabalhadores de condições de trabalho desumanas. A UE manifesta sempre o seu apoio às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em discursos de circunstância e nos seus contactos que mantém com países terceiros, e muito bem, porque aquelas protegem os trabalhadores contra a discriminação e o *dumping* social.

Infelizmente, no seio da União Europeia, a realidade não vai muito para além desses discursos de circunstância. Os Estados-Membros da UE e a própria UE ignoram as convenções da OIT. Não as ratificam e não as aplicam. Isso permite que os Estados-Membros e a UE evitem as suas responsabilidades. Por exemplo, o Tribunal de Justiça da União Europeia aboliu o direito à greve, e a Comissão aplaudiu a decisão. Por exemplo, a Convenção sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias foi ratificada apenas por três dos vinte e sete Estados-Membros. É escandaloso, e é preciso que esta situação mude 90 anos depois da fundação da OIT.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, quero agradecer aos meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e aos demais grupos políticos do nosso Parlamento Europeu, pois em relação a esta questão do trabalho digno todos quisemos alinhar as nossas posições e apresentar um resolução comum, sendo que as negociações dos últimos dias foram extremamente positivas.

Desde 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) conseguiu garantir e desenvolver um sistema de normas laborais internacionais que cobre um vasto leque de questões, entre as quais o trabalho, o emprego, a política social e os direitos humanos. Isto é algo que não podemos perder de vista, em particular neste tempo de crise.

Essa a razão por que é extremamente importante que as convenções tenham sido classificadas pela OIT como estando actualizadas na sequência de um processo tripartido, que congrega empregadores, trabalhadores e governos. Essa a razão pela qual dirigimos esta recomendação aos Estados-Membros encorajando-os a ratificar as convenções que foram classificadas pela OIT e pedindo-lhes que contribuam activamente para a sua aplicação efectiva em prol da evolução e do progresso da Europa social. Esperamos que tal aconteça tão depressa quanto possível. Estaremos atentos aos prazos de aplicação destas convenções, respeitando, obviamente, o princípio da subsidiariedade.

O Grupo PPE estará particularmente vigilante no que respeita à aplicação destas convenções nos Estados-Membros. A luta contra o trabalho ilegal, a modernidade do progresso social, a construção de uma verdadeira Europa social que indique o caminho ao mundo, é isso que está em jogo, e nós queremos realmente ajudar a fazer com que ela avance.

Sylvana Rapti (S&D). – (EL) Senhora Presidente, um das particularidades importantes da União Europeia é a importância que atribui à política social e aos direitos fundamentais. Sabemos perfeitamente que a aplicação desses direitos é um requisito indispensável para um país se tornar Estado-Membro da União Europeia. Sabemos igualmente que sempre que esses direitos são violados, a União Europeia tem a obrigação de impor sanções.

Os direitos estabelecidos a par da criação e do funcionamento da União também se estendem ao local de trabalho. A importância que a União atribui à defesa dos direitos laborais está patente não só na legislação interna que produz mas também na sua política externa. Sabemos perfeitamente que, quando se celebram acordos com países terceiros, um dos pré-requisitos é o respeito pelos direitos laborais fundamentais. É por essa a razão que a União não poderia deixar de ser um dos primeiros a apoiar a necessária actualização sistemática das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A OIT actualizou recentemente as suas convenções na sequência de negociações com trabalhadores, empregadores e governos. Embora os governos dos Estados-Membros e a União estejam entre as entidades que participaram na referida actualização, deparamo-nos com um paradoxo. Esse paradoxo é que, apesar de muitos Estados-Membros da União Europeia terem adoptado directivas da UE que impõem direitos laborais mais avançados do que os previstos das convenções da OIT, subestimam a importância da questão formal da ratificação dessas convenções a nível nacional.

Atendendo a que esta situação transmite aos países terceiros, especialmente os países em desenvolvimento, uma imagem distorcida, seria razoável alterarmos a nossa atitude e os Estados-Membros que não o fizeram deveriam proceder às ratificações necessárias. Seja como for, a Comissão Europeia não deve hesitar em ser mais pró-activa e deve pedir aos Estados-Membros que cumpram as suas obrigações, a fim de aumentar a credibilidade da União através da promoção de condições de trabalho condignas, especialmente na actual crise financeira.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, é evidente que temos de realçar a importância da aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho, mas, infelizmente, receio que sistema que nos rege, designadamente o da livre concorrência, faça do próprio trabalho um mercado, e, por consequência, uma mercadoria. Isso gera ameaças aos códigos laborais em todo o lado, ameaças às planeadas reduções do tempo de trabalho e pressões descendentes sobre o custo do trabalho, o que é muito prejudicial.

Em França temos o exemplo de uma empresa fabricante de rolamentos de esfera que foi agora encerrada a fim de ser deslocalizada para a Bulgária, e pede-se aos seus trabalhadores dessa empresa que vão dar formação aos trabalhadores búlgaros. Como podem ver claramente, esta pressão descendente sobre os custos do trabalho dá azo a deslocalizações, a pressões descendentes e ao declínio dos direitos sociais em todo o lado. Por conseguinte, deveríamos conceber um sistema de harmonização por cima dos direitos sociais e dos níveis de protecção social, para que esta concorrência feroz entre trabalhadores, engendrada pelas empresas e pelas nossas próprias instituições, deixe de existir.

De igual modo, não deveríamos continuar a avançar para aquilo a que nesta Câmara e na Comissão se chama de “flexigurança”, mas, pelo contrário, deveríamos avançar para um sistema de segurança social profissional do trabalho e do emprego, associado a períodos de formação, que são necessários. É isso que nos permitiria sair da crise, dar formação aos trabalhadores a fim de os ajudar a orientarem-se para profissões que vão ter de ser inventadas para o futuro.

Olle Ludvigsson (S&D). – (SV) Senhora Presidente; agora que o Tratado de Lisboa foi adoptado e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE passou a ter força vinculativa, temos uma nova oportunidade de reforçar a dimensão social da cooperação europeia. Para isso, precisamos de concretizar essas oportunidades na prática, também. Um bom ponto para se começar seria a ratificação, no mais breve prazo possível, pelos Estados-Membros da UE de todas as convenções actualizadas da OIT.

Esta questão tem também uma dimensão externa. Se a UE quer participar de forma séria no trabalho internacional de elevação das condições de trabalho e de vida, é imperioso que os seus Estados-Membros adoptem também a convenção da OIT. Se queremos influenciar a situação em países terceiros, temos de começar por dar o exemplo nós próprios. Assim, quero exortar a Comissão e a Presidência sueca a agirem de forma progressista e a fazerem tudo o que está ao seu alcance para que todos os Estados-Membros adoptem todas as convenções actualizadas da OIT.

Pessoalmente, considero que é um pouco desanimador que o meu próprio Estado-Membro, a Suécia, não tenha ratificado convenções fundamentais da OIT como a Convenção n.º 94, relativa às cláusulas de trabalho no âmbito de contratos públicos. Como tal, gostaria de instar a Presidência a tomar medidas a nível nacional, também, com vista à sua ratificação. Isso, conjugado com a aquisição de força vinculativa por parte da Carta dos Direitos Fundamentais, deve reduzir o risco de o Tribunal Europeu de Justiça proferir mais acórdãos como o do caso Rüffert. Não podemos aceitar que haja legislação da UE que infringe convenções fundamentais da OIT.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, a OIT, como alguns colegas afirmaram, há muito que foi constituída – desde 1919: 90 anos de actividade e ainda a trabalhar na Agenda “Trabalho Decente”. É importante que os Estados-Membros, como também houve quem tivesse dito, ratifiquem todas as Convenções, em especial num momento de crise económica em que os trabalhadores estão sob pressão. Creio, no entanto, que importa também reconhecer neste debate o papel da OIT no mundo em desenvolvimento e as suas ligações com organizações não governamentais, bem como os vários programas

que lança com vista, em especial, aos mais vulneráveis, trabalhando, por exemplo, com pessoas portadoras de deficiência que nunca teriam tido qualquer oportunidade se não fossem estes programas. Há também dois domínios extremamente importantes que abordámos nesta Assembleia: trabalho forçado e trabalho infantil. Por conseguinte, se entendemos que a OIT faz um bom trabalho, como de facto faz, no mundo em desenvolvimento, creio que o mínimo que os Estados-Membros da União poderão fazer é ratificar na íntegra as convenções, sendo os primeiros a dar o exemplo.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, ao longo dos seus muitos anos de actividade, a Organização Internacional do Trabalho adoptou e apresentou para ratificação pelos Estados-Membros uma série de convenções internacionais e directivas em matéria de emprego, liberdade sindical, política social e segurança social e também contratos colectivos de trabalho e condições nos locais de trabalho. Os Estados-Membros devem ratificar e aplicar as convenções que a OIT considera actualmente em vigor. A União Europeia deve resoluta e activamente dar o seu contributo para a questão extremamente importante da protecção dos direitos das pessoas que trabalham num mundo globalizado.

Deve salientar-se que todos os cidadãos, independentemente da sua origem, fé ou raça, têm o direito de melhorar a sua prosperidade material e o seu desenvolvimento espiritual num contexto de liberdade e de dignidade, segurança económica e igualdade de oportunidades. Devemos ter presente que a pobreza, independentemente do local onde esta se encontre, representa uma séria ameaça para todos nós.

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há uma forte convergência de opinião entre os intervenientes do Parlamento Europeu e a Comissão no que se refere à utilidade e à necessidade de ratificação das convenções da OIT. No entanto, tal como o senhor deputado Öry observou, a Comissão só pode impor-se nas áreas em que possui competências exclusivas e, como eu referi, foi isso que a Comissão fez.

No que diz respeito ao papel dos sindicatos, no seu recente acórdão, o Tribunal de Justiça Europeu reconhece a acção colectiva como um direito fundamental. Contudo, esse direito pode ser regulamentado, o que é conforme com outros instrumentos internacionais. No entanto, transmitirei as vossas preocupações ao meu colega responsável pela política social, no sentido de que esta matéria possa ser investigada em profundidade.

Presidente. - Declaro que recebi três propostas resolução⁽⁵⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

18. Cimeira Mundial da FAO sobre segurança alimentar - Acabar com a fome na face da terra (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a Cimeira Mundial da FAO sobre segurança alimentar - Acabar com a fome na face da terra.

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, a Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar na semana passada em Roma é o último de uma série de eventos de alto nível organizados este ano em que a segurança alimentar e a agricultura estiveram em destaque: em Janeiro em Madrid, em Julho em L'Aquila, em Setembro em Nova Iorque e Pittsburgh, bem como na reunião do Comité da Segurança Alimentar.

A conclusão comum a todos estes eventos foi o entendimento de que não estamos a ser bem sucedidos na luta contra a fome no mundo. Mais de mil milhões de pessoas no mundo, actualmente, não satisfazem as suas necessidades nutricionais básicas diárias, e a verdade é que a situação ameaça agravar-se em muitos países em desenvolvimento, em razão também das consequências das alterações climáticas que colocam desafios adicionais à capacidade de estes países garantirem a segurança alimentar.

A Cimeira Mundial sobre Segurança alimentar representou uma oportunidade de apoiar a dinâmica política que se tem vindo a desenvolver nos últimos meses. Mais uma vez, a segurança alimentar no mundo esteve na ordem do dia. Contudo, o tempo de debate acabou; agora é altura de agir.

(5) Ver Acta

Para a Comissão Europeia, a Cimeira foi um evento útil por três razões. Em primeiro lugar, o firme compromisso de renovar os nossos esforços de alcançar o primeiro objectivo de desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a fome até 2015. Na minha opinião, o objectivo continua a ser válido, pelo que nos cumpre lutar para o alcançar – especialmente naqueles países e regiões em que os avanços rumo à sua consecução têm sido muito limitados, por exemplo, em África.

Em segundo lugar, a promessa de melhorar a coordenação internacional e a governação da segurança alimentar através de um Comité da Segurança Alimentar reformado, o qual passaria a ser uma componente central da parceria global para a agricultura, segurança alimentar e nutrição. A Comissão Europeia tem incentivado fortemente esta reforma e presta assistência disponibilizando a maior parte do financiamento para a mesma. A meu ver, trata-se de um passo extremamente importante, que abrirá caminho a um sistema de governação mundial em termos de segurança alimentar, baseado numa consultadoria científica sólida, mas também mais aberto a actores-chave no sector público e privado e organizações não-governamentais. Estes actores são fundamentais para tornar o novo sistema mais eficaz do que o actual.

Em terceiro lugar, a promessa de inverter a tendência decrescente no financiamento internacional e nacional para a agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural. Se queremos cumprir o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a fome até 2015, os compromissos assumidos de aumentar a APD têm de ser respeitados – em especial por aqueles países que se comprometeram a alcançar o objectivo de 0,7% de rendimento nacional bruto.

Houve quem criticasse a declaração final por não estabelecer objectivos de ajuda pública ao desenvolvimento mais precisos para a agricultura e segurança alimentar, mas temos de ter presente que as promessas financeiras mais importantes já foram feitas na Cimeira do G8 em L'Aquila. A prioridade agora é honrá-las. Com um forte apoio do Parlamento Europeu, a Comissão já conseguiu mobilizar a Facilidade Alimentar no valor de mil milhões de euros, dos quais 85% já está autorizado para o período 2009-2011. Contudo, precisamos de uma ajuda maior e mais sustentada ao longo do tempo. A fim de cumprir as nossas promessas, precisamos de um sistema global de hierarquia de compromissos, mas precisamos também de desenvolver mecanismos de monitorização, indicadores específicos e parâmetros de referência que possam ser utilizados para informar sobre os resultados e impactos de investimentos. Contudo – e que isto fique bem claro – mesmo o financiamento mais substancial por parte dos dadores será inútil se os governos dos países em desenvolvimento não fizerem de maneira a que os seus próprios financiamentos se traduzam em melhor investimentos, estratégias e políticas agrícolas.

Ao debater a segurança alimentar, devemos também ser cuidadosos com terminologia e distinguir entre segurança alimentar de soberania alimentar e independência alimentar. Os esforços para conseguir um nível de produção no mundo não são suficientes por si próprios. O que conta é que as pessoas deverão ter um acesso sustentado aos produtos alimentares; o que está fundamentalmente em causa é a pobreza. O comércio de produtos alimentares – tanto regional como global – desempenha um papel importante no reforço do acesso aos alimentos ao providenciar aos agricultores um rendimento e ao permitir o acesso dos consumidores a alimentos mais baratos. A independência alimentar ou a soberania poderá ser uma estratégia muito dispendiosa e não será necessária quando os mercados e o comércio funcionam bem.

Por conseguinte, concluir a Ronda Doha com um resultado equilibrado e abrangente seria um grande passo em frente. Não devemos esquecer também que a segurança alimentar a nível mundial é um problema extremamente complexo e multifacetado que requer uma abordagem holística. Neste domínio, a União Europeia fez excelentes progressos na década passada, progressos esses que continuarão a ser assegurados através do processo da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD). As várias reformas da política agrícola comum da UE reduziram fortemente as restituições às exportações e a grande maioria de apoio aos agricultores na UE é reconhecida, pela OMC, como não tendo um efeito distorçor. Além do mais, com o acordo “Tudo menos armas” o acesso do mercado à UE é livre para os países menos desenvolvidos e as disposições dos acordos de parceria económica (APE) mostram uma compreensão dos problemas que muitos dos países ACP enfrentam para garantir a segurança alimentar aos seus cidadãos. Por conseguinte, temos um longo caminho a percorrer na UE, no reforço da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, criando assim melhores condições de segurança alimentar para os países em desenvolvimento. Outros países e regiões devem fazer o mesmo.

Para terminar, a Cimeira da FAO sublinhou que se a nossa vontade for manter o nosso objectivo de reduzir para metade a fome até 2015, então teremos de intensificar a APD e aumentar os investimentos privados e de APD no domínio da agricultura e teremos ainda de melhorar a governação global do sector agrícola.

Albert Deß, *em nome do Grupo PPE.* – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, é importante que aqui no Parlamento Europeu discutamos a questão da fome no mundo. Não podemos simplesmente permanecer sentados enquanto o número de pessoas que padecem de fome no mundo, entre as quais se contam crianças, aumenta.

Fui eleito para o Parlamento pela primeira vez há 20 anos e tenho ainda perfeitamente presente a intenção manifestada pelas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, as próprias Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio de reduzir a fome no mundo para metade nos 20 anos seguintes. Que aconteceu desde então? A fome não foi reduzida para metade, aumentou. Mais de mil milhões de pessoas sofrem de fome no mundo todos os dias. O oposto da intenção dessas organizações.

As causas desta realidade são múltiplas. Há países como o Zimbabué, onde a incompetência do governo transformou o celeiro de África numa região de fome. Um presidente comunista empurrou um país rico para uma situação em que as populações sofrem de fome em silêncio. No entanto, temos a nossa quota-parte de responsabilidade nesta situação. Gastamos semanas, se não mesmo anos, a falar sobre como será clima dentro de uma centena de anos. As populações que sofrem de fome, hoje e amanhã, não estão interessadas no clima que teremos dentro de cem anos. Querem dispor de alguma coisa para comer amanhã, porém, não temos resposta para os seus problemas. Sem querer negligenciar os problemas do futuro, é uma questão de simples humanidade que nos preocupemos com as pessoas que sofrem de fome hoje. Senhor Comissário de Gucht, quando hoje afirmamos que queremos reduzir para metade a fome no mundo até 2050, considero que isso é praticamente insultuoso. Deverá ser possível que, como comunidade mundial, consigamos reduzir com muito maior rapidez o número de pessoas que não dispõem de alimentos em quantidade suficiente. Podemos transportar armas para qualquer parte do mundo, mas, aparentemente, não conseguimos fazer o mesmo com os alimentos. É um falhanço da comunidade internacional, que gostaria de denunciar. É preciso encontrar respostas diferentes das que hoje apresentamos.

Luis Manuel Capoulas Santos, *em nome do Grupo S&D.* – Senhora Presidente, Senhor Representante da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, os números que ilustram a fome e a malnutrição no mundo, que todos conhecemos e vemos banalmente repetidos, são de tal modo dramáticos que se torna quase obsceno mencioná-los.

O direito à alimentação está associado ao mais sagrado de todos os direitos. O direito à vida, entendendo-a como minimamente digna, e não como uma mera luta pela sobrevivência.

Combater a fome no mundo deveria, por isso, constituir a prioridade das prioridades de todas as agendas políticas e, para atingir esse objectivo, todos os recursos deveriam ser mobilizados.

Infelizmente, todos também sabemos que os recursos, incluindo os financeiros, nem sempre constituem a principal limitação. O problema está quase sempre na sua gestão e utilização e na ausência de uma governança criteriosa e de uma coordenação eficaz aos níveis mundial, regional e nacional.

No projecto de resolução que aqui hoje é apresentado – e de que o meu grupo político, os Socialistas e Democratas, é um dos subscritores – estão contidas propostas e recomendações que, se forem seguidas, podem certamente dar contributos importantes para mitigar tão grave problema. Exorto, por isso, a Comissão a dar-lhe a devida atenção e, com base nele, a apresentar propostas legislativas e a adoptar procedimentos que lhes permitam dar expressão concreta.

O tempo político de dificuldades e incertezas que vivemos é também um tempo de mudança nas políticas que são os melhores instrumentos de intervenção da União Europeia nesta matéria: a Política Agrícola Comum e a Política Comum da Pesca, cujas profundas reformas vamos agora iniciar.

Com os novos poderes que o Tratado de Lisboa nos confere, esta é também uma grande oportunidade para o Parlamento Europeu de passarmos das proclamações à acção concreta. Os Socialistas europeus estão motivados para este desafio. Fazemos votos para que a nova Comissão e os demais grupos políticos estejam disponíveis para nos acompanhar nesta missão.

George Lyon, *em nome do Grupo ALDE.* – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos meus colegas que já deram os seus contributos.

A primeira observação que gostaria de fazer é que o recente pico nos preços dos produtos alimentares no mundo serve como um alerta para todos nós. A duplicação dos preços dos cereais e do arroz teve um impacto desproporcionado em algumas das pessoas mais pobres nos países em desenvolvimento em todo o mundo.

Na verdade, estima-se que cerca de mais de 75 milhões de pessoas no mundo passaram a sofrer de fome em resultado directo dos preços dos produtos alimentares mais elevados em 2007 e 2008. Esse é um aspecto que temos de levar muito, muito a sério. De facto, em muitos países, assistimos a motins provocados pela falta de alimentos e a situações de instabilidade política em resultado do pico nos preços dos produtos alimentares.

Com a previsão do aumento da população mundial para cerca de nove mil milhões e de as alterações climáticas terem um grande impacto na nossa capacidade para dispor de alimentos, a segurança alimentar é, diria, uma questão de relevo que temos de enfrentar e dar atenção, encontrando soluções para a mesma. Cumpre à União Europeia fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os países em desenvolvimento a arquitectar sistemas agrícolas e de produção de alimentos que lhes dêem capacidade para se alimentarem. Isso exige financiamento – como o Senhor Comissário referiu na sua declaração – e requer mercados livres. Neste aspecto, reconhece-se que a Europa percorreu um longo caminho com vista à abertura e liberalização dos mercados. Todavia, muitos dos problemas que os países em desenvolvimento enfrentam resultam de um fracasso ao nível político e de um fracasso ao nível do sistema jurídico. Não há ajuda suficiente que de facto corrija o problema enquanto não se tiver um sistema político estável e um sistema jurídico estável que permita aos agricultores florescer e colher os benefícios de preços de mercado mais elevados.

Estima-se que a produção da UE terá de aumentar em mais de 70% só para satisfazer o aumento da procura no futuro. Diria que a agricultura europeia tem um grande papel a desempenhar, não apenas para garantir a nossa independência alimentar, mas também para assegurar que estamos aptos a contribuir para a segurança alimentar no mundo, de futuro.

José Bové, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhora Presidente, Senhores Comissários, Senhoras e Senhores Deputados, a luta contra a fome exige um importante investimento político e financeiro, investimento esse que a Organização para a Alimentação e a Agricultura não conseguiu assegurar na semana passada, em Roma, o que eu lamento.

Mais de mil milhões de pessoas no mundo sofrem de malnutrição, e 40 milhões de homens, mulheres e crianças morrem de fome todos os anos. Estes dramáticos números aumentaram desde 1996, ano em que foi realizada a primeira Cimeira Mundial da Alimentação. A crise financeira e económica mundial veio agravar a situação, da qual as populações dos países do Sul são as principais vítimas. Dez por cento do orçamento consagrado à publicidade no mundo permitiria prestar o auxílio necessário aos países em desenvolvimento para salvaguardarem as suas infra-estruturas agrícolas.

A crise alimentar constitui uma das principais ameaças à paz e à estabilidade no mundo. Em 2050, os pequenos agricultores vão ter de alimentar mais de nove mil milhões de pessoas. A degradação dos solos, os atentados à biodiversidade, a dependência do petróleo, as emissões de gases com efeito de estufa, o esgotamento dos lençóis freáticos e a evolução dos modelos de consumo colocam-nos numa situação muito frágil, mais frágil do que há 40 anos a esta parte.

A pobreza e a dependência das importações são as principais causas da insegurança alimentar. A necessidade de apoiar a produção local é uma evidência. No final da década de 1950, a Europa introduziu a política agrícola para produzir os alimentos de que necessitava. Para tal, protegeu o seu mercado interno e apoiou os seus consumidores. Esta autonomia de escolha, este direito à soberania alimentar tem agora de ser acessível a todos os países ou grupos de países do mundo que o desejem.

James Nicholson, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhora Presidente, as nossas resoluções sobre esta questão abordam o duplo desafio de erradicar a fome – que actualmente afecta um sexto da população mundial – e garantir o abastecimento dos géneros alimentares no futuro.

Enfrentamos hoje uma situação em que, por um lado, a população mundial está a aumentar, e, por outro, a produção alimentar se revela uma luta cada vez mais difícil devido aos efeitos negativos das alterações climáticas e à subida dos custos associados à produção alimentar.

Embora o elemento agrícola da questão da segurança alimentar seja inquestionavelmente imprescindível para resolver este problema, cumpre-nos também concentrar fortemente a nossa atenção na necessidade absoluta de garantir a boa governação nos países em desenvolvimento se quisermos ter alguma possibilidade de combater com sucesso o problema da fome no mundo. Consideremos o Zimbabué, por exemplo, que o senhor deputado Deß também já referiu. Em tempos foi conhecido como o celeiro de África, e em tempos teve capacidade para alimentar a sua população e a de muitos países vizinhos. Actualmente, não é capaz de o fazer, depois de ter sido destruído pelas acções de Robert Mugabe e seus acólitos.

Todos temos de trabalhar em conjunto para superar este problema e impedir a desordem civil e a miséria que daí poderá surgir.

Patrick Le Hyaric, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, se a União Europeia quiser desempenhar um papel positivo no mundo, se quiser dar vida a um novo humanismo, ela tem realmente de ouvir o ensurdecedor grito de fome que ressoa por todo o planeta.

Aqui e noutras sedes, continuamos a proferir os nossos belos discursos. Porém, falando com honestidade, será que nós, aqui, podemos ter a consciência tranquila, quando sabemos que em cada cinco segundos morre uma criança? Não é por causa de problemas técnicos que as crianças morrem. Elas morrem, sim, devido a esta onda de ultra-liberalismo que inunda o mundo de hoje.

Até agora trabalhávamos a terra para alimentar as pessoas. Hoje, porém, o sistema capitalista transformou o solo e os alimentos em mercadorias, em objectos de especulação mundial. Essa a razão pela qual temos de mudar radicalmente a política, de apoiar a Organização para a Alimentação e a Agricultura e de a dotar de meios para agir.

Nós precisamos de acção, como V. Exa. disse, Senhor Comissário, e exigimos acção. Porém, para que haja acção, a União Europeia poderia fazer respeitar o princípio da soberania alimentar para todos os povos, poderia ajudar a implementar os sistemas de remuneração do trabalho agrícola com preços garantidos para todos os países e todos os continentes, poderia respeitar e fazer respeitar os compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento a favor dos países do Sul, poderia cancelar a dívida dos países pobres, acabar com as aquisições de terra pelas multinacionais e com os fundos especulativos, e reconhecer que a agricultura e a alimentação não fazem parte do feroz regateio da Organização Mundial do Comércio.

Temos de dar ouvidos a esse grito de fome e de agir em conformidade. Isso engrandeceria a Europa, e isto é urgente!

Bastiaan Belder, *em nome do Grupo EFD*. – (NL) ao longo dos cerca de dez anos que sou deputado ao Parlamento Europeu, ouvi regularmente utilizar nobres palavras nesta Câmara. Aquando da preparação da Cimeira Mundial sobre a Alimentação, José Manuel Barroso, Presidente da Comissão, também proferiu nobres palavras. Disse: "Falhámos colectivamente na luta contra a fome. Isso é um escândalo moral e uma enorme nódoa na nossa consciência colectiva." Fim de citação. E tinha toda a razão. Isto torna o resultado da cimeira ainda mais decepcionante. Tenho a nítida sensação de a questão central em Roma foram os interesses políticos dos países ricos, e não os interesses das mil milhões de pessoas que sofrem de fome no mundo. Para lho ilustrar de uma forma mais concreta, passo a citar dois exemplos: como vem sendo cada vez mais reconhecido, a política em matéria de biocombustíveis e a respectiva promoção conduzem a um aumento dos preços e, logo, ao aumento fome. Porém, aparentemente é tabu criticar essa política.

Também já chamei numerosas vezes a atenção desta Câmara para o perigo de incentivar países em desenvolvimento a fazerem grandes investimentos em África, com vista, por exemplo, a garantirem a sua própria segurança alimentar. Como se pode esperar que países onde milhões de pessoas dependem da ajuda alimentar da ONU exportem a sua produção para países terceiros? Porém, a declaração final não contém qualquer referência a esta questão.

É muito fácil para os países ricos tratarem temas controversos, fazendo simplesmente apelos fervorosos e bem intencionados e encomendando mais estudos. Outra coisa que depreendo da declaração é que os países em desenvolvimento terão de contar sobretudo com os seus próprios recursos. À luz da até agora falha política da comunidade internacional para erradicar a pobreza, classificaria isto como uma verdadeira vergonha.

Para além disso, também me debrucei algum tempo sobre as declarações finais das cimeiras alimentares anteriores, e cheguei à conclusão de que elas revelam um surpreendente número de semelhanças – entre elas e com a resolução deste Parlamento, aliás. Todas elas falam de urgência e apelam invariavelmente à materialização das promessas feitas no passado. No entanto, não deveria a repetição de todos esses apelos constituir um sinal de aviso para nós? Citando Olivier De Schutte, relator das Nações Unidas, "os pobres não precisam de promessas". Como já foi aqui foi dito muitas vezes antes, a segurança alimentar devia ser um direito humano. Senhora Presidente, gostaria de abordar esta questão de outro ângulo e de dizer que a Bíblia nos ensina que um dos mandamentos de Deus é que devemos dar de comer a quem tem fome. Esse é o meu dever pessoal e a nossa responsabilidade colectiva.

Dimitar Stoyanov (NI). – (BG) Participei pessoalmente na reunião da FAO em Roma. Vi com os meus próprios olhos como foi a conferência. Penso que também temos de pôr um pouco de lado a hipocrisia que nos está a afectar porque, atendendo ao dinheiro que se gasta a organizar uma conferência deste género, cujo resultado, geralmente, não passa de uma longa lista de promessas, talvez seja necessário utilizarmos esta despesa em termos práticos para calcular - tal como já disseram outros oradores - quantas crianças, exactamente, não necessitariam de ter morrido hoje de fome se estes fundos não tivessem sido gastos apenas em histórias felizes. No entanto, o Senhor Comissário disse que o problema tinha a ver com a produção mundial de alimentos, mas antes de atirmos pedras aos outros pensemos nos nossos telhados de vidro.

O meu país, a Bulgária, segundo provas científicas, possui o solo mais fértil de toda a União Europeia. Há cento e cinquenta anos, os agricultores búlgaros conseguiam alimentar as regiões mais densamente povoadas do Império Otomano na Ásia Menor, utilizando tecnologias do século XIX. No entanto, hoje em dia na Bulgária, verifica-se um declínio progressivo da agricultura, que se tem agravado desde que o país aderiu à União Europeia. As quotas que a própria Comissão impôs à Bulgária estão a restringir a produção agrícola, enquanto as terras estão ao abandono. Basta uma exploração agrícola das 28 regiões da Bulgária para produzir, por exemplo, toda a quota de tomates atribuída à Bulgária pela Comissão Europeia. Tem sido assim porque, há dez anos, certos dados indicaram que era esse o nível de produção oficial. Mas ninguém está a considerar qual poderia ser o nível de produção real. Actualmente, na própria União Europeia, existem restrições aplicáveis aos processos de produção alimentar que, a não existirem, poderiam melhorar significativamente a situação e constituir uma verdadeira medida de luta contra a fome. Por conseguinte, enquanto as coisas forem controladas por funcionários que apenas olham para folhas de papel e não estão interessados em mais nada, apenas nos restarão promessas e não haverá acção.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhora Presidente, o número de pessoas que sofrem de fome e que vivem em pobreza extrema aumentou dramaticamente ao longo do ano passado, e não é verdade que tal seja culpa do capitalismo. Há sistemas políticos que são significativamente piores para a vida humana e para a luta contra a fome. Vou dar apenas um exemplo. Na Europa, há várias décadas atrás, um país com muito boas condições agrícolas, foi conduzido à fome pelo comunismo. Em resultado desta situação, mais pessoas morreram num único país do que actualmente morrem de fome em todo o mundo. Esse país era a Ucrânia. Recomendaria alguma cautela em relação ao que é dito nesta Assembleia.

No ano de 2000, 198 membros das Nações Unidas aprovaram Objectivos de Desenvolvimento do Milénio específicos. O comissário falou hoje sobre o primeiro, o objectivo mais importante. Hoje, temos de responder à questão de saber se esse objectivo é alcançável. Os europeus interrogam-se sobre se as nossas prioridades e nossa política estarão correctas e, em particular, por exemplo, se uma batalha dispendiosa contra as alterações climáticas é mais importante do que a luta contra a pobreza. Recebi esta pergunta somente esta semana: estará a União Europeia a confundir os meios com os objectivos e, em vez de combater os efeitos do aquecimento global, não estará desenvolver a mais dispendiosa luta contra moinhos de vento da história da humanidade – uma batalha contra as alterações climáticas?

Acho que a melhor prova de que não há incompatibilidade entre a acção para proteger o clima e para eliminar a fome seria a eficácia nesta última área, por outras palavras, acabar realmente com a fome no mundo. Então, ninguém nos iria acusar de termos prioridades erradas e de fazer da luta contra as alterações climáticas algo de mais importante do que a luta contra a fome, como o senhor deputado Deß referiu igualmente.

A agricultura vai ser muito importante nos próximos anos. O que temos de fazer é convencer e ajudar os países em desenvolvimento a investirem na agricultura e a respeitarem as suas próprias declarações de que 10% do orçamento nacional será afectado ao desenvolvimento da agricultura. Apenas assim poderemos aumentar o potencial agrícola dos países pobres e ajudar a travar uma luta eficaz contra a fome.

Louis Michel (ALDE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, à excepção de Silvio Berlusconi, cujo país acolheu a cimeira, nenhum membro dirigente do G8 esteve presente na Cimeira Mundial da FAO sobre segurança alimentar.

Uma reunião altamente política em termos económicos, sociais e financeiros ficou assim reduzida a uma trivial reunião técnica. No entanto, o objectivo de Jacques Diouf consistia em desenvolver instrumentos e meios de produção a fim de garantir a segurança alimentar de uma forma duradoura nos países em desenvolvimento.

A crise económica e financeira – como sabemos, já que isto foi dito repetidamente – está apenas a agravar a fome no mundo. O tema era mais actual do que nunca, visto que, pela primeira vez na história, a fome afecta hoje mais de mil milhões de pessoas no mundo. Isso equivale a um sexto da população mundial, 20% mais

do que em 2005 e 105 milhões mais do que em 2008. Como disse o senhor deputado Bové, tudo isto significa que existe um sério risco de surgirem novos conflitos e, além disso, conflitos de natureza extremamente grave. Foi a falta de investimentos na agricultura que conduziu a este fenómeno de insegurança alimentar. Ora, como Jacques Diouf sublinhou, a agricultura constitui o único meio de sobrevivência para 70% dos pobres no mundo. Ele fez um apelo à disponibilização de um montante total de 144 mil milhões de dólares por ano para ajudar os pequenos produtores. O seu pedido foi totalmente ignorado: não há calendário, não há estratégia e não há vontade política por parte dos países ricos.

Senhor Comissário, que progressos foram feitos no âmbito da execução dos compromissos do G8, assumidos em Julho? Tendo eu exercido a sua função, sei o quanto é difícil mobilizar os doadores. Ainda me lembro dessa batalha extremamente difícil, que o Presidente José Manuel Barroso também travou, há dois anos, a fim conseguir esses insignificantes mil milhões de euros para instituir esta facilidade alimentar. No entanto, o futuro da Europa está intimamente ligado ao destino dos países em desenvolvimento.

Senhor Comissário, eu não acredito nas receitas do nosso colega socialista que nos fala de ultra-capitalismo e de ultra-liberalismo – que é, aliás, moralmente discutível enquanto assimilação semântica. Pessoalmente, não vejo a solução neste tipo de declamações ideológicas um tanto míopes.

Senhor Deputado Le Hyaric, devo dizer-lhe que o obscurantismo marxista tem uma responsabilidade muito maior do que o liberalismo pelo subdesenvolvimento de alguns países desde que se tornaram independentes.

Eis o que eu queria dizer, uma vez que não podia deixar passar aqui em claro qualquer declamação ou encantamento ideológico que seja míope e que ultrapasse os limites da honestidade intelectual.

Judith Sargentini (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, os meus colegas, os senhores deputados Bové e Belder apresentaram o problema e a realidade política, mas existe uma nova tendência na agricultura. Os países ricos asseguram os alimentos de primeira necessidade ou os seus biocombustíveis comprando terra aos países pobres – usurpação de terras ou, como eufemisticamente se chama, “aquisição de terras agrícolas”. Acontece em Madagáscar, por exemplo.

Este parece ser um assunto sensível para os líderes mundiais debaterem. A Europa e os seus dirigentes têm o dever moral de lutar contra esta nova forma a que chamaria de colonialismo. A declaração da Cimeira Mundial da FAO não tocou na questão da usurpação das terras e a esse respeito perdeu realmente, uma oportunidade de fazer face à fome no mundo. Por que não o fizeram?

Depois existe a política agrícola comum da UE. Nós produzimos muitos alimentos. Os Europeus têm alimentos para se nutrirem, mas essa PAC arruína as oportunidades, quer dos agricultores em pequena escala, quer dos agricultores industriais nos países em desenvolvimento, e a verdade é que perdem a oportunidade de ganhar uma vida decente. Isso causa insuficiências ao nível de géneros alimentares e implica a necessidade de importar os alimentos. Quando é que podemos ter uma política agrícola europeia livre e justa?

Richard Ashworth (ECR). – (EN) Senhora Presidente, tanto as Nações Unidas como a União Europeia concordaram em que o crescimento da população mundial vai exigir um maior rendimento da produtividade agrícola que represente um aumento na ordem dos 50-100%. Aceitamos isso. Aceitamos o ponto de vista do Comissário, não o aceitamos só por aceitar, mas porque é um objectivo que o mundo não se pode dar ao luxo de ignorar. Todavia, paralelamente, está a ser pedido que a agricultura o faça utilizando menos terra, menos água, menos energia, menos gases com efeito de estufa. Por conseguinte, há três pontos que precisamos de compreender.

Em primeiro lugar, os governos – e a UE em particular – devem investir mais em investigação e desenvolvimento; nós, muito simplesmente, não temos a informação com base na qual possamos fazer um plano para o futuro. Em segundo lugar, confrontados com a volatilidade nos mercados globais, precisamos de uma rede de segurança com base na política agrícola comum. E, em terceiro lugar, a segurança alimentar, e tudo o que isso implica para a União Europeia, envolve custos. Estes são custos que não podemos passar para os consumidores, pelo que repito: precisamos de uma política agrícola forte, e temos de fazer com que o nosso ponto de vista ganhe no debate orçamental.

João Ferreira (GUE/NGL). - Senhora Presidente, a declaração final adoptada na última Cimeira da FAO pelos seus 193 países membros é, infelizmente, um autêntico prato vazio no combate à fome. Faltaram prazos e, sobretudo, faltou a definição de meios e condições concretas para combater um flagelo que afecta mais de 6 000 milhões de seres humanos.

Segundo os dados disponíveis, durante os escassos 90 segundos que durará esta intervenção, 15 crianças morrerão de fome no mundo. Este é o mais vivo e contundente libelo acusatório que pesa sobre um sistema económico injusto, explorador, irracional e, por isso mesmo, historicamente condenado.

Um sistema assente em políticas e orientações concretas, e, já agora, Sr. Louis Michel, em protagonistas e numa retórica liberal que conduziram à situação actual: o favorecimento do modelo agro-industrial, em linha com a defesa dos interesses da grande indústria agro-alimentar, e o consequente empobrecimento qualitativo do sector agrícola mundial. Anos e anos de investimentos insuficientes na agricultura, de promoção do abandono do sector agrícola, de liquidação das pequenas e médias explorações, sector que assegura a subsistência de 70% das populações pobres do planeta.

O fundamentalismo de mercado, as políticas de privatização e de liberalização e o livre comércio tiveram e têm como consequência o abandono da terra, a concentração da sua propriedade e o domínio da produção por alguns poucos e a dependência alimentar de muitos.

Quarenta e quatro milhões de dólares é quanto os especialistas estimam que seria necessário para debelar o flagelo da desnutrição crónica. Soma bem mais modesta que a transferência efectuada pelos Estados para as mãos do grande capital, a fim de o salvar da crise sistémica em curso.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, durante a Cimeira Mundial da FAO sobre Segurança Alimentar, o Secretário-Geral Ban Ki-moon, afirmou “a crise alimentar de hoje é um alerta para a amanhã”. Até 2050, o nosso planeta poderá ser a casa de 9,1 mil milhões de pessoas, dois mil milhões de pessoas a mais do que hoje – um número inacreditável e que significará que os agricultores terão de cultivar mais 70% de produtos alimentares.

Os agricultores da Irlanda do Norte querem ajudar a satisfazer essa necessidade. Contudo, a maioria deles consideram que a Europa está a impedir a sua capacidade de produzir mais géneros alimentares ao obrigá-los a uma redução da carga média de pastoreio através dos regulamentos relativos ao nitrato e ao fosfato, da burocracia, da falta de investigação e desenvolvimento no seio da indústria e, por conseguinte, de uma atitude que não encara a segurança alimentar como um problema.

A reforma da PAC determinará a capacidade de os agricultores produzirem alimentos. Também influenciará o preço dos géneros alimentares. Se os agricultores não são apoiados pela Europa através de pagamentos directos, o preço dos alimentos terão de aumentar para pagar os custos de produção. O meu objectivo é promover a produção de alimentos na Irlanda do Norte e a segurança alimentar na Europa. Isto só poderá ser alcançado se os agricultores puderem explorar as suas terras. A reforma da PAC terá um papel de grande relevo nesta questão, e a segurança alimentar deverá constituir uma componente central do nosso trabalho à medida que a reforma da PAC avançar.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, na qualidade de uma das autoras deste relatório, permitam-me que antes de mais agradeça aos grupos políticos, que trabalharam em estreita colaboração para chegar a um texto que não é objecto de alterações. Creio que todos nos devemos congratular por isso. Temos opiniões diferentes relativamente a muitos assuntos, mas creio que em termos gerais, no que toca a querer fazer a coisa certa para ajudar a acabar com a fome no mundo, uma questão universal, este texto é um passo na direcção certa.

Fui também a autora de um relatório sobre a segurança alimentar no mundo e a PAC no anterior mandato, pelo que trabalhei muito nesta questão. Posso fazer uma observação muito simples que, ao que parece, escapa a muitos: são os agricultores que vão alimentar o mundo se lhes for dado o ambiente certo – e falo no sentido lato do termo – para fazer esse trabalho em particular. O resto de todos nós limitar-se-á a falar sobre a questão. É nossa responsabilidade desenvolver e pôr em prática políticas que permitam aos nossos agricultores produzir alimentos. Eles responderão se dispuserem de dois elementos básicos: um prende-se com preços decentes e o outro com rendimentos estáveis. A recente volatilidade afectou ambos e a agricultura não pode sobreviver a isso.

Receio estar a esgotar o meu tempo de palavra – e como uma das autoras, peço-lhes que usem de moderação no seguinte: por favor não demonizem a política agrícola comum. Alguns dos argumentos apresentados agora já são bem conhecidos e desactualizados; reformámos totalmente esta política e provavelmente sem a PAC teríamos problemas maiores de insegurança alimentar na União Europeia. Por que não adoptar as melhores partes da mesma e solicitar ao mundo em desenvolvimento que aceitem uma política agrícola comum? Pois é preciso ser bem assertivo nesta questão: não devemos deixar os governos do mundo em desenvolvimento fora do problema; é da sua responsabilidade utilizar a ajuda ao desenvolvimento como

deve ser; é da nossa responsabilidade assegurar que seja despendido e investido mais dinheiro na agricultura. Creio que é altura de deixarmos de andar com pezinhos de lã à volta desta questão e ser intransigentes com os governos e connosco próprios. Temos uma responsabilidade moral e estamos preparados para a assumir.

Enrique Guerrero Salom (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, o mundo enfrenta dois grandes desafios a longo prazo: a luta contra os efeitos das alterações climáticas e a luta contra a pobreza e a fome no mundo.

O Senhor Comissário mencionou os números, como fizeram outros membros deste Parlamento, números que figuram na declaração final da Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO: mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de fome e 40 milhões morrem todos os anos como consequência da pobreza.

Primeiro, a crise alimentar e, depois, a crise financeira têm impedido a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Não avançamos, estamos sim a retroceder. Os desafios são de longo prazo, mas as soluções são urgentes e são necessárias agora. No entanto, nas últimas semanas recebemos notícias preocupantes: a resistência dos principais países emissores de gases à tomada de decisões na Cimeira de Copenhaga e a ausência de líderes e de resultados concretos na Cimeira da FAO em Roma.

Os nossos problemas são preocupantes, mas não o é menos a falta de capacidade de acção. Os seres humanos evoluíram porque identificaram desafios, encontraram as respostas e actuaram. Nos tempos actuais, também sabemos quais são os desafios, mas perdemos a capacidade de actuar.

Por isso apoio a resolução, que insta o Parlamento a tomar medidas com carácter de urgência.

Franziska Keller (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, o artigo 208º do Tratado de Lisboa afirma que o objectivo principal da política da União neste domínio é a redução e, a prazo, a erradicação da pobreza. A pobreza é também a principal razão da fome. O artigo 208º também afirma que na execução das políticas susceptíveis de afectar os países em desenvolvimento, a União deve ter em conta estes objectivos.

Contudo, com os subsídios à exportação, a UE está a destruir os mercados nos países em desenvolvimento, causando assim fome e pobreza. Se queremos que a nossa ajuda ao desenvolvimento seja eficaz, precisamos de garantir que não seja prejudicada por outras políticas. De outra forma, não conseguiremos alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Impõe-se ter isso presente quando revemos e reformamos políticas como as políticas agrícolas comuns e da pesca.

(A oradora aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149º).

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de pedir à oradora anterior para ser específica sobre as restituições à exportação a que se refere. Mencionei essa questão na minha intervenção, e admito que no passado, as restituições à exportação comportaram alguns danos, mas a Europa reformou agora a sua política agrícola comum. Contudo, quando introduzimos as restituições à exportação para o sector do leite e produtos lácteos, o único país que se queixou foi a Nova Zelândia, que não é um país em desenvolvimento. Poderia pedir um exemplo de uma situação em que isto seja actualmente um problema.

Franziska Keller (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, obviamente que o exemplo das aves congeladas que todos bem conhecem já é um pouco antigo, mas ainda hoje, por exemplo, o tomate que é altamente subsidiado na produção da União Europeia para os mercados africanos, são mais baratos do que os produtos locais e, por conseguinte, destroem postos de trabalho e aumentam a pobreza. Assim sendo, ainda é um fenómeno comum e creio que devemos trabalhar nesse domínio.

Béla Glattfelder (PPE). – (HU) Um número crescente de cientistas em todo o mundo afirma que em 2030 assistiremos a uma escassez aguda e simultânea de petróleo, água e alimentos. Todavia, parece que em primeiro lugar nos veremos confrontados com uma escassez de alimentos, na medida em que já existem mil milhões de pessoas no mundo que são vítimas da fome. A fome está a afectar pessoas a um ritmo mais acelerado do que o ritmo do crescimento da população mundial. Por conseguinte, enquanto actualmente uma em cada seis pessoas é vítima da fome, chegaremos a uma situação em que, dentro de poucas décadas, a fome atingirá uma em cada quatro ou cinco pessoas. Morrem duas crianças por minuto vítimas de fome. A solução para esta situação não é, obviamente, suspender a política agrícola comum da União Europeia. A União Europeia só pode ser forte e desempenhar um papel importante à escala mundial com uma política agrícola comum sólida.

A fome, no entanto, não é exclusiva de África. A fome é também uma realidade na União Europeia. Por exemplo, nalgumas regiões da União Europeia as pessoas gastam menos de 10% dos seus rendimentos em alimentação, enquanto noutras regiões – algumas zonas da Bulgária e algumas regiões do sul da Roménia – as pessoas gastam em média mais de 50% dos seus rendimentos em alimentação. Aqui incluem-se aquelas pessoas – que representam a média – que gastam muitas vezes mais do que isso em alimentação. É pertinente salientar este ponto porque devemos enfrentar o facto de que sempre que elaboramos um novo regulamento que onera a produção agrícola e que reduz a sua eficácia, como os regulamentos sobre o bem-estar dos animais que obrigam ao aumento da produção de forragem necessária para produzir 1 kg de carne, não estamos unicamente a prejudicar o ambiente aumentando as emissões de CO₂, como cada medida deste tipo aumenta o número de vítimas da fome. É porventura este volume extra de forragem que passamos a utilizar, por exemplo, para a produção de aves de capoeira, que faltará à mesa de uma criança vítima da fome.

Corina Crețu (S&D). – (RO) O número de pessoas malnutridas no mundo ultrapassou os mil milhões, exacerbando um quadro trágico em que uma em cada seis pessoas sofre de fome. Infelizmente, e tal como já referido, os líderes das principais potências industrializadas mostraram-se indiferentes para com uma cimeira que é tão importante e tão necessária como a organizada pela FAO em Roma muito recentemente. Os líderes dos Estados-Membros do G8 não consideraram que era necessário estarem nesta reunião, com excepção do Primeiro-Ministro italiano.

Não posso deixar de referir a tremenda e injusta discrepância entre o nível máximo de atenção dedicado pelos representantes deste grupo de países, que representam 60% do PIB mundial, à salvação do sistema bancário e a forma como ignoraram a trágica realidade da fome, que afecta um número cada vez maior de seres humanos como nós. De facto, esta crise não é uma crise provocada pelos países pobres mas são eles os mais duramente atingidos por ela.

Atingimos o nível mais grave de fome global desde 1970 e a cada seis segundos uma criança morre de fome. Infelizmente, os países desenvolvidos do mundo fecham os olhos a uma tragédia que nos irá afectar a todos em virtude das suas complexas implicações, e o melhor exemplo deste facto, que constitui também um aviso para nós, é o abandono da agricultura nas duas últimas décadas, que acabou por levar à actual crise alimentar. No montante total da ajuda oficial ao desenvolvimento, as verbas dedicadas à agricultura caíram de 17% do total em 1980 para 3,8% em 2006.

A segurança alimentar é um desafio extremamente sério que requer soluções urgentes, primordialmente através da abertura dos mercados e da prestação de ajuda aos agricultores nos países em desenvolvimento, de modo a que haja alimentos e a fome seja erradicada tão rapidamente quanto possível.

Esther Herranz García (PPE). – (ES) Senhora Presidente, gostaria de começar por felicitar a senhora deputada McGuinness sobre esta iniciativa, na qual se demonstra o importante papel que desempenha a Política Agrícola Comum (PAC) na resposta às necessidades de fornecimento de alimentos a nível internacional.

Agora que a Comissão Europeia parece querer reduzir o peso da PAC no orçamento comunitário, é importante salientar que, embora a PAC já não seja uma prioridade, a auto-suficiência alimentar deveria continuar a sê-lo. Nas últimas décadas ficou claro que, sem a PAC, a auto-suficiência alimentar é muito difícil, senão impossível, de alcançar.

Portanto, a agricultura não pode ser comparada com outros sectores da economia capazes de prosperar num mercado livre, porque o mercado de alimentos não é um mercado livre. Os agricultores precisam do apoio da União Europeia a fim de que os seus negócios tenham sucesso, e a União Europeia, por sua vez, necessita dos agricultores a fim de manter um modelo agrícola capaz de fornecer alimentos suficientes e de qualidade a cidadãos cada vez mais exigentes.

Creio, portanto, que temos de mudar o rumo da PAC, mas não de a abolir. Para tal, seria necessário garantir as ajudas directas aos agricultores e deveria ser restaurada uma política de gestão dos mercados agrícolas para conduzir a uma maior estabilidade de preços, o que beneficiaria não só os agricultores, mas também os consumidores e os países terceiros.

Seria necessário estabelecer um quadro de boas práticas a fim de incentivar relações equilibradas entre os diferentes intervenientes na cadeia alimentar, evitando práticas abusivas e promovendo uma distribuição mais justa das margens comerciais.

Além disso, é necessária uma política europeia de informação ao consumidor, que saliente os esforços dos produtores comunitários para cumprirem os regulamentos da União Europeia nos domínios do ambiente,

da segurança alimentar e do bem-estar animal, pois os produtores comunitários têm de competir com as importações de países terceiros onde as normas aplicadas são muito menos exigentes.

Os produtores dos países terceiros preferem exportar para a União Europeia em vez de abastecer os mercados de seus próprios países por uma questão de rentabilidade, com o aval da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Michèle Striffler (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, como há pouco foi dito, em cada cinco segundos morre uma criança algures no mundo devido à fome e à pobreza, e estima-se que mais de mil milhões de pessoas sofrem de malnutrição.

A questão da segurança alimentar mundial assume, por conseguinte, um carácter de extrema urgência e deve figurar no topo da agenda política europeia e internacional. É preciso que as políticas europeias sejam tornadas mais coerentes, de modo a assegurar a concretização do primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

A facilidade alimentar de mil milhões de euros constitui um primeiro passo necessário, e é essencial que a implementação das medidas se centre nas pequenas e médias explorações agrícolas familiares e de subsistência, em especial as geridas por mulheres, e nas populações pobres, que são, portanto, as mais afectadas pela crise alimentar.

A agricultura sustentável tem de ser um domínio prioritário. É necessário explorar mecanismos de financiamento inovadores, como uma taxa internacional sobre as transacções financeiras, a fim de acompanhar a adaptação às alterações climáticas, mecanismos esses que devem também ser acessíveis aos pequenos agricultores dos países mais vulneráveis.

Ricardo Cortés Lastra (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na sequência da recente conclusão da Cimeira Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, gostaria de manifestar a minha decepção pelo seu limitado impacto social, mediático e político. Decepção, em particular, pela impossibilidade de chegar a um acordo sobre o pacote de 44 mil milhões de dólares destinados a ajudar os agricultores mais pobres, e por tudo continuar como dantes.

Quando falamos de segurança alimentar, de agricultura e de desenvolvimento, muitas vezes esquecemos o problema da escassez de água, um problema essencial agora e, sobretudo, no futuro. No actual contexto de crise económica e ambiental, precisamos mais do que nunca de um compromisso dos países desenvolvidos para criar um novo fórum de reflexão internacional, ao mais alto nível, com o objectivo de conseguir consolidar a água como um bem público, a partilha de tecnologias e o desenvolvimento de sistemas de gestão da água eficientes, sustentáveis e economicamente viáveis.

Se não cuidarmos da nossa água, nunca seremos bem sucedidos na luta contra a fome.

Chris Davies (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, na Inglaterra do sec. XVIII, Thomas Malthus previu que o aumento da população excederia o abastecimento de produtos alimentares. Actualmente, as suas ideias foram desacreditadas de várias maneiras, pois a verdade é que tivemos uma série de revoluções agrícolas que transformaram a nossa sociedade. Contudo, as suas palavras também foram verdadeiras: no tempo de vida de muitos de nós, a população mundial triplicou – triplicou, incrível – e, em demasiadas partes do mundo, excedeu a nossa capacidade de abastecimento alimentar. Precisamos de fazer bem mais se quisermos impedir a fome e controlar o crescimento populacional, e o caminho a seguir passa por garantir que as mulheres em toda a parte do mundo têm controlo sobre a sua reprodutividade. Por outro lado, impõe-se salvar as vidas dos nossos filhos. A melhor maneira de reduzir o crescimento populacional é salvar as vidas dos jovens, para que as pessoas não sintam a necessidade de ter famílias maiores.

No mundo ocidental somos viciados em comer carne: um desperdício maciço de recursos. Tudo o que posso dizer – e vejo que o meu tempo de palavra está a terminar, Senhora Presidente – na posição de alguém que deixou de comer carne há vinte anos atrás, é que se queremos salvar o mundo e impedir a fome, então teremos de comer “verde” e não “vermelho”.

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhora Presidente, dispor de alimentos em quantidade suficiente é um direito humano, e a fome é um crime contra a humanidade. Entendo também que a raça humana dispõe de suficientes conhecimentos técnicos e científicos para assegurar que ninguém no mundo sofra de fome. Evidentemente, é também necessário dinheiro para combater a fome no mundo. No entanto, o que está em causa aqui não é só o dinheiro. É preciso que se cumpram também, antecipadamente, os seguintes requisitos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento de uma estrutura democrática estável nos países em desenvolvimento; em segundo lugar, a luta contra a corrupção; em terceiro lugar, a criação de um sistema agrícola adequado nos países em

desenvolvimento; e, por fim, o investimento na agricultura. Fala-se habitualmente muito pouco a respeito dos primeiros três pontos. Para além disso, muito do financiamento desaparece nestes países, cai nas mãos erradas e é usado para práticas de corrupção.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhora Presidente, gostaria de aprofundar o que eu próprio disse aqui há dois dias a respeito da trágica crise alimentar em que a África, principalmente, mergulhou, e da manifesta falta de apoio por parte da maioria dos países mais industrializados, assim como dos países emergentes, relativamente ao problema da segurança alimentar mundial.

Durante os debates que tiveram lugar na Cimeira da FAO em Roma, diversas ONG acusaram as multinacionais do sector alimentar de tentarem apoderar-se de milhões de hectares de terra muito fértil, pertencente a pequenos agricultores dos países em desenvolvimento. Mais de 40 000 hectares já foram assim comprados, desde a Etiópia à Indonésia.

Condenaram igualmente a tendência de muitos países ricos para favorecerem a utilização de fertilizantes químicos e de novas tecnologias em África, ao invés de incentivarem o desenvolvimento sustentável da agricultura ecológica. Castigaram assim as empresas agro-químicas, a utilização de OGM e o desenvolvimento de biocombustíveis em detrimento das culturas de subsistência.

Insto a União Europeia a investir, com carácter de urgência, na implementação do projecto de parceria mundial que permitirá coordenar melhor as acções de luta contra a fome. A agricultura de subsistência parece-me ser certamente a resposta mais óbvia.

Elisabeth Köstinger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, a segurança alimentar a longo prazo é um dos desafios centrais da política agrícola comum. Em particular, à luz da escassez de alimentos, é preciso que salientemos a importância de uma PAC forte, que assuma, de futuro, um papel crucial no que respeita à resposta aos desafios mundiais.

Isso pressupõe um financiamento da PAC a longo prazo. A PAC é um elemento importante da política de segurança e da política alimentar da UE, e depois de 2013, desempenhará um papel significativo na política de desenvolvimento e na política externa de segurança alimentar. Por conseguinte, as principais prioridades centram-se em ecossistemas que funcionem na perfeição, solos férteis, recursos hídricos estáveis e numa nova diversificação da economia rural. A cooperação e a solidariedade internacionais, juntamente com acordos comerciais equilibrados que promovam, em vez de prejudicarem, a segurança alimentar são elementos essenciais da segurança alimentar mundial, e é a este respeito que uma PAC forte pode dar um importante contributo.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) Em primeiro lugar, e correndo o risco de repetir uma ideia já referida pelo senhor deputado Stoyanov, lamento que tenhamos tanta terra por cultivar em muitos países da Europa enquanto falamos da fome no mundo.

Em segundo lugar, e uma vez que a proposta de resolução aborda esta questão, foi com prazer que ouvi o Senhor Comissário referir essa questão e quero chamar a atenção para o risco que representa o objectivo da auto-suficiência alimentar, agora muito em voga. Este objectivo, que não é sinónimo de segurança alimentar, poderá ter um efeito indesejável nas condições actuais porque as alterações climáticas afectam cada região de uma forma diversa. É esta situação que torna o comércio mais necessário do que nunca, não a ambição de cada país de produzir tudo aquilo que quer comer.

Marian Harkin, autor. – (EN) Senhora Presidente, gostaria apenas de comentar duas questões levantadas até agora neste debate. Em primeiro lugar, a relação entre a fome e as alterações climáticas. Tal como Ban Ki-moon afirmou em Roma, num tempo em que a população global está a aumentar e o clima do mundo a mudar, precisaremos, até 2050, de produzir mais 70% de géneros alimentares, no entanto, a meteorologia começa a ser cada vez mais imprevisível e a criar situações extremas. Logo, quaisquer esforços positivos que envidemos em matéria de alterações climáticas terão um efeito positivo na produção de géneros alimentares.

Uma outra questão que se levantou, mais uma vez, é a opção fácil: culpar a PAC – como se a PAC fosse responsável por todos os males do mundo em desenvolvimento. A PAC não é perfeita, mas foi objecto de reformas. Se quisermos que os nossos agricultores continuem a produzir e garantir a segurança alimentar na Europa, não podemos, através de regulamentação e de supressão de apoios, forçá-los literalmente, a abandonarem a actividade.

Por exemplo, já alguém fez um estudo sobre a recente reforma do sector do açúcar na UE para ver se a destruição do sector do açúcar na UE beneficiou as populações do terceiro mundo ou se apenas beneficiou

os barões do açúcar e proprietários, deixando os pequenos produtores de açúcar na pobreza? Não queremos de maneira alguma minimizar a questão da fome no mundo, mas precisamos de ter a certeza de que quando avançamos com soluções para o problema, estas o reduzem na realidade.

Sari Essayah (PPE). – (FI) Senhora Presidente, é muito positivo que no mesmo dia em que debatemos a resolução sobre a conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas, estejam também sobre a mesa as questões relativas à segurança alimentar e o problema da fome, porque estas questões estão intimamente associadas.

Alguns dos senhores deputados já referiram como, através da política climática, acabámos também por causar, em parte, mais problemas. Estabelecemos metas irrealistas para os biocombustíveis, por exemplo, o que conduziu a uma situação em que se comprou terra a países em desenvolvimento para cultivar vegetação para a produção de biocombustíveis. A terra é, assim, retirada dos mais pobres dos pobres, que a poderiam utilizar para a agricultura e para desenvolver a sua própria produção agrícola.

Registaram-se distorções similares na política agrícola, que conduziram a uma sobre-produção que foi exportada para os países em desenvolvimento, entrando, dessa forma, o desenvolvimento da agricultura desses mesmos países. É da máxima importância ter presente uma verdade: no mundo de hoje, temos mais do que alimentos suficientes, mas não existe o desejo de os partilhar de forma justa.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, na última Cimeira da FAO, os Estados participantes não conseguiram produzir quaisquer propostas construtivas. A ausência de uma estratégia comum a nível internacional é preocupante, especialmente tendo em conta a população mundial em constante aumento, devendo esta atingir 9 mil milhões de habitante em 2050.

Todos nos lembramos bem dos efeitos da crise alimentar de 2007, quando, em resultado de um aumento súbito nos preços dos produtos agrícolas básicos, milhões de pessoas em todo o mundo foram confrontadas com a falta de alimentos. Creio que a crise nos deveria ensinar uma lição. Temos de acabar com a acção destinada a limitar a produção agrícola, tão popular (é estranho dizê-lo), nos últimos anos, na nossa UE.

Creio que, à luz das tendências globais no mercado de géneros alimentícios, qualquer tentativa de restringir o PAC é um movimento imprudente que, num futuro próximo, pode ameaçar a segurança alimentar de nosso continente. Devemos ajudar os países em desenvolvimento a estabelecerem uma política agrícola que lhes permita garantir a segurança alimentar dos seus cidadãos.

Karel De Gucht, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, também eu lamento que nenhum dos líderes do G8 estivesse estado presente em Roma, excepto o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, o que contribui, como é óbvio, para a imagem de que esta foi uma cimeira que não trouxe nada de novo. Quando analisamos a declaração final, isto é, creio eu, também evidente. Por outro lado, penso também que é muito importante conseguirmos manter a questão da segurança alimentar na agenda política e a verdade é que o resultado das várias cimeiras a que temos assistido em 2009 tem mostrado seguramente que esta é uma questão de topo na agenda internacional e que, sempre que os líderes mundiais se reúnem, por exemplo, a última vez em Pittsburgh para a reunião do G20, fala-se em cooperação para o desenvolvimento e em política de desenvolvimento. Diria que isso, por si só, é extremamente positivo.

Estive em Roma e devo dizer que, para além da declaração final que é, tenho de concordar, um tanto decepcionante, realizaram-se debates extremamente positivos que contaram com boas presenças e, em boa verdade, deram alguns frutos. Por exemplo, debateu-se alargadamente a questão da venda de terra fértil nos países em desenvolvimento e o problema dos países que não dispõem de terra arável; a compra destas é por si um tema de discussão extremamente interessante e creio tratar-se também de algo que poderá merecer de alguma forma um entendimento comum.

A segunda questão que gostaria de referir, que aliás alguns deputados já o fizeram, prende-se com o facto de a PAC não ser obviamente ideal. Nada é ideal neste mundo, mas quando olhamos para o efeito da política agrícola comum no mundo em desenvolvimento, creio que podemos afirmar que é, de longe, o sistema menos prejudicial em termos de efeitos de distorção causados por um grande bloco comercial nos países em desenvolvimento. A OMC reconheceu que a maioria, se não todos, dos nossos subsídios não provocam distorções no comércio na medida em que apoiam o rendimento agrícola, não os preços dos produtos agrícolas.

Também me sinto um pouco, como dizer, desiludido pelo facto de nos culparmos constantemente. A Europa também não é ideal, mas com a Facilidade Alimentar, por exemplo, demos um passo em frente extraordinário.

Esta envolve mil milhões de euros por um período de dois anos; não se destina a apoiar a distribuição de alimentos, mas centra-se largamente na distribuição de sementes e etc., apoiando os pequenos produtores agrícolas do mundo em desenvolvimento. Creio que estamos de facto diante de uma inovação. Também foi reconhecida como tal pelo Banco Mundial, por exemplo, que aliás assumiu este mecanismo. Por conseguinte, não devemos estar sempre a culpar-nos. A propósito, esta facilidade foi uma inovação do meu antecessor. Havia uma questão em que não concordava com ele e que tinha a ver com um senhor, que entretanto desapareceu, o senhor Le Hyaric. O meu antecessor não é socialista, é comunista; haja em vista o seu grupo político: ele é comunista e isso provavelmente explica o seu raciocínio.

Posto isto, também em L'Aquila, assumimos a nossa responsabilidade como Comissão Europeia e prometemos 4 mil milhões de dólares americanos, que representam cerca de 20% do pacote alimentar e do pacote de apoio que foi acordado em L'Aquila e, com isso, somos de longe o maior dador a assumir compromissos em L'Aquila, os quais também honraremos. Vamos igualmente autorizar este montante e desembolsá-lo o mais cedo possível.

Terminarei dizendo uma última palavra sobre a nova política agrícola e de segurança alimentar, pois, no programa de trabalho da Comissão para 2010, prevê-se apresentar ao Conselho e ao Parlamento Europeu uma comunicação sobre uma política renovada para a agricultura e segurança alimentar da União Europeia. Este documento procederá a uma revisão de questões actuais que afectam a agricultura e a segurança alimentar, por exemplo, desafios colocados pelas alterações climáticas, reforço da atenção prestada à nutrição e à qualidade dos alimentos, redes de segurança e políticas de protecção social, o impacto dos biocombustíveis na produção de géneros alimentares ou a utilização e impacto de novas tecnologias e biotecnologias, reforço de apelos no sentido de abordagens baseadas em direitos, aquisição de terras em larga escala, etc.

A comunicação visará em primeiro lugar renovar o compromisso da UE de ajudar os países em desenvolvimento a progredir no que respeita à sua produção agrícola. Esta é uma questão que continua a ser crucial, nomeadamente tendo em conta o aumento da procura de alimentos em razão do crescimento da população no mundo e da mudança dos padrões alimentares, bem como os desafios e as ameaças que as alterações climáticas representam para a produção agrícola sustentável. Em segundo lugar, terá como objectivo lançar uma reflexão sobre a melhor forma de a UE utilizar a sua experiência e competência para apoiar a emergência de políticas regionais e quadros estratégicos no domínio da agricultura e segurança alimentar. Em terceiro lugar, visará fornecer a base para uma abordagem da UE no seu conjunto com vista a harmonizar as políticas relativas aos mercados isentos, na sequência dos compromissos assumidos no plano de acção de L'Aquila. Em quarto lugar, visará apresentar propostas sobre a forma como a UE poderá contribuir para acelerar o processo rumo à consecução dos ODM e em particular, o ODM1 tendo em vista a próxima revisão dos ODM em Setembro de 2010 em Nova Iorque. Em quinto lugar, terá como objectivo um melhor posicionamento da UE face aos actuais desenvolvimentos no sistema global de governação no domínio da agricultura e segurança alimentar e, por último, abordar questões que ganharam relevância ultimamente na agenda da segurança alimentar.

Foi lançada uma consulta pública relativa a um documento sobre questões-chave em 16 de Novembro que terminará no início de Janeiro. Assim, consultaremos todas as partes interessadas e depois a Comissão apresentará uma comunicação formal.

Presidente. - Nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução⁽⁶⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

19. Importações de carne provenientes de países terceiros (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre as importações de carne provenientes de países terceiros.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EL) Senhora Presidente, peço desculpa mas esta questão é muito importante e multifacetada e por isso vou ter de me alongar um pouco mais na minha intervenção para responder devidamente aos senhores deputados.

⁽⁶⁾ Ver Acta

Comissão dispõe de um robusto conjunto de requisitos de saúde pública e animal da UE para carne proveniente de países terceiros.

Durante uma série de anos, a UE manteve uma política de importações muito eficaz que tem em conta desenvolvimentos científicos e a actual situação relativamente a doenças em países terceiros. Tem especialmente em atenção a febre aftosa na exportação de países terceiros, pois como sabem, a UE não é afectada por esta doença, que pode gerar graves prejuízos económicos. Foi estabelecida uma grande variedade de normas pormenorizadas e de requisitos ao nível da Organização Mundial para a Saúde Animal com vista a impedir a propagação da febre aftosa.

O acordo sobre as medidas fitossanitárias reconhece que, embora os países possam utilizar normas diferentes e métodos diferentes de inspecionar os produtos, isso não significa necessariamente o aumento dos riscos para a saúde pública e animal. A UE não pode impor uma réplica exacta das nossas medidas legislativas internas em países terceiros, da mesma maneira que os países terceiros, para os quais exportamos, não nos podem impor as suas regras nacionais. Podemos apenas exigir que as suas medidas tenham um efeito equivalente ao das nossas.

Permitam-me que use o exemplo da rastreabilidade. Na UE temos regras muito rigorosas sobre a identificação individual e rastreabilidade do gado. No caso de um surto de doença, as nossas regras facilitam o rastreio de animais potencialmente afectados a fim de limitar a disseminação da doença. Para além disso, as nossas regras permitem-nos rastrear e acompanhar os produtos alimentares ou os alimentos para animais em todas as fases da produção e distribuição, desde a exploração agrícola até à mesa. Por outro lado, as regras de rastreabilidade aplicáveis aos países terceiros que exportam para a UE visam exclusivamente assegurar que a carne importada não implica riscos inaceitáveis para a UE. Assim, o campo de aplicação destas regras é muito mais limitado do que o das regras em vigor na UE.

Gostaria também de salientar o facto de que as medidas relativas à rastreabilidade (identificar a origem dos bovinos) do gado bovino na UE foram adoptadas na grande maioria em resposta à crise da BSE que, como devem estar recordados, provocou uma queda dramática na confiança do consumidor e grande perturbação do mercado interno em relação ao comércio de carne de bovino.

Permitam-me que aproveite a oportunidade de explicar mais em pormenor a série de medidas extremamente eficazes em matéria de mitigação de riscos que temos em vigor para a importação de carne de bovino e que asseguram o nível de protecção mais elevado possível para a saúde pública e animal da UE, tendo simultaneamente em conta as normas da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e continuando a ser absolutamente consentâneos com os princípios do acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. Estas medidas podem ser agrupadas em 5 grandes níveis de protecção. São tão abrangentes que apenas 12 países terceiros fora da Europa estão em posição de satisfazer estes requisitos e, consequentemente, só podemos importar a partir desse número reduzido de países.

Em primeiro lugar, as importações de carne bovina apenas são permitidas a partir de países terceiros ou de certas partes de países terceiros especificamente autorizadas na sequência de uma inspecção da Comissão para verificar a competência das suas autoridades veterinárias e a situação da saúde animal em geral. Em segundo lugar, o território de origem dos animais bovinos tem de ser reconhecido como livre de febre aftosa pela OIE e pela União Europeia. Em terceiro lugar, os países que exportam carne de bovino têm de ter um plano de monitorização aprovado para determinados resíduos de medicamentos veterinários, promotores de crescimento e potenciadores de rendimento que são restringidos ou proibidos nos animais produtores de alimentos. Em quarto lugar, todas as importações de carne fresca têm de provir de matadouros tenham sido autorizados e registados para esse propósito específico. Em quinto lugar, temos condições específicas no que respeita à armazenagem e produção da carne.

Dispomos de mais um nível de protecção pelo facto de só permitirmos ossos na carne proveniente da Austrália, Canadá, Chile, Nova Zelândia e Estados Unidos. Em relação aos outros sete países autorizados, só carne de bovino desossada e submetida a maturação sem miudezas pode ser exportada para a União Europeia. Este tratamento assegura a inactivação do vírus da febre aftosa, no caso de ainda estar presente, apesar de todas as medidas anteriores que mencionei, oferecendo assim uma salvaguarda adicional. Remessas de carne destinada ao mercado da UE têm de ser certificadas por um veterinário oficial que garanta que todas as condições acima referidas são preenchidas na totalidade.

Quando as remessas de carne chegam à UE, os controlos são efectuados pelos serviços veterinários oficiais dos Estados-Membros nos postos de inspecção fronteiriços. Toda a carne importada deve ser submetida a controlos veterinários obrigatórios nas fronteiras da UE. Os postos de inspecção fronteiriços são obrigados

a efectuar controlos de documentação, identidade e médicos. A carne importada é sujeita a controlos de toda a documentação e identidade nos postos de inspecção fronteiriços. Para além disso, um controlo por um especialista em medicina veterinária é levado a cabo num mínimo em 20% de todas as remessas de carne importada. Dispomos ainda de mais um nível de protecção através da nossa proibição de alimentar os animais com restos de cozinha e de mesa ou lavaduras em toda a UE. Esta medida assegura que as espécies vulneráveis na UE não estão expostas ao vírus da febre aftosa no caso de esta entrar na UE apesar de todas as medidas que enumerei.

Todas as medidas que referi estão harmonizadas. Em 2006, a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos reconheceu que estas medidas são extremamente eficazes na redução do risco de entrada da febre aftosa na UE. Na sua opinião, a AESA afirmou que a UE dispunha de um sistema sofisticado de controlo das importações e que esses esforços pareciam ser muito eficazes no que respeita ao comércio legal de carne e produtos de carne.

Isto leva-me ao próximo ponto. Desde a harmonização das condições veterinárias aplicáveis à importação na década de setenta, nunca tivemos um surto de febre aftosa na UE que adviesse de carne importada legalmente. Tenho a certeza de que não preciso de os lembrar que o surto de febre aftosa no Reino Unido em 2001 foi causado pela entrada de carne ilegal – muito provavelmente proveniente da Ásia – e do uso ilegal da alimentação com lavaduras. Creio, pois, que devemos apontar os nossos esforços para as situações de verdadeiro risco e visar as entradas ilegais ou importações pessoais, e não tentar regulamentar excessivamente as importações legais. A este respeito, espero que todos tenham visto os cartazes nos aeroportos da UE e noutros pontos de entrada na UE explicando aos passageiros as regras relativas à introdução de produtos de origem animal.

Estou ciente de que alguns de vós expressaram preocupação no que respeita às nossas importações de carne bovina proveniente do Brasil. Gostaria de vos lembrar que foram estabelecidos requisitos adicionais para as importações de carne de bovino brasileira em Janeiro do ano transacto. Estas incluem, para além de todos os requisitos que já defini, que as explorações agrícolas de origem sejam submetidas a um controlo e aprovadas pelas autoridades brasileiras. As autoridades brasileiras também exigem agora que os bovinos cuja carne se destina ao mercado da UE sejam individualmente identificados e registados numa base de dados. Estes animais representam menos de 1,5% do total de bovinos existentes no Brasil, ascendendo a cerca de 2,9 milhões de animais em explorações aprovadas. Consequentemente, as autoridades brasileiras reavaliaram as explorações agrícolas no interesse de produzir carne bovina para exportar para UE. Entre um total de mais de 10 000 explorações agrícolas elegíveis para exportação em Novembro de 2007, apenas 1 708 herdades estão actualmente aprovadas. Em consequência, as importações da UE de carne de bovino do Brasil caíram drasticamente. No início de 2009, foram verificadas algumas deficiências durante uma inspecção da Comissão e as autoridades brasileiras mostraram-se cooperantes para as resolver. Em todo o caso, as conclusões gerais não justificavam novas restrições às importações de carne de bovino proveniente do Brasil. Na situação actual, impor mais restrições às importações de carne de bovino brasileira poderá ser interpretado como protecção de interesses por alguns e poderá pôr em causa as nossas medidas na OMC.

Também temos de ter presente que a UE terá de enfrentar, de tempos a tempos, problemas relacionados com a saúde animal ou a segurança alimentar, pelo que insistimos em que os países terceiros reajam de forma proporcionada a estes problemas. Devemos pois dar o exemplo, obedecendo às regras que regem o comércio internacional.

Gostaria de terminar garantindo ao Parlamento que a Comissão continuará a ter em atenção as entradas ilegais que representem uma verdadeira transgressão às nossas normas rigorosas. A Comissão manterá também a sua abordagem moderada face às importações de carne de bovino proveniente de países terceiros, incluindo o Brasil. Asseguraremos assim que mantemos o nosso elevado nível de saúde pública e animal na UE e que a UE mantém a sua respeitabilidade a nível internacional.

Esther Herranz García, em nome do Grupo PPE. – (ES) Senhora Presidente, a União Europeia impõe aos produtores comunitários os mais elevados padrões mundiais em termos de segurança alimentar, de saúde, de bem-estar animal e de ambiente. Os criadores de gado europeus são obrigados a respeitar estas normas como condição para receber o apoio da União Europeia. Para a grande maioria, este apoio não compensa o aumento dos encargos, e verifica-se um abandono das explorações a um ritmo alarmante. Este processo irá continuar a menos que sejam tomadas medidas adequadas.

Mas analisemos a questão mais de perto. O crescente défice da produção europeia está a ser coberto, naturalmente, por importações de países terceiros, principalmente do Brasil. Dada a pressão a que os criadores de gado da Comunidade estão sujeitos, seria totalmente desonesto permitir que as remessas de carne entrassem

no mercado comunitário sem cumprirem os requisitos mínimos acordados pela União Europeia com os países terceiros.

Gostaria de salientar também que estes requisitos são inferiores aos que são exigidos aos nossos agricultores, porque, segundo parece, impor exactamente as mesmas normas às importações de países terceiros seria contrário à Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, dado que a OMC nos impede de impor às importações os mesmos níveis de normas que os criadores de gado europeus cumprem, a Comissão deve garantir, no mínimo, que toda a carne que atravessa as fronteiras comunitárias proceda de explorações que tenham sido submetidas a inspecções adequadas. Não faria sentido bloquear as importações de países como o Brasil, porque existe uma procura comunitária que há que satisfazer. No entanto, isso não justifica fechar os olhos e olhar para o outro lado perante qualquer irregularidade que o Serviço Alimentar e Veterinário da União Europeia (SAV) possa detectar nas suas inspecções regulares.

Gostaria de saber por que razão está a Comissão tão empenhada em minimizar essas irregularidades, uma vez que o SAV, na sua última missão ao Brasil, confirmou que algumas autoridades de certificação não cumprem as normas de controlo necessárias. O SAV também verificou a existência de grandes falhas no sistema de rastreabilidade aplicado pelo Brasil e detectou problemas com muitas remessas em trânsito para a União Europeia que não estavam acompanhadas dos certificados necessários.

Perante estas informações, como se pode garantir que as 1 500 explorações brasileiras cumprem os requisitos acordados?

Alan Kelly, em nome do Grupo S&D. - (EN) Senhora Presidente, quando se trata da questão das importações de carne, nós, na Europa, temos de estabelecer os princípios que norteiam a nossa política sobre a matéria e adoptar um sistema de regulamentação forte mas justo.

Esses princípios têm de se basear na segurança e confiança do consumidor, na protecção do ambiente e - fundamentalmente - na criação de condições equitativas para os produtores de carne. Actualmente, o sistema está a funcionar de uma maneira manifestamente injusta tanto para os agricultores como para os consumidores. Estamos a obrigar os nossos agricultores a adoptar uma série de práticas morosas e dispendiosas, permitindo simultaneamente que sejam suplantados por produtores de carne de países terceiros, entre os quais se destaca o Brasil. O Serviço Alimentar e Veterinário (SAV) tem imensas provas disto.

Esta situação é simplesmente insustentável. As práticas agrícolas no Brasil não se encontram, em muitos casos, ao nível que os consumidores europeus conhecem e consideram aceitável. Se não tivermos cuidado, o incentivo para produzir carne segura de elevada qualidade deixará de existir, por estarmos a permitir que produtos de qualidade inferior comprometam os preços e os rendimentos dos agricultores. Além disso, obviamente, devido à forma como a cadeia alimentar funciona, assim que a carne entra no sistema dispersa-se por uma vasta gama de produtos e torna-se impossível localizá-la. Como é que isto é justo para os consumidores europeus?

Os produtores de carne da Europa estão a ser castigados, e a situação não se pode manter, nem para eles nem para os consumidores. Ninguém acredita que as novas medidas introduzidas recentemente estejam efectivamente a ser tidas em conta. Há muitos exemplos de casos em que se diz que os animais são produzidos e processados em explorações aprovadas, quando na verdade não provêm dessas explorações.

Senhora Comissária, não estou a advogar o protecçãoismo de modo nenhum, mas é tempo de agir. Não podemos permanecer passivos e permitir que esta prática se mantenha. É simplesmente injusto. É injusto para os consumidores europeus e é injusto para os produtores da Europa, que estão a ser obrigados a adoptar práticas que, ao mesmo tempo, não são aceites nem praticadas pelos produtores brasileiros.

George Lyon, em nome do Grupo ALDE. - (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária a sua declaração, em que afirmou que existe toda uma série de protecções e medidas destinadas a assegurar que as importações de países terceiros satisfaçam os mais altos níveis de qualidade possíveis. Quero debruçar-me, especialmente, sobre o relatório do SAV sobre o Brasil. Sistemas de rastreabilidade adequados e a designação de exploração são os dois elementos que estão no cerne das medidas que a UE pediu que fossem introduzidas para evitar qualquer ameaça ou risco de importação, pela UE, de produtos de carne contaminada provenientes daquele país. Esses dois elementos são fundamentais para garantir aos consumidores, agricultores e contribuintes da UE que não há riscos.

Não esqueçamos que a febre aftosa continua a ser uma grave problema no Brasil. No entanto, o relatório do SAV publicado pela Comissão em Fevereiro apontava um rol de falhas: 50% das explorações inspeccionadas

que haviam sido designadas como explorações de exportação para UE tinham problemas. 25% dessas explorações tinham graves problemas, tendo sido detectados animais sem marcas auriculares, animais que não foi possível identificar em explorações que não tinham a menor ideia de onde eles tinham vindo. Registaram-se faltas de documentação; casos de conflitos de interesses - os inspectores da UE constaram que um dos fiscais do governo era por acaso casado com a pessoa responsável pela identificação dos animais, tendo-se verificado que o casal efectivamente possuía parte dos animais que se encontravam numa exploração cujos registos de efectivos apresentavam inexactidões.

O que me preocupa, Senhora Comissária, é o facto de o resumo do relatório do SAV afirmar que todos os controlos eram de um modo geral satisfatórios. Mas lamento dizer que o conteúdo do relatório não permite de modo algum extrair essa conclusão e, como grupo de países, temos de estar de sobreaviso. Não preciso de recordar à Assembleia o impacto que um surto grave de doença pode ter nos contribuintes, nos agricultores e nos consumidores. Quando do último surto grave de doença no Reino Unido, a que a Senhora Comissária aludiu na sua declaração, a febre aftosa destruiu um milhão de animais e custou 4 mil milhões de libras aos nossos contribuintes. Este é o tipo de risco que corremos se não encontrarmos a solução certa, portanto, temos de nos manter vigilantes.

Não estou a pedir que se imponham restrições ao Brasil; o que estou a pedir é que a Senhora Comissária nos dê aqui, esta noite, uma garantia de que este assunto está a ser levado a sério e que a Comissão irá assegurar que as deficiências identificadas no relatório sejam corrigidas até ao próximo relatório. Necessitamos de uma garantia do bom estado de saúde dos animais para tranquilizar os agricultores, os contribuintes e os consumidores e assegurar-lhes que estão protegidos e que o comércio livre e leal entre o Brasil e a UE pode ser retomado.

Alyn Smith, *em nome do Grupo Verts/ALE*. - (EN) Senhora Presidente, também eu gostaria de agradecer à Senhora Comissária a sua declaração muito pormenorizada - terá sido talvez uma das declarações de fundo mais pormenorizadas que ouvimos nos últimos tempos à Comissão.

A questão em análise merece-o e, como um dos veteranos mais recentes da primeira batalha da carne de bovino brasileira, é um prazer ver hoje neste Hemiciclo tantas caras conhecidas. Espero que isso seja um sinal do nosso interesse e da seriedade com que encaramos esta questão. Estamos de acordo com a Senhora Comissária no que respeita aos controlos das importações e quanto à febre aftosa. Muito sinceramente, não é bem disso que se trata aqui, e é por essa razão que me congratulo com o facto de aqueles que desejavam alargar esta questão às importações provenientes de países terceiros terem conseguido realizar o seu objectivo.

Não se trata apenas da carne de bovino brasileira. Trata-se do princípio mais geral de que os nossos consumidores, os nossos eleitores e os nossos agricultores exigem que as importações provenientes dos países que desejam colocar a sua carne no nosso mercado satisfaçam as nossas normas - e isto significa todas as nossas normas.

Por conseguinte, preocupa-me ouvir dizer que a Comissão aceita o facto de o Brasil ter normas de rastreabilidade menos exigentes do que as nossas, porque a sua carne poderá não representar um risco de doença tão grande ao entrar no território da União Europeia. Os nossos consumidores esperam que todas as coisas que entram na União Europeia respeitem exactamente as mesmas normas. Aceito o seu ponto de vista se está a falar de um controlo rigoroso das doenças, mas estamos a falar de equidade e imparcialidade. Os nossos consumidores exigem - e os nossos agricultores exigem, e na verdade nós também - que sejam aplicadas exactamente as mesmas normas de rastreabilidade em todo o Brasil e em todos os países terceiros. Ser-nos apresentado um relatório do SAV em que se diz que 50% das inspecções fracassaram ou tiveram dificuldades é a mesma coisa do que atirar carne a uma matilha de lobos esfomeados, como provavelmente terão constatado aqui esta noite. Poderá informar-nos do seguinte: quando vai ser apresentado o próximo relatório do SAV e tenciona a Comissão levar verdadeiramente a sério esse relatório e proibir as importações provenientes dos países que não satisfizerem os nossos critérios?

James Nicholson, *em nome do Grupo ECR*. - (EN) Senhora Presidente, a primeira coisa que gostaria de tornar bem claro aqui, esta noite, é que não se trata aqui de importações de países terceiros. Trata-se da importação de carne de bovino brasileira pela Europa. É disso que se trata.

Entristece-me constatar que estamos aqui esta noite sem uma resolução. Não sei porquê, mas, ao que parece, alguns dos grupos maiores deste Parlamento não estavam dispostos a fazer frente ao Embaixador brasileiro, que defendeu os interesses do seu país na semana passada, em Bruxelas. Isto aplica-se ao grupo PSE, e vou deixar que os liberais respondam por si, pois parece que não tomaram uma posição na Conferência dos Presidentes de modo a permitir que fosse aqui apresentada uma resolução.

Vou ser muito claro. O Embaixador brasileiro não procurou obter o meu apoio. Talvez tenha pensado que eu não era uma pessoa que valesse a pena contactar; não sei. Ou talvez tenha pensado que eu era um osso duro de roer, porque - e permitam-me que o diga aqui muito claramente - de futuro, Senhora Comissária, devo dizer que a Comissão já não vai atar as mãos dos agricultores europeus atrás das suas costas no que se refere às normas relativas à carne, que eles respeitam todos os dias, vindo depois aqui fazer-nos uma prelecção sobre a OMS e as outras coisas todas.

Devo dizer-lhe, Senhora Comissária, que vamos estar aqui durante os próximos cinco anos. Não sei quanto tempo a Senhora Comissária vai permanecer no seu cargo, mas a Senhora Comissária, ou quem quer que seja que eventualmente a venha a substituir, terá de nos convencer em todos os aspectos e pormenores de que a carne que vier a entrar na Europa obedece exactamente às mesmas normas do que a carne que produzimos. Não vamos continuar a aceitar uma alternativa de segunda. Não vão poder continuar a destruir-nos. Espero que transmita isto aos seus funcionários, porque nós não podemos aceitar esta situação em nome dos nossos produtores europeus.

John Bufton, em nome do Grupo EFD. - (EN) Senhora Presidente, quero também expressar graves preocupações quanto à segurança e adequabilidade da carne de bovino exportada pelo Brasil. Estamos a importar carne não regulamentada vinda de milhares de quilómetros de distância em detrimento dos agricultores locais. Essa carne traz consigo o risco de contaminação por doenças como a febre aftosa, tal como já aqui foi dito esta noite.

A inexistência de uma regulamentação rigorosa no Brasil significa que os exportadores também se encontram numa posição injusta de vantagem concorrencial em relação aos agricultores europeus. O grau de hipocrisia quanto à questão das exportações de carne de bovino de países terceiros torna-se ainda mais evidente no contexto do debate sobre as alterações climáticas. Embora nos digam que temos de nos vincular a um programa ambicioso de medidas destinadas a combater as alterações climáticas, a UE fecha os olhos ao facto de o sector brasileiro da exportação de carne de bovino ser responsável por 80% da destruição da floresta tropical da Amazónia.

Antes da proibição introduzida em 2007, havia 30 000 explorações no Brasil a exportar carne de bovino para a UE. Hoje, apenas são autorizadas 12% dessas exportações, mas todos os dias aumenta o número de explorações autorizadas a exportar para a UE. Esse direito é concedido a cerca de 100 explorações por mês.

Quando esta questão foi inicialmente abordada, o Serviço Alimentar e Veterinário informou da existência de problemas significativos no Brasil no que se refere à certificação de explorações e à rastreabilidade dos animais de pecuária. Existem graves preocupações quando à presença de animais não identificados nos matadouros. Consta também que muitos inspectores têm ligações estreitas com as explorações autorizadas a exportar carne de bovino ou são até seus proprietários.

Os agricultores europeus têm de cumprir as normas introduzidas para proteger a segurança do consumidor. O facto de os seus congéneres estrangeiros não terem de cumprir os mesmos regulamentos dá aos exportadores de países terceiros uma vantagem concorrencial injusta. O sector da carne de bovino do Reino Unido debate-se com problemas reais devido à concorrência dos produtores de países terceiros, que podem exportar carne em grandes quantidades, a preços muito mais baixos.

Alguns dos maiores retalhistas do mundo, como, por exemplo, as empresas Carrefour e Wal-Mart, já proibiram a carne de bovino brasileira devido à desflorestação que o sector está a provocar. Todos os anos, é desflorestada uma área da Amazónia do tamanho da Bélgica para benefício do sector lucrativo da exportação de carne de bovino. Calcula-se que a pecuária é responsável por 80% das desflorestação ilegal.

Considero extraordinário que haja um conjunto de normas para os agricultores britânicos e europeus e outro para os agricultores do Brasil. Qual é o sector agrícola que a UE e a Comissão efectivamente apoiam?

(O orador aceita responder a uma pergunta de outro deputado segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

Alyn Smith (Verts/ALE). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de manifestar o meu apreço por grande parte daquilo que o senhor deputado Bufton acaba de dizer, mas discordo dele quanto a uma das frases que disse. O senhor deputado disse que está a ser importada pela Europa carne não regulamentada. Disse-o quase no princípio da sua intervenção. Considerando a declaração de 15 minutos apresentada um pouco antes pela Senhora Comissária, concorda o senhor deputado que não é isso que se passa? Que esse tipo de hipérbole

prejudica a questão que aqui estamos a debater seriamente esta noite sobre uma lei e um regulamento muito técnicos, e que o senhor deputado não está efectivamente a contribuir para esta causa mas sim a prejudicá-la?

John Bufton (EFD). - (EN) Senhora Presidente, vou responder à pergunta. Sem dúvida que se virmos o que se passa com a carne importada do Brasil e de outros países semelhantes, onde sabemos que há problemas com a carne, constatamos que a carne não é regulamentada, evidentemente. É muito simples. A questão é muito clara. Por isso compreendo que o aspecto focado pelo senhor deputado é muito importante, mas digolhe desde já que há carne não regulamentada que está a ser importada desses países.

Por que razão temos nós esta situação agora, na União Europeia? Estamos a receber carne - e ouvimos aqui dizer esta noite que essa carne não é fiscalizada nesses locais, nos matadouros, etc., e mencionei há pouco que há relatórios do Serviço de Alimentação e Veterinária que falam sobre estas questões. Isto é sem dúvida verdade. Estamos do mesmo lado no que se refere a este assunto.

Diane Dodds (NI). - (EN) Senhora Presidente, agradeço à Senhora Comissária a sua declaração longa e pormenorizada. Tal como muitas outras pessoas aqui presentes neste Hemiciclo esta noite, sinto-me um pouco mistificada com o facto de a Comissão aceitar que não há nada que possamos fazer em relação à importação de carne de países do Terceiro Mundo.

Há pouco, na sua declaração, disse que tal como os países terceiros não podem impor normas à UE, a UE também não pode impor normas a outros países. Ora, para muitos dos nossos agricultores, isso irá parecer uma posição injusta, e esta noite sugiro, com todo o respeito que, sim, podemos impor normas até termos a certeza. E enquanto não nos forem apresentados relatórios sobre alimentação e veterinária que nos digam efectivamente que estão a ser cumpridos os regulamentos que estivemos a examinar, não importaremos carne desses países.

Muitos dos nossos agricultores estão a sofrer as enormes pressões da produção e sentem a injustiça da situação, e penso que neste Hemiciclo, esta noite, se sente a indignação de muitas pessoas em relação a esta questão específica.

Mairead McGuinness (PPE). - (EN) Senhora Presidente, como uma das co-autoras desta pergunta, gostaria de expressar o meu apoio ao apelo de Jim Nicholson e dizer que lamento que os socialistas, em particular, que estão agora a verter lágrimas de crocodilo sobre esta questão por motivos populistas, se tenham recusado a apoiar uma resolução sobre esta importante questão. Por vezes, à noite, quando já é tarde, sentimo-nos irritados, mas há momentos em que isso se justifica.

Senhora Comissária, muito obrigada pela sua declaração muito longa e pormenorizada, que apreciei sinceramente, mas gostaria apenas de dizer que lhe escapou uma coisa muito óbvia. Vou ser directa. A Senhora Comissária foi obrigada a agir apenas devido às pressões e acções da Associação Irlandesa de Agricultores, de que se falou no *Irish Farmers' Journal* e que foram acompanhadas por esta Assembleia. Foram as pressões políticas que a fizeram cair em si.

Escutei atentamente o seu discurso, tomei notas e hei-de voltar a ler a declaração. No entanto, gostaria que a Senhora Comissária reconhecesse que foi forçada a agir. Permita-me que chame a sua atenção para os números que a própria Senhora Comissária apresentou: é absolutamente espantoso que em 2007 houvesse 10 000 explorações elegíveis para fins de exportação enquanto actualmente apenas 1 700 tenham sido aprovadas para esse efeito. Esta Assembleia tem questões sérias a levantar - e fá-lo justificadamente - sobre estas importações.

Ainda me resta algum tempo, portanto, permitam-me que me alongue focando dois pontos. Não tenho confiança na capacidade da actual Comissão para tratar desta questão de uma maneira adequada e responsável. No entanto, aviso desde já o próximo Colégio de Comissários - tanto o seu Presidente como os seus membros - de que eu e outros deputados desta Assembleia iremos levar esta questão até às suas últimas consequências, porque temos de persuadir e convencer os nossos produtores a respeitarem critérios rigorosos. Os produtores acabarão por se revoltar se virem que esses critérios estão a ser desvirtuados pelas importações de países terceiros.

A Senhora Comissária talvez não se aperceba da indignação que existe lá fora, mas devo dizer-lhe que essa indignação é real. Iremos enfrentar um problema idêntico em relação às importações de cereais, pelo facto de os regulamentos europeus serem mais rigorosos, e iremos enfrentá-lo também no que respeita aos regulamentos relativos ao bem-estar dos animais, quando, dentro de alguns anos, proibirmos a produção

de ovos usando o sistema de gaiolas de bateria e a importação de ovos em pó produzidos usando um sistema de gaiolas pequenas.

Pode ser tarde, Senhora Comissária, mas pode ter a certeza de que estamos bem acordados, e é bom que a próxima Comissão se prepare.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhora Comissária, o que é que distingue a carne de bovino europeia da carne de bovino importada? Não é necessariamente o sabor, nem apenas o preço; a diferença reside, acima de tudo, nas normas sanitárias que existem no seio da União Europeia e que não existem necessariamente nos países terceiros que exportam a sua carne.

Por exemplo, no que se refere à produção de carne de bovino brasileira, as lacunas veterinárias e sanitárias foram particularmente referidas num relatório da Associação dos Agricultores Irlandeses apresentado em Bruxelas em 2007. Testes realizados pelo Instituto Científico Belga de Saúde Pública também revelaram que a qualidade bacteriológica da carne de bovino argentina não era tão boa quanto a da carne local, por exemplo, quando a carne de bovino chega aos nossos pratos. Não é caso para admirar, se considerarmos que a carne de bovino argentina demora aproximadamente dois meses a chegar à Europa. Os ciclos de consumo são muito mais curtos na Bélgica, por exemplo, pois a produção é geralmente consumida durante o mês do abate.

É por isso que as normas sanitárias impostas pela União Europeia não devem ser respeitadas apenas pelos países europeus; é igualmente importante que os países terceiros que exportam carne para a Europa observem as mesmas normas. Se tal não acontecer, isso demonstra que a Comissão Europeia, que considera a proibição prematura e injustificada, falhou na sua missão de defender os interesses dos consumidores e está penalizar os produtores europeus.

Finalmente, os países que proibiram a importação de carne de bovino brasileira, como os Estados Unidos, o Chile e o Japão, estão a mostrar à Europa o caminho a seguir, visto que, para nós, a qualidade constitui um requisito essencial. Ajamos, pois, em conformidade a fim de proteger os nossos produtores, que são os garantes dessa qualidade.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, a Senhora Comissária disse que não podemos impor as mesmas normas, mas temos de assegurar que as normas produzam um efeito equivalente. Falou da rastreabilidade dos animais na UE, de uma exploração para outra, mas também nos disse que, nos países terceiros, o âmbito da rastreabilidade é muito mais limitado. Se o âmbito é muito mais limitado - e foram estas as palavras que a Senhora Comissária usou - como podemos, então, ter um efeito equivalente?

Mas a questão que quero levantar prende-se com o recente relatório do SAV sobre as importações de carne de bovino do Brasil. O meu problema é que a Comissão e o SAV minimizam sistematicamente o impacto dos factos que apuraram e toda a informação adversa. Sim, foram autorizados requisitos suplementares, mas, tal como disse a minha colega Mairead McGuinness, isso só aconteceu depois de pressões insistentes por parte da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e da Associação Irlandesa de Agricultores.

Fui professora de matemática durante grande parte da minha vida, e quando dava aos meus alunos 12 problemas para resolverem - tal como as 12 visitas que a Senhora Comissária efectuou a explorações no Brasil - e eles apenas resolviam 6 correctamente, eu não classificava o seu exame como "satisfatório". Se três tivessem erros menores e três tivessem erros graves, não consideraria isso um bom resultado, especialmente se eu tivesse passado vários anos com eles a tentar melhorar as suas notas.

Os agricultores da UE querem comércio leal e comércio livre, e os consumidores da UE merecem ter segurança. A Comissão Europeia e o SAV têm a obrigação de assegurar ambas essas coisas. Eu não daria de modo nenhum uma nota de 5 ao seu trabalho.

Richard Ashworth (ECR). – (EN) Senhora Presidente, apraz-me ouvir a Senhora Comissária dizer que está determinada em manter o nível de qualidade dos alimentos na UE, mas há duas questões sobre as quais estou inteiramente em desacordo.

Em primeiro lugar, a Senhora Comissária falou de cartazes nos aeroportos. Devo dizer-lhe que nunca vi avisos nenhuns nem nunca vi controlos nenhuns serem realizados nos aeroportos da UE envolvendo produtos alimentares importados. Sugiro que averigüe novamente este assunto, porque as coisas não se estão a passar tal como pensa.

Em segundo lugar, os seus argumentos sobre a carne de bovino brasileira não me convencem. Fui lá pessoalmente, vi como as coisas se passavam no terreno e subscrevo as palavras de oradores anteriores quanto a este aspecto.

Os agricultores da UE obedecem às normas mais rigorosas do mundo, e é correcto que assim seja. No entanto, essas normas implicam um nível de custos que não podemos transferir para os nossos consumidores. Por conseguinte, é tremendamente injusto que se exponham os produtores e os consumidores europeus a um produto que simplesmente não obedece às mesmas normas que se espera que nós respeitemos.

A experiência do passado demonstra que não podemos esperar que os interesses comerciais resolvam este problema. A UE tem de ter uma política alimentar sólida. Isso não é protecção - é a política agrícola comum a fazer precisamente aquilo que se pretende dela, ou seja, garantir a qualidade e quantidade dos alimentos que produz. Os dois aspectos que foquei demonstram que não o está a fazer de modo algum.

Albert Deß (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, agradeço à senhora deputada Herranz García por ter trazido este tema ao Parlamento. Este é um debate fundamental para a política alimentar. Não estou interessado em embaraçar o Brasil ou outros países. A pergunta essencial é a seguinte: precisaremos desta regulamentação rígida para a produção agrícola europeia no interesse da segurança alimentar? Se a resposta for afirmativa, então isso significa que a protecção do consumidor é entendida como um todo coerente. Se a regulamentação é necessária, então deverão ser aplicadas às importações as mesmas regras que impomos aos nossos próprios agricultores. A Comissão não deverá permitir importações de países que não cumpram estes requisitos. Os criadores de gado da Europa não deverão ser penalizados pelo facto de uma das vacas do seu efectivo ter falta de uma marca auricular, quando se permitem importações provenientes de efectivos que não possuem uma única marca auricular. Não é aceitável. Se a rastreabilidade é tão importante para a protecção dos consumidores, então é imperioso que se aplique igualmente às importações. Se não pudermos assegurar que assim seja, então é injusto impor essa exigência aos nossos agricultores.

Fico com a impressão de que aqueles que, na Comissão, são responsáveis pelas importações aplicam dois pesos e duas medidas. Como já aqui foi debatido, não estou interessado em dividir a Europa. Gostaria que existisse concorrência justa para os nossos agricultores europeus, para que possamos continuar a garantir, de futuro, o abastecimento alimentar de meio milhão de cidadãos. Uma coisa posso assegurar, Senhor Comissário, e transmita-o ao seu sucessor, o Parlamento continuará a suscitar esta questão espinhosa. Não desistiremos enquanto não existirem condições de concorrência equitativas. Temos argumentos fortes que podemos apresentar reiteradamente, a fim de assegurar que, de futuro, a segurança alimentar seja garantida na Europa.

Ricardo Cortés Lastra (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão Europeia deve continuar a exercer controlo sobre o cumprimento das importações de países terceiros relativamente às normas europeias, um controlo que nos beneficie a todos: aos nossos agricultores e criadores de gado, que fazem um grande esforço para cumprir as normas europeias, aos nossos consumidores, que exigem cada vez mais produtos agrícolas e pecuários de qualidade, que cumpram as regras fitossanitárias, de bem-estar animal e de rastreabilidade, e, também, aos países terceiros que desejam exportar os seus produtos para a União Europeia.

Por último, gostaria de recordar que este problema não se restringe a um único sector ou um único país. A questão da competitividade da agricultura europeia é um problema complexo que exige um debate aprofundado.

Julie Girling (ECR). – (EN) Senhora Presidente, a minha região do Sudoeste de Inglaterra foi abençoada com uma combinação especial de clima e de paisagem que lhe permite ter boas pastagens e produzir carne de bovino excelente. Os agricultores britânicos são dos mais eficientes do mundo e trabalham, após uma amarga experiência, em conformidade com as mais rigorosas normas em matéria de bem-estar animal e de rastreabilidade. Todos estes factores, aliados ao crescimento da população mundial e a esforços cada vez maiores para garantir a segurança alimentar, significam que os agricultores deviam estar muito satisfeitos.

Nada poderia estar mais longe da verdade. Os agricultores estão a ser atacados em muitas frentes. Ainda esta semana vemos que este Parlamento vai receber o lobby dos vegetarianos, que afirmam que os consumidores de carne, e por tabela os agricultores, são uns criminosos no que toca ao clima. No entanto, não vêem a UE ser rigorosa nas suas relações com países em que se estão a destruir as florestas tropicais para criar gado. Onde estará a lógica disto para os consumidores?

Os produtores de carne de bovino não estão a pedir privilégios especiais - apenas condições equitativas para todos. É absolutamente indispensável que os apoiemos, não através de medidas protecionistas, mas sim garantindo que todas as exportações para a UE correspondam aos mesmos padrões de qualidade. Senhora Comissária, peço-lhe que faça o seu trabalho como deve ser, que se imponha, que releia o relatório do SAV e que apresente resultados.

Giovanni La Via (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, considero que o tema que estamos a tratar esta noite é apenas uma pequena parte de um problema muito mais vasto. O tema da equidade no tratamento das importações e das condições impostas aos nossos produtores não respeita apenas à carne e às importações de carne, respeitando igualmente a muitos outros sectores produtivos.

Como sabem, a Europa é um importador líquido de carne. No nosso continente, a Europa, produzimos apenas 60% das nossas necessidades. Isso significa que somos forçados a importar. Mas queremos garantir as condições de consumo e a saúde dos nossos consumidores. Esperamos que esta seja a última vez que ouvimos o que foi hoje dito, ou seja, que não é possível impor condições análogas às importações, pois esse não é, certamente, o caminho a seguir.

Embora nós tenhamos condições para a rastreabilidade dos produtos, que permitem estabelecer normas, no plano interno, para os nossos consumidores, penso que é importante manter essas normas tanto para os nossos produtores, a nível interno, como para as importações dos países terceiros.

Esther de Lange (PPE). – (NL) Senhora Comissária, enquanto última oradora da lista oficial de oradores, vou procurar fazer uma síntese deste debate. Julgo que uma forma de o poder fazer é citando um provérbio neerlandês: "monges iguais, hábitos iguais". As minhas desculpas aos senhores intérpretes por este esforço de tradução que lhes peço a esta hora adiantada, mas, apesar de hoje em dia já quase não termos monges nos Países Baixos, continuamos a usar esse provérbio quando queremos dizer que temos de aplicar as mesmas normas em situações semelhantes. Por conseguinte, quaisquer requisitos que sejam impostos aos produtores da UE deverão ser impostos também aos produtores de países terceiros que desejam entrar no nosso mercado. Caso contrário, estaremos simplesmente a impedir os nossos agricultores de concorrerem.

Isto aplica-se à identificação e registo de gado e às medidas de prevenção de doenças animais no Brasil. No entanto, também deveria aplicar-se aos frangos tratados com cloro importados dos Estados Unidos e às hormonas de crescimento bovino no leite. E aos animais clonados. E a lista prossegue, Senhora Comissária. Ao ouvir os meus colegas, fico com a impressão de que é precisamente com base nisso que o Parlamento irá julgar a nova Comissão, nomeadamente se se aplicam ou não as mesmas normas em situações semelhantes, e não como fazemos agora, volvidos cinco anos, mas já bem antes de a nova Comissão entrar em funções.

Senhora Comissária, V. Exa. falou também da febre aftosa. Concordo consigo quando diz que demos realmente alguns passos em frente. Por exemplo, o facto de termos dado maior relevância à vacinação no combate à doença. Felizmente que o fizemos, pois só no meu país tiveram de ser destruídos 285 animais devido a 26 casos de febre aftosa. No entanto, Senhora Comissária, a nova Comissão também será avaliada em função de nós conseguirmos escoar os produtos derivados destes animais vacinados dentro da União Europeia.

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os especialistas em agricultura do Parlamento apresentaram um pedido bastante simples. Exigem nada mais, nada menos, do que as mesmas condições para a produção interna, ou seja, dentro da União Europeia, do que para as importações.

Ouvi com interesse a Senhora Comissária Vassiliou gastar mais de dez minutos para nos explicar que, essencialmente, isso não é possível. Poderia ter respondido de forma mais concisa. Deveria muito simplesmente ter dito: "Sim, o Parlamento tem razão, e vou dar seguimento a essa ideia e tê-la em conta no futuro". O que o meu Grupo e o Parlamento agora pedem nada tem a ver com restrições ao comércio. Pelo contrário, é um requisito essencial para um comércio mundial justo e para uma troca recíproca de bens. Queremos regras mais justas na economia de mercado da UE e no mundo, nem mais, nem menos. Exigi-lo-emos hoje e no futuro da Comissão. Pode ficar certa disso.

Graham Watson (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, o debate anterior a este foi sobre o tema da fome. Estes dois debates estão interligados. A Senhora Comissária tem razão em fazer tudo o que puder para garantir a protecção dos consumidores na Europa, e os colegas aqui presentes têm razão em pedir-lhe que responda pelos seus actos e em exigir os critérios mais rigorosos.

Mas a carne de bovino é um produto para fazer dinheiro. Os países procuram produzi-la pelo menor custo possível. O que é trágico é que, para produzir um quilo de carne de bovino é necessário 10 vezes mais água do que para produzir um quilo de soja.

Se estamos preocupados com a protecção dos consumidores no mundo inteiro, há duas coisas que temos de fazer. Em primeiro lugar, ajudar mais os países terceiros a adoptarem os tipos de sistemas de rastreabilidade de que necessitam e, em segundo lugar, seguir o conselho dado pelo meu colega Chris Davies no último debate e incentivar todos os nossos cidadãos a deixarem de comer carne.

Elisabeth Köstinger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, os nossos cidadãos possuem expectativas elevadas no que se refere à segurança e à qualidade dos seus alimentos. Isso diz respeito não só à saúde animal e à segurança alimentar, mas também às normas ambientais, à produção e ao bem-estar dos animais. A rastreabilidade, e a transparência que a acompanha, dos bens alimentares desde o produto até ao consumidor só está garantida na Europa. É do nosso interesse assegurar que os nossos consumidores estejam protegidos, que os produtos agrícolas europeus sejam competitivos e, por conseguinte, que o próprio sector agrícola seja competitivo. Por isso, considero essencial, e essa é uma das nossas responsabilidades na qualidade de eurodeputados, acelerar este debate e assegurar a existência do quadro político correspondente.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) Senhora Presidente, Senhora Comissária, como bem sabem a Roménia não está autorizada a vender carne e produtos de suíno no mercado europeu, razão pela qual nos foi dado o direito de, a partir do próximo ano, importarmos carne de suíno de outros Estados-Membros e exportá-la depois como produto transformado.

Além disso, teremos de pôr em prática no prazo máximo de um ano regras claras, rigorosas e dispendiosas de abate. Estou convencido de que os criadores romenos de suínos ficariam extremamente satisfeitos se estas regras fossem substituídas por um sistema de inspecções superficiais e selectivas ou por alguns cartazes afixados nos aeroportos. Estou obviamente a brincar, mas as regras, caso seja necessário aplicá-las, devem ser as mesmas para todos e obrigatórias para todos.

Michel Dantin (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, obrigado pela sua declaração, que reflecte, a meu ver, o trabalho notável que V. Exa. desenvolveu durante o seu mandato. A Europa escolheu um modelo alimentar para proteger a sua população. Os nossos concidadãos estão dispostos a pagar 100 euros por ano *per capita* para garantir a qualidade da sua alimentação.

No outro dia, na comissão, tomámos conhecimento do relatório do Serviço Alimentar e Veterinário. Devo dizer-lhe que, enquanto nova deputada, fiquei profundamente preocupada quando vi o embaraço dos seus colaboradores, que manifestamente não podiam ou não queriam responder às nossas perguntas.

Senhora Comissária, será que deveríamos envergonhar-nos de ter regras estritas para proteger os nossos consumidores? Será que devíamos ter vergonha de impor estas regras àqueles que querem alimentar os nossos consumidores? Será que temos vergonha quando, para vender aviões ou automóveis, estes mesmos países nos obrigam a implantar esta ou aquela fábrica ou nos impõem esta ou aquela condição?

As nossas condições de acesso ao mercado são condições importantes porque têm a ver com os alimentos e com a saúde dos nossos habitantes. Não temos nada de que nos envergonhar.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhora Presidente, queremos exportar, mas também temos de importar. O comércio acelera o desenvolvimento, traz benefícios para as partes interveniente na troca, mas certos requisitos necessários são impostos, relativamente à qualidade e ao cumprimento das normas adequadas - isto é óbvio, e estou certo de que todos estamos de acordo sobre este assunto. A Europa tem uma multiplicidade de formas de inspecção e auditoria, de modo a proteger o seu mercado de uma entrada de alimentos que não cumprem as normas europeias, ou que seriam uma ameaça à nossa segurança sanitária. Do que o Senhor Comissário referiu, será que entendi correctamente, não podemos esperar os mesmos procedimentos de auditoria que aplicamos aos nossos próprios produtores? Qual o seu significado, pois indicou claramente que apenas o efeito dessas medidas deve ser o mesmo? A título de comparação, gostaria de perguntar se, por exemplo, a Rússia ou outro país pode impor requisitos relativos à importação de mercadorias provenientes da UE, mas nós não podemos impô-los, por exemplo, à carne importada do Brasil? Apenas os efeitos são importantes neste contexto, como no caso das importações do Brasil?

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. (EN) Senhora Presidente, gostaria de recordar aos senhores deputados que aquilo que eu disse não foi que não podemos impor normas aos países terceiros. Lamento

que, mesmo após uma exposição de 10 a 15 minutos, não tenha conseguido explicar as normas que impomos ao importar de países terceiros.

Devo recordar-vos que ao mesmo tempo que importamos carne de países terceiros - e, nesta altura, importamos do Brasil apenas 5% das necessidades de carne de bovino da UE - também exportamos grandes quantidades para países terceiros - para a Rússia e para outros locais. Nesta altura, as nossas exportações para a Rússia ascendem a mil milhões de euros por ano, e a maior parte da carne exportada é produzida na Irlanda. Estamos a tentar convencer a Rússia de que não podemos aceitar as normas que são aplicadas nesse país. Há também as normas do comércio internacional, e nós aplicamos normas equivalentes, mas não idênticas, desde que consideremos que elas são suficientemente rigorosas para proteger os nossos consumidores.

É isso que estamos a fazer. A razão pela qual aplicámos normas de segurança no caso do Brasil foi precisamente porque as missões do nosso SAV nos revelaram que algo estava errado. Aplicámos normas muito rigorosas. Apresentei-vos os números.

Quanto à última missão ao Brasil, houve efectivamente problemas, mas desafio-vos a examinarem os relatórios de todas as missões do SAV a qualquer Estado-Membro e a fazerem uma comparação. Verão que também há deficiências muito graves nos Estados-Membros, que pedimos aos Estados-Membros e às suas autoridades para corrigirem. Foi isso também que pedimos ao Brasil para fazer.

Foram identificados problemas no Brasil. Em um estado, onde três explorações apresentavam deficiências significativas, as autoridades brasileiras adoptaram medidas para corrigir a situação e excluir da lista as explorações em causa, bem como medidas no sentido de dar mais formação aos funcionários responsáveis pelas auditorias.

Foram também identificados problemas noutras três explorações, principalmente atrasos na notificação de deslocações de animais ou deficiências relativamente à coerência dos dados incluídos na base de dados. A equipa do SAV considerou que se tratava de problemas menores. No entanto, as autoridades brasileiras comprometeram-se a rever as bases de dados de modo a evitar dados incorrectos.

As equipas do SAV têm isto presente quando realizam missões. Sabem que vão encontrar falhas. A nossa obrigação é corrigir as deficiências que detectamos - quer se trate de um Estado-Membro ou de um país terceiro - porque a nossa obrigação é para com os consumidores. Quero assegurar-vos que vamos continuar a enviar missões ao Brasil e a outros países terceiros, de modo a garantir que as deficiências que venham a ser identificadas sejam corrigidas. Quero também assegurar-vos de que estamos a agir de uma maneira muito leal em relação aos nossos agricultores e produtores no que respeita aos países terceiros.

Foi feita uma observação sobre a Roménia, que, tal como a Bulgária e - no passado - muitos outros Estados-Membros, tinha um problema de peste suína clássica. Tem-se falado muito sobre a Roménia e a Bulgária. Desafio-vos a perguntarem aos vossos governos respectivos qual foi a assistência que lhes concedemos para os ajudar a resolver este problema. Estou certa de que a Roménia poderá exportar carne num futuro muito próximo, precisamente graças à assistência que oferecemos a este país e à Bulgária com vista a erradicar a peste suína clássica.

Para terminar, gostaria de vos assegurar que a nossa primeira responsabilidade é para com os consumidores europeus e que apenas desejamos condições justas e equitativas para todos. Podem também ter a certeza de que as missões do SAV a países terceiros serão muito rigorosas. Iremos permanecer vigilantes e, se alguma coisa correr mal, procuraremos corrigir a situação. Iremos manter-nos vigilantes e ser rigorosos. A inclusão ou não de mais explorações na lista depende inteiramente das autoridades brasileiras e do facto de estarem ou não dispostas a gastar o dinheiro que for necessário para que as suas explorações sejam aprovadas em conformidade com as nossas normas, de modo a poderem exportar. Se não o fizerem, então não poderão exportar.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Béla Glattfelder (PPE), por escrito. - (HU) A regulamentação comunitária sobre segurança alimentar é a mais estrita e rigorosa a nível mundial. Todavia, o cumprimento destes regulamentos implica custos adicionais significativos para os agricultores europeus. Os produtos europeus não podem ser colocados numa situação de desvantagem em relação a produtos provenientes de países terceiros pela simples razão de que estes são produzidos de acordo com uma regulamentação pouco exigente. A saúde dos consumidores europeus não

pode ser posta em perigo por produtos que não têm a qualidade adequada e que não são seguros. Os produtos à base de carne podem acarretar um conjunto particularmente alargado de riscos para a saúde, caso não sejam produzidos em condições adequadas. É por esta razão que a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem assegurar que são aplicadas condições idênticas aos produtos à base de carne produzidos na UE e aos produtos provenientes de países terceiros.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, recentemente, a Comissão Europeia registou um aumento significativo das importações de carne provenientes de países terceiros, em particular da Argentina, do Brasil e do Uruguai. Para importar um produto para a UE, incluindo a carne, elevados padrões comunitários devem ser cumpridos, mediante as normas que foram recentemente tornadas mais rigorosa por parte da Comissão Europeia. Muitas vezes, porém, os produtos provenientes de países terceiros não cumprem as normas de segurança alimentar. Apesar disso, o seu preço significativamente mais baixo torna os competitivos no mercado. Também por isso, uma questão-chave do momento é o apoio aos nossos agricultores e à promoção dos produtos europeus, que correspondem a padrões elevados e são saudáveis e seguros. O assunto que estamos a discutir levanta uma outra questão. Devemos tirar conclusões a partir da situação crítica do mercado de produtos lácteos. Talvez hoje, quando, em muitos Estados-Membros, não conseguimos gerir a situação do excesso de leite, valesse a pena pensar na forma de reorganizar a produção de carne. Obrigado pela Vossa atenção.

20. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

21. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H50)